

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN TIAGO

DANTAS – UNESP, UNICAMP E PUC-SP

FELLIPE SOUZA SENA

Novos paradigmas da (in)segurança: extremas direitas internacionais e o avanço das guerras  
identitárias

São Paulo

2026

FELLIPE SOUZA SENA

Novos paradigmas da (in)segurança: extremas direitas internacionais e o avanço das guerras  
identitárias

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Estudos de Segurança Internacional, Segurança Regional, novos temas e abordagens”.

Orientador: Héctor Luis Saint-Pierre

São Paulo

2026

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca  
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Sena, Fellipe Souza.

S474      Novos paradigmas da (in)segurança : extremas direitas internacionais e o avanço das guerras identitárias / Fellipe Souza Sena. – São Paulo, 2026.  
179 f. : il.; 30 cm.

Orientador: Héctor Luis Saint-Pierre.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2026.

1. Segurança internacional. 2. Extremistas de direita – Brasil. 3. Extremistas de direita – Estados Unidos. 4. Brasil Presidente (2019-2022 : Jair Bolsonaro). 5. Estados Unidos Presidente (2017-2021 : Trump). 6. Estados Unidos Presidente (2025- : Trump). I. Título.

CDD 327.116

### **IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA**

Esta pesquisa oferece novos recursos para compreender o fenômeno contemporâneo das extremas direitas internacionais, buscando investigar os elementos da sua construção narrativa e como são instrumentalizados para provocar um estado de insegurança ontológica, a securitização contra formas alteras de existência e, por consequência, um gradual processo de erosão democrática.

### **POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH**

This research offers new resources to understand the contemporary phenomenon of international extreme rights, seeking to investigate the elements of their narrative construction and how they are instrumentalized to provoke a state of ontological insecurity, securitization against alter forms of existence and, consequently, a gradual process of democratic erosion.

### **IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN**

Esta investigación ofrece nuevos recursos para comprender el fenómeno contemporáneo de las extremas derechas internacionales, buscando investigar los elementos de su construcción narrativa y cómo son instrumentalizados para provocar un estado de inseguridad ontológica, securitización frente a otras formas de existencia y, en consecuencia, un proceso paulatino de erosión democrática.

FELLIPE SOUZA SENA

Novos paradigmas da (in)segurança: extremas direitas internacionais e o avanço das guerras identitárias

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Estudos de Segurança Internacional, Segurança Regional, novos temas e abordagens”.

Orientador: Héctor Luis Saint-Pierre

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marília Carolina Barbosa de Souza Pimenta (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Prof. Dr. David Succi Júnior (European University Institute)

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026

Dedico este esforço intelectual não a figuras particulares, mas a todos aqueles que se comprometem ao fazer científico e, principal, à luta cotidiana pela diversidade, pelo respeito e pela dignidade humana. Que este trabalho possa ser uma pequena contribuição àqueles que dedicam a vida à defesa do Estado Democrático de Direito.

## **AGRADECIMENTOS**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações aqui expressas são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da CAPES. O apoio foi concedido entre os meses de abril de 2024 e março de 2026, pelo processo nº 88887.965264/2024-00.

## RESUMO

Desde a virada do século, o cenário internacional tem testemunhado uma ascensão expressiva de movimentos enquadrados no espectro da extrema direita. Por meio de discursos inflamados e uma contraposição ao *establishment* tradicional, têm sido capazes de penetrar no *mainstream* político, angariar apoio popular e assumir crescente influência social e ideológica, assim como assumir cargos executivos e legislativos, por meio da propagação de ideários calcados na radicalização e em processos de cisão social, segundo uma lógica dicotômica maniqueísta que contrapõe nacionais e agentes invasores maculosos, representados pelos movimentos sociais e pautas negras, feministas e LGBT. Diante deste cenário, propõe-se a analisar os elementos centrais que estruturam a composição ideológica destes movimentos e como, a partir de percepções míticas e nativistas acerca da tríade povo, nação e líder, recorrem a construções alarmistas da percepção de ameaça para instaurar um estado social de insegurança ontológica, a partir do qual propõem medidas extraordinárias de emprego da força, cuja aplicação prática perturba as fundações da ordem democrática, como forma de estabilização social. Especial atenção é dada ao esforço para construir processos de securitização sexual, fazendo da subjetividade, e de formas alteras de existência, uma ameaça existencial que precisa ser suprimida. Como base de investigação prática, recorre-se à investigação desses elementos no bolsonarismo e do trumpismo, dois movimentos alegóricos dos principais componentes do fenômeno, com profundas relações de influência, sob o emprego metodológico da análise de conteúdo, por meio dos seus enunciados discursivos e da análise das políticas institucionais por eles empregadas.

**Palavras-chave:** Extrema direita; securitização; insegurança ontológica; bolsonarismo; trumpismo

## **ABSTRACT**

Since the turn of the century, the international scene has witnessed a significant rise in movements framed within the far-right spectrum. Through inflammatory speeches and opposition to the traditional establishment, they have been able to penetrate the political mainstream, garner popular support, and assume increasing social and ideological influence, as well as take over executive and legislative positions. This is achieved through the propagation of ideologies based on radicalization and processes of social division, according to a Manichean dichotomous logic that opposes nationals and tainted invading agents, represented by social movements and agendas focused on race, gender, and LGBT rights. In this context, this study proposes to analyze the central elements that structure the ideological composition of these movements and how, based on mythical and nativist perceptions of the triad of people, nation, and leader, they resort to alarmist constructions of perceived threats to establish a state of ontological insecurity. From this state, they propose extraordinary measures involving the use of force, the practical application of which disrupts the foundations of the democratic order, as a means of social stabilization. Special attention is given to the effort to construct processes of sexual securitization, making subjectivity, and alternative forms of existence, an existential threat that needs to be suppressed. As a basis for practical investigation, these elements are examined in Bolsonarism and Trumpism, two allegorical movements representing the main components of the phenomenon, with profound relationships of influence, using the methodological approach of content analysis, through their discursive statements and the analysis of the institutional policies they employ.

**Keywords:** far-right; securitization; ontological insecurity; bolsonarism; trumpism

## RESUMEN

Desde principios de siglo, la escena internacional ha presenciado un auge significativo de movimientos de extrema derecha. Mediante discursos incendiarios y la oposición al establishment tradicional, estos movimientos han logrado penetrar la corriente política dominante, obtener apoyo popular y asumir una creciente influencia social e ideológica, además de ocupar cargos ejecutivos y legislativos. Esto se logra mediante la propagación de ideologías basadas en la radicalización y los procesos de división social, según una lógica dicotómica maniquea que opone a los nacionales y a los agentes invasores corruptos, representados por movimientos sociales y agendas centradas en los derechos de las personas negras, feministas y LGBT. En este contexto, este estudio propone analizar los elementos centrales que estructuran la composición ideológica de estos movimientos y cómo, a partir de percepciones míticas y nativistas de la tríada de pueblo, nación y líder, recurren a construcciones alarmistas de amenazas percibidas para establecer un estado de inseguridad ontológica. Desde este estado, proponen medidas extraordinarias que implican el uso de la fuerza, cuya aplicación práctica perturba los cimientos del orden democrático, como medio de estabilización social. Se presta especial atención al esfuerzo por construir procesos de securitización sexual, convirtiendo la subjetividad y las formas alternativas de existencia en una amenaza existencial que debe ser suprimida. Como base para la investigación práctica, se examinan estos elementos en el bolsonarismo y el trumpismo, dos movimientos alegóricos que representan los principales componentes del fenómeno y tienen profundas relaciones de influencia, utilizando el enfoque metodológico del análisis de contenido, a través de sus declaraciones discursivas y el análisis de las políticas institucionales que emplean.

**Palabras clave:** extrema derecha; securitización; inseguridad ontológica; bolsonarismo; trumpismo

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|          |                                                                |    |
|----------|----------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 | Modelo tridimensional de análise do discurso.....              | 40 |
| Figura 2 | Componentes ideológicos dos movimentos de extrema direita..... | 50 |
| Figura 3 | Composição do Parlamento Europeu após eleições de 2024.....    | 69 |
| Mapa 1   | Presença política da extrema direita no mundo.....             | 70 |
| Mapa 2   | Países com suspensão de visto de imigração pelos EUA.....      | 90 |

## **LISTA DE TABELAS**

|                                                 |    |
|-------------------------------------------------|----|
| Tabela 1 – Etapas da pesquisa qualitativa ..... | 30 |
|-------------------------------------------------|----|

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|           |                                                                                         |
|-----------|-----------------------------------------------------------------------------------------|
| ACLU      | União Americana pelas Liberdades Civas                                                  |
| AfD       | Alternative für Deutschland                                                             |
| ANCINE    | Agência Nacional de Cinema                                                              |
| BIRD      | Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento                                   |
| BM        | Banco Mundial                                                                           |
| CECA      | Comunidade Europeia do Carvão e do Aço                                                  |
| CEDAW     | Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres     |
| CEE       | Comunidade Econômica Europeia                                                           |
| CID       | Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde |
| CORTE IDH | Corte Interamericana de Direitos Humanos                                                |
| CPAC      | Conferência de Ação Política Conservadora                                               |
| DoDEA     | Departamento de Defesa Education Activity                                               |
| ECO-92    | Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento                     |
| ECOSOC    | Conselho Econômico e Social das Nações Unidas                                           |
| FMI       | Fundo Monetário Internacional                                                           |
| FPE       | Frente Parlamentar Evangélica                                                           |
| FPÖ       | Partido da Liberdade                                                                    |
| GATT      | Acordo Geral de Tarifas e Comércio                                                      |
| MAD       | Destruição Mútua Assegurada                                                             |
| MERCOSUL  | Mercado Comum do Sul                                                                    |
| OCDE      | Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico                                 |
| ODM       | Objetivos de Desenvolvimento do Milênio                                                 |
| ODS       | Objetivos de Desenvolvimento Sustentável                                                |
| OMC       | Organização Mundial do Comércio                                                         |
| ONU       | Organização das Nações Unidas                                                           |
| OPEP      | Organização dos Países Exportadores de Petróleo                                         |

|        |                                                                                         |
|--------|-----------------------------------------------------------------------------------------|
| PSD    | Partido Social Democrata                                                                |
| PT     | Partido dos Trabalhadores                                                               |
| Rio+10 | Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável                                        |
| Rio+20 | Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável                         |
| RN     | Rassemblement National                                                                  |
| TMT    | Teoria de Gestão do Terror                                                              |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura                    |
| UNFCCC | Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima                               |
| UNHRC  | Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas                                         |
| UNIFEM | Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher                                |
| UNRWA  | Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente |
| USAID  | Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional                         |
| USMCA  | Acordo Estados Unidos-México-Canadá                                                     |

## SUMÁRIO

|            |                                                                                                                    |            |
|------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1</b>   | <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                                                                             | <b>16</b>  |
| <b>2</b>   | <b>METODOLOGIA.....</b>                                                                                            | <b>26</b>  |
| <b>2.1</b> | <b>Pesquisador e pesquisa como sujeitos multiculturais.....</b>                                                    | <b>31</b>  |
| <b>2.2</b> | <b>Principais paradigmas e perspectivas interpretativas.....</b>                                                   | <b>32</b>  |
| <b>2.3</b> | <b>Estratégias de pesquisa.....</b>                                                                                | <b>36</b>  |
| <b>2.4</b> | <b>Métodos de coleta e análise de materiais empíricos.....</b>                                                     | <b>39</b>  |
| <b>2.5</b> | <b>A arte da interpretação.....</b>                                                                                | <b>42</b>  |
| <b>3</b>   | <b>O GOVERNO PELA FORÇA: MITOLOGIA POLÍTICA, MONÓLITO IDENTITÁRIO E A RECONFIGURAÇÃO DA ORDEM DEMOCRÁTICA.....</b> | <b>45</b>  |
| <b>3.1</b> | <b>Fundamentação ideológica e operatividade política.....</b>                                                      | <b>48</b>  |
| <b>3.2</b> | <b>Ufanismo: Passado mítico e o direito dos nativos.....</b>                                                       | <b>56</b>  |
| <b>3.3</b> | <b>Maniqueísmo: o enquadramento do político na dualidade amigo/inimigo.....</b>                                    | <b>60</b>  |
| <b>3.4</b> | <b>A busca pelo monólito identitário.....</b>                                                                      | <b>63</b>  |
| <b>3.5</b> | <b>Da ordem multilateral ao non-sistema: a busca pelo internacionalismo transacional.....</b>                      | <b>67</b>  |
| <b>3.6</b> | <b>Saturação neoliberal, crise de legitimidade e esperança autoritária.....</b>                                    | <b>93</b>  |
| <b>4</b>   | <b>SEXO, SUBJETIVIDADES E CONCEPÇÕES DE AMEAÇA.....</b>                                                            | <b>101</b> |
| <b>4.1</b> | <b>Para além da materialidade: (In)segurança ontológica e os processos de estabilização social.....</b>            | <b>101</b> |
| <b>4.2</b> | <b>A performatividade do gênero/sexo e seu papel instrumental aos pânico morais</b>                                | <b>106</b> |
| <b>4.3</b> | <b>A securitização do intangível: bases imateriais da estabilidade civilizacional....</b>                          | <b>130</b> |
| <b>5</b>   | <b>ESTUDO DE CASO: A MOBILIZAÇÃO DISCURSIVA DA AMEAÇA DE GÊNERO/SEXUAL COMO FOCO DA SECURITIZAÇÃO.....</b>         | <b>143</b> |
| <b>5.1</b> | <b>Decadência, excepcionalismo e reabilitação: o esforço de resgate da identidade estadunidense.....</b>           | <b>143</b> |
| <b>5.2</b> | <b>Projeções simbólicas da ameaça sexual no Brasil.....</b>                                                        | <b>154</b> |
| <b>6</b>   | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                                   | <b>163</b> |
|            | <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                            | <b>168</b> |

# 1 INTRODUÇÃO

Hoje vim aqui dizer para vocês que nossa batalha ainda não está vencida. E embora a esperança tenha sido reacendida, é nosso dever moral e nossa responsabilidade histórica dismantlar o edifício ideológico do doentio *wokeismo*, até termos conseguido reconstruir a nossa catedral histórica, até termos garantido que a maioria dos países ocidentais abraça mais uma vez as ideias de liberdade. [...] Mas grande parte do mundo livre ainda prefere o conforto do que é familiar, mesmo que este possa ser o caminho errado. E insistirão em aplicar as receitas do fracasso e o grande fardo que é o denominador comum entre os países e instituições que estão falhando é o vírus mental da ideologia desperta. Esta é a grande epidemia do nosso tempo que deve ser curada. Este é o câncer do qual precisamos nos livrar. Esta ideologia colonizou as instituições mais importantes do mundo – desde os partidos políticos e governos das principais nações ocidentais até organizações de governação global, até mesmo ONG, universidades e meios de comunicação social. Também definiu o tom do debate global nas últimas décadas. Até removermos esta ideologia abominável da nossa cultura, das nossas instituições e das nossas leis, a civilização ocidental – e mesmo a espécie humana – não será capaz de regressar ao caminho do progresso exigido pelo nosso espírito pioneiro (Milei, 2025, tradução própria<sup>1</sup>).

A fala compõe o discurso de abertura do Fórum Econômico Mundial de 2025, em Davos, proferido por Javier Milei, presidente argentino. Com uma retórica inflamada, em tom reprobatório, ele realizou uma denúncia que, considerado seu espaço de enunciação, adquire um simbolismo demasiado significativo. Distante do campo propriamente econômico, ao qual a organização é dedicada, o discurso ensejou priorizar aspectos que considerou de maior urgência e relevância, de ordem moral e identitária. Durante toda a sua fala, o presidente argentino se dedicou à denúncia do que considera a infecção não somente das instituições, mas de toda a sociedade Ocidental, de ideologias radicais que estão afetando os principais componentes da sociedade: Valores tradicionais, família, identidade e patriotismo, elementos estruturantes que, indicou, precisam não somente resguardados como resgatados imperiosamente.

---

<sup>1</sup> “Today I've come here to tell you that our battle is not yet won. And although hope has been rekindled, it is our moral duty and our historical responsibility to dismantle the ideological edifice of sickly wokeism, until we have succeeded in rebuilding our historical cathedral, until we have ensured that the majority of Western countries once again embrace the ideas of liberty. [...] But much of the free world still prefers the comfort of what is familiar, even though it may be the wrong path. And they will insist on applying the recipes of failure and the great burden that is the common denominator among the countries and institutions that are failing is the mental virus of woke ideology. This is the great epidemic of our time that must be cured. This is the cancer we need to get rid of. This ideology has colonized the world's most important institutions – from the political parties and governments of leading Western nations to global governance organizations, even NGOs, universities and media outlets. It has also set the tone of the global conversation over the past decades. Until we remove this abhorrent ideology from our culture, our institutions and our laws, Western civilization – and even the human species – will not be able to return to the path of progress demanded by our pioneering spirit.”

Sua posição não é isolada, mas sintomática de um amplo movimento que vem angariando força política e social nas comunidades ocidentais desde a passagem do século. Em maio de 2024, durante a Conferência de Ação Política Conservadora (CPAC, na sigla em inglês), Viktor Orbán, então primeiro-ministro húngaro, alertou sobre a existência de uma batalha ideológico-filosófica pela sobrevivência do modelo ocidental, para a qual não basta somente a defesa das fronteiras nacionais. No processo de “inundação de migrantes” na Europa, propagação de ideologias de gênero e da cultura *woke*, descreveu uma ameaça identitária a todos os povos do mundo livre, através da qual elites globalistas buscam dirimir as tradições e impor sobre as nações novas formas de pensar e viver, referindo-se a pautas universalistas de direitos. Nos seus termos, “estamos lidando com uma arma biológica. Um ataque viral foi lançado contra nós. O vírus foi desenvolvido em laboratórios progressistas e liberais. Esse vírus está atacando o ponto mais vulnerável do mundo ocidental: a nação. É um vírus devorador de nações que vai atomizar e pulverizar nossas nações” (Orbán, 2024, tradução própria<sup>2</sup>). Na sua perspectiva, tais elementos configuram armas ideológicas, programáticas para o desmantelamento dos alicerces culturais que permitem o funcionamento do Estado-nação, substituindo-os pela coexistência com grupos hostis que jamais formarão uma real comunidade.

Similarmente, Marine Le Pen, uma das principais figuras representantes da *nouvelle droite* francesa, há anos emprega discursos e enseja políticas focadas na restrição dos processos migratórios e criminalização de indivíduos provenientes do Oriente Médio, sustentando uma ideia de islamificação europeia e perda das identidades locais. No discurso de lançamento da sua campanha presidencial, em 5 de fevereiro de 2017, em Lyon, enfatizou o risco sofrido pela população francesa diante do que expressou como o cruzamento de dois totalitarismos, o globalismo financeiro, representado pelas organizações internacionais e sua influência regulatória, e o radicalismo islâmico, personificado nos processos migratórios. Segundo Le Pen, que sustenta posição semelhante em posicionamentos recentes, a combinação de ambos têm como princípio a morte da comunidade francesa, escravizando-a segundo os ditames do mercado, e estrangulando e submetendo sua cultura ao que descreve como regras medievais do Islã.

Não obstante, Donald Trump, mandatário de uma das mais influentes nações do mundo, tem dedicado especial atenção a pautas identitárias, com perceptível vigor em seu segundo mandato à frente da Casa Branca. Na disputa presidencial contra Bill Clinton em 1992, Patrick

---

<sup>2</sup> “We are dealing with a biological weapon. A virus attack has been launched against us. The virus was developed in progressive liberal laboratories. This virus is attacking the most vulnerable point in the Western world: the nation. It is a nation-devouring virus that will atomize and pulverize our nations.”

J. Buchanan optou, como plataforma política, retratar o resultado das urnas como um ponto nevrálgico que decidiria o futuro da nação sobre suas principais pautas identitárias e valores, destacando o potencial supostamente corrosivo do aborto, dos direitos de homossexuais, da discriminação contra escolas religiosas e da presença de mulheres nas forças armadas. Tal embate de ideias, sugeria, enquadrava o país em uma guerra religiosa, uma guerra cultural de proporções tão importantes quanto aquelas da Guerra Fria, para definir qual tipo de nação os Estados Unidos se tornariam.

Se os governos Clinton e, posteriormente, Obama e Biden apresentaram significativos avanços na institucionalização de aparatos dedicados ao reconhecimento e garantia de direitos de minorias, assim como mecanismos dedicados ao combate à discriminação e à promoção de vias de integração de diferentes segmentos, historicamente segregados, em novos espaços da sociedade e da administração pública; com especial intensidade no segundo mandato, o paradigma interpretativo proposto por Buchanan parece retornar sob a administração Trump. Em seu discurso de posse, em janeiro de 2025, retratou um país rapinado por elites políticas corruptas, cujas fronteiras foram invadidas por imigrantes ilegais advindos de presídios e instituições psiquiátricas de todo o mundo, e cuja soberania foi enfraquecida pela influência das instituições internacionais. No campo interno, denunciou o que descreveu como políticas e ideias discriminatórias de engenharia social de raça e gênero, e projetos ideológicos que invadiram as escolas para cultivar nas crianças o ódio à nação e à família.

Como resposta, dentre as suas primeiras ordens presidenciais, figuraram medidas dedicadas à suspensão de programas e ordenamentos instaurados nas gestões Obama e Biden, voltados às políticas de diversidade, equidade e inclusão (DEI); o reconhecimento formal, por parte do governo, somente das categorias binárias de sexo biológico masculino e feminino; a declaração de estado de emergência nacional na fronteira com o México, somada ao incremento exponencial do Serviço de Imigração e Alfândega dos EUA (ICE, na sigla em inglês), que daria início a um processo persecutório de prisões e deportações em massa no país; assim como medidas dedicadas a um revisionismo de caráter inquisitório, focado na identificação, revisão e exclusão de materiais considerados ideológicos e nocivos em escolas e museus por todos o país, por fazerem referência a pautas de identidade, racialidade, gênero e sexualidade, que se estenderia a ameaças do governo de corte de verbas e financiamentos a algumas de suas mais proeminentes universidades, como Harvard, caso não suspendessem programas e linhas de pesquisa relacionadas a diversidade.

No início da década de 1990, Buchanan empregou o termo “guerra cultural” para se referir aos princípios morais que o distinguiam da ameaça representada pelo seu adversário

democrata, e o mesmo passou a ser utilizado por grandes veículos de comunicação estadunidenses, como o The New York Times, para se referir à campanha de Trump contra formas de diversidade declaradas por ele como uma ameaça ao futuro da nação.

Ernesto Araújo (2017), chanceler do governo Bolsonaro, definiu o Ocidente como um modelo civilizacional ameaçado, uma “comunidade de nações” ligada não somente por uma tradição judaico-cristã comum, mas principalmente pela partilha cultural e de fé, formando uma conexão espiritual entre os povos livres. Sua principal ameaça, afirma, não se encontra em adversários geopolíticos clássicos, como a Rússia ou a ascensão econômica chinesa, mas em articulações intraterritoriais por meio das quais um processo de abandono da própria identidade se deflagra. Elas se encontram no abandono dos valores tradicionais, no distanciamento de uma cosmologia cristã e na pluralização étnica, retratados por Araújo como um sintoma da comorbidade psíquica do Ocidente. Diante disto, declara Trump como uma figura messiânica, um soldado que carrega a incumbência de salvar essa identidade em decadência, em um campo de batalha que não se encontra em terreno material, mas no espírito, na vontade e na alma dos povos ameaçados.

Tais excertos exemplificam uma ampla e complexa rede de ideários políticos, que não estão isolados, pelo contrário, expandem-se e adquirem novos representantes e capilaridade social de forma crescente ao longo dos últimos anos, por meio de construções narrativas que têm na pauta identitária, nos valores e nas formas morais e normativas de pensamento e conduta, a sua pedra angular de operacionalização.

Donald Trump, nos Estados Unidos, Marine Le Pen, na França, Giorgia Meloni, na Itália, Viktor Órban, na Hungria, Recep Erdogan, na Turquia, Narendra Modi, na Índia, Jair Bolsonaro, no Brasil, André Ventura, em Portugal, a AfD, na Alemanha, o Vox, na Espanha, o PiS, na Polônia, dentre tantas outras siglas que se apresentam cotidianamente, são apenas alguns exemplos de um novo espectro político, mais radicalizado, que têm alcançado gradativamente o *mainstream* do pensamento político internacional através do posicionamento de pautas como o multiculturalismo, direitos reprodutivos, diversidade sexual e liberdade de pensamento como ameaças ideológicas responsáveis pela decadência espiritual e moral dos povos ocidentais.

A atenção às fronteiras, portanto, não trata de um mero panorama geopolítico estratégico de proteção de recursos materiais, mas antes, daquele mais vital e que precede todos os demais: as relações históricas, simbólicas e culturais que formam um sentimento coletivo diferencial de pertencimento; os hábitos, costumes, as normas cognitivas e os ideários partilhados que, embricados em uma malha intersubjetiva, constituem o que se conjecturou nação, uma identidade coletiva que promove coesão ao Estado. Neste ínterim, família, valores, tradição,

nacionalismo, etnia, língua e simbolismo adquirem um novo *status* de relevância, pois agregam os fatores de risco na defesa de uma ideia de civilização supostamente em voga.

Mudde (2019), um dos precursores no estudo dos novos movimentos radicais de direita, classifica essas novas repartições e articulações políticas sob a alcunha de ultradireita, um movimento extremamente diverso e complexo, porém que partilha, em essência, os traços do nativismo, uma combinação de ufanismo exacerbado e xenofobia; o populismo, por meio de uma abordagem social divisiva que estabelece uma dicotomia entre um líder carismático, único fidedignamente comprometido e capaz de representar os anseios populares contra elites políticas corruptas; e o autoritarismo, buscando o restabelecimento da ordem por meio do emprego da força e do punitivismo daqueles vistos como responsáveis pelo estado de decadência.

Esta relação tripartite, todavia, embora represente um profícuo esforço inicial de categorização, parece insuficiente para abarcar as complexas dinâmicas e técnicas de abordagem empregadas por esses movimentos. Eco (2018) adiciona às características marcantes dos movimentos autoritários, baseado no precedente da experiência fascista, atributos como o gradual empobrecimento da linguagem e hostilidade ao pensamento complexo e crítico, a aversão à diversidade, acompanhada de uma forte tendência misógina, e a ênfase na construção narrativa do inimigo. Stanley (2018), de modo semelhante, ressalta a criação de um estado de “irrealidade”, baseado em concepções distorcidas de verdade e em teorias da conspiração que mobilizam a cólera das massas, assim como a ênfase na criminalidade de grupos externos que ameaçam o corpo social e a presença uma ansiedade sexual que impera no imaginário autoritário, imputando no respeito a valores universais e na concepção de igualdade uma das principais marcas da decadência social.

Quanto a esta, Adorno (2020) identificou o início de uma tendência conceitualmente oposta àquela encontrada na abordagem dos movimentos clássicos do século XX para com seu público, na qual, em vez de propagar a construção de um império secular, as concepções narrativas focavam em uma radiografia de ampla decadência das instituições, valores e costumes no momento presente, tornando necessário recorrer ao passado para encontrar modelos de sociabilidade a serem resgatados como projeto de redenção social. Burian e Sanahuja (2020) referem-se a isto como uma construção narrativa falaciosa de um passado arcadiano, que serve de teleologia legitimadora de uma tradição discursivamente inventada. Seu efeito é bem retratado por Lacoue-Labarthe e Nancy (2002), que enxergam na construção mítica do passado uma potência, uma imagem do horizonte distante que serve de inspiração e retrato do projeto social que se planeja implementar, segundo uma visão idealizada que se distancia

dos elementos maculosos que se pretende combater, o que permite ao movimento que a instrumentaliza lhe atribuir as características mais convenientes ao seu projeto político.

Distante, portanto, de manifestações erráticas esparsas, tais movimentos se apresentam como um novo fenômeno político de ordem global, complexo, diverso e articulado, com impactos reais sobre o Estado Democrático de Direito e seu caráter de alteridade. Marcadamente, seus principais signos podem ser relacionados ao nacionalismo exacerbado, que acompanha um caráter xenofóbico e homogeneizador; a identificação de movimentos sociais, direitos reprodutivos e sexuais e pautas de diversidade com a corrupção de valores e a decadência moral da sociedade; um posicionamento anti sistema, relacionando a governança global com a perda de autonomia e identidade nacional e, por último; um caráter autoritário, que advoga em favor do emprego da força para resgatar uma imagem mítica de passado conservador.

Identidades possuem profundo impacto. São elas as responsáveis por estabelecer relações duais que governam a vida social, como normativo/dissidente, amigo/inimigo, admiração/ojeriza, legítimo/reprovável, e que orientam os padrões de conduta. Ao criar imagens públicas do inimigo, os movimentos radicais de direita instrumentalizam percepções de ameaça para promover concepções securitárias e, gradativamente, induzir um espaço coletivo mais autoritário e adepto ao emprego da força contra aqueles considerados avessos ao projeto político e social em operacionalização.

Conforme Williams (2008) bem ressalta, a segurança possui uma capacidade ímpar de reordenar o conjunto da vida social. Quando advogada, suspende rotinas, reordena recursos e concentra a atenção pública em torno dos elementos considerados sob ameaça e das figuras que os ameaçam. Conforme será abordado neste trabalho, todavia, a segurança se estende muito além do seu caráter tradicionalmente material, focado pelas escolas acadêmicas dos Estudos de Defesa surgidas no pós-guerra. Mais do que a sua mera proteção física, os indivíduos carecem de proteção ideacional e identitária, da defesa do universo simbólico que lhes fornece uma continuidade biográfica e respostas basilares quanto à sociedade que integram e o papel que devem exercer no mundo.

A teoria da (in)segurança ontológica interpreta esse aspecto metafísico como uma condição precedente e necessária à agência do indivíduo. Dotado de uma capacidade cognitiva distintiva com relação aos outros seres, o homem torna-se capaz de estabelecer relações causais, prever cenários possíveis e tomar senciência, tornando-se assim um sujeito auto refletivo e produtor de efeitos no ambiente. O efeito adverso está na percepção decorrente da sua mortalidade, em um mundo repleto de perigos que podem pôr fim à sua existência. Por

consequência, a apreensão da agência só se torna possível perante um estado cognitivo estável, que não seja constantemente apreendido pelas imagens e pela ansiedade dos possíveis cenários de morte. A resposta para essa questão está na cultura, na formação de padrões de pensamento e conduta, de rotinas que aquiescem a ansiedade da mortalidade para o nível inconsciente, promovendo respostas programáticas e automatizadas aos estímulos e interações da vida cotidiana, formando um sistema basilar de crenças que configura os arquétipos morais e interpretativos dos sujeitos, atribuindo conceitos acerca de quem são e como devem agir.

Isto denota uma tendência de estabilização cognitiva que se ancora em regimes de verdade e estados de normalidade, em outros termos, nos conjuntos de fatores considerados canônicos e previsíveis. O que ocorre, por sua vez, quando não são atendidos, é uma reação diametralmente inversa, a de intensificação da ansiedade e o sentimento de ameaça existencial. A ameaça não trata da violência em si, mas do seu prenúncio. Não está no ato, mas na sua possibilidade. Disto decorre que ela possui um efeito que impera na ordem subjetiva do indivíduo, buscando desencadear efeitos psicológicos de ansiedade e paralisação da ação. A possibilidade é algo que pode ou não adquirir materialidade, mas que desperta os sentidos de sobrevivência para preparar as medidas necessárias à máxima redução possível dos riscos percebidos.

E nesta chave se encontra o principal argumento a ser trabalhado nesta pesquisa: Ao criar percepções narrativas do inimigo, utilizando elementos emblemáticos como a invasão de hordas de imigrantes criminosos e estupradores, um suposto marxismo cultural, ao qual se referem sob a alcunha de “globalismo” que, por meio das instituições internacionais, busca privar as nações da sua autonomia, destituí-las de sua soberania e impregná-las com influências externas que corroem os valores e identidades locais e, em especial, simbolismos como a *ideologia de gênero*, a cultura *woke*, “mamadeira de piroca” e “kit gay”, dentre outros; os movimentos radicais de direita buscam promover pânicos morais e reacionarismos políticos por meio da exaltação da ideia de ameaça, diante da qual as populações locais tornam-se mais suscetíveis ao apoio de programas securitários que burlam mecanismos tradicionais de controle democrático.

Indivíduos se mobilizam diante da percepção de ameaça, seja física, seja do seu modelo civilizacional, apoiando as medidas necessárias para que a sobrevivência do seu modelo de vida seja garantida. Neste contexto, a escola de Copenhage identificou, no recurso às ideias de segurança e ameaça, um perigoso instrumento de radicalização política. Securitizar, em termos gerais, significa transferir um certo objeto para o campo discursivo da segurança, o que se traduz em interpretá-lo sob uma lógica estratégica de ameaça e emprego da força, favorecendo

a aplicação de medidas extraordinárias pouco prováveis em um cenário habitual. Tratando-se do contexto dos movimentos radicais de direita, a lógica opera sob uma ótica de dicotomias maniqueístas e de uma condição limítrofe das identidades nacionais. Se o presente é retratado como um reflexo decadente da perda dos valores, do arrefecimento do papel exercido pela instituição familiar e do esmorecimento das identidades, isto se dá em decorrência da presença de elementos maculosos, que contribuíram com o enfraquecimento da nação, sempre associados às pautas universalistas de direitos humanos, aos movimentos sociais, ao feminismo e à diversidade cultural, étnica e sexual. Em contraposição, líderes carismáticos se apresentam como uma resposta necessária para que o povo recobre seu local de direito, no resgate dos valores e da ordem.

No cerne da narrativa, está a ideia de ameaça iminente, o desaparecimento das culturas e identidades, assim como Le Pen denuncia o desaparecimento da comunidade francesa diante da islamificação europeia, caso medidas extremas não sejam tomadas com urgência. Durante a segunda corrida eleitoral de Trump, por exemplo, uma pesquisa realizada pelo laboratório de psicologia política da universidade de Cambridge<sup>3</sup> apontou que 89% dos seus eleitores concordavam com a ideia de que “os valores e crenças americanos estão sendo minados e as tradições estão sob ameaça”, assim como 87% concordaram com a percepção de que os empregos nos EUA estão “inseguros no momento e a prosperidade futura está sob ameaça”. Como resposta, há um gradual processo de deterioração democrática, por meio do qual, buscando a estabilização ontológica e o retorno da sensação de segurança, os indivíduos se tornam mais suscetíveis à defesa de políticas persecutórias e passam a associar a alteridade com uma ameaça existencial (Mitzen, Kinnvall, 2020).

Há, portanto, uma relação operativa paradoxal: Embora o conflito seja desestabilizante e reforce a ideia de ameaça, é justamente por meio da sua contínua mobilização que estes grupos criam os vácuos de poder e representatividade nos quais se assentam. Construindo narrativamente a ideia de ameaça ao redor de figuras específicas do corpo social, especialmente no que tange questões de gênero e sexualidade, que estão na base das concepções essencialistas duais que sustentam o modelo patriarcal de família, os movimentos radicais de direita provocam um estado de insegurança ontológica na medida necessária para criar disposição ao apoio de respostas alarmistas baseadas na suspensão de direitos e na busca pela homogeneização social.

---

<sup>3</sup> YGOV; UNIVERSITY OF CAMBRIDGE. University of Cambridge Pre-US Election Tables: 241107\_1. [S. l.]: YouGov, 7 nov. 2024. Disponível em: [https://ygo-assets-websites-editorial-emea.yougov.net/documents/UniversityOfCambridge\\_PreUSElection\\_Tables\\_241107\\_1.pdf](https://ygo-assets-websites-editorial-emea.yougov.net/documents/UniversityOfCambridge_PreUSElection_Tables_241107_1.pdf). Acesso em: 10 dez. 2025.

Sua sustentação política, portanto, se dá pela contínua promoção do conflito e da instabilidade, prometendo, em resposta, a estabilização por meio de políticas securitárias. Embora seus discursos promovam a busca pela estabilidade social, são eles mesmos produtores de instabilidade.

Mas, afinal, por que o gênero e a sexualidade? Sua presença nos discursos, posicionamentos e políticas é notória. Está circunscrito em um apelo à necessidade de resgate dos padrões seculares da família, assertados em restrições rígidas quanto aos papéis sociais a serem desenvolvidos pelos sexos, em oposição ao que se retrata como políticas danosas de engenharia social, sequestro da infância, mutilação dos corpos, depravação, folia sexual e pecado. Foucault (1999) descreveu de maneira precisa como o controle biopolítico das pulsões sexuais, a arregimentação dos desejos e a docilização dos corpos configuram um caro instrumento ao controle social e à produção capitalista. Reich (2019), por sua vez, elabora como a frustração sexual e o controle compulsório dos afetos influencia positivamente a formação de uma personalidade autoritária, tornando o indivíduo dócil perante um sistema rígido de controle, e colérico contra aqueles que o infringem. Trata-se, portanto, de uma arena de disputa política, representando uma linguagem de jogos de poder inserida na base da economia política capitalista (Tiburi, 2024). O controle repressivo dos corpos, e da sua significação social, incorre na inibição de concepções disruptivas que buscam contestar relações seculares assimétricas de poder, desalojar relações de dominação e expressar formas de uma afetividade expandida que, em tudo, teria a ver com a democracia.

É por esta razão que o presente trabalho se propõe a investigar o papel desempenhado pelas questões de gênero e sexualidade no cerne dos projetos da ultradireita. Como são por ela enxergadas? Por quais meios são instrumentalizadas e quais efeitos possuem na sociedade, quando se trata das questões de segurança, às quais são sempre associadas?

Para tanto, o que se discorre será dividido em três capítulos. O primeiro deles é dedicado à compreensão mais profunda a respeito de quais movimentos estariam englobados sob o termo “ultradireita”, uma terminologia guarda-chuva que busca apreender uma ampla gama de movimentos que contém cada qual particularidades contextuais e regionais. Além disso, o capítulo será dedicado a realizar uma radiografia dos principais componentes ideológicos que permitem identificar os agentes, partidos, organizações e governos participantes deste espectro político.

O segundo capítulo, por sua vez, empenhar-se-á em investigar a construção de subjetividades destes movimentos. Embora quase sempre se apresentem trajados de uma narrativa de neutralidade racional, seus posicionamentos são profundamente ideológicos, e

partem de concepções particulares acerca da composição da vida social e dos valores que devem orientá-la. Portanto, o capítulo faz uso das teorias da (in)segurança ontológica e da securitização para esquadriñar como, a partir de construções discursivas baseadas em relações maniqueístas duais, o sexo é instrumentalizado como um artifício para a promoção de pânicos morais, e como estes operam nos sistemas cognitivos dos indivíduos, predispondo-os ao apoio de políticas radicalizadas, contrárias aos valores do Estado democrático de Direito.

Por último, o terceiro capítulo busca realizar um estudo de caso, para analisar de maneira mais profunda como esses arcabouços conceituais se materializam nos posicionamentos e políticas de dois governos particularmente representativos da ultradireita: Brasil e Estados Unidos. Enquanto o primeiro representa uma proximidade sócio geográfica, o que permite análise e compreensão mais profunda dos componentes identitários envolvidos, o segundo espelha um movimento de radicalização daquela, historicamente, marcada como a maior democracia do mundo, e cujas clivagens podem surtir efeitos tanto nas influências oferecidas sobre outras articulações políticas, quanto nas reconfigurações do tabuleiro geopolítico promovidas por alterações no seu padrão de inserção no cenário internacional.

## 2 METODOLOGIA

No dia 20 de janeiro de 2025, ao tomar posse de seu segundo mandato à frente de uma das maiores potências globais em termos econômicos, militares e, principalmente, no que tange influência política e cultural, Donald J. Trump deixou evidentes alguns dos principais elementos distintivos da composição ideológica, da operatividade política e do arranjo instrumental de abordagem das massas que caracterizam os novos movimentos da direita global mais radicalizada.

Dando continuidade ao lema *America First*, que precede de sua primeira campanha eleitoral, em 2016, Trump exibiu um discurso que pode ser resumido à articulação de dicotomias: uma América dominada por um *establishment* radical e corrupto *versus* um líder que alega ter passado por mais provações que qualquer outro na história do país, salvo de uma tentativa de assassinato por Deus para resgatar a nação. Um país em total declínio, incapaz de oferecer serviços básicos à sua população com fronteiras desprotegidas, invadido por “criminosos perigosos, muitos de prisões e instituições mentais que entraram ilegalmente de todo o mundo” (Trump, 2025) *versus* o “dia da libertação”, trazendo uma América próspera e mais segura, a começar pela declaração de emergência nacional e envio de tropas para a fronteira com o México, assim como uma massiva política de deportações, sob a revelia da Lei de Inimigos Estrangeiros de 1798, para “defender o país de ameaças e invasões”. Um governo autoritário e promotor de censuras *versus* a defesa da liberdade de expressão, da justiça, da lei e da ordem. Engenharia social de raça e gênero, somadas a teorias políticas radicais e experimentos sociais *versus* uma política pragmática que considera somente os gêneros masculino e feminino.

Tais elementos não se limitam a um proselitismo eleitoral, mas representam um projeto político em construção, e tampouco estão isolados, mas reverberam um movimento mais amplo, de capilaridade crescente na ordem internacional, com ideais reproduzidos por grupos e partidos como a AfD, na Alemanha, a *Nouvelle Droite*, na França, o Partido Liberal, no Brasil, o Partido da Liberdade, na Áustria, o Fidesz, liderado pelo primeiro ministro Viktor Orbán, na Hungria, o partido *La Libertad Avanza*, governista de extrema direita na Argentina, o partido Vox, na Espanha, dentre tantos outros que têm adquirido capilaridade eleitoral crescente e maior participação nas casas Executiva e Legislativa pelo mundo, com ideias que acentuam o radicalismo político com base na diferenciação e na exclusão entre grupos.

Como será melhor evidenciado ao longo deste trabalho, os novos movimentos da ultradireita representam uma complexa multiplicidade de formações distintas, com vicissitudes

que envolvem questões étnicas e territoriais locais, a tentativa de reconquista de relações históricas de poder e dominação agora disputadas, concepções seculares dos papéis sociais de gênero e das formas legítimas de constituição familiar, disputas acerca da forma e do papel do Estado perante a sociedade, assim como o seu nível de inserção no cenário internacional, diante de uma sociedade globalizada, interdependente, e estruturada segundo organizações supranacionais cujas arquiteturas institucionais interferem no livre exercício do arbítrio.

Portanto, pode-se dizer que confluem em um sincretismo que se alimenta de fontes de influência diversas. Aspirações militaristas, que enaltecem movimentos ditatoriais do passado, elencam a ordem, estabelecida pelo império da força, como uma prerrogativa para o progresso moral. Este, por vezes, é apregoado de uma abordagem religiosa, sobre a qual se assentam valores patriarcais normativos, responsáveis pelos arquétipos comportamentais, estéticos e ideológicos que delimitam a fronteira defendida por tais movimentos entre o moralmente aceito e o corruptível.

Não obstante, comumente existe uma profunda questão étnico-racial no centro do debate, que interliga esses elementos em um contexto de disputa identitária, territorial e institucional. Frequentemente, as novas direitas radicalizadas estabelecem como pedra angular do seu discurso um chamado ufanista das massas. A partir de um diagnóstico que quase sempre parte de uma narrativa de decadência da nação, costumam elencar a necessidade de uma clivagem social profunda, para que ela seja revitalizada e possa retornar à ideia que constroem de um passado de progresso. Para tanto, alguns elementos reiteradamente se fazem presentes, como o resgate de uma composição específica de “ordem”, a retomada de um certo conjunto de valores tradicionais, muitas vezes contestados a partir do avanço de pautas progressistas, o fortalecimento das fronteiras, a expulsão de “agentes externos” e a ruptura para com a interferência de organizações supranacionais.

Quanto a estes dois últimos pontos, questões de ordem econômica, como o aumento da inflação e dificuldades de acesso ao emprego e à moradia, passam a ser associada à presença de “invasores”, estrangeiros, mesmo aqueles regularizados, que são culpabilizados por “drenar” as capacidades assistencialistas do estado e dificultar o acesso a postos de trabalho, além de representarem uma ameaça em termos de segurança e de acultramento (vide o temor, nos anos recentes, que diversos grupos europeus demonstrem com relação a um processo de “islamificação” dos povos, devido ao fluxo migratório de muçulmanos). Instituições internacionais, por sua vez, têm sido atacadas como agentes de subtração da autonomia estatal. Sendo o que se propõe, tratar-se-iam de organizações contrárias aos interesses nacionais, responsáveis por cooptar a soberania em detrimento do progresso de nações terceiras, o que

faria dos fóruns multilaterais não um instrumento de confluência para o desenvolvimento coletivo pacífico, mas uma forma institucionalizada de rapinagem das riquezas e capacidades industriais nacionais.

Deste modo, há uma conjunção de elementos que não são difusos, mas se interseccionam na formação das bases ideológicas e identitárias da ultradireita internacional. Embora a proeminência de cada elemento seja variável de acordo com as condições históricas e relações locais de poder, há fatores distintivos comuns que permitem analisar estes movimentos como um fenômeno amplo em desenvolvimento, de complexidade ímpar, pois além de envolver questões identitárias, políticas e securitárias, altera também as formas de atuação política e mobilização das massas. Trump e Bolsonaro talvez sejam os principais exemplos de como o discurso tradicional, mediado por palanques mediados pelos meios tradicionais de informação, deu lugar à sua desqualificação sistemática e substituição pelo contato direto com o público através das novas plataformas digitais. Facebook, X (antigo Twitter), Whatsapp e Instagram, dentre outros, passaram a ser um profícuo campo de atuação política, utilizando-se de dados psicométricos, *dark-ads*, *deep fakes* e campanhas de desinformação como instrumento de formação e direcionamento da opinião pública.

Diante disto, há um grande desafio metodológico para uma ampla e crítica análise a despeito de quais exatamente são os projetos sendo colocados em prática por esses movimentos, quais os possíveis impactos e contra quais grupos, assim como quais as formas de abordagem utilizadas e como operam no aumento da adesão coletiva a formas de atuação política gradativamente mais radicalizadas, pautadas no emprego da força e da exclusão social.

Para tanto, esta investigação analítica recorre ao recurso da pesquisa qualitativa. Denzin e Lincoln a definem como

uma atividade situada que localiza o observador no mundo. A pesquisa qualitativa consiste em um conjunto de práticas interpretativas e materiais que tornam o mundo visível. Essas práticas transformam o mundo. Eles transformam o mundo em uma série de representações, incluindo notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias, gravações e memorandos para si mesmo. Neste nível, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa e naturalista do mundo. Isto significa que os investigadores qualitativos estudam as coisas nos seus ambientes naturais, tentando dar sentido ou interpretar os fenômenos em termos dos significados que as pessoas lhes atribuem (Denzin, Lincoln, 2018, p. 43, tradução própria<sup>4</sup>).

---

<sup>4</sup> “Qualitative research is a situated activity that locates the observer in the world. Qualitative research consists of a set of interpretive, material practices that make the world visible. These practices transform the world. They turn the world into a series of representations, including field notes, interviews, conversations, photographs, recordings, and memos to the self. At this level, qualitative research involves an interpretive, naturalistic approach to the world. This means that qualitative researchers study

Contraria, portanto, o que fora sugerido pelo debate positivista do final do século XX, assentado nas bases estabelecidas pela epistemologia comteana. Esta acreditava na existência de um mundo cognoscível, unívoco, dotado de características imanescentes a serem reconhecidas e compreendidas pela figura de um observador cognoscente, imparcial, dotado e orientado pela racionalidade. A mediação entre estes dois elementos se daria por meio da observação científica, única capaz de prover ao observador acesso verídico e indelével à gnose, o conhecimento acerca do mundo em que está inserido e dos fenômenos que o regem.

Localizada no seio do pós-estruturalismo e das teorias críticas, no entanto, a pesquisa qualitativa nega a percepção de distanciamento entre objeto, imaculado, e observador, dotado de neutralidade. Acredita, efetivamente, que o observador está inserido geográfica e historicamente, imbuído de influências epistemológicas, culturais, geopolíticas e de interesses particulares que, esclarecidos ou não, exercem influência sobre as variáveis consideradas e sua relevância, o modo como os fatos são interpretados e as conclusões deles derivadas. Deste modo, diferentemente do objeto de estudos das ciências naturais, que tende à reprodutibilidade em espaço controlado e à imutabilidade no curto e médio espaço de tempo, as ciências humanas, que investem na compreensão dos fenômenos sociais, encarregam-se de um objeto qualitativamente mutável, em curtos espaços de tempo, vide a derrocada de golpes de Estado, a eclosão de guerras ou disputas por novos recursos naturais descobertos (DaMatta, 2010). A partir disso, a construção do saber não parte de uma percepção monocrática e autoritária, mas assume que diferentes filosofias de pesquisa e metodologias articulam distintas validações de verdade (Saukko, 2018), o que a desloca de um espaço dogmático de inquestionabilidade para o de performance e, portanto, contingência.

A pesquisa qualitativa não nega, portanto, metodologias tradicionalmente filiadas à tradição das ciências exatas e naturais, ligadas aos métodos estatísticos e a modelos preditivos, mas os abraça como elementos complementários, insuficientes em si mesmos para explicar as profundas contradições e as contínuas clivagens que permeiam os fenômenos sociais. Acredita que não basta um leque seletivo de metodologias seculares mas, assim como a multiplicidade de desafios, em constante transformação, que pretende investigar, também investir em uma abordagem plástica e mutável, que se adeque às necessidades de cada objeto, fazendo uso da *triangulação*. Esta refere-se justamente à negação da exclusividade metodológica, substituindo-a pela complementariedade e simbiose entre métodos estatísticos,

---

things in their natural settings, attempting to make sense of or interpret phenomena in terms of the meanings people bring to them.”

estudos de caso, análise categórica comparativa, análise psicométrica, elaboração de modelos preditivos, análise de discurso, dentre tantas outras abordagens de cunho observatório, histórico e interacional.

O cerne desta abordagem está no distanciamento da percepção dogmática de uma verdade pura, inquestionável e indivisível, para assumir uma multiplicidade de possíveis acepções de verdade, considerando criticamente as bases históricas, culturais, políticas e relacionais que a sustentam, assim como os efeitos resultantes sobre populações na forma de relações desiguais de poder. Para tanto, Denzin e Lincoln estabelecem 5 etapas da pesquisa qualitativa:

**Tabela 1 – Etapas da pesquisa qualitativa**

| <b>Etapa</b>                                         | <b>Descrição</b>                                                                                                                                                                                                                         |
|------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Pesquisador e pesquisa como sujeitos multiculturais  | Base epistemológica de negação da concepção positivista de neutralidade                                                                                                                                                                  |
| Principais paradigmas e perspectivas interpretativas | Estabelecimento da rede que contém as premissas epistemológicas, ontológicas e metodológicas do pesquisador,                                                                                                                             |
| Estratégias de pesquisa                              | Estabelecer os principais componentes orientativos de uma pesquisa: objeto de estudo, pergunta de pesquisa, quais as informações mais preciosas para respondê-las e como obtê-las, o conjunto basilar de concepções que guiam a pesquisa |
| Métodos de coleta e análise de materiais empíricos   | Definição do conjunto de metodologias mais apropriadas ao estudo proposto                                                                                                                                                                |
| A arte da interpretação                              | Definição do modelo interpretativo a ser utilizado e quais seus critérios, assim como quais os efeitos do fenômeno estudado e sobre quais comunidades incidem                                                                            |

Fonte: Elaboração própria, com base em Denzin e Lincoln, 2018

### **a. Pesquisador e pesquisa como sujeitos multiculturais**

A partir desses proponentes, define-se efetivamente o arcabouço teórico que esta pesquisa se propõe a seguir. Com relação ao primeiro ponto, estabelece-se uma posição diametralmente oposta aos postulados positivistas. Foucault (2008) identifica que

Analisar positivamente é mostrar segundo que regras uma prática discursiva pode formar grupos de objetos, conjuntos de enunciações, jogos de conceitos, séries de escolhas teóricas. Os elementos assim formados não constituem uma ciência, com uma estrutura de idealidade definida; seu sistema de relações é, certamente, menos estrito; mas não são, tampouco, conhecimentos acumulados uns ao lado dos outros, vindos de experiências, de tradições ou de descobertas heterogêneas e ligados somente pela identidade do sujeito que os detém. Eles são a base a partir da qual se constroem proposições coerentes (ou não), se desenvolvem descrições mais ou menos exatas, se efetuam verificações, se desdobram teorias. Formam o antecedente do que se revelará e funcionará como um conhecimento ou uma ilusão, uma verdade admitida ou um erro denunciado, uma aquisição definitiva ou um obstáculo superado (Foucault, 2008, p. 203).

A ciência não surge como um fruto espontâneo do intelecto humano, mas como uma articulação de saberes, validados a partir de um método. Saberes tampouco se apresentam como amostras de um conhecimento justaposto, naturalmente acessível. Ao contrário, dependem de práticas discursivas e da formulação de enunciados, desta criação de conjuntos de objetos, variáveis, postulados e formulações teóricas que servirão de base à constituição científica. Foucault os descreve como o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não status científico.

Como características centrais dos saberes, estabelece que não tratam da soma das concepções de verdade assumidas, mas o conjunto de condutas, de singularidades, dos desvios que se pode falar no discurso. Portanto, não trata apenas do conteúdo, mas também da forma, das regras que o condicionam e institucionalizam sua validade. Em segundo lugar, um saber é o espaço que um sujeito toma posição para falar dos objetivos nos quais seu discurso investe. Há, com isso, uma reserva de poder e autoridade, uma vez que um local diferencial possibilita a esse sujeito as funções de observação, interrogação, análise, registro e decisão. Em terceiro lugar, um saber é também um campo de coordenação/subordinação dos enunciados em que conceitos são apresentados, definidos, transformados e aplicados. Aqui, há uma hierarquia de validades e saberes, tornando o conhecimento não o acúmulo de tudo o que foi dito, mas uma estrutura condicional dos modos e posições a serem ocupadas por novas enunciações em

detrimento do que já fora validado e consolidado. Por último, um saber se define pelas suas possibilidades de apropriação e utilização oferecidas pelo discurso. Em outros termos, um saber tem função instrumental, articula-se com outros discursos e de desdobra em práticas, discursivas e não discursivas, que têm por intuito transformar o meio.

Por conseguinte, a análise epistemológica proposta por Foucault sugere a relação prática discursiva-saber-ciência como a via social para a produção do conhecimento. Este, entretanto, não está embasado em condutas de neutralidade, mas em um processo discursivo e, portanto, parcial e investido de interesses, responsável pela delimitação de objetos cognoscíveis específicos; em posições hierárquicas que provém determinados sujeitos de autoridade e reservas de poder sobre a validação dos enunciados e conceitos e, por último, na instrumentalização do discurso para promover o domínio e formatar diferentes aspectos da vida social. Por estas razões, assumem-se objeto de pesquisa e sujeito como socialmente imbuídos, localizados histórica e geograficamente, dotados de vieses que, como será defendido adiante, representam tanto as limitações quanto a potência deste método de investigação.

## **b. Principais paradigmas e perspectivas interpretativas**

Para além da perspectiva epistemológica supracitada, deve-se esclarecer o arcabouço teórico a ser neste estudo empregado. Uma vez estabelecido que os arranjos discursivos e teóricos que dão base à constituição de saberes possuem caráter contingente, e que aqueles que ocupam uma posição de hegemonia normativa representam uma reserva de poder, não necessariamente pela sua superioridade lógica ou valor de verdade, a análise toma um novo rumo, orientado pelas perguntas: Se estes saberes não são condições naturais e imutáveis, mas aceções de verdade social historicamente constituídas, a quais grupos interessam? Como afetam o arcabouço institucional, as normas e condutas, os discursos e pensamentos cotidianos? Sobre quais grupos incidem e como os afetam? Em termos foucaultianos, quais governamentalidades são produzidas e como operam? (Foucault, 2008).

Trata-se de uma clivagem qualitativa na forma de analisar os fenômenos da realidade social, que Cox (1981) identifica como a distinção entre as teorias de resolução de problemas (*problem solving theory*) e a teoria crítica. As primeiras assumem a realidade presente como ponto de partida de análise, tendo como única prioridade a instrumentalização do fazer teórico como guia para a resolução de problemas de sua conjuntura. Trata-se, portanto, de um recurso instrumental, cuja ótica analítica está limitada às condições da realidade em que está inserida, sem também colocá-las como objeto de análise, mas tomando-as como elementos reificados

que constituem uma base inquestionada a partir da qual atuar. Seu interesse não repousa em compreender o processo de formação das estruturas institucionais e relações de poder, não investe em uma historiografia da distribuição assimétrica de poder e nem mesmo em como reflete relações desiguais de dominação. Pelo contrário, servem como instrumento àqueles que as empregam para superar os desafios sobre as quais são empregadas. Não por acaso, analisando uma estrutura secular de pensamento, Cox afirma a condição invariável de parcialidade teórica de qualquer analista, sempre servindo a alguém e a algum propósito específico, visto que a isenção de questionamento das relações sociais como são encontradas desemboca em uma legitimação tácita da sua perpetuação.

A partir disso, Cox propõe o surgimento da teoria crítica como um esforço intelectual em resposta a estas lacunas analíticas, uma forma de pesquisa engajada na transformação das estruturas sociais, comprometida com processos emancipatórios responsáveis pela construção de realidades alternativas possíveis. Baseada no materialismo histórico-dialético, a teoria crítica tem como pressuposto a fuga da reificação, tomando como seu princípio norteador a contingência histórica. Isto significa que atores, instituições e estruturas de subordinação não são dotadas de teor imanente, mas são, em realidade, constructos historicamente forjados, a partir de interesses de grupos particulares e arranjos específicos da capacidade de articular a sua vontade. São, portanto, passíveis de questionamento, no que tange a sua legitimidade e os efeitos que geram na sociedade.

A característica central desta ótima está na negação de uma aceção tacitamente compartilhada por muitos conjuntos teóricos, especialmente aqueles inseridos no campo do estruturalismo clássico e do positivismo, de que há arranjos imutáveis, que determinam as regras do jogo internacional. Contrariamente, a teoria crítica aposta na mutabilidade potencial de estruturas e atores, o que justifica interpretar o Estado, figura privilegiada das teorias de relações internacionais, como uma estrutura histórica, uma configuração particular de forças que impõe pressões e constrangimentos quanto à ação dos indivíduos, e que existe a partir de uma conjunção específica, no espaço-tempo, de capacidades materiais, instituições e ideias, que possuem certa coerência entre os seus elementos. Como Cox salienta, não determinam as ações dos indivíduos de forma mecânica, mas constituem o contexto dos hábitos, normatividades, paradigmas e ideologias, expectativas e coerções que constroem a capacidade de ação. Não determinam, mas influenciam e modelam. Não são estáticas, mas mutáveis. Não são naturais, mas arranjos pontuais e contingentes, que dependem de uma constante operação de contenção de forças diversas para se manterem inalteradas.

No que concerne a esta pesquisa, o campo das ideias demanda especial atenção. Cox as divide entre significados intersubjetivos, responsáveis pelas noções partilhadas que perpetuam hábitos e comportamentos, e imagens coletivas da ordem social. Estas englobam os principais valores e normatividades, códigos jurídicos, conjuntos de regras e percepções de ordem e funcionamento cotidianos, sustentam as visões acerca da natureza e legitimidade das relações de poder em exercício. No seu conjunto, portanto, as ideias modulam um campo intersubjetivo de significados, que se traduz na legitimação de certas alocações de poder e estruturas de funcionamento que regem a ordem social.

Em constante ascensão a partir do início do século XX, os novos movimentos de extrema direita, em escala internacional, possuem um projeto que busca implementar alterações estruturais na presente estrutura histórica. Por um lado, o nativismo busca frear o movimento de globalização, que outrora criara a esperança de um mundo totalmente conectado e livre de fronteiras à circulação e mercadorias, em nome do resgate exclusivista da identidade nacional e dos valores locais. Por outro, esta inversão conceitual desemboca em uma nova interpretação das organizações internacionais, vendo-as não mais como legítimos fóruns de negociação multilateral com vistas à padronização do sistema, tornando mais confiável e próspero, mas como órgãos institucionalizados de ataque às soberanias nacionais e privação de pleno exercício da autonomia do Estado soberano.

Dentre tantos outros exemplos, que serão melhor trabalhados ao longo desta pesquisa, estes servem para ilustrar como o momento atual, no cenário internacional, trata-se de uma conjuntura de disputa. Em muitos casos alegando a necessidade de resgate de uma dada “ordem natural” que fora corrompida, através de narrativas do tipo amigo/inimigo, no formato estudado por Schmitt (2009), na construção de narrativas retro utópicas de um passado idílico em oposição a um presente decadente, no apelo ao ufanismo e na necessidade do emprego da ordem, os movimentos de extrema direita têm colocado no epicentro conjuntos de valores, arranjos institucionais e o próprio modelo democrático, da forma como tradicionalmente o conhecemos.

Se os saberes podem ser instrumentalizados como reservas de poder, que dotam dadas figuras de autoridade, e eles são estabelecidos a partir de atos discursivos, é por meio da abordagem apologética, da construção narrativa e da condução das ideias, dos imaginários coletivos, que estes movimentos têm angariado um crescente apoio popular a ideias políticas radicalizadas, e justamente com base nesta relação se fundamenta a presente metodologia.

Tomam-se como elementos direcionados alguns princípios orientativos do olhar que deve ser assumido a partir da teoria crítica: Primeiramente, é necessário compreender estrutura

social em que a ação está inserida, compreendendo seu contexto histórico, para desvelar as contradições que levaram à situação conflituosa e à necessidade de teoria; esta estrutura é passível de transformação ao longo do tempo, e é necessário compreender as novas condições e como modelam o conflito; tanto a ação quanto a teoria em si são moldadas pela problemática, o que significa assumir que o processo de teorizar nunca está finalizado, mas trata de um contínuo esforço intelectual que necessita acompanhar, compreender e se adaptar às novas condições contextuais; e, por último, a estrutura não deve ser visualizada em questão das necessidades para a sua manutenção/reprodução, mas em termos de quais conflitos desperta e como, a partir deles, novas realidades podem ser criadas.

Dentre as variantes surgidas a partir do bojo da teoria crítica, aqui emprega-se, tanto pelo foco específico neste segmento social, quanto pela potência transformacional que esta visão proporciona. Turner (2000) define a teoria queer como engaja em um ativo processo de contestações: às concepções teóricas e políticas tradicionais, às identidades e categorias, ao liberalismo, às aceções de verdade e à subjetividade. Em outros termos, para além de uma construção teórica generificada, um esforço de construção teórica resistente à ortodoxia, comprometida com a expansão, elaboração e promoção de formas alteras de ser e saber, que não precisam ser criadas, mas que já existem invisibilizadas, às margens da normatividade.

Em termos práticos, orienta a busca pela contestação de identidades e papéis de gênero reificados, desestabilizar categorias de análise e promover uma interpretação dos fenômenos que parta da experiência de grupos marginalizados, como forma de construção de conhecimentos plurais. Atualmente, muitos estudos já foram publicados acerca do fenômeno político das extremas direitas, buscando categorizar sua inserção no espectro político, tendências discursivas, análise de políticas e comparações históricos com outros movimentos radicais, incluso o fascismo, mas são secundários aqueles que focalizem nos grupos marginalizados, especialmente a comunidade LGBT. Se esta tem grande presença nos discursos e abordagens, então por que igual atenção não é dada academicamente, para compreender a função exercida por estes grupos nas novas modalidades da *práxis* política? A academia, igualmente, partilha de arquétipos valorativos que induzem à super exploração teórica de dados elementos e negligência a outros.

Mas a perspectiva aqui empregada não se limita a esta comunidade. Alexander (2018) sugere uma visão expandida, assumindo o *queer*, sem que se negligenciem suas origens, como uma perspectiva emancipatória que engloba todos aqueles grupos externos à normatividade, comprometido com a construção de legitimidade das vivências que habitam nos *locos* externos

aos centros de poder. Tratando-se de identidades, há uma constelação que só permite o empoderamento de segmentos específicos, através do diálogo com todo o sistema.

Por isso, este trabalho se dedica à investigação dos segmentos marginalizados e perseguidos, retratados em muitas das narrativas das novas extremas direitas, como invasores, criminosos e/ou agentes maculosos do corpo social. Qual a origem desta ojeriza? Como essa construção discursiva influencia o imaginário coletivo? Até que ponto tem efetividade na percepção de ameaça, e como esta, gradativamente, angaria legitimidade a projetos políticos baseados na diferenciação social e no emprego da força?

À medida que movimentos radicalizados alcançam maior popularidade, ocupam cadeiras no Executivo e Legislativo, e tornam-se capazes de reverberar com cada vez mais intensidade estes ideários, produz-se o que Foucault (2006) descreve como efeitos do saber. Produções de verdade geram efeitos sobre a mente e as ações do corpo social, no sentido de criar legitimidade sobre determinados corpos de regras e condutas, sobre o que é considerado aceitável ou censurável, sobre quais corpos devem viver ou morrer, na leitura feita por Mbembe (2011). A gestão biopolítica se edifica a partir daquilo que é moldado através dos discursos.

### **c. Estratégias de pesquisa**

Aqui se estabelecem o desenho, o escopo e os principais objetivos almejados pela pesquisa. Resumidamente, propõe-se uma investigação acerca da forma como os novos movimentos de extrema direita, internacionalmente, têm promovido guerras identitárias por meio do recurso da (in)segurança ontológica e de processos de securitização. Para tanto, é necessário decompor a pesquisa em alguns componentes de análise.

Primeiramente, estabelecer a quais grupos se refere quando evocado o termo “extrema direita”. É necessário analisar a literatura corrente, identificar as características que permitem analisar uma variedade de composições nacionais e políticas distintas como um grupo que partilha características, ideais e projetos comuns ao ponto de poder ser analisado por um panorama geral e, além disso, quais elementos distintivos permitem separá-lo das direitas tradicionais.

Em segundo lugar, realizar o recorte espacial e temporal da pesquisa. Cada vez mais, os grupos enquadrados na extrema direita são maiores em quantidade e presentes em mais espaços geográficos. Embora seja importante diversificar as fontes de análise, objetos demasiado variados tornariam a pesquisa tão expansiva que esta seria tanto inviável quanto imprecisa. A ideia aqui proposta trata de um modelo geral de análise dos movimentos de extrema direita,

estabelecendo categorias que costumam se apresentar, em maior ou menos grau, e que permitem compreender seus pressupostos ideológicos e projetos políticos. É reconhecida a limitação intrínseca a cada modelo, fazendo-se a ressalva, com respaldo na perspectiva utilizada da teoria crítica, de que devem servir de instrumento orientativo e analítico, devendo-se realizar as devidas reservas às vicissitudes particulares de cada caso.

Deste modo, embora haja exemplos de movimentos de diversas localidades do mundo, aqui será dado maior enfoque em dois casos específicos: Estados Unidos e Brasil. Esta escolha se justifica por três fatores centrais. Primeiro, devido às dificuldades supracitadas para o estudo simultâneo de diversos casos, é necessário haver parcimônia no momento da escolha. Concentrar esforços na análise dos EUA se dá pela influência potencial de um governo de extrema direita à frente de uma das principais potenciais mundiais em termos militares, econômicos e, principalmente, políticos e culturais. Desde o início de seu segundo mandato à frente da Casa Branca, Donald J. Trump tem sido capaz de tencionar as regras do sistema internacional e inspirar a tentativa de radicalização em outros países, que almejam seguir políticas semelhantes. A escolha do Brasil, por sua vez, se justifica por uma questão geográfica. Este trabalho está localizado na região sulamericana, e o Brasil representa uma subpotência regional, com forte influência política econômica, e uma forte reorientação das tradicionais formas de inserção internacional do país durante o governo Bolsonaro. Por último, a escolha se sustenta pela relação de influência entre ambos os países. Mesmo antes de sua campanha presidencial, Bolsonaro fazia acenos a Donald Trump em posts nas suas redes sociais, citando-o como uma inspiração a ser seguida, o que se intensificou após assumir a presidência da república. Steve Bannon foi uma figura comum no planejamento das campanhas de ambos os presidentes, Bolsonaro mimetizou o modelo de mobilização via redes sociais empregado por Trump e Eduardo Bolsonaro, um de seus filhos, foi uma das figuras responsáveis por manter relações próximas entre ambos os núcleos.

Embora haja muitas figuras que tenham participado e sejam representativas dos vieses ideológicos e projetos políticos de ambos os governos, a pesquisa focará nas figuras de seus líderes, respectivamente Jair Messias Bolsonaro e Donald J. Trump, com eventuais complementos de terceiros, quando necessário. Esta escolha se sustenta pelo próprio modelo de mobilização dos movimentos de extrema direita, uma vez que costumam criar na imagem do líder uma figura messiânica, que concentra o ideário e a legitimidade do movimento. Desta forma, os posicionamentos, políticas e programas costumam ser nuclearizados nesta figura, como estratégia de criar um vínculo afetivo de confiança com as massas. Como espaço

temporal, será considerado o período que data do primeiro mandato de Trump na Casa Branca até o período presente.

Para análise empírica, há duas frentes a serem utilizadas. Como evidenciado, o campo discursivo representa um elemento fulcral para a compreensão destes movimentos. Por isso, uma primeira frente de abordagem se dedica à investigação dos discursos, por meio da coleta, transcrição e análise de pronunciamentos oficiais, entrevistas, posts na rede social X (antigo Twitter) e lives, no caso de Bolsonaro. Complementarmente, a segunda frente de investigação busca compreender a materialidade prática destes discursos, investindo na coleta e análise de medidas presidenciais, projetos e políticas efetivamente implementadas, que operam no sentido de privação de direitos, discriminação social e debilitação das garantias democráticas, especialmente no que tange as questões de gênero e sexualidade, aqui enfocadas.

Considerando a vastidão e riqueza de materiais, há de se realizar um recorte, para que não seja investido tempo em conteúdos que não agreguem àquilo que é proposto nesta pesquisa. Para tanto, como parâmetro de seleção, serão selecionados, para a dimensão mais geral deste trabalho, os discursos, pronunciamentos e políticas que permitem enquadrar ambos os governos como pertencentes ao movimento das novas extremas direitas globais. Por isto, serão considerados temas mais abrangentes, que figurem no enaltecimento do nacionalismo exacerbado e do nativismo, ao que se incluem medidas e ataques contra a imigração e medidas persecutórias contra indivíduos e marcadores culturais estrangeiros; posicionamentos e ataques contra pautas identitárias e movimentos sociais, dentre eles a comunidade LGBT e programas de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI), o movimento feminista, movimento negro e grupos trabalhistas; e investidas contra o sistema internacional e a governança supranacional, retratando as instituições internacionais, como a ONU e seus órgãos temáticos, a partir de uma ótica de subtração da autonomia nacional.

Para o enfoque mais específico deste trabalho, serão selecionados discursos e políticas centradas no controle das questões de gênero e sexualidade, assim como aquelas que buscam, com base na criminalização destes grupos, criar estados de (in)segurança ontológica, e promover políticas de securitização, que se classificam como aquelas que, com base na construção narrativa de ameaças iminentes, intentam a suspensão de controles democráticos para a imposição de medidas extraordinárias baseadas no emprego da força.

Para tanto, alguns termos chave, correntes nos pronunciamentos e documentos oficiais de ambos os governos, serão utilizados na identificação temática dos textos, como “ideologia de gênero”, engenharia social de gênero, feminismo, família, sexualidade, hipersexualização,

valores tradicionais, segurança nacional, invasores, ameaça à cultura, cidadão de bem, dentre outros.

As lives, por sua vez, encontram-se disponíveis online e em arquivos de órgãos jornalísticos, como a Revista Piauí, que montou um dossiê completo com todas aquelas realizadas durante a vigência do governo Bolsonaro. Sua transcrição será realizada com o emprego da ferramenta jornalística Pinpoint, que também permite a análise inteligente do conteúdo e identificação dos arquivos que possuem os termos chave pesquisados.

#### **d. Métodos de coleta e análise de materiais empíricos**

Quanto à coleta e análise dos materiais, alguns artifícios serão utilizados. Discursos oficiais e ordens presidenciais são documentos de domínio público, disponibilizados online nos sites oficiais dos respectivos governos. Quanto às entrevistas e lives, serão coletadas dos dossiês de meios jornalísticos e do Youtube, para serem transcritas e analisadas com a utilização do Pinpoint.

O ponto mais relevante está no método de análise deste conteúdo. Uma vez que a perspectiva teórica empregada assume o discurso como canal de formulação das ideias, responsáveis por formatar as normas e práticas sociais e criar o estado de normatividade, o que faz com que as diferentes concepções de verdade sirvam como reserva de poder, o método de análise dos discursos e enunciados deve também considerá-los como construções contingentes que produzem diferentes efeitos sobre segmentos distintos da sociedade. Por isso, opta-se pela análise do discurso crítica.

Proposta por Fairclough em 1992 e atualizada por ele e Chouliaraki em 1999, considera a linguagem como parte irreduzível e dialeticamente interconectada com todos os âmbitos da vida social. O discurso é assumido como socialmente constituinte e constituído: Por um lado, é responsável por estabelecer as relações de poder, dominação e os códigos de valor que formatam as relações sociais, por outro, embora seja empregado como elemento de sustentação das normas, não é intransponível, mas ele mesmo dotado de plasticidade, uma vez que varia conforme os domínios sociais em que está inserido e de acordo com as ordens do discurso às quais é filiado. Portanto, o discurso possui uma dualidade operativa, se traduz como forma de representação, sendo o canal pelo qual se projetam as imagens e formas de assumir e interpretar o mundo, e como ação, pois os indivíduos agem discursivamente, é por meio dele que retratam cenários, expressam suas intenções e os resultados pretendidos (Magalhães, 2005).

Por este motivo, a análise de discurso crítica se dedica a compreender como as práticas discursivas estabelecem ideologias e relações de poder, e como as articulam em processos de transformação da vida social. O discurso significa um conjunto de valores socialmente constituídos, implicando inevitavelmente nas ideologias. Aquelas que se tornam dominantes se materializam em instituições que regem a vida social, com base em crivos parciais de valor, que beneficiam determinados segmentos sociais, enquanto lesam outros. Por isso, o teor crítico, distintivo de outras correntes de análise das práticas discursivas, se dá pelo seu engajamento em propostas emancipatórias, buscando desnaturalizar arquiteturas hegemônicas desiguais acerca de relações de gênero e sexualidade, raça, credo político e religioso, nacionalidade, classe social, dentre outros. Assim como a teoria crítica sugere, investe em dissecar as configurações sociais, a partir da perspectiva dos subalternizados, para propor formas alternativas.

Em termos práticos, Fairclough (1992, 1999) e Chouliaraki (1999) sugerem um modelo tridimensional de análise do discurso, composto pelo texto, pela prática discursiva e pela prática social, conforme figura abaixo:

**Figura 1 – Modelo tridimensional de análise do discurso**



Fonte: Fairclough, 1992, p. 101

O texto trata do conteúdo discursivo em si, dividido na análise do vocabulário empregado, da construção gramatical, da coesão e da estrutura textual. Trata-se de uma radiografia de como a mensagem é construída, investigando os tipos de termo utilizados, neologismos, mecanismos de referência e como as ideias são organizadas. Trump e Bolsonaro

investiram-se de notória construção retórica, com o emprego de terminologias de auto exaltação, como a construção narrativa do “cidadão de bem”, e o emprego frequente de adjetivações condenatórias como “ideologia de gênero”, no sentido de perversão de valores, assim como “engenharia social de gênero e raça”.

A prática discursiva, por sua vez, trata da investigação acerca dos processos de produção, distribuição e consumo do texto. Em outros termos, quais são as práticas sociais para a fabricação de determinados discursos, por quais meios são transmitidos e como são recepcionados pelo seu público-alvo? Neste ponto vale destaque à inflexão promovida por Trump com relação ao decoro diplomático tradicional ao cargo, ao promover um claro embate contra as mídias tradicionais, e tornar as redes sociais seu principal canal de interlocução com o público, ao que Bolsonaro mimetizou por meio do recurso às lives e aos grupos de Whatsapp.

Por último, as práticas sociais são divididas por Fairclough entre ideologia e hegemonia. Aquela diz respeito ao estilo de oratória empregado, as metáforas, pressuposições, sentido das palavras, em resumo, aspectos ideologicamente investidos, que partem de uma concepção de mundo específica e que intentam na sua articulação com os interlocutores. A hegemonia, por sua vez, refere-se aos efeitos que o discurso pretende produzir, ou seja, as orientações econômicas, políticas, culturais, as *práxis* sociais a partir da articulação e desarticulação de ideias discursivamente construídas (Resende, Ramalho, 2004).

Utilizar-se desta metodologia, portanto, trata não somente do processo de dissecar o discurso para compreender os componentes que formulam suas relações de sentido, mas também compreender o local histórico-temporal de onde parte, de quais interesses está imbuído, sobre quais grupos específicos incide e quais relações ideológicas e de poder são subjacentes a essa conflituosidade, tendo como premissa intelectual desvelar relações de dominação e, através da construção discursiva das ideias, promover visões alternativas lastreadas na alteridade e na dignidade humana.

Além disso, como forma de promover maior materialidade prática, para sustentar a composição teórica, o presente trabalho também investe no estudo de caso. Conforme Schwandt e Gates (2018) evidenciam, ele fortalece a análise multimétodo da pesquisa qualitativa, ao permitir a sinergia entre uma macro perspectiva, teórica, que busca estabelecer parâmetros gerais de análise e fundamentos constituintes basilares do objeto de pesquisa, e uma micro, empírica, focada em um ou alguns casos específicos, que possam traduzir em termos práticos a operatividade dos conceitos trabalhados.

Os autores elencam quatro possibilidades distintas para a função exercida na pesquisa pelo estudo de caso: Descritiva, que busca um cunho historiográfico dos fatos; geração

hipotética e desenvolvimento teórico, que busca, a partir da observação empírica, desenvolver hipóteses explicativas e modelos analíticos; teste teórico e hipotético, que busca corroborar um modelo já desenvolvido, em conformidade com os fenômenos da realidade material analisada; e desenvolvimento de teoria normativa que, contrariamente à sua modalidade descritiva, não foca em compreender os fatos da maneira como ocorrem, mas definir especificamente as condições ideais de valor segundo as quais determinados fins seriam desejáveis ou indesejáveis, justos ou injustos.

Como estas modalidades não são mutuamente excludentes, a presente pesquisa se localiza no campo entre a geração hipotética e desenvolvimento teórico, e o teste teórico e hipotético. Isto porque, considerado o objeto de pesquisa, que se desenvolve e reformula continuamente no momento presente, a ótica da pesquisa deve também estar em constante processo de autoanálise e reformulação teórica, de acordo com novos fenômenos relevantes que possam alterar o curso dos conceitos desenvolvidos.

#### **e. A arte da interpretação**

Conforme estabelecido nos tópicos anteriores, a presente perspectiva teórico analítica assume a impossibilidade de um sumo conhecimento, neutro em sua substância e inequívoca na sua forma. Ao contrário, assume-se que toda construção de verdade parte de uma concepção interpretativa, baseada em um conjunto específico de valores morais e referenciais simbólicos, que incidirão diretamente sobre os juízos de valor lançados sobre o objeto em análise.

Aqui repousa uma das principais críticas contra a pesquisa qualitativa, sugerindo que, se toda alegação não passa de uma construção contingente e enviesada, a própria ação científica perde o seu sentido, pois todo estudo não passaria de uma concepção parcializada imbuída de interesse político. A resposta fornecida por Donna Haraway (1995), no entanto, permite criar um caminho novo de investigação.

Sua análise busca uma construção dialética entre a perspectiva dos construcionistas sociais, de um lado, e dos positivistas, do outro. Aqueles afirmam que, uma vez assumida a parcialidade intrínseca à construção teórica, toda verdade passa a ser uma fabricação narrativa inserida em uma relação de poder, o que faria todo e qualquer conhecimento não um esforço comprometido ao avanço das capacidades humanas e à expansão do intelecto, mas uma tentativa mesquinha de convencimento e dominação. Estes, por sua vez, ignoram fatores contextuais e corporificados na produção de conhecimento. Tomando como base a tradição das ciências naturais, partem do pressuposto de fenômenos que tendem à inalteração e cuja

substância não é alterada pela perspectiva do observador, uma matéria imaculada que não se molda à revelia de questões como gênero, raça e sexualidade, assumindo a arquitetura das relações sociais como uma condição justaposta, à qual basta somente a observação.

Diante disto, a problemática metodológica e, acima de tudo, epistemológica, está em como estabelecer formas de construção de um conhecimento que, simultaneamente, abarque a contingência histórica dos sujeitos cognoscentes; que seja capaz de estabelecer uma investigação crítica, a partir das diferenças formas discursivas e semióticas de construção de sentido; e que esteja comprometido com explicações fiéis a um mundo “real”. Buscando uma fuga desta encruzilhada, Haraway sugere a potência da pesquisa parcial: uma *práxis* teórica investida de objetividade corporificada, que não se traveste como neutra, mas que, a partir de saberes localizados assumidos, se permite investigar criticamente as relações de poder, sem com isso assumir uma falaciosa universalidade de valor.

De um lado, há um relativismo extremado, do outro, uma espécie de autoritarismo do saber, dogmático em sua essência, e que não permite espaço a novas explorações. Em ambas, há uma falha dialética. Por um lado, o relativismo carrega uma percepção tácita de proporcionalidade de valor: se todas as acepções de verdade partem de conjuntos de referenciais particulares, não haveria uma hierarquia entre eles, mas mútua validade e direito de enunciação. Da mesma forma como percepções populares defendem que “religião e política não se discutem”, pois cada indivíduo tem o direito aos seus credos particulares, isto leva a uma negação de responsabilidade e de avaliação crítica. O positivismo, por sua vez, nega os contextos e relações de poder imanescentes, travestindo de reificação relações socialmente construídas sobre condições diferenciais de poder e dominação.

Como via intermediária, Haraway sugere o recurso a saberes localizados, o que chama de uma “doutrina de objetividade corporificada”, um prisma analítico que, ciente da sua parcialidade, se compromete com duas coisas. Primeiro, uma visão descomprometida com aquela promovida pelos núcleos de poder, a partir de posições subjugadas e de vozes que foram historicamente silenciadas, promovendo novas e críticas perspectivas acerca da arquitetura e das problemáticas sociais. Em segundo lugar, com a consciência da sua limitação. Assumir-se parcial significa uma auto crítica no sentido da percepção de sua incapacidade de estabelecer parâmetros e regras que sirvam em todos os momentos e situações, o que desemboca em uma maior abertura à reanálise, reformulação e aprimoramento, em um constante processo dialético.

Com isso, diferentemente das teorias universalizantes e reificadoras que, na projeção de visões supostamente inequívocas do mundo, saberes localizados não buscam transcendência de todos os limites e responsabilidades. Se algo é natural, questioná-lo significa ir contra a ordem

que rege o universo, logo, uma disforia funcional. Disto emanam estruturas assimétricas e cristalizadas de ordem e dominação. Pelo contrário, a potência encontrada na proposta de Haraway é uma autoconsciência temporal-conceitual, nunca visando ciclos de construção intelectual finalizada, mas o perpétuo estado de reanálise e formulação. Suas concepções não se munem de uma validade irrevogável, mas de perspectivas formuladas a partir das periferias do poder, considerando os corpos e vivências daqueles historicamente subjugados à arena do demérito. Nas suas palavras, “precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro”. (Haraway, 1995, p. 16).

Tomando esta perspectiva, o presente trabalho focaliza justamente um grupo que sofre a discriminação de forma interseccional: moral, jurídica e institucional, no que tange a segregação social e a ausência de arcabouços legais mais robustos para a proteção da sua vida e dignidade, e intelectual, quanto às arenas acadêmicas que ainda precisa lutar para conquistar como elemento relevante de análise. Conforme sugerira Kant (2008), a duradoura paz entre os homens só pode ser encontrada diante de um cenário no qual os indivíduos deixem de lado o emprego da violência e suas disposições para a guerra, e vejam uns aos outros como iguais, dotados dos mesmos direitos, das mesmas liberdades, e de um espírito cosmopolita de hospitalidade.

### **3 O GOVERNO PELA FORÇA: MITOLOGIA POLÍTICA, MONÓLITO IDENTITÁRIO E A RECONFIGURAÇÃO DA ORDEM DEMOCRÁTICA**

O avanço dos chamados movimentos da ultradireita, fenômeno notadamente de proporções internacionais, que vem angariando novas fileiras entre as massas, mais cadeiras nos parlamentos e novos rostos nas diligências à frente de nações, está além de uma mera reconfiguração do tabuleiro político, nos âmbitos locais, e da reordenação das forças na geometria geopolítica e institucional, na dimensão internacional. Diferentemente de uma disputa de poderes tradicional, marcada pela dualidade do espectro entre direita e esquerda, buscando na conquista do apelo popular uma validação de projetos sociais, econômicos e identitários mutuamente válidos, diante das regras estabelecidas pela arquitetura democrática, o ponto nevrálgico do cenário atual está na radicalização.

Uma crescente polarização tem tomado conta da esfera pública, não mais assentada no embate de ideias e no processo dialético de produção de soluções aos complexos desafios do corpo social, mas na criação de inimigos públicos e na disseminação de políticas de medo. Ao longo das últimas duas décadas, em maior ou menor grau, um número crescente de países, como Brasil, Argentina, Estados Unidos, Alemanha, Itália, Grécia, Turquia, Israel, Peru, dentre outros, têm enfrentado os desafios em lidar com uma nova classe política em ascensão. Aproveitando-se das insatisfações populares acumuladas em decorrência de crises de representatividade e legitimidade, e da inabilidade do *establishment* tradicional em endereçar medidas efetivas para lidar com as condições pauperizadas de vida do mundo neoliberal, as novas extremas direitas têm demonstrado particular habilidade em fazer das cisões sociais e da criação de dicotomias epistêmicas a sua força motriz.

Através de discursos coléricos, acentuam um cenário de polaridades no qual a contraposição de ideias deixa de compor um arranjo de igualdade jurídica de legitimidade, para assumir o outro e seus projetos não como adversário, mas inimigo. Diante do que apresentam como uma leniência da democracia para com forças corruptivas, valores foram perdidos, instituições corrompidas e o potencial da nação obscurecido. O território fora invadido por forças multiculturais internacionais, os empregos tornaram-se escassos e as crianças passaram a ser campo de influência de ideologias depravadas. Diante disso, o político deixou de ser uma mesa de debate para assumir a imagem de um campo de batalha pela existência de um modelo de sociabilidade, que precisa ser recuperado por quaisquer meios necessários.

Neste ínterim, surgem lideranças carismáticas, figuras messiânicas cuja missão é representar os reais anseios das massas contra uma classe política secular corrupta. Sua missão é simples: identificar os elementos maculosos responsáveis pelas perturbações do corpo social, e endereçar as medidas necessárias para extingui-los. Suas formas são variadas, mas costumam centrar-se nos movimentos sociais, no marxismo cultural, no multiculturalismo, na globalização e em pautas identitárias de minorias historicamente segregadas, em geral associadas à causa negra, ao feminismo e ao que chamam “ideologia de gênero” e “cultura *woke*”.

Neste processo, a sociedade em disputa passa por profundos processos de cisão, nos quais o diálogo deixa de ser uma alternativa viável para dar lugar a lógicas essencialistas que contrapõem a nação e os valores tradicionais que devem ser resgatados, de um lado, e os depravados, subversivos, alienadores e criminosos corruptos, do outro. A questão não é colocada como mero movimento reformista de cunho moral, papel que a igreja, por exemplo, exerce de maneira continuada, mas uma ameaça existencial em cujo combate está contido o futuro da nação. Por esta razão, propagam-se discursos e busca-se institucionalizar políticas que enaltecem a mobilização violenta contra os inimigos públicos declarados, os invasores e os corruptores, em nome do que se defende ser um resgate dos referenciais culturais, simbólicos e dos valores que compõem o cerne da nação e que podem reaver a sua prosperidade moral e econômica.

A tendência não se restringe ao espaço institucional delimitado pelas fronteiras nacionais, mas germina também nos fóruns e espaços de articulação interestatal. Gradativamente, a arquitetura formulada a partir do pós-guerra, que deu forma à ordem liberal internacional globalizada, vem sendo alvo de profundas contestações, que colocam em xeque sua efetividade e, acima de tudo, o seu propósito. Instituições que, outrora vistas como frutíferos espaços de articulação, promovendo estabilidade jurídica, incremento dos meios de intercâmbio comercial e vias de litígio alternativas ao recurso das armas, passaram a simbolizar a decadência da soberania.

O multilateralismo passou a ser associado à submissão do interesse nacional perante forças externas e à aceitação coercitiva de termos de troca desigualmente desvantajosos, levando à expropriação nacional. Comissões técnicas vem sendo taxadas como ideológicas, atuando de encontro ao interesse de nações específicas, e o multiculturalismo passou a ser sinônimo da intrusão de influências globais que deterioram os valores e a identidade nacional.

Invariavelmente, esse movimento leva ao questionamento acerca dos efeitos que serão produzidos sobre o corpo democrático e, caso existam, quais as mudanças, consuetudinárias e institucionais que tomarão forma. Se muitos destes movimentos têm ascendido a cargos de representação legislativa e executiva pela via eleitoral, representando assim um espectro da vontade popular, controversamente, fazem deste mesmo sistema um alvo de descrenças. Com frequência cada vez maior, resultados eleitorais têm sido acusados de fraude e manipulação, assim como a tripartição de poderes, em especial com relação às regulações promovidas pelo judiciário, têm sua legitimidade publicamente questionada, sugerindo como ideológica e desmedida a atuação de comissões e juízes.

A soberania popular e o Estado de direito, baluartes do modelo democrático, não mais repousam como estruturas de razoável estabilidade, mesmo em democracias consolidadas do Norte Global. Embora o modelo democrático em si permaneça como a bandeira hasteada em discursos oficiais dos mais diversos matizes, as novas extremas direitas têm atacado contundentemente suas estruturas operativas, fazendo dos direitos das minorias e da pluralidade do pensamento ameaças ontológicas em potencial. Universidades, a grande mídia e pensadores críticos adquiriram a alcunha de agentes da doutrinação, sendo alvo de tentativas de deslegitimação e censura, sob pressões que caminham no sentido do mutismo de percepções unificadas da realidade social.

Este cenário apresenta uma composição ideológica complexa, e arquétipos de ação política que tanto reavivam quanto atualizam formas de mobilização política do passado, ligadas a princípios profundamente autoritários. Endereçando grande parte dessas problemáticas, o presente capítulo realiza uma análise dos componentes que constituem as formas de pensar e agir das novas extremas direitas que, embora se apresentem em composições heterogêneas, partilham princípios basilares no que tange a concepção do Estado, os valores e a forma de operar a política que os aproximam como movimento relativamente coeso.

A primeira sessão é responsável por definir os principais componentes ideológicos desses novos ordenamentos políticos. Compreender aonde querem chegar e quais meios estão dispostos a empreender demanda, primeiro, identificar seus valores e anseios. Embora não seja publicamente assumida, sua concepção idealizada do que deve ser o corpo social baseia-se em uma sistematização restrita de componentes que interpelam o público e o privado, mente e corpo, valores e condutas, segundo uma relação particular de valores.

Em seguida, a segunda questão trata de identificar porque agora, quais fatores conjunturais favoreceram o fortalecimento e a tomada de anuência no *mainstream* social, midiático e político de grupos que sempre existiram mas que, até então, jaziam no limiar das fronteiras políticas, afastados de qualquer influência substancial sobre a sociedade. Elementos de cunho estrutural econômico e histórico-político, somados a crises identitárias, foram responsáveis por uma condição de insegurança ontológica à qual novas forças responderam segundo a lógica da radicalização.

A terceira sessão, por sua vez, focaliza nos efeitos observáveis acerca do sistema internacional, em especial os desafios ao multilateralismo e a crescente contestação da ordem liberal. Se, no contexto pós-guerra, as instituições representaram esperança a um mundo marcado pelos efeitos da guerra, carregando a crença nas vias do diálogo, agora, passam por uma inversão que retoma no horizonte diplomático o isolamento e a lógica de balanças de poder.

Em seguida, a quarta sessão ocupa-se da análise acerca da articulação internacional desses movimentos. Embora suas vicissitudes locais sejam incontestáveis, também é notório o mimetismo na forma e no conteúdo dos discursos, abordagens e projetos que apresentam. Logo, estão longe de ser movimentos espontâneos, coincidentemente partilhando o mesmo tempo histórico e *práxis* política, representam um esforço de confluência ideológica.

Espera-se, com isso, destacar como condições conjunturais, a instrumentalização dos afetos coletivos e a articulação dessas novas forças políticas, embora o defendam discursivamente, em realidade, não almejam um processo reformista de reavivamento do progresso social e fortalecimento democrático, mas a sua transmutação em autoritarismo furtivo, institucionalizado.

### **3.1 Fundamentação ideológica e operatividade política**

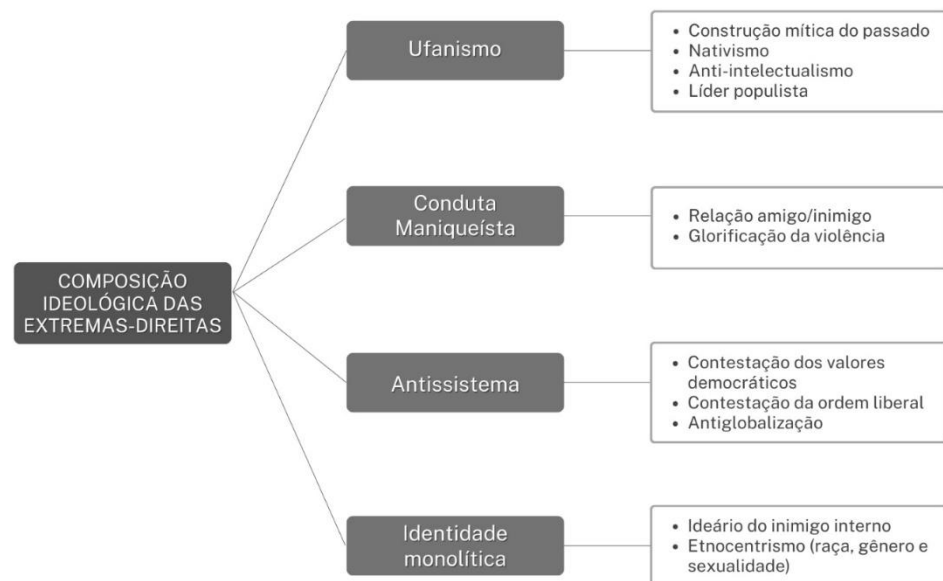
Conforme Burian (2020) relembra, as terminologias esquerda/direita datam do período da revolução francesa, com relação às posições ocupadas por grupos opositores e favoráveis à monarquia no parlamento, respectivamente. Desta forma, os indivíduos dispostos à esquerda caracterizavam-se por acreditar em uma igualdade social imanente, em termos de direitos e dignidade, que deveria ser alcançada por meio do papel interventor do Estado democrático. Aqueles à direita, por outro lado, partilhavam da crença de que a desigualdade é característica inata dos indivíduos e, portanto, reproduzida por meio das instituições e da forma de gestão do

poder, o que levaria à naturalização de hierarquias através das quais alguns grupos de indivíduos seriam superiores e, conseqüentemente, estariam exercendo a ordem natural a dominar os demais. Tratando-se da ultradireita, estas posições se radicalizam.

Mudde (2019) emprega “ultradireita” como um termo guarda-chuva que enquadra dois grupos distintos, a direita radical (*radical-right*) e a extrema direita (*extreme-right*). O primeiro seria caracterizado por movimentos políticos que mantêm as feições democráticas, porém negando os seus aspectos liberais, ou seja, igualdade jurídica entre os indivíduos e direitos das minorias. Na visão, tratar-se ia de um grupo populista, que aceita operar sob as regras do jogo político, mas que as distorce em seu favor, para sustentar projetos conservadores. A extrema direita, por sua vez, representaria a versão mais extremada do espectro político, negando totalmente as bases da estrutura democrática, contidas na soberania popular e governo da maioria. Em exemplos práticos, este movimento seria uma expressão notadamente fascista, desacreditando todas as instituições de regulação de distribuição e exercício do poder.

Embora haja valor neste esforço taxonômico, ele apresenta falhas e limitações. Conforme Sanahuja e Burian (2023) analisam, há uma contradição interna na conceituação interna do que Mudde se refere como direita radical, uma vez que negar a igualdade jurídica e os direitos de minorias incorreria em um modelo despótico de governo, privando determinados segmentos de recursos que são fundamentais à constituição democrática. Mesmo se considerarmos o modelo da poliarquia proposto por Dawl (1971), que estabelece um modelo menos elaborado, no qual ela se estabelece a partir do sufrágio universal e da capacidade de contestação pública, ou seja, uma garantia mútua do acesso ao exercício político dos indivíduos por meio do voto, e da garantia das suas liberdades básicas, ambos estariam em risco e seriam facilmente infringidos diante da categorização expressa por Mudde. Seu esforço se dá pelo risco epistemológico em se criar um macro conceito que busque englobar uma variedade demasiado grande de movimentos com particularidades distintivas, ao ponto de perder a validade prática e analítica. Para os fins deste trabalho, todavia, recorre-se à esquematização abaixo para conceitualizar quais princípios centrais, existindo em concomitância, mesmo que cada um dos seus componentes possa se apresentar em maior ou menor grau, permitem enquadrar lideranças, movimentos e partidos políticos dentro deste espectro político.

**Imagem 2 – Componentes ideológicos dos movimentos de extrema direita**



Fonte: Elaboração própria

Como o título denuncia, há uma escolha terminológica que aqui será empregada. Enquanto Mudde sustenta o termo ultradireita, que é reproduzido por grande parte do corpo acadêmico, outras terminologias vêm sendo empregadas, frente à expansão desses movimentos. Sanahuja (2023) e Burian (2020, 2023) defendem o conceito de “neopatriotismo”, dando maior proeminência aos sentimentos nacionalistas e à necessidade de proteção do território, tanto em termos materiais quanto no resgate que se propõe de valores seculares, provenientes de um período ainda intocado pelas influências do multiculturalismo. Finchelstein (2016, 2019, 2024), por sua vez, investe no conceito de neopopulismo, dando enfoque aos recursos discursivos para a mobilização das massas, partindo sempre da radiografia de uma sociedade decadente, dominada por um *establishment* corrupto, cuja única solução é o voto de confiança em um *outsider* político, uma liderança carismática, no sentido weberiano, sobre a qual se concentra o poder, através do estabelecimento de uma relação afetiva e de confiança com as massas. Por último, autores como Stanley (2018), Umberto Eco (2018), Boito Júnior (2018) e Soares (2020) empregam o termo neofascismo, em decorrência do teor mais agressivo imposto nos discursos, em muitos casos retratando a diversidade e segmentos da sociedade considerados como desviantes e subversivos, como feministas e LGBTs, uma ameaça existencial que precisa ser

extinta. Embora as terminologias variem, todos retratam o mesmo cenário: Movimentos radicalizados que estão alcançando maior representatividade política e apoio popular.

Conforme as sessões seguintes deste capítulo abordarão em maior profundidade, quatro elementos centrais apresentam-se como atributos quase sempre presentes, em maior ou menor grau, nos movimentos da ultradireita: A busca por um sentimento ufanista, assentado em construções narrativas idealizadas do passado e na promoção do sentimento de invasão, justificando o surgimento de comportamentos nativistas; o estabelecimento de uma conduta maniqueísta, seguindo a lógica amigo/inimigo estabelecida por Schmitt (2009) e a legitimação do emprego da violência como condição necessária à sobrevivência do projeto político; uma postura anti sistêmica com relação à ordem internacional, negando seu caráter liberal e assumindo o processo de globalização como um processo de intervenção hegemônica externa, que coíbe as identidades nacionais e a soberania estatal e, por último; a construção de um ideário monolítico de identidade nacional, no qual tanto agentes externos, centrados na figura do estrangeiro, quanto internos, na imagem de segmentos desviantes ou inferiores do corpo social, habitam inimigos que precisam ser detidos. Por esta razão, este trabalho considera como marca diferencial destes movimentos a tendência ao extremismo político e, sem que se perca a noção de uma grande heterogeneidade, empregará o termo extremas direitas globais.

Esclarecida esta questão, notadamente, os novos movimentos de extrema direita são dotados de uma capacidade retórica ímpar, articulando implacáveis críticas às condições do sistema e a necessidade de mobilização popular para o resgate de um status social precedente. Em contraposição aos valores da modernidade, às leituras acadêmicas e aos movimentos sociais, que questionam condições de poder e formas seculares do *status quo*, como as concepções de gênero e seus papéis sociais, o elitismo político e econômico, as condições desiguais nas relações de trabalho e as disparidades econômicas Sul-Norte, em detrimento do passado colonial, a ultradireita assume este conteúdo como uma fraseologia demagógica e, portanto, vazia. Sugere esses como elementos discursivos falsos, protagonizados por grupos presentes nas margens do progresso, não em detrimento de condições estruturais, mas como consequência de perturbações morais e intelectuais, no caso da comunidade LGBT, e da sua própria inabilidade e ausência de comprometimento e esforço, tratando-se de movimentos sociais e da esquerda. Em contraste, estabelecem a ideia de resgate de uma verdade pura, uma concepção ilibada da realidade social segundo valores que provaram sua legitimidade pelo crivo histórico. Uma verdade, portanto, una, e mítica, como será abordado adiante.

Epistemologicamente falando, na realidade social, não há fatos concretos, imanentes à sociedade ou ao indivíduo. Diferentemente daquilo proposto pelo positivismo comtiano, que sugere um mundo cognoscível de propriedades inatas, acessível a observadores cognoscentes pelo processo de observação, do qual surgiria a gnose, um conhecimento legítimo e absoluto, leituras modernas concluem que todo elemento tomado como fato trata, em realidade, de um produto teórico (Saint-Pierre, 2018). Isto significa que, no lugar de uma realidade imutável que se revela àqueles que se dispõem a compreendê-la, existe uma multiplicidade de realidades, não na sua matéria em si, mas na forma como são socialmente apropriadas e nos efeitos que geram. Isto significa que as estruturas simbólicas, o sistema de regras e condutas e o arcabouço institucional que governa as relações interpessoais, embora muitas vezes se apresente como um estilema imutável, é em realidade um produto cognitivo contingente.

Isto se prova na própria retórica das extremas direitas. Se há uma ordenação precedente do corpo social que fora gradativamente perdida, logo, a imutabilidade de uma verdade torna-se falácia. Seu intuito é resgatar uma forma específica de composição do Estado, da organização das instituições e dos referenciais simbólicos. Para compreender os recursos lançados nesta incursão, torna-se necessário resgatar uma concepção simbólica do Estado. Diferentemente de acepções tradicionais, voltadas às condições propriamente materiais e institucionais, Cox (1981, p. 135, tradução própria<sup>5</sup>), o define como “estrutura histórica”, ou seja, “uma combinação particular de padrões de pensamento, condições materiais e instituições humanas que possuem uma certa coerência entre si. Estas estruturas não determinam as ações dos indivíduos de forma mecânica, mas constituem o contexto dos hábitos, pressões, expectativas e constrangimentos dentro dos quais as ações ocorrem”. A partir disso, interpreta-se o Estado como sendo composto por uma estrutura tríplice, traduzida em capacidades materiais, instituições e ideias.

O primeiro componente se refere tanto às propriedades geográficas e demográficas, como extensão territorial, relevo, distribuição de recursos naturais estratégicos e densidade populacional, quanto econômicas, no que tange a malha industrial, domínio científico-tecnológico e capacidades produtivas. As instituições podem ser interpretadas como formas específicas de modelar e perpetuar a ordem. Refletem a relação de poder vigente e buscam estabelecer relações normativas, responsáveis pela criação e regulação de um ordenamento

---

<sup>5</sup> “a particular combination of thought patterns, material conditions and human institutions which has a certain coherence among its elements. These structures do not determine people’s actions in any mechanical sense but constitute the context of habits, pressures, expectations and constraints within which action takes place”.

específico do comportamento coletivo. Aqui, inserem-se, por exemplo, códigos jurídicos, que definem os limites entre o socialmente tolerável e as condutas desautorizadas, regimes políticos, que determinam as formas legítimas de exercício do poder e como alcançá-las, seja por eleições diretas ou sucessão hereditária, por exemplo, dentre outros.

As ideias, por sua vez, são o componente de maior interesse para esta análise. Cox as divide entre significados intersubjetivos e imagens coletivas da ordem social. Os primeiros representam noções partilhadas da realidade. Operando no campo inconsciente, naturalizam e perpetuam hábitos e condutas em consonância com as expectativas do meio. São eles que permitem uma continuidade histórica dos atributos comportamentais que caracterizam um povo. Quanto às imagens coletivas, servem como força legitimadora dos arranjos que mantêm a ordem coletiva operando de forma específica. Isto significa que criam uma estrutura ideacional a partir da qual as hierarquias, a forma de distribuição e exercício do poder, o modelo político, os conceitos de justiça e bem público, assim como as regras que estruturam a vivência cotidiana adquirem legitimidade. Elas constituem a pedra angular a partir da qual os indivíduos que constituem o corpo social enxergam o mundo e, enquanto mantidas sob a perspectiva de legitimidade por estes, podem permanecer operando de forma relativamente estável.

De modo análoga, Buzan (1983) oferece uma crítica a visões essencialistas de Estado, focadas em observações mono setoriais. Se analisarmos a ótica weberiana de Estado, esta foca somente na dimensão institucional, a partir do conceito de monopólio do uso legítimo da força, exacerbando as dinâmicas internas de construção de legitimidade, do ponto de vista organizacional. A teoria realista, por outro lado, oferece uma resposta que obscurece essas dinâmicas, partindo do princípio de unidades soberanas homogêneas, cujos desarranjos internos são desprezíveis, e que atuam de forma auto interessada tão somente para a sua preservação territorial. Logo, o chamado “paradigma da caixa preta” focaliza questões externas ao Estado, fornecendo apenas diretrizes no sentido jurídico e territorial, a partir da concepção de soberania, e diplomático, no que tange as relações interestatais. Comparativamente, Buzan oferece uma solução muito semelhante à de Cox, constituindo o Estado a partir de uma relação de co influência entre as bases materiais, expressões institucionais e a ideia de Estado.

Todo Estado denota uma dimensão territorial e uma população que o compõem, da mesma forma como se fazem necessárias instituições a executar os papéis administrativos vitais à sua coesa perpetuação. Outras formas de agrupamento social, no entanto, como uma comunidade agrícola ou um círculo familiar podem, da mesma forma, corresponder satisfatoriamente a essas características. Ministérios, a tripartição de poderes, repartições

públicas e delegacias, embora representem o Estado, são meramente extensões físicas representativas da sua vontade, mas não o personificam. O elemento distintivo, portanto, jaz sobre uma dimensão metafísica, cuja substância é formada por um imaginário coletivamente partilhado por meio do qual o Estado se aviva, uma liga do tecido social que conecta todos os indivíduos a uma mesma estrutura simbólica de significação que lhes fornece o sentimento de mútuo pertencimento à estrutura coletiva.

Tomando como intercambiáveis as análises de Cox e Buzan, uma vez que, embora difiram nas taxonomias, convirjam na matéria da análise, é possível destacar o campo subjetivo das ideias como o elemento distintivo que dá liga aos componentes do Estado, pois somados sem esta característica, os demais elementos são necessários, porém insuficientes para a formação dessa estrutura. Como citado anteriormente, ideias nada mais são que produções teóricas, esforços cognitivos que emanam da mente humana para fornecer respostas quanto ao mundo e seus fenômenos. Se estão localizadas geográfica e historicamente, significa que, assim como os indivíduos que as produzem, são também contingentes, falseáveis (Popper, 2005), de certa forma, efêmeras. Uma vez que não compõem a “verdade pura” comtiana, trata-se de construções de verdade que disputam uma posição de soberania sobre a percepção coletiva.

Conforme Foucault (2021) bem elaborou, o poder não trata de uma substância monopolizável, mas de relações de dominação e submissão que operam de maneira multiescalar, do nível individual de relações entre pai e filho até o exercício político de um monarca. Se há uma condução específica do corpo social, isto se dá devido à existência de diferentes formas de configuração das relações de poder, segundo a instrumentalização de dispositivos que permitem essa docilização, para empregar os termos foucaultianos, do coletivo em concordância com os desígnios daqueles que governam. Tratando desses dispositivos, para além das condições materiais das forças de opressão, códigos legislativos e instituições, Foucault destaca a figura das ideias: discursos, enunciados, proposições filosóficas, morais e filantrópicas exercem um papel fundamental na modelação do poder, pois produzem os efeitos de verdade responsáveis por sustentá-lo. Em suas palavras,

Na sociedade, há milhares e milhares de relações de poder e, por conseguinte, relações de formas de pequenos enfrentamentos, micro lutas, de algum modo. Se é verdade que essas pequenas relações de poder são com frequência comandadas, induzidas do alto pelos grandes poderes do Estado ou pelas grandes dominações de classe, é preciso ainda dizer que, em sentido inverso, uma dominação de classe ou uma estrutura de Estado só podem bem funcionar se há, na base, essas pequenas relações de poder. O que seria o poder de Estado, aquele que impõe, por exemplo, o serviço militar, se não houvesse, em torno de cada indivíduo, todo um feixe de relações de poder que o liga a seus pais, a seu

patrão, a seu professor – àquele que sabe, àquele que lhe enfiou na cabeça tal ou tal ideia? (Foucault, 2006, p. 231).

Saber e poder são forças interdependentes, pois as construções de verdade que daquele emanam tornam-se instrumentos à manutenção deste. Uma vez que o poder não é uma condição de dominação irreversível, mas um campo de contínua disputa, em uma relação diretamente proporcional entre a intensidade da dominação e as disposições de resistência dela derivadas, a produção de saberes passa a figurar a arena central dessa disputa.

O próprio Estado democrático deve ser assumido como estrutura contingente de história relativamente recente, como o resultado de um processo secular de reconfigurações políticas, guerras, revoltas e reiteradas disputas pelo monopólio do poder e da apreensão das formas legítimas do seu usufruto. Não é, portanto, uma estrutura natural, e tampouco incontestável. Secundo concepções minimalistas, como a de Przeworski (2024), bastaria a manutenção dos ritos democráticos, essencialmente o funcionamento de um regime eleitoral com participação ampla, o que, em tese, sustenta a continuidade da soberania popular, para que se encontre um regime democrático. Esta concepção, no entanto, resume-se à forma, e desconsidera a substância do processo político.

Grupos sociais e políticos podem ser criminalizados e perseguidos, vozes e ideias podem ser condenadas ao mutismo existencial (Foucault, 2014), processos e instituições podem ser desacreditadas e o processo político é suscetível de manipulação. Especialmente na era digital, calcada em operações algorítmicas psicométricas, em bolhas de filtros e na instrumentalização de *bots* e *dark-eds* que tem função programática calculada para induzir percepções específicas (Han, 2022), estes processos deixaram de ser possibilidades para se materializar em instrumentos reais do projeto das extremas direitas. A principal falha em uma concepção minimalista está no seu enfoque nas questões institucionais, ignorando assim o caráter simbólico e os efeitos tácitos que produz sobre condutas.

Uma concepção maximalista, por outro lado, relaciona a democracia a um conjunto de valores (igualdade, justiça, segurança, bem-estar, desenvolvimento, estabilidade jurídica etc) aos quais se propõe como a via mais eficiente para alcançá-los. Não fosse este o caso, não seria tão invariavelmente presente nos discursos radicalizados, embora de forma paradoxal, o fortalecimento democrático lastreado em cisões sociais e na supressão dos direitos de determinados grupos.

O que se conclui desta reflexão é que, para além do arcabouço institucional e das condições materiais, a regulação das forças sociais se dá por meio de arranjos simbólicos e ideacionais, sobre os quais se sustentam as constelações de valores que, se não determinam totalmente, ao menos induzem e validam determinados conjuntos de condutas. Por conseguinte, não se trata de capricho analítico-taxonômico, mas de vital necessidade a análise dos componentes que estruturam este universo de valores que os movimentos de extrema direita buscam fomentar como norma.

Embora haja variações e aspectos distintivos em cada movimento particular, os arquétipos gerais que condicionam a alcunha de extrema direita podem ser resumidos em quatro pontos centrais: ufanismo, maniqueísmo, monólito identitário e uma conduta profundamente anti sistema. As cessões que sucedem buscam analisar em detalhes cada um desses componentes.

### **3.2 Ufanismo: Passado mítico e o direito dos nativos**

A conexão com os símbolos nacionais e o sentimento de pertencimento, os vínculos afetivos para com a bandeira e o caráter telúrico de defesa do território são notadamente componentes estruturais da concepção de nação. Sua exacerbação, todavia, caminha de encontro à defesa radicalizada e homogênea da percepção dos valores, desembocando em percepções essencialistas acerca da história, do direito de ocupação do espaço e das propriedades étnicas que constituem a sua legitimidade, desembocando em ufanismo.

Para mobilizar as massas, as extremas direitas têm eficientemente recorrido à construção da ideia de ameaça segundo a propagação de políticas de medo. Conforme Adorno (2020) analisou, estudando as novas tendências discursivas dos movimentos radicais europeus no início dos anos 1970, se o nazifascismo, do qual esses movimentos apreendem muitos recursos ideológicos e identitários, projetava um futuro glorioso de construção de impérios que perdurariam por séculos, ressaltando a pujança de povos heroicos e suas conquistas por vir, há nas novas configurações radicais uma mudança qualitativa que altera diametralmente a forma de abordagem. Em lugar de projetar esperanças para o futuro, recorre-se a um diagnóstico calamitoso do presente, para que se resgatem no passado.

Estabelece-se uma visão decadente do cenário presente, arguindo que a desassociação dos valores tradicionais levou à deterioração das condições morais e à pauperização das bases econômicas. Diante disso, é classificada a ruína social, com instituições falhas e ineficientes, um *establishment* corrupto que rapina os direitos e riquezas de uma população agrilhoadada, diante da ausência de representatividade política legitimamente devota aos seus anseios. O território nacional é apresentado como invadido e alvo da pilhagem de estrangeiros, imigrantes ilegais<sup>6</sup> roubam empregos e, muitos deles classificados como criminosos violentos, representam um risco à vida e aos valores nacionais. Estes, por sua vez, também enfrentam inimigos internos, materializados na figura dos movimentos sociais, do feminismo e da “cultura woke”, responsáveis por induzir confusões ideológicas nas crianças que as fazem odiar seus pais e ter vergonha do seu país (Trump, 2025).

Ora, se o presente representa a decadência, o perigo do corpo social, e o futuro pouco esperança revela, resta no passado o lastro referencial ao qual recorrer para retomar a condição de prosperidade econômica e vigor moral. Nele, projeta-se uma condição longínqua, idílica, ainda imaculada pelas ameaças do presente, na qual as instituições operavam corretamente e os valores tradicionais permaneciam ilibados. Trata-se de uma construção retro utópica, uma recriação narrativa e glorificada da história, que opera como teologia legitimadora e como uma tradição construída (Sanahuja, Burian, 2020). Graças ao seu distanciamento temporal, é possível dotá-la de um caráter hegemônico e frutífero, tornando-a uma visão arcadiana (Burian, 2023), um espaço idílico de estabilidade e prosperidade que, contraposto ao cenário presente, figura o que a extrema direita defende como única alternativa possível.

Logo, o passado assume um caráter mítico, uma concepção de realidade que não possui lastro factual, mas metafísico, um modelo de valores fundamentais e ordenamentos institucionais que fornecem uma concepção restrita de filiação patriótica. Lacoue-Labarthe e Nancy (2000) evidenciam como a construção mítica opera como potência, uma projeção de realidade possível que sustenta a construção de um devir social. Logo, torna-se uma fonte endógena de produção de significados e expectativas que fornece um imaginário coletivo idealizado. No exemplo estadunidense, sob o projeto trumpista, esta articulação fica evidente sob o axioma *Make America Great Again* que, diante de uma nova configuração geopolítica internacional, marcada pela ascensão chinesa, e de uma cultura globalizada desterritorializada

---

<sup>6</sup> É necessário salientar o teor jacosso do termo, comumente utilizado como forma de associar estrangeiros à criminalidade e à ideia de ameaça. Os estudos acerca de refugiados e fluxos migratórios mais recente buscam empregar o termo “imigrante irregular”, como forma de focar na condição jurídica, sem que se faça juízo moral do indivíduo.

dinâmica, com fortes contingentes de imigrantes no território nacional, busca no recrudescimento dos valores tradicionais um vislumbre do próspero cenário manufatureiro dos anos 1950.

Em decorrência desse processo, reforça-se um caráter telúrico para com o território. Se a nação está sendo depredada por forças e influências externas, torna-se dever do nacionalista, aquele que possui afeto e orgulho da pátria, defendê-la, como forma de retomar a sua glória. Disto desemboca uma alteração qualitativa nas condutas, estimulando a acepção do estrangeiro como invasor. Esta composição ideológica de restritividade para com o direito ao território é definida por Mudde (2019) como nativismo, uma forma de nacionalismo exacerbado combinado com xenofobia, estimulando a crença na superioridade das populações locais e no seu legítimo direito de monopólio sobre o espaço nacional (Mudde, 2019). Logo, figuras estrangeiras, em especial refugiados e imigrantes irregulares, são analisados sob uma ótica de invasores perversos, responsáveis pelo roubo de empregos, esgotamento das contas públicas e deterioração do espírito da nação, pela intrusão de cosmovisões alternativas.

Elementos párias, sejam indivíduos ou ideias, são tomados como fundamentalmente ameaçadores ao projeto de Estado-nação, intrinsecamente homogeneizador. Tanto o é, que a mera condição de nascimento no território não concede, de forma automática, o *status* de nativo. Este somente pode ser adquirido por meio de uma partilha de características étnicas e da reprodução dos valores pregados pelo movimento. Por isto não surpreende quando, no bolsonarismo brasileiro, comumente movimentos de esquerda são taxados como antinacionais, influenciados pelo marxismo cultural globalista. Na busca pelo primado dos nacionais, o projeto das extremas direitas compromete-se na transformação do *demos* em *ethnos* (Finchelstein, 2019).

Conforme já enunciado, a construção do Estado nacional depende da concepção subjetiva que se faz deste, sendo o conjunto de valores e ideias a sua base de legitimação, pois as instituições e formas de regulação normativa das condutas interpessoais são produto direto de um esforço teórico coletivamente partilhado. Portanto, torna-se estratégico apreender as vias de produção do imaginário coletivo e seus recursos cognitivos para a interpretação dos fenômenos, podendo assim suprimir fontes potenciais de oposição.

Em geral, estas se apresentam na forma das universidades, da comunidade científica, dos artistas e da grande mídia. Como Stanley (2018) evidencia, o anti intelectualismo se destaca como uma marca latente dos movimentos políticos radicais. As extremas direitas buscam, sob

a égide discursiva da doutrinação marxista, desacreditar instituições e espaços de diálogo que abrigam vozes independentes, frequentemente alvo de perseguições e discriminações históricas, responsáveis por fornecer perspectivas que desalojam o *status quo* e as relações de dominação da sua posição hegemônica. Não obstante, o sistema educacional é tido como recurso instrumental, reservado à preparação física de homens aptos, uma vez que o movimento busca construir uma ideia ativa e heroica do homem preparado para o combate, e a submissão a uma ordem altamente hierárquica, inspirada no militarismo (Benadusi, 2012).

Seu conteúdo é focado em processos de revisionismo histórico, responsáveis por glorificar o passado mítico, elevando as conquistas dos membros da nação e obscurecendo as perspectivas e histórias inconvenientes à construção narrativa do passado ao qual se quer retornar, justamente o recurso empregado no caso brasileiro quando erige-se o período da ditadura como um tempo glorioso de ordem e respeito à pátria.

Eco (2018) destaca como esse processo desemboca em um léxico pobre e em uma sintaxe elementar, com a finalidade de limitar os instrumentos para um raciocínio complexo e crítico, afinal, quando a educação e as distinções linguísticas são solapadas, a pobreza cognitiva torna muito menos laborioso o processo de criação de falhas cognitivas, que não assentam seu poder com base na construção de saberes factuais e científicos, mas em construções subjetivas e espirituais da verdade.

Esta, por sua vez, não é construída a partir de um processo racional, por meio do qual se tornaria universalmente acessível. A construção ideacional dos movimentos de extrema direita recorre a uma verdade subjacente e transcendental, absoluta por natureza, ahistórica e condicionada à revelia do poder. Trata-se de uma verdade trazida para a realidade política através de imperativos inconscientes da coletividade que seriam transicionados para o campo consciente por meio da figura do líder. Assim como o passado é uma fonte metafísica de significação, promotora dos valores e arquétipos sociais que devem ser seguidos, dele também emana uma forma mítica de verdade, transcendental, revelada por meio do poder (Finchelstein, 2016).

Como o projeto das extremas direitas não configura um movimento de manada, no qual haveria uma elucidação espontânea das massas, a partir da qual estas se rebelariam contra os aspectos responsáveis pela decadência social de forma auto-organizada, mas sim o de horda, a figura do líder exerce papel central no direcionamento da nação rumo ao seu resgate mítico. Ele é dotado de todos os componentes da indumentária populista: através de uma grande oratória e

carisma, no sentido weberiano, projeta-se como outsider político, imaculado das pretensões patrimonialistas do *establishment* tradicional, e genuinamente comprometido em ser o porta-voz dos anseios e necessidades populares.

Assim, o líder da extrema direita frequentemente se coloca como a personificação da nação, ditando os inimigos e as vias necessárias para o resgate mítico. Diferentemente de uma figura assumidamente fascista, que pronuncia a necessidade de erradicar as estruturas institucionais, o líder da extrema direita abraça discursivamente o rito democrático, tolhendo-o de dentro para fora (Finchelstein, 2019). Por meio de uma forma de governo altamente personalista, busca estabelecer uma sensação de conexão, um vínculo afetivo com as massas responsável por lhe fornecer a base de apoio necessária à concentração de poder que lhe permite, gradativamente, reordenar as instituições, suprimir a mídia e suprimir direitos, sempre resguardando a sua vontade como a expressão do interesse de uma vasta maioria, colocando, portanto, a nação como sua prioridade.

A convergência desses fatores, portanto, desemboca não em nacionalismo, mas em ufanismo exacerbado, que pode ser definido a partir da tríade nação, povo e líder. A nação surge a partir da construção retro utópica de um passado glorificado, do qual emanam os arquétipos e valores ideacionais que necessitam ser resgatados. O povo, por sua vez, precisa ser moralmente purificado das corrupções que o assolaram, fazendo do nativismo a ideologia norteadora, que distingue tanto imigrantes quanto os próprios nacionais, étnica e culturalmente distintos, como inimigos do projeto em construção. Por fim, este é encabeçado pela figura do líder carismático, uma figura que, por meio de políticas personalistas, busca a concentração de poder e instrumentaliza políticas que colocam em voga princípios democráticos e direitos que teoricamente se estenderiam aos inimigos, respaldado pela suposta personificação da soberania popular.

### **3.3 Maniqueísmo: o enquadramento do político na dualidade amigo/inimigo**

No decorrer do processo distintivo entre aqueles que se identificam com a construção narrativa do resgate dos valores míticos e os elementos associados à decadência social, instaura-se uma alteração qualitativa no teor das relações políticas. Contrariamente ao que popularmente se define como democracia, baseando-se nos valores da soberania popular e do Estado de direito, a sua característica definidora pode ser nomeada como o conflito. Um Estado

democrático significa um perpétuo campo de disputa e conflito, da contraposição de ideias e do movimento pendular entre diferentes projetos políticos. Seu ponto nevrálgico repousa, todavia, nas vias pelas quais este caldeirão socioideológico é gerido, de modo a evitar sua efervescência.

Se, em regimes autoritários, o emprego da violência, em suas mais variadas formas, consolida o instrumento de prevalência de uma determinada vontade, fazendo daquele que concentra mais força, enquanto a concentra, o mandatário político, na democracia essa relação se transfigura por meio da institucionalização de recursos de gerenciamento e legitimação do exercício do poder. Por meio de artifícios como a tripartição de poderes, que previne a demasiada concentração de forças, a constituição e os aparatos jurídicos, que demarcam as fronteiras da licitude, e o sistema eleitoral, que tanto limita temporalmente quando estabelece a concessão de poder como reflexo da vontade popular, o sistema democrático se lastreia em códigos normativos e medidas de salvaguarda responsável pela resolução pacífica de litígios, ou seja, não armada.

Diante disso, os mais variados atores, independente de seus matizes políticos, adquirem igualdade jurídica, o que significa acesso universal aos mesmos direitos e restrições de condutas. Traduzindo em outros termos, no jogo político, significa que, conquanto operem dentro das margens da lei, independente de suas visões ideológicas e projetos políticos, representam igual grau de legitimidade.

Diante da abordagem das extremas direitas, todavia, esse processo passa por uma alteração qualitativa. Uma vez que a construção mítica da nação é dotada de caráter homogeneizador, a pluralidade intelectual, discursiva e ideológica deixa de ser um frutífero campo de embate, para tornar-se uma questão de disputa existencial (Stanley, 2018; Mudde, 2019), sob uma chave interpretativa dual que separa os sujeitos entre aqueles comprometidos com o resgate glorioso da nação e inimigos inextricáveis, que precisam ser combatidos a qualquer custo.

Essa lógica aplica, de forma prática, a concepção específica do político elaborada por Carl Schmitt (2009). Sua visão estabelece a articulação política dos agrupamentos sociais não somente como via necessária à prevalência dos seus interesses, mas como necessidade existencial. Nos seus termos, toda forma de organização e agrupamento dos povos se dá em detrimento de uma separação entre aqueles que são considerados amigos e inimigos, como um recurso preventivo daqueles contra a ameaça que estes representam.

O inimigo não deve ser considerado em termos simbólicos, a partir da contraposição discursiva de ideias, mas como um combatente eventual, em cujas ações repousa a possibilidade de morte. Portanto, o inimigo deve ser avaliado como “aquele que ameaça nossa existência”, a antítese do eu na qual habita a ameaça da finitude, a unidade com capacidade deliberada de me prejudicar ou aniquilar (Saint-Pierre, 2018).

Por conseguinte, o conflito violento decorre diretamente das relações de inimizade, seu sentido se estabelece a partir do inimigo. Uma vez que o político é definido em decorrência deste marco diferencial com relação à ameaça potencial que o outro representa e que, sendo de cunho existencial, não pode ser ignorada, justifica-se o emprego das táticas de guerra como meio legítimo à auto preservação. Disto decorre a inversão da máxima clausewitziana, concluindo que a política, e não o inverno, é a continuação da guerra por outros meios.

Em termos operativos, este processo cognitivo estabelece uma lógica de dicotomia maniqueísta, assentando o campo das contradições sociais em uma chave de concepções essencialistas, que dividem categoricamente diferentes atores entre amigos (aqueles que partilham minha visão de mundo, valores e projetos para o futuro, portanto, os que validam e reforçam minhas concepções), e inimigos (que ameaçam a minha existência). Neste ínterim, as vias do diálogo são interditas como resultado da percepção da ameaça, levando a um cenário extremado das percepções, tornando justificável, contra esses inimigos do resgate mítico, o emprego da violência como única via possível.

Por esta razão, há nos movimentos de extrema direita uma contante apologia à violência e aos símbolos que tradicionalmente representam a força e a defesa da pátria, levando à glorificação do militarismo. O radicalismo de direita está assentado na ideia de reificação das diferenças entre os diferentes povos e culturas, sustentando assim a ideia de que o emprego da força é um instrumento natural e legítimo de dominação para que os mais fortes assumam seu local de direito na hegemonia do sistema (Mudde, 2019).

Logo, o emprego da força torna-se um instrumento apologético de emprego da ordem, um imperativo que estabelece a norma do constante conflito, pois esta é a natureza da condição humana (Eco, 2018). O conflito torna-se imperativo de ordenação social, pois é a partir dele que se estabelece a percepção de ameaça diante dos inimigos, e desta que se coadunam os afetos coletivos no reforço de valores e condutas que engendram a ideia de vínculo à nação, sob revelia da figura do líder. Violência é traduzida como poder, e o conflito como um processo de purificação moral (Mudde, 2019).

Por isso, não surpreende o emprego da indumentária militar como forma de demonstração de força e exacerbação da masculinidade. Seguindo a fórmula dos movimentos dos quais forjaram seus principais ideais, os uniformes fechados, a distinção de cores, a profunda hierarquização assentada na disciplina rigorosa e o marchar rígido, as armas e rituais militares operam “como atributos de gênero que ajudam a reforçar a ideia de que os homens fascistas devem ser respeitados, seguidos e potencialmente temidos enquanto homens (patriarcas). A masculinidade e a violência são concebidas como parte de um sentido fascista da ‘hierarquia suprema de valores morais’” (Finchelstein, 2024, p. 35, tradução própria<sup>7</sup>).

No caso brasileiro, como será melhor trabalhado no capítulo 4, foram notórias tanto as apologias do bolsonarismo às forças militares, com especial destaque à dedicatória proferida em 2016, na votação do processo de *impeachment* que deflagaria um golpe parlamentar contra a então presidenta, Dilma Rousseff, de Carlos Brilhante Alberto Ustra, notório torturador da ditadura, quanto as tentativas de emprego da militarização das escolas e o processo de aquartelamento das forças do poder executivo.

### 3.4 A busca pelo monólito identitário

*“Deixem que os chamem de racistas. Deixem que os chamem de xenofóbicos. Deixem que os chamem de nativistas. Usem isso como uma medalha de honra. Porque a cada dia ficamos mais fortes e eles mais fracos”* (Bannon, 2018, tradução própria<sup>8</sup>).

Em 2018, durante um comício de extrema direita na França, Steve Bannon, então estrategista chefe de campanha de Donald Trump, e que também participou da campanha eleitoral de Bolsonaro, no Brasil, pronunciou os elementos do etnocentrismo como um elemento de orgulho, que deveria ser exaltado.

Sua fala é sintomática da visão que os movimentos de extrema direita possuem quanto à composição do corpo social. No seu discurso de posse para o segundo mandato, em janeiro de 2025, Donald Trump enalteceu o excepcionalismo do povo estadunidense em contraposição

---

<sup>7</sup> “Pistols and other weapons, regimentation, uniforms, and militaristic rituals functioned as gendered attributes that helped reinforce the idea that fascist men ought to be respected, followed, and potentially feared qua men (patriarchs). Manliness and violence were conceived as part of a fascist sense of ‘the supreme hierarchy of moral values’.”

<sup>8</sup> “Let them call you racist. Let them call you xenophobes. Let them call you nativists,” he said. “Wear it as a badge of honor. Because every day, we get stronger and they get weaker.”

aos seus inimigos. Àquele, descreveu como exploradores, construtores, inovadores, empreendedores e pioneiros, um povo ambicioso cujo destino manifesto se estende às estrelas. A estes, a taxonomia de invasores estrangeiros, criminosos provenientes de instituições psiquiátricas de todos o mundo, influências globalistas que buscam impugnar nas crianças o ódio à pátria e uma engenharia social danosa de raça e gênero.

Seguindo a lógica dicotômica da relação política amigo/inimigo de Schmitt, declarou o seu retorno ao poder como o “dia da libertação”, aquele que ficaria conhecido como o ponto de inflexão sociopolítica a partir do qual o país deixaria de ser rapinado pelas elites corruptas e os valores passariam a ser restabelecidos. Isto exacerba o pano de fundo sobre o qual operam os projetos de extrema direita: um amplo e ambicioso esforço de política identitária.

Quando Trump suscita os arquétipos distintivos do excepcionalismo americano, destaca fundamentalmente os atributos culturais pelos quais acredita encontrar no seu povo a superioridade com relação aos demais. De maneira análoga, no Brasil, ao construir o ideário do “cidadão de bem”, Bolsonaro destacava as faculdades responsáveis pela proeminência qualitativa que separaria os nacionalistas e, portanto, seus apoiadores, daqueles associados à corrupção da moral e dos bons costumes.

Como unidade política privilegiada, que concentra o poder sobre a regulação das massas, Schmitt (2009) ao Estado uma competência ímpar: a possibilidade de fazer guerra e, assim, de dispor abertamente sobre a vida dos indivíduos, ao que sucede uma dupla possibilidade, de exibir a prontidão para morrer em seu nome e a mesma prontidão para matar. Conforme elaborado anteriormente, o Estado nada mais é que um esforço conceitual, uma macroestrutura cuja prevalência depende da perpetuação de conceitos coletivamente partilhados que lhe dão legitimidade. Por consequência, sua condição é contingente, suscetível às ameaças que outros sistemas de ideias podem promover como alternativas mais convenientes às regulações sociais. A isso sucede uma tendência à busca pela coesão social, que anda de encontro à busca pela homogeneidade. Isto se traduz na busca, dentro do território, de

uma pacificação completa, produzindo "tranquilidade, segurança e ordem" e criando, assim, a situação normal; esta é o requisito para que as normas jurídicas possam ter eficácia absoluta, pois toda norma pressupõe uma situação normal e nenhuma norma pode ter validade para uma situação que lhe é plenamente anormal. Em situações críticas, esta necessidade de pacificação intraestatal leva a que o Estado, como unidade política, enquanto existir, também determine, por si mesmo, o "inimigo interno" (Ibidem, 2009, p. 49).

Como o Estado que se busca erigir tem caráter autoritário, e os dissidentes são assumidos como uma ameaça à existência da sociedade mítica que se pretende resgatar, o resultado está na configuração de lógicas de guerra civil, empregando a violência, em variadas intensidades, no sentido da formação do *ethnos*, a partir da constituição de um monólito identitário.

Um monólito pode ser definido como uma rocha de grandes proporções ou um monumento arquitetônico, construído a partir de um único bloco, tendo como exemplo os obeliscos. Suas características mais marcantes são, portanto, a homogeneidade e a imponência que apresentam. No mundo sociopolítico, especialmente no contexto autoritário, um monólito simboliza a pureza, em termos raciais, culturais e ideacionais; um estilema imaculado da substância e da forma que se busca alcançar por meio do expurgo de forças corruptivas externas que não pertencem ao corpo político. No que tange as extremas direitas, visa a normalização do nativismo como constelação dos arquétipos definidores dos membros da nação.

Em vista disso, não surpreendem defesas, explícitas ou veladas, de cunho racista, xenofóbico, homofóbico e misógino. Se o darwinismo social imperou entre os séculos XIX e XX, tentando dotar, por meio de estudos fisiológicos e de aferições espaciais cranianas e de volume cefálico, um caráter científico que justificasse uma hierarquização racial, nos tempos recentes o racismo passou a se apresentar no discurso político de forma mais sofisticada, embora não menos danosa.

O movimento francês da *nouvelle droite* já propunha nos anos 1970 uma perspectiva segundo a qual os agrupamentos humanos tendem à identificação segundo componentes culturais semelhantes. Portanto, assume a existência de formulações culturais distintas e, em tese, igualmente válida, porém conflitantes. Como resultado, a pacificação social seria encontrada segundo o resguarda dos grupos dentro de seus próprios núcleos simbólicos, sem grandes formas de intercâmbio (Mudde, 2019).

Balibar (1991, p. 21) batizou essa reconfiguração das formas de justificativa da discriminação como neo-racismo, um racismo “cujo tema dominante não é a hereditariedade biológica, mas a intransponibilidade das diferenças culturais, um racismo que não postula a superioridade de certos grupos ou povos em relação a outros, mas ‘apenas’ a nocividade da abolição das fronteiras, a incompatibilidade de estilos de vida e tradições [...]”. De forma semelhante, Fanon (2021) marcou essa passagem como o abandono da pretensão científico-racional para formas mais velads e inconscientes de inferiorização sistemática da figura negra,

em um processo constituído por 3 etapas históricas. Inicialmente, no período colonial, o etnocentrismo europeu pregava a existência do aculturamento, descrevendo os povos originários como primitivos e desprovidos de caráter cultural. Em sequência, o darwinismo social ganhou força, buscando em estudos enviesados características que justificassem na biologia as relações de dominação. Por último, mais recentemente, o racismo cultural, a construção de um ideário relativista que não ataca indiscriminadamente, mas que constrange por meio do isolamento, supostamente benevolente.

Da mesma forma, os papéis sociais de gênero e as condutas sexuais apresentam palco profícuo para as mais variadas tentativas de intervenção. Conforme Foucault (2020) elaborou, o sexo deve ser interpretado como um efeito, resultante de intervenções de caráter discursivo, jurídico, moral e psiquiátrico, os componentes que constituem o dispositivo foucaultiano de formação de corpos dóceis (Foucault, 2014, 2021). Sua apreensão por forças políticas é estratégica, pois infere diretamente sobre a formação da personalidade, e está profundamente ligado às capacidades críticas e pulsões revolucionárias.

Embora esta temática seja tema de análise aprofundada no terceiro capítulo, vale saltar algumas das características que a questão exerce nos movimentos de extrema direita. O modelo mítico de resgate do passado está assentado em concepções tradicionais patriarcais da família. Portanto, as categorias sexuais homem e mulher possuem funções sociais bem definidas, impostas desde a tenra infância a partir da introdução social do indivíduo pelo núcleo familiar.

O caráter castrador do controle compulsório do comportamento sexual, formatando-o segundo condições específicas de validação, exerce uma função dual. Por um lado, condiciona o indivíduo à submissão às regras restritivas do meio social, processo esse que Freud (2011) retrata como a passagem do princípio do prazer para o princípio de realidade. Tratando-se de um contexto autoritário, é responsável por formatar o sujeito em conformidade com um sistema rígido de condutas e valores. Por outro lado, resulta em processos psíquicos antagônicos, fomentando pulsões coléricas que podem ser estrategicamente direcionadas contra os desviantes, aos quais é validado o emprego da violência. A família patriarcal, assim, opera como o Estado autoritário em miniatura (Reich, 2019).

Complementarmente, o Estado mítico é caracterizado como glorioso, o que só pode ser sustentado como a reprodução em larga escala de um homem também glorioso. Isto se traduz na construção imagética do macho, pronto para o combate, forte fisicamente e inexorável moralmente, um novo homem para uma nova nação em ascensão. Diante deste, a figura do

homossexual, que transita entre as funções normativas de gênero, submete o macho à condição de submissão e vulnerabilidade (Benadusi, 2012), sendo assim uma afronta à construção idílica pretendida.

A comunhão desses fatores busca fortalecer a condição de monólito, étnico, cultural, identitário, político e ideacional. A partir do momento em que todos os sujeitos e elementos externos a esse núcleo duro são identificados como ameaças iminentes, agentes maculosos que intercedem na prosperidade econômica e moral, discursos acerca da percepção de ameaça e da construção da segurança passam a exercer centralidade na arena política, tema que será explorado no segundo capítulo.

### **3.5 Da ordem multilateral ao non-sistema: a busca pelo internacionalismo transacional**

Ao que se refere ao campo internacional, há dois relevantes aspectos de análise para compreender os novos movimentos de extrema direita. O primeiro diz respeito à sua internacionalização e à criação de redes de influência. Movimentos politicamente radicalizados, que questionam a validade e eficiência de elementos basilares do modelo democrático, como a igualdade jurídica e a irrevogabilidade de direitos fundamentais da figura humana, que apoiam a perseguição a estrangeiros, negros, LGBTs e que pregam a necessidade do emprego da força para restabelecer a ordem não são expressões isoladas, mas uma tendência que tem se disseminado internacionalmente. Embora a existência de diversidade dentre as variadas organizações, partidos políticos e grupos online que compõem o fenômeno seja inequívoca, partilham elementos simbólicos, discursivos e estratégias operativas comuns, o que não denota uma conveniente coincidência, mas a existência de redes recíprocas de influência e mimetismo. Embora a semelhança não seja uma réplica perfeita, podendo haver variações quanto às questões étnicas e econômicas particulares de cada região, por exemplo, ela pode ser encontrada na forma e nos princípios, na indumentária utilizada para abordar o público e na tipologia dos argumentos mobilizados para gerar visões particulares de mundo que partilham valores substancialmente análogos e, portanto, uma base ideológica comum.

O segundo aspecto se refere à visão destes movimentos para o futuro do sistema internacional. Embora nacionalismo exacerbado, resgate das tradições e combate às influências externas sejam elementos edificantes de seus projetos políticos, isto não significa a negação do

sistema e retorno ao isolacionismo mas, pelo contrário, o esforço de construção de um novo e específico padrão de inserção dos Estados no cenário internacional. Suas bases são a negação das características fundantes da ordem liberal internacional instituída a partir da segunda metade do século XX, nos esforços do pós Segunda Guerra, e a descredibilização do papel exercido pelas instituições multilaterais, associadas à perda de soberania nacional. O intuito é a reformulação da arquitetura internacional não segundo princípios econômicos e humanistas liberais, mas um internacionalismo transacional, que mantém uma estrutura produtiva descentralizada, em cadeias globais de valor, porém intermediado mais pela distribuição desigual de capacidades e, portanto, cujas regras são ditadas segundo a regra dos mais fortes, do que por regras supranacionalmente instituídas; pelo fluxo de bens e capitais, mas regido por barreiras humanas e culturais.

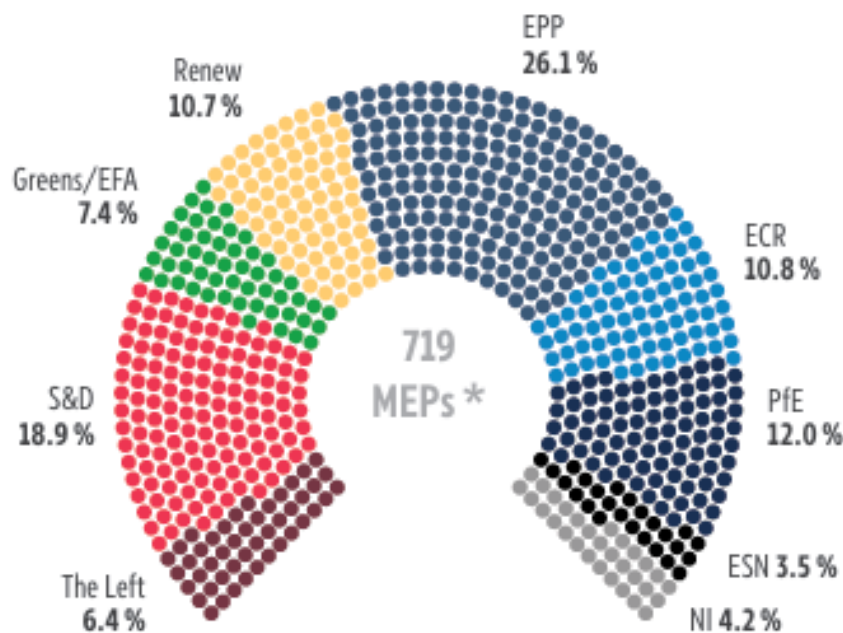
Segundo levantamento realizado pelo UOL, ao fim do ano de 2024, das 63 eleições realizadas pelo mundo, 27 representaram avanço da direita, contra 25 da esquerda e 11 vitórias de candidatos localizados mais ao centro do espectro político. De antemão, números que pouco informam, e que até mesmo poderiam representar uma normalidade perpetuada quanto às variações habituais do jogo político. O que merece investigação, todavia, não é o simples movimento pendular entre movimentos de esquerda e direita, mas uma reconfiguração dual, tanto dos projetos políticos, movimentos e partidos que compõem este espectro, quanto na configuração do pensamento político das massas, que tem lhe proporcionado maior apoio popular.

Na Áustria, a vitória foi concedida ao Partido da Liberdade (FPÖ), que obteve cerca de 29% dos votos nas eleições parlamentares; na França, embora não tenha alcançado maioria dos votos, o *Rassemblement National* (RN), liderado por Marine Le Pen, disputava como favorito, e tem grande apoio da população em suas propostas eurocéticas e de fechamento das fronteiras; em Portugal, o ultranacionalista Chega conquistou 60 cadeiras no parlamento, tornando-se a segunda maior força política do país, atrás somente do Partido Social Democrata (PSD). Na Alemanha, o partido radical *Alternative für Deutschland* (AfD) alcançou segundo lugar nas eleições legislativas do início de 2025, com mais de 20% dos votos, atrás apenas da aliança conservadora do chanceler Friedrich Merz.

Em um estudo realizado com base no banco de dados PopuList, que analisa perfis de partidos políticos e tendências eleitorais, Rooduijn et al. (2023) chegaram à conclusão, observando os dados de 31 países do continente, de uma inflexão no perfil ideológico do público europeu: cerca de 32% dos votos passaram a ser destinados a partidos anti *establishment*, contra

a cifra de 20%, no início dos anos 2000, e 12%, na década de 1990. Destes, 50% apoiam partidos da extrema direita, apoio cuja margem tem aumentado ao longo dos últimos anos, demonstrando um progressivo processo de declínio democrático. No Parlamento Europeu, as eleições de 2024 levaram a 24% dos assentos do Parlamento Europeu ocupados por coligações e partidos ligados a políticas radicais e ultranacionalistas, conforme a figura abaixo:

**Figura 3 – Composição do Parlamento Europeu após eleições de 2024**



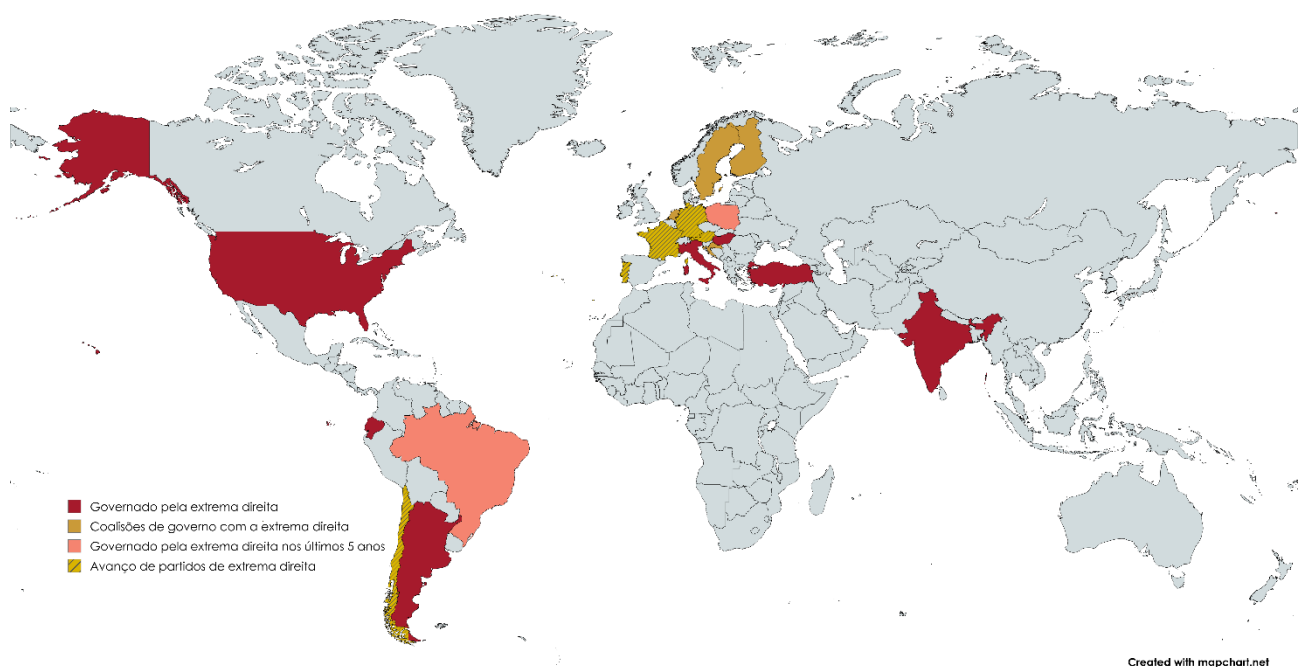
Fonte: Parlamento Europeu

Nas Américas, o governo de Jair Messias Bolsonaro, eleito em 2018 nas eleições brasileiras, marcou uma inflexão no país e representou uma das maiores expressões da extrema direita na região. Partilhando da oratória populista contra um *establishment* corrupto, o presidente exerceu um mandato conturbado, com discursos inflamados, ameaçando “metralhar a petralhada”, em referência ao Partido dos Trabalhadores (PT), maior partido da oposição, contestações à confiabilidade do sistema eleitoral, que utiliza urnas eletrônicas (através das quais se elegeu para sete mandatos como deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro), e realizou uma série de ataques contra a constituição e o Supremo Tribunal Federal (STF). No final de 2025, o já ex-presidente foi preso pelos crimes de coação no curso do processo (art. 344 do Código Penal), obstrução de investigação de infração penal que envolva organização criminosa (art. 2º, § 1º, da Lei 12.850/13) e abolição violenta do Estado Democrático de Direito

(art. 359- L do Código Penal), após uma falha tentativa de golpe de Estado, cujo plano envolvia o assassinato de seu sucessor na presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, o vice-presidente, Geraldo Alckmin, e o ministro do STF, Alexandre de Moraes. Além dele, ao final de 2025, as eleições presidenciais chilenas elegeram o candidato Jose Antonio Kast, figura com fortes projetos securitários e anti imigração, favorável ao regime de Pinochet.

Dentre outros exemplos, talvez o de maior valor seja a eleição de Donald J. Trump para seu segundo mandato à Casa Branca, no final de 2024. Desde que tomou posse, o mandatário tem executado uma série de ordens presidenciais que restringem as fronteiras, tencionam os acordos com parceiros comerciais internacionais e promovem revisionismos ideológicos em órgãos do governo, sob a alcunha de “resgate dos valores Americanos e combate a influências externas”. Neste ínterim, o mapa abaixo apresenta um panorama dos países que são ou foram, nos últimos cinco anos, governados por líderes da extrema direita, cujos governos possuem coligações com movimentos e partidos de extrema direita, ou nos quais estes movimentos têm apresentado crescimento significativo.

**Mapa 1 – Presença política da extrema direita no mundo**



Fonte: Elaboração própria

Não se trata de movimentos isolados, mas projetos que partilham simbolismos e ideários comuns, que se inspiram e apoiam mutuamente. Neste sentido, Jair Bolsonaro, que compartilhou com Donald Trump a figura de Steve Bannon, articulador de ambas as campanhas eleitorais, sempre demonstrou grande apreço e desejo de parceria para com o vizinho do Norte Global. No documento oficial “Discursos do Presidente Trump e do Presidente Bolsonaro da República Federativa do Brasil antes da Reunião Bilateral” (*Remarks by President Trump and President Bolsonaro of the Federative Republic of Brazil Before Bilateral Meeting*), publicado pela Casa Branca a respeito de um encontro entre os mandatários de ambos os países em março de 2019, Bolsonaro afirmou que o Brasil e os Estados Unidos possuem

muitos valores compartilhados. Admiro o presidente Donald Trump. E certamente trabalharemos em benefício das nossas duas nações. Porque, assim como o presidente Donald Trump quer ter uma grande América, eu, da minha parte, também quero ter e garantir que tenhamos um grande Brasil. Então, sim, cada vez mais, a partir de agora, o Brasil se envolverá cada vez mais com os EUA, e estou muito orgulhoso e satisfeito por isso ser assim (Bolsonaro, 2019, tradução própria<sup>9</sup>).

Complementarmente, em uma coletiva de imprensa na mesma ocasião, afirmou que “O Brasil e os Estados Unidos estão ligados pela garantia da liberdade, pelo respeito à família tradicional, pelo temor a Deus nosso criador, contra a identidade de gênero, o politicamente correto e as *fake news*” (Bolsonaro, 2019). Posteriormente, dentre outras apologias positivas ao governo de Trump, em um evento em maio de 2019, em Dallas, no qual recebeu da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos o prêmio de personalidade do ano, reforçou seu “amor pelos Estados Unidos” e a relação de respeito pelo país, reformulando o bordão de seu governo “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” para “Brasil e Estados Unidos acima de tudo, Deus acima de todos”. Ao fim, o presidente brasileiro, cuja postura lhe rendeu o apelido de “Trump dos trópicos” na mídia internacional, bateu continência para a bandeira estadunidense.

Em um texto intitulado “Trump e o Ocidente”, publicado em 2017 por aquele que se tornaria chanceler a partir do ano seguinte, durante a gestão Bolsonaro, Ernesto Araújo busca estabelecer uma composição espiritual do Ocidente como um conjunto pan-nacional de povos

---

<sup>9</sup> “We do have a great deal of shared values. I admire President Donald Trump. And we will certainly work towards the benefit of our two nations. Because, just as President Donald Trump wants to have a great America, I, on my side, also want to have and ensure we have great Brazil. So yes, increasingly, from now onwards, Brazil will become increasingly engaged with the U.S., and I’m very proud and pleased that that is so.”

ligados por uma herança judaico-cristã e pela partilha de um arcabouço cultural, histórico, de valores e fé comum. Nas suas palavras,

o Ocidente é um conjunto, certamente, mas não uma massa disforme, muito menos um agrupamento de Estados baseado em algum tratado, e sim um conjunto de nações – entidades definidas cada qual em sua identidade histórica e cultural profunda, e não como entes jurídicos abstratos – concebidas a partir de experiências únicas e não a partir de princípios ou valores frios. Uma comunidade, portanto, onde os particularismos não são um acidente, mas a sua própria essência e conformam um todo orgânico, indispensáveis à saúde e pujança do conjunto (Araújo, 2017, p.329).

Este, todavia, é retratado como sob “mortal ameaça”, diante de um perigo dual: No campo externo, o “islamismo radical”, no interno, e neste destaca o principal perigo, um adoecimento espiritual, uma condição psiquicamente dos povos causada pelo suposto abandono da própria identidade, em detrimento da abertura das fronteiras para ondas de imigrantes e influências externas. Diante disso, Araújo clama pela necessidade de resgate de uma cosmologia cristã, em oposição à pós-modernidade racionalista, para resgatar os heróis do passado e reaproximar os povos ocidentais de Deus uma vez que, segundo defende, o Ocidente está em uma guerra pela sua sobrevivência, que tem início não no campo de batalha, mas “no espírito, na vontade e na alma” (ibidem, p. 332). Nesta concepção, assume a cultura como um núcleo duro em disputa, que deve ser preservado sob as fronteiras nacionais, em uma ampla batalha identitária na qual posiciona Trump como o comandante do Ocidente e principal figura capaz de preservá-lo.

Bolsonaro não é o único a realizar acenos explícitos à aproximação entre este grupo de governos. Javier Milei, por exemplo, em seu discurso no Fórum Econômico Mundial, no início de 2025, em Davos, também fez um aceno à aproximação e partilha de perspectivas comuns entre os governos liderados pela extrema direita:

Também não me sinto sozinho porque ao longo deste ano encontrei aliados nesta luta pelas ideias de liberdade em todos os cantos do mundo – desde o incrível Elon Musk até aquela feroz senhora italiana, a minha querida Giorgia Meloni; de Bukele em El Salvador a Viktor Orbán na Hungria; desde Benjamin Netanyahu em Israel até Donald Trump nos Estados Unidos – lentamente tem-se formado uma aliança internacional entre todas as nações que, tal como a nossa, querem ser livres e acreditam nas ideias de liberdade (Milei, 2025).

Com isso, embora a intensidade do seu avanço e expressão seja geograficamente díspar, os números comprovam o avanço das novas direitas radicais como um movimento internacional em ascensão. Como é explorado ao longo desta pesquisa, defendem projetos específicos no que

concerne a condução das suas instituições, o resgate dos valores e o reavivamento do nacionalismo. Estes, todavia, não resumem por completo todo o aspecto ideacional abarcado por tais movimentos, que também possuem concepções específicas quanto à arquitetura do sistema internacional e como seus respectivos países devem nele atuar:

A ameaça sem precedentes de homogeneização que paira sobre o mundo inteiro leva a identidades patológicas: irredentismos sangrentos, nacionalismo convulsivo e chauvinista, tribalizações selvagens etc. A responsabilidade por estas atitudes deploráveis decorre principalmente da globalização (política, econômica, tecnológica e financeira), que produziu estas atitudes em primeiro lugar. Ao negar aos indivíduos o direito de se situarem numa identidade coletiva e histórica, ao impor um modo uniforme de representação, o sistema ocidental deu origem a formas pouco saudáveis de autoafirmação. O medo do “Mesmo” substituiu o medo do “Outro”. Na França, esta situação é agravada por uma crise do Estado que, durante dois séculos, foi o principal produtor social simbólico. Assim, o atual enfraquecimento do Estado produziu um vazio maior na França do que em outras nações ocidentais (Nova Direita Francesa, 2000, tradução própria<sup>10</sup>).

Fundada na década de 1960 sob as ideias de Alain de Benoist, a *Nouvelle Droite* francesa defende, no seu manifesto do ano 2000, uma visão contra universalista e antiliberal. Descrevendo-se como um movimento metapolítico, defende uma transformação ideológica ampla, ao invés da simples disputa partidária, como princípio ordenador de profundas mudanças sociais necessárias. Enxergando na globalização, e no modelo de democracia liberal, um processo de homogeneização das identidades, defendem o etnopluralismo, uma concepção que busca substituir o racismo biológico pela defesa de distinções culturais naturais entre povos e raças, formando barreiras inatas que não devem ser ultrapassadas. Neste ínterim, combatem o multiculturalismo através da alegação do “direito à identidade”, uma apologia à compartimentação sociocultural e à necessidade de resgate das origens europeias. Estas, todavia, não são assumidas em caráter supranacional, mas na também distinção étnico-socio-geográfica do continente, contestando o universalismo e saudando o sentimento de pertencimento local. No mesmo sentido, o bloco europeu deixou, ao longo da última década, de ser baluarte incontestado de um avançado projeto civilizacional de integração dos povos, tendo tanto a sua extensão quanto o seu poder decisório no centro de um crescente debate:

A União Europeia – outrora um projeto de sonho enraizado num desejo de reconciliação após a destruição causada por duas guerras mundiais e décadas de divisão – voltou-se contra os europeus e agora prossegue interesses

<sup>10</sup> “The unprecedented menace of homogenization which looms over the entire world leads to pathological identities: bloody irredentisms, convulsive and chauvinistic nationalism, savage tribalizations, etc. Responsibility for these deplorable attitudes stems primarily from globalization (political, economic, technological, and financial), which produced these attitudes in the first place. By denying individuals the right to locate themselves within a collective and historical identity, by imposing a uniform mode of representation, the Western system has given birth to unhealthy forms of self-affirmation. Fear of the ‘Same’ has replaced fear of the ‘Other.’ In France, this situation is aggravated by a crisis of the State which, for two centuries, has been the main symbolic social producer. Thus, the current weakening of the state has produced a greater void in France than in other Western nations.”

contrários à vontade das Nações, Regiões e pequenas comunidades que constituem a nossa casa europeia. Instituições em grande parte desconhecidas e afastadas dos cidadãos europeus – juntamente com fortes forças globalistas, burocratas não eleitos, lobbies e grupos de interesse que desprezam a voz da maioria e da democracia popular – estão planejando substituir as Nações (Vox, 2024, tradução própria<sup>11</sup>).

Dentre as diversas siglas políticas europeias, o Vox surgiu no final de 2013, a partir da união de dissidentes do Partido Popular espanhol, com uma forte retórica nacionalista e combativa da influência de organizações supranacionais sobre os interesses locais. A citação faz parte de um manifesto publicado em 2024, após as votações para o Parlamento Europeu, nas quais coligações conservadoras e da extrema direita avançaram para quase 30% dos 720 assentos da casa. Este é apenas um exemplo do movimento que tem sido denominado “euroceticismo”, uma percepção crescente, de diversos movimentos sociais e políticos intraeuropeus, que têm contestado a idoneidade das decisões proferidas pelo bloco e sua efetividade para lidar com os desafios locais, relacionados, principalmente, aos fluxos migratórios e às questões que suscitam: influência étnico cultural, no que os movimentos da extrema direita alegam uma suposta “invasão” e a perda dos valores europeus, com discursos como a “islamificação” europeia, e críticas a medidas de cunho assistencialista e humanitário, especialmente voltado aos refugiados e migrantes forçados provenientes de conflitos armados. A estes, somam-se questões de ordem estrutural global que vêm afetando, em graus variados, as populações: aumento dos custos de vida, geração insuficiente de empregos e substituição da mão de obra humana em detrimento da automatização robotizada, acesso encarecido à moradia, dentre outros.

Preocupações quanto à ingerência no território nacional não se restringem, no entanto, à União Europeia. Pelo contrário, elas têm sido frequentemente manifestadas em uma diversidade de fóruns e agendas internacionais, vocalizadas, em maior grau e intensidade, por lideranças das novas direitas radicais:

A paz nos tornou fracos. Fomos derrotados pela nossa própria complacência. Todas estas e outras aberrações que não podemos enumerar devido a limitações de tempo, são as ameaças que hoje colocam em perigo o Ocidente (*referindo-se a uma suposta carga ideológica que se apossou dos organismos*

---

<sup>11</sup> “The European Union—once a dream project rooted in a desire for reconciliation after the destruction caused by two world wars and decades of division—has turned against Europeans and now pursues interests contrary to the will of the Nations, Regions and small communities that constitute our European home. Institutions largely unknown to and removed from European citizens—along with strong globalist forces, unelected bureaucrats, lobbies and interest groups with contempt for the voice of the majority and of popular democracy—are planning to replace the Nations.”

*internacionais*). E, infelizmente, estas são as crenças que instituições como esta promovem há 40 anos, e ninguém aqui pode fingir inocência. Durante décadas, houve o culto a uma ideologia sinistra e assassina, como se fosse um bezerro de ouro, movendo céus e terra para impô-la à humanidade. E esta organização, juntamente com os organismos supranacionais mais influentes, têm sido os ideólogos desta barbárie. As organizações multilaterais de crédito têm sido instrumentos de extorsão, enquanto muitos governos nacionais, e especialmente a União Europeia, têm atuado como o seu braço armado. [...] a nossa primeira e principal missão – se quisermos verdadeiramente recuperar o progresso do Ocidente e construir uma nova era dourada – tem de ser a redução drástica do tamanho do Estado. Não só em cada um dos nossos países, mas também a redução drástica de todas as organizações supranacionais, pois esta é a única forma de erradicar este sistema perverso, que esgota os seus recursos para devolver aos contribuintes o que lhes pertence e pôr fim à venda de favores (Milei, 2025, tradução e grifo próprios<sup>12</sup>).

Estes exemplos não são desconexos ou despretensiosos, mas sintomáticos de uma concepção partilhada específica pelos movimentos da extrema direita com relação ao modelo de organização do sistema internacional e, não por acaso, contestam as bases da ordem liberal internacional, que lhe deram forma. Por esta razão, é necessário primeiro compreender em que consiste esta ordem, e para qual alternativa os movimentos em questão pretendem seguir.

Nas relações internacionais, o conceito de ordem pode não ser suficientemente intuitivo, uma vez que o sistema é caracterizado por um perpétuo estado anárquico, ou seja, a ausência de uma força ordenadora centralizada capaz de estabelecer as regras e condutas dos agentes, ao mesmo tempo em que coíbe desvios e distribui punições aos infratores. Em realidade, o que se encontra é uma vasta e complexa rede de atores auto interessados que partilham níveis desiguais de um poder pulverizado, e que competem na promoção dos seus interesses particulares. O que, todavia, poderia culminar em um estado de natureza hobbesiano, cuja palavra de ordem está no emprego da violência, e regido pela contínua incerteza, dá lugar a um sistema relativamente estável. Embora o termo “ordem” não seja propriamente utilizado, está no cerne do pensamento

---

<sup>12</sup> “Peace made us weak. We were defeated by our own complacency. All these and other aberrations which we can't enumerate due to time constraints, are the threats that today endanger the West. And unfortunately, these are the beliefs that institutions like this one have been promoting for 40 years, and no one here can feign innocence. For decades, there has been a worship of a sinister and murderous ideology, as if it were a golden calf, moving heaven and Earth to impose it on humanity. And this organization, along with the most influential supranational bodies, have been the ideologues of this barbarity. Multilateral lending organizations have been instruments of extortion, while many national governments, and especially the European Union, have acted as their armed wing. [...] our first and foremost mission – if we truly want to reclaim the West's progress and build a new golden era – has to be the drastic reduction in the size of the state. Not only in each of our countries, but also the drastic reduction of all supranational organizations, as this is the only way to root out this perverse system, draining its resources in order to give back to taxpayers what belongs to them, and to put an end to the sale of favours.”

de autores clássicos, investidos de compreender o cenário anárquico e como reduzir o conflito entre as nações.

Raymond Aron (1984, p.158), por exemplo, concebe as relações internacionais em uma relação dual guerra/paz, entendendo esta última como “a suspensão, mais ou menos duradoura, de formas violentas de rivalidade entre unidades políticas”. Hedley Bull (1977, p.13), por sua vez, refere-se ao estado de suspensão da violência a partir da criação de uma “sociedade internacional”, ou seja, quando “um grupo de Estados, conscientes de certos interesses e valores comuns, formam uma sociedade na medida em que concebem para si próprios limites nas suas relações mútuas por um conjunto comum de regras e participam na atividade de instituições comuns”.

Aqui, envereda-se por um caminho que dá centralidade à composição institucionalizada das relações. Mearsheimer (2019, p.9) já assumindo o conceito de “ordem”, a define como “um grupo organizado de instituições internacionais que ajudam a governar as interações entre os Estados-membros”. Embora não signifique a constituição de um Leviatã, serve como modulação para o aquiescimento das tensões por meios alternativos à guerra, estendendo-se para além de uma visão realista clássica, estadocêntrica em essência, mas abrangendo também a complexa miríade de atores não estatais que hoje populam o cenário internacional, como grandes corporações transnacionais, organizações da sociedade civil e grupos terroristas, também capazes de exercer influência e pressão sobre o sistema. Nesse sentido, Szewczyk (2019, p.34), define ordem como “um conjunto de regras e normas para governar o comportamento Estatal e não estatal, através do direito internacional baseado na Carta das Nações Unidas, tratados multilaterais e normas políticas decorrentes da prática estatal”.

Krasner (2012), por sua vez, aborda a questão a partir da formação de regimes, corpos institucionais especializados que operam no sentido da sistematização e harmonização política dos atores em uma determinada frente de atuação (comercial, ambiental, direitos humanos etc). A partir do estabelecimento de princípios ordenadores, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão em torno dos quais convergem as expectativas dos atores, ele descreve os regimes como capazes de fornecer arranjos de governança que contribuem para fornecer à relação entre os Estados maior segurança e previsibilidade, uma vez que compactuam em ceder parcialmente a sua autonomia em nome de uma arquitetura conjunta de operação e regulação. Em razão de um comportamento mais disciplinado, estabelecem-se vias mais favoráveis à cooperação e, com isso, à estabilidade mais duradoura do sistema.

Dentre os postulados que estabelece para que se alcance uma paz genuína no sistema internacional, Kant (2008) é enfático em 3 elementos centrais: Na necessidade da criação de um aparato

coletivo de legalidade, na constituição de uma federação de Estados livres e na hospitalidade universal do direito cosmopolita. O primeiro elemento refere-se ao direito internacional público, um regimento com princípios, direitos e limitações capaz de harmonizar as formas de relação entre os Estados. O segundo, na criação e recursos a organizações supranacionais, que sirvam como fóruns de debate e negociação, deixando de lado o recurso às armas em detrimento de uma forma democrática de resolução de litígios capaz de alcançar o meio comum dentre os diferentes interesses. Por último, o terceiro faz menção à concepção cosmopolita de Kant. Segundo ela, relações político-geográficas não passam de projetos artificiais para administrar um espaço limitado ao qual todos estão constrangidos. Por isso, investe na exaltação do multiculturalismo e da integração entre os povos, estabelecendo que aos estrangeiros deve ser garantida dignidade, respeito e hospitalidade.

Tais recursos institucionais, todavia, não teriam encontrado materialidade, não fosse seu valor instrumental como via mais estável para a consecução dos interesses particulares dos Estados. Se realistas assumem os Estados como unidades geográficas soberanas auto interessadas, cuja prerrogativa é a sobrevivência; liberais, embora focados na construção de redes de cooperação e codependência, segundo acordos e organizações bi e multilaterais, não deixam de também assumir um caráter narcísico dos atores. Independentemente da corrente teórica que se assuma, autonomia, sobrevivência, segurança e prosperidade estão entre as forças motrizes que movem os Estados, o que se torna particularmente desafiador em um cenário desprovido de padrões ou regras. Por isso, em sua teoria dos regimes, Krasner evidencia a vantajosa contraposição da perda parcial de autonomia em detrimento da aquisição de um ambiente institucional de atuação cujas demarcações comportamentais e jurídicas são bem definidas, contando com medidas de salvaguarda e sanções coletivamente estabelecidas. Dessa forma, tornam-se mais discerníveis os meios necessários para atingir os fins esperados.

Isto tampouco significa a completa ausência de conflito ou o pleno funcionamento das instituições no endereçamento das questões para as quais foram projetadas. Conforme argumenta Tomé,

ordem não é sinónimo de paz nem de estabilidade nem ausência de competição, tal como não é simplesmente o contrário de desordem (caos e conflito) nem um conceito caracterizador da balança de poder numa região ou no mundo. Mas está associada a tudo isso, porquanto ordem atenua o carácter anárquico do sistema internacional e o recurso à violência, limita a dependência dos jogos de poder e proporciona um certo tipo de autoridade, regulação e estabilidade na convivência entre atores. Uma ordem internacional pode existir e ser referenciada em função da estrutura de poder, mas é mais do que o simples reflexo disso (Tomé, 2021, p. 96).

Portanto, embora anárquico, o sistema internacional não está necessariamente mergulhado em caos, conta com mecanismos institucionais e regulamentares nos quais os atores se apoiam na busca por previsibilidade e maximização de ganhos. O que, então, lhe atribui a sua feição liberal?

Conforme Nye (2009) analisa, até o período marcado pelo fim da Primeira Guerra Mundial, o cenário internacional teve as relações interestatais marcadas por balanças de poder. Isto pode ser traduzido na ausência de organizações, tratados e padrões amplos de conduta a serem respeitados, de modo que políticas de alianças, acordos regionais e o recurso à guerra, em detrimento da distribuição desigual de capacidades, fossem os principais recursos na busca pelos interesses individuais. Embora já existisse, especialmente no que tange o fornecimento de princípios gerais, o direito internacional público ainda não contava com tribunais próprios, como o de Haia, e tampouco possuía a mesma força regimental atual, embora esta também possuía notáveis limitações de aplicabilidade. Somente no pós-guerra, com o surgimento da Liga das Nações, e sua posterior substituição pelo sistema ONU, desenvolveu-se um aparato institucional amplo, comprometido ao fornecimento de fóruns e recursos não belicosos à resolução de litígios, em vias de evitar a eclosão de novos conflitos de larga escala.

Indubitavelmente, as duas guerras serviram como um ponto de inflexão na ordenação do sistema internacional. Novas modalidades de atores, reconfigurações nas relações de poder e o advento de novas categorias que desafiavam as estruturas até então vigentes no sistema levaram Acharya (2017) a analisar o novo contexto da segunda metade do século XX, ao longo da qual se insere a gênese da ordem liberal internacional, não como um cenário de multipolaridade, mas de multicomplexidade. Seu argumento se fundamenta em 5 fatores: composição dos atores, estrutura econômica, relações de dependência, institucionalidade supranacional e segurança internacional. Primeiramente, havia no cenário pré-guerra uma constituição demasiadamente atomizada de atores relevantes no cenário internacional. Se a regulação das relações era estabelecida através das balanças de poder, o equilíbrio geopolítico estava nas mãos das grandes potências e suas possessões coloniais, restando às nações menores políticas regionais de alianças. Atualmente, este cenário é contrastado com uma profusão de novas modalidades de atores, estatais, intraestatais e supraestatais. Grandes corporações transnacionais possuem montantes financeiros maiores do que as reservas de muitos países, organizações da sociedade civil adquiriram representatividade em fóruns internacionais e fazem uso da mídia para pressionar seus governos, interna e externamente, assim como o terrorismo internacional demonstrou o potencial danoso de células armadas independentes.

Depois, o escopo, a intensidade e a forma das relações econômicas também se remodelou. Conquanto o pré-guerra pode ser resumido em redes de trocas comerciais, com economias baseadas em capital produtivo, os processos de globalização, financeirização, o avanço das tecnologias informacionais e a gênese de crescentes processos de robotização e automatização acarretaram uma mundialização dos mercados, por meio da criação de cadeias globais de valor, responsáveis pela descentralização produtiva, além da aquisição de um caráter financeiro especulativo.

Em terceiro lugar, e conseqüentemente, este processo levou à gradativa transição de economias isoladas para um processo global de interdependência. Empresas transnacionais operam geograficamente distantes de suas matrizes, de acordo com condições fiscais, oferta de matéria prima e mão de obra mais vantajosas, influenciando a geração de emprego, economias e políticas locais. Barreiras tarifárias e conflitos geopolíticos interferem nas cadeias de distribuição, pressionando fluxos inflacionários e levando a cenários de escassez.

Para gerenciar todas essas relações de codependência, o quarto ponto está relacionado à crescente institucionalização das relações internacionais. Se, no pré guerra, as associações de maior expressão centravam-se nas figuras do Concerto Europeu, formado por Reino Unido, Áustria, Prússia e França, para estabilizar as balanças de poder europeias a partir do Congresso de Viena em 1815, e na Liga das Nações, que contava com uma parca estrutura institucional de coerção dos desvios, e sem a participação dos Estados Unidos, uma das principais potências internacionais da época; a virada da metade do século XX marcou a profusão de uma vasta rede de instituições de amplitude global, de caráter tanto técnico quanto político, que agiram na criação de um sistema de segurança coletiva responsável por substituir o recurso à força pela influência da diplomacia e de meios não belicosos para a resolução de litígios (Nye, 2009).

Por último, há novos desafios, até então pouco presentes nas relações internacionais. Crise climática acentuada, que depende de compromissos coletivos para proteção dos biomas e redução das emissões de poluentes; guerras e crises internacionais de refugiados, como aquela desencadeada pelo conflito sírio, a partir de 2011, e grupos terroristas internacionais, a exemplo da Al Qaeda e do Estado Islâmico, são apenas alguns dentre diversos exemplos de novas temáticas que passaram a pressionar a arquitetura do sistema, demandando novas formas de articulação.

Deste modo, o período enquadrado após a Segunda Guerra contém um processo de diversificação e adensamento dos atores e desafios presentes nas relações internacionais,

podendo-se resumir três pilares centrais aos quais a ordem liberal internacional procurou corresponder: A promoção da paz entre grandes potências, mitigando o recurso à violência característico das balanças de poder; promover a integração econômica das nações em um padrão mutuamente benéfico, afinal, economias codependentes tendem à cooperação, assim como a prosperidade econômica tem a capacidade de atenuar tensões e, por último; a promoção do modelo de democracia e valores liberais, viabilizando representatividade de novos atores, não estatais (Acharya, 2017).

Resumidamente, a ordem liberal internacional pode ser definida como uma busca triangulada pela institucionalização das relações internacionais, pela integração econômica e pela promoção da democracia liberal. Portanto, deve ser assumida, primeiramente, como um projeto ideacional normativo (Alcaro, 2018), que estabelece os valores subjacentes à ação dos Estados, as normas a serem seguidas, regras às quais se sujeitar, quais instituições integrar e quais práticas seguir, tomando como baluarte domar a anarquia internacional, cujo ápice fora o período das grandes guerras. Ikenberry (2018, p.7) a define como uma ordem “organizada em torno da abertura econômica, instituições multilaterais, cooperação em segurança e solidariedade democrática”, ao que também incluir a relevância dos “valores do mundo livre”, em referência ao modelo de democracia liberal, como o apoio aos direitos humanos e ao direito internacional público.

Embora a ONU e seus órgãos especializados sirvam de maior exemplo à onda de institucionalização transnacional que sucedeu o desfecho da Segunda Guerra, muitos outros fóruns e corpos de negociação surgiram, visando a maior integração e prosperidade das nações. No campo econômico, os Acordos de Bretton Woods de 1944 estabeleceram um novo padrão econômico internacional, centrado no dólar, e forjaram as principais organizações de regulação e apoio às finanças globais, notadamente o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que posteriormente seria integrado ao Banco Mundial (BM). Com o intuito de impulsionar o comércio e reduzir barreiras alfandegárias, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), criado em 1947, serviu de catalisador na formação de cadeias globais de valor e integração das economias nacionais, sendo substituído, em 1995, pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Não obstante, acordos regionais e multisetoriais, arranjos locais e parcerias estratégicas passaram a aumentar a densidade relacional do sistema, especialmente a partir dos anos 1990, com o fim do regime bipolar: Em 1961, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) foi fundada, aumentando gradativamente o número de países participantes de 20, à época, para 38,

na atualidade; em 1991, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai se uniram na criação de uma zona de livre comércio denominada Mercado Comum do Sul (MERCOSUL); em 1994, EUA, Canadá e México se uniram na criação do Tratado Norte Americano de Livre Comércio (NAFTA), substituído em 2020 pelo Acordo Estados Unidos-México-Canadá (USMCA), criando assim um dos maiores blocos comerciais do mundo; em 1997 e 1999 foram criados G7 e G20, respectivamente, para reunir as maiores economias do mundo e facilitar cooperações estratégicas; em 2001 Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul se uniram para a formação dos BRICS, em um esforço compartilhado para o desenvolvimento conjunto de potências regionais, contando, a partir de 2014, com um banco próprio para financiamento de projetos estratégicos.

No campo político, associações regionais também se formaram, para a defesa de interesses comuns em fóruns coletivos, como a Organização dos Estados Americanos (1948); a Organização da Unidade Africana (1963), que viria a ser substituída pela União Africana (2001); a Associação das Nações do Sudeste Asiático (1967). A União Europeia (EU), talvez o mais avançado exemplo de integração sociopolítica da atualidade, teve sua origem na Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA, 1951), que se iniciou como uma parceria transfronteiriça para impulsionar a produtividade do setor, mas que gradativamente evoluiu para a Comunidade Econômica Europeia (CEE), por meio do Tratado de Roma, em 1957, e que tomou as feições do bloco atual através do Tratado de Maastricht, em 1993.

Além disso, corpos especializados, de compromisso, regulação e fiscalização, passaram a embasar a condução de políticas nacionais, em convergência com objetivos coletivamente firmados. Tomando proeminência nesta frente, a ONU orquestrou a formulação de objetivos e metas partilhadas, através dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e da Agenda 2030, contando com esforços coletivos para alterar quadros que interferem no desenvolvimento humano em escala global, como a transição para energias renováveis, controle das emissões de poluentes e dos níveis de deterioração ambiental, combate à fome, controle da proliferação de armamentos e conflitos, dentre outros. No seu auxílio, agências inúmeras atuam como órgãos oficiais de caráter técnico, como a Agência Internacional de Energia Atômica (1957), Organização Mundial da Saúde (1948), Organização Internacional do Trabalho (1919), Comissão para a Cooperação Ambiental (1994), Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (1988), Fundo das Nações Unidas para a Infância (1946), dentre muitas outras.

Este afã, todavia, não se encontra isento de efeitos colaterais. Se, por um lado, a normatização estabelece padrões de conduta e mecanismos de apuração das ações dos agentes,

trazendo assim confiabilidade e previsibilidade, por outro, conduz igualmente a concessões, necessárias para viabilizar o equilíbrio da balança política: Perda relativa de autonomia e assumir encargos e responsabilidades inerentes a determinados grupos. Aos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), por exemplo, cabe a sujeição a cotas de exploração e refino, mecanismo utilizado para a regulação do preço internacional da *commodity*. Organizações internacionais dificilmente dispõem de meios independentes de financiamento, uma vez que suas funções se lastreiam na promoção de aparato técnico e diplomático, não produtivo, o que faz com que repouse sobre os países membros o financiamento das operações. Quanto ao processo decisório, por outro lado, não raramente o puro interesse individual precisa ser suprimido em nome da coesão de um bloco votante, ou dos pontos chancelados pela maioria dos votantes, acarretando assim compromissos e responsabilidades que devem ser cumpridos em detrimento da legitimidade e estabilidade do sistema.

Embora tenha se demonstrado mais eficiente do que o esforço do entreguerras, com a constituição da Liga das Nações, evidentemente, esta ordem não se mostrou plenamente capaz de endereçar soluções a todas as causas às quais se comprometeu. No que tange questões econômicas, a próxima sessão tratará com maior profundidade sobre os vácuos de poder gerados a partir das insatisfações populares decorrentes de um declínio, em escala global, do poder de consumo e do nível de vida em decorrência da guinada neoliberal. No entanto, no que tange o teor decisório, Hooghe, Lenz e Marks (2018) evidenciam como ambos os espectros políticos têm direcionado críticas ao funcionamento e aos resultados entregues ao longo das últimas décadas por esta ordem.

Na ala da esquerda, apontam que movimentos sociais e ambientalistas condenam a corruptibilidade dos valores buscados nos fóruns, e até mesmo os riscos à democracia, devido à enfática primazia garantida àquelas decisões convenientes à busca de capitais e aos interesses de grandes corporações. Não se opõem à existência dos fóruns e instituições como arenas de debate e formulação de projetos multilaterais, mas na necessidade da sua reestruturação para que os interesses de elites financeiras não tomem primazia sobre pautas ambientalistas e projetos de desenvolvimento social.

Os movimentos de direita, por outro lado, e especialmente aqueles alocados à extrema direita, renegam a governança internacional em princípio. No afã das alterações estruturais promovidas pelo movimento de globalização, que instaurou a queda de barreiras alfandegárias e a abertura de fronteiras ao fluxo de bens, capitais, serviços e trabalhadores, sentem-se

prejudicados pela retração do papel protecionista do Estado; na criação de fóruns humanitários que criam valores para amparar a responsabilidade de auxílio e proteção, na apologia ao multiculturalismo e na agregação das sociedades, veem sob o “globalismo” uma ideologia induzida, que dilui as relações identitárias e põe em risco os valores nacionais. No discurso de lançamento da sua campanha eleitoral à presidência da França, em 2017, Marine Le Pen associou com veemência a globalização a ameaças identitário-culturais:

Nossos líderes escolheram a globalização desregulada; sonharam com uma globalização feliz e ingrata, mas seus sonhos se transformaram em um pesadelo. A globalização é movida pelo único propósito de gerar enormes lucros para os poucos privilegiados e opera em dois níveis. A globalização de baixo resulta em imigração em massa e, usada como *dumping* social<sup>13</sup>, enquanto a globalização de cima resulta na mercantilização selvagem e na concorrência desenfreada, direcionando toda a economia. *A globalização, que antes era consequência natural da vida com o crescimento do comércio internacional, foi transformada em uma ideologia. Ela é chamada de economia global, que rejeita qualquer limite ou qualquer regulamentação e, assim, enfraqueceu as defesas naturais de nossa nação e a privou de todos os seus atributos soberanos: fronteiras, moeda nacional, poder sobre suas leis, formulação de políticas econômicas, e permitiu o surgimento de uma nova forma de globalização que cresce rapidamente: o fundamentalismo islâmico.*

Assim como em qualquer luta ideológica, *o fundamentalismo islâmico encontrou idiotas úteis, agentes mais ou menos cúmplices que, por covardia, cegueira e submissão, favorecem o progresso e o enraizamento dessa ideologia bárbara, inimiga da França, em nosso próprio solo francês.* Para ampliar os apoiadores dessas duas ideologias mundialistas, eles dão a ilusão de defender valores; na realidade, porém, invocam falsamente o conceito de liberdade para instaurar seu terrorismo. É como defender a liberdade da raposa no galinheiro; a economia global promove o individualismo, o islamismo radical e o terrorismo. A globalização se alimenta da negação dos pilares fundamentais sobre os quais a nação francesa foi fundada e que a maioria dos franceses ainda considera essenciais [...].

Queremos uma economia sustentável para a França. Podemos alcançar a realocação da nossa produção por meio de um uso razoável e calculado do protecionismo econômico e da aplicação do patriotismo econômico; estas são ferramentas econômicas normais, embora atualmente sejam proibidas pela União Europeia. A forma mais fundamental de liberdade é a segurança, e ela será uma das prioridades do meu governo. Restauraremos a autoridade do Estado aplicando a lei republicana em todos os lugares onde ela foi enfraquecida pela falta de vontade e coragem dos governos anteriores. A maneira como enfrentaremos o crime e a resposta penal a ele pode ser resumida em duas palavras: tolerância zero. *Todos precisam admitir que a UE é um fracasso; ela não cumpriu nenhuma de suas promessas, especialmente no que diz respeito à prosperidade e à segurança.* Pior ainda, colocou-nos sob sua tutela e com uma coleira muito curta. Quem poderia aceitar o status quo e simplesmente ficar parado enquanto o sistema nos aprisiona e não funciona, e cujas falhas estão nos arruinando? É por isso que, dentro de seis meses após

---

<sup>13</sup> Prática comercial desleal, quando uma empresa deixa de seguir normas e regulamentações trabalhistas com vistas a reduzir custos e aumentar sua competitividade frente às demais.

*minha eleição à presidência da França, realizarei um referendo sobre a permanência ou a saída da União Europeia. Iniciarei imediatamente negociações com parceiros europeus, muitos dos quais também aspiram a recuperar sua soberania. Começarei a negociar com o sistema europeu tirânico que já não representa mais um projeto, mas hoje não passa de uma aparência e que, esperamos, um dia será apenas uma má lembrança* (Le Pen, 2017, tradução e grifos próprios<sup>14</sup>).

Segundo aponta Dani Rodrik (2011), no contexto da globalização, os países são defrontados com um trilema insolúvel: globalização económica profunda, Estado-nação forte e a política democrática são três elementos incapazes que coexistir satisfatoriamente, levando a levandos as articulações políticas capazes tão somente de combinar dois deles. Sanahuja (2019) interpreta esse fenômeno como resultante direto dos rearranjos estruturais provocados pela era neoliberal. Através dos compromissos firmados em Bretton Woods, e da primazia do modelo económico keynesiano, fora possível, durante quase 3 décadas, manter um modelo produtivo no arranjo fordista, orientado pela intervenção e investimento estatal na promoção do pleno emprego, do consumo de massas e do desenvolvimento do Estado de bem-estar social, ainda mantendo certa centralidade e menor grau de integração económica. A partir dos choques do petróleo da década de 1970 e o cenário de estagflação que colocou fim a este regime económico, no entanto, como será mais minuciosamente trabalho na sessão seguinte, a nova arquitetura económica neoliberal substituiu o papel interventor do Estado, o endividamento público e políticas assistencialistas pelo regime de austeridade, pela liberalização económica, pela descentralização das cadeias produtivas e pelo avanço dos processos de financeirização e

---

<sup>14</sup> “Our leaders chose unregulated globalization; they dreamt of a happy and carefree globalization but their dreams turned into a nightmare. Globalization is driven by the sole purpose of making huge profits for the few privileged and it operates on two levels. Globalization from below results in mass immigration and is used as social dumping, while globalization from above results in wild commodification and unbridled competition directing the entire economy. Globalization, which used to be the natural consequence of life with the growth of international trade, has been transformed into an ideology. It is called globalism, which rejects any limit or any regulation and thereby weakened our nation’s natural defenses and deprived it of all its sovereign attributes: borders, national currency, power over its laws, economic policy making, and enabled the emergence of a new form of globalization which is growing rapidly: Islamic fundamentalism. Like in any ideological struggle, Islamic fundamentalism found useful idiots, more or less complicit agents who by cowardice, blindness and submission, favor the progress and rooting of this barbaric ideology, enemy of France, on our French soil. [...] We want a sustainable economy for France. We can achieve the relocation of our production through a reasonable and calculated use of economic protectionism and the implementation of economic patriotism; these are normal economic tools though currently forbidden by the European Union. Everyone needs to admit that the EU is a failure; it fulfilled none of its promises, especially regarding prosperity and security. Worse, it placed us under its tutelage and on a very short leash. That is why within six months of my election to the French presidency, I will hold a referendum on staying or leaving the European Union.”

especulação, resultando em menor proteção social, concentração de renda e pauperização das condições de vida, assim como o avanço do tráfico de bens e pessoas.

As reações, portanto, partem de uma percepção de ameaça moral, identitária, econômica, territorial e, por conseguinte, securitária. Buscando corresponder à sensação de perda que se apresenta, os movimentos de extrema direita investem no estabelecimento de um internacionalismo reacionário, uma tentativa de contestar as instituições e normas vigentes, como forma de combater a globalização como ordem hegemônica. Suas bases são a construção de um nacionalismo nativista e arcadiano, comprometido com o resgate de uma visão narrativamente construída de um passado próspero, e uma postura profundamente antiglobalista, pois identificam neste movimento o marco genealógico dos cenários e atores responsáveis pela ameaça. Trata-se, portanto, de uma construção identitária,

enraizada no tradicionalismo cultural, incluindo práticas sociais e questões de gênero, e em alguns casos até legitimada através de alusões religiosas à “lei natural”. Este elemento identitário é fundamental para a sua constituição como atores políticos, articulando-se em discursos e estratégias que operam através de diferentes graus de medo e ódio do “outro”, que é visto como uma ameaça de desintegração da sociedade. O “outro” por vezes assume a forma de um terrorista e, noutros casos, a forma de um criminoso comum. *O que é mais relevante para esta análise é que o “outro” também é codificado como um agente do cosmopolitismo globalista que está subvertendo e corrompendo os valores tradicionais que dão sentido à sociedade.* Esta ameaça de desintegração é muitas vezes expressa através de “guerras culturais”, onde os neo-patriotas se alienam da diversidade cultural e do multiculturalismo e – em diferentes graus – montam uma reivindicação do nativismo, da xenofobia, da anti-imigração e, em alguns casos, até da supremacia aberta (Sanahuja, Burian, 2020, p. 25, grifo próprio).

Na busca por alternativas a estes elementos que consideram ameaçadores, estes movimentos municiam seus projetos para o internacional com narrativas anti elites, considerando o *establishment* tradicional uma articulação transnacional corrupta e inapta a corresponder aos interesses das massas (sendo somente os líderes das novas expressões da direita radicalizada verdadeiramente capazes de compreender os anseios da maioria e como atendê-los); anti globalização, pois esta abriu as fronteiras e atuou na supressão das soberanias; e securitárias, encontrando no multiculturalismo doutrinação ideológica e ameaça aos princípios que sustentam a coesão social. Estes podem ser assumidos tanto no campo ideacional quanto, nos casos mais extremos, racial. O livro *A Grande Substituição (Le Grand Remplacement)*, de Renaud Camus, por exemplo, defende a ideia de que a abertura das fronteiras à entrada de estrangeiros e visões díspares de mundo corromperia as nacionalidades

europeias, levando ao fim dos seus traços culturais. A teoria tem servido de base a grupos supremacistas para ataques de teor racista à influência de outros povos, criticando o que temem ser um projeto programático de substituição dos grupos étnicos dominantes.

Sua crítica se direciona contra a visão universalista que lastreia tanto o modelo de democracia liberal quanto os princípios ordenadores das organizações internacionais e do direito internacional público, que se reveste dos arcabouços institucionais criados pela ordem liberal para promover uma agenda de direitos individuais. Como discutido anteriormente, a balança política internacional somente alcança seu equilíbrio de funcionamento, uma vez que os benefícios promovidos por um ambiente institucionalizado são correspondidos com o comprometimento dos Estados e certa inalienabilidade dos acordos coletivamente assumidos. No ponto em questão, os princípios liberais promoveram um conjunto de valores considerados pelos movimentos radicalizados como estilos de vida reprováveis, referindo-se a outras culturas e à comunidade LGBT (Trump, no seu discurso de posse para o segundo mandato à frente da Casa Branca, por exemplo, alegou que combateria projetos de engenharia social de raça e gênero que buscam confundir as crianças e fazer com que não sintam orgulho da nação), e uma autoridade desmedida por parte das instituições supranacionais, na promoção dos direitos humanos e do Estado de direito (Casarões, Farias, 2021).

No Brasil, por exemplo, Jair Bolsonaro fez da frase “direitos humanos para humanos direitos” um mantra de seu governo, em oposição a pautas humanitárias e demandas de movimentos sociais. Sua construção narrativa anti corrupção, focada no PT e movimentos de esquerda, buscou contrastá-los dicotomicamente com a ideia de “cidadão de bem”, promovendo uma inversão lógica da universalidade e inalienabilidade da Carta dos Direitos humanos, na sugestão de que serviriam convenientemente à proteção de desvios morais e crimes, dificultando suas penalizações. Conforme Lionço (2019) analisa, trata-se de um subterfúgio para promover a sedimentação social, um deslocamento de sujeitos específicos de seu status jurídico para legitimar moralmente o emprego da força por parte do Estado.

Não obstante, o país serve como forte exemplo de inflexão diplomática. Conhecido pelo seu apoio histórico às instituições, ao apoio aos meios diplomáticos para resolução pacífica de litígios e no pragmatismo, tanto na ação quanto no discurso, apresentou uma forte guinada durante o governo de Jair Bolsonaro. Durante seu discurso na 74ª Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2019, associou a organização a um “antro de comunistas”, e sugeriu que os fóruns internacionais foram tomados por um teor ideológico, que tem atuado no apagamento das nacionalidades e soberanias em detrimento de um “interesse global abstrato”.

Talvez o mais proeminente exemplo do embate aos pilares da ordem liberal internacional na atualidade seja o segundo mandato de Donald Trump. Em seu primeiro discurso de posse, em janeiro de 2017, já deixou evidente como os interesses nacionais seriam sobrepostos aos demais, retomando o slogan de campanha “*America First*”: Retratou o país como há tempo demais dominado por elites que prosperaram, enquanto a população era relegada à pobreza e à criminalidade, fronteiras desprotegidas e infraestrutura nacional em decadência, ao passo que trilhões de dólares eram gastos no exterior. Retratou o dia da posse como a retomada da América pelos americanos, finalizando com aquela que seria uma das maiores odes de sua política: *Make America Great Again*. O movimento MAGA, como ficou conhecido, parte do pressuposto de que os EUA estão sujeitos a relações desfavoráveis com parceiros comerciais, e que valores globalistas enfraqueceram a cultura e os valores locais, destronando o país de sua posição hegemônica. Em resposta, endossam políticas violentas para o resgate da imagem dos Estados Unidos dos anos 1950, expoente de prosperidade política e econômica (Wintemute et al., 2024).

Embora tenha havido a saída de algumas organizações internacionais e questionamentos contundentes com relações a valores liberais no primeiro mandato, é no segundo que sua visão para o internacional tem alcançado o seu ápice. Logo após a sua posse, por meio da Ordem Executiva 14199, Trump declarou que os EUA apoiaram a criação do Sistema ONU como forma de prever futuros novos conflitos internacionais, mas que

Algumas das suas agências e órgãos afastaram-se desta missão e, em vez disso, agem de forma contrária aos interesses dos Estados Unidos, ao mesmo tempo que atacam os nossos aliados e propagam o antissemitismo. Tal como em 2018, quando os Estados Unidos se retiraram do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas (UNHRC), os Estados Unidos reavaliarão o nosso compromisso com estas instituições (Trump, 2025, tradução própria<sup>15</sup>).

Na mesma ordem, sob a alegação de proteger terroristas e de promoção de sentimentos anti Israel, retirou os EUA da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA). Não obstante, Trump incumbiu o Secretário de Estado da função de revisar todas as organizações internacionais das quais os país era membro

---

<sup>15</sup> “Some of these agencies and bodies have departed from this mission and instead act contrary to the interests of the United States while attacking our allies and propagating antisemitism. As in 2018, when the United States withdrew from the United Nations Human Rights Council (UNHRC), the United States will review its engagement with these institutions.”

e/ou oferecia qualquer tipo de suporte ou financiamento, assim como todas as convenções e tratados dos quais participava, com o objetivo de apurar se tais organizações e tratados seriam “contrários” aos interesses estadunidenses e quais necessitariam ser reformadas.

Como resultado, em janeiro de 2026, foi implementada a ordem presidencial intitulada “Retirando os Estados Unidos de organizações, convenções e tratados internacionais que são contrários aos seus interesses” (*Withdrawing the United States from International Organizations, Conventions, and Treaties that Are Contrary to the Interests of the United States*) que, seguindo o mesmo pressuposto de contrariedade aos interesses nacionais, a partir do relatório entregue pelo Secretário de Estado americano, estabeleceu a saída dos EUA de 66 organizações internacionais, dentre elas, 31 componentes do sistema ONU.

Os matizes das organizações são dos mais variados, desde a questão ambiental (Trump já havia retirado o país do Acordo de Paris durante seu primeiro mandato, em 2017 e, novamente, em janeiro de 2026, após a reintegração realizada pela gestão Biden), como a Rede de Políticas de Energias Renováveis para o Século XXI, o Pacto Energético Livre de Carbono 24/7, a Comissão para a Cooperação Ambiental e a Convenção-Quadro da ONU sobre Mudanças Climáticas; humanitária, como o Programa da ONU para Assentamentos Humanos, o Fundo de Populações da ONU e o Fórum Global sobre Migração e Desenvolvimento; econômicas, como o Fórum Intergovernamental sobre Mineração, Minerais, Metais e Desenvolvimento Sustentável, a Parceria para a Cooperação Atlântica, o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU e quatro comissões distintas do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC). Além destas, há organizações voltadas à promoção dos direitos humanos e da democracia, à passagem de matrizes energéticas para fontes renováveis, proteção do ciberespaço e da propriedade intelectual e fortalecimento do direito internacional público.

Não obstante, em um documento oficial liberado pelo Departamento de Estado em 29 de dezembro de 2025, intitulado “Mais vidas salvas por menos dólares dos contribuintes: a administração Trump lidera a ‘reinicialização humanitária’ nas Nações Unidas” (*More Lives Saved for Fewer Taxpayer Dollars: Trump Administration Leads “Humanitarian Reset” in the United Nations*), a administração Trump anunciou uma drástica alteração na contribuição financeira para a Organização das Nações Unidas, reduzindo valores que chegavam a \$17 bilhões por ano, segundo dados da própria ONU, para a ordem de somente \$2 bilhões. Segundo o documento,

muitos organismos da ONU abandonaram a sua missão de promover a paz e a segurança global – defendendo muitas vezes ideologias sociais radicais, agindo para minar os interesses e valores americanos e minar a paz, a soberania e a prosperidade partilhada. É precisamente por isso que o Presidente Trump liderou reformas históricas na nossa arquitetura rebelde de assistência externa e dirigiu uma revisão rigorosa da participação e apoio americano às organizações internacionais, com o objetivo de reformar o sistema da ONU e reorientar a organização de volta às suas origens. Em nenhum lugar a reforma é mais importante do que nas agências humanitárias, que realizam alguns dos trabalhos mais críticos da ONU. A rede de mandatos humanitários sobrepostos da ONU há muito sofre de desvios ideológicos, duplicações irracionais e ineficiências burocráticas, bem como de má coordenação. Outros doadores humanitários juntaram-se ao Presidente Trump para deixar claro que a reforma estrutural para trazer o sistema humanitário de volta ao seu mandato de salvar vidas está muito atrasada (Departamento de Estado, 2025).

Com isso, o Departamento de Estado alega estar buscando o assentamento de um novo paradigma de transparência e eficiência nas organizações internacionais, especialmente no que tange questões humanitárias, “fornecendo assistência mais focada e orientada para resultados, alinhada com a política externa dos EUA”. O documento não está dotado de um tom aberto à negociação, mas mandatário, encerrando-se com a afirmação de que as agências da ONU necessitam se adaptar, encolher ou morrer (*adapt, shrink or die*).

De acordo com dados disponibilizados pela própria ONU<sup>16</sup>, atualmente, os EUA representam os maiores mantenedores das atividades da organização, responsáveis por pouco mais de 20% do orçamento regular anual total, sem contar com doações voluntárias, que também compõem parte significativa do montante que viabiliza seus órgãos e operações. Com a sua relevante redução de financiamento, e a saída de 31 fóruns do sistema, o impacto já está evidenciado: No final de janeiro de 2026, inúmeras fontes internacionais, como Associated Press e Reuters, tiveram acesso a uma carta enviada pelo secretário geral da ONU, António Guterres, para os 193 Estados-membros, em 28 de janeiro, alertando sobre um “colapso financeiro iminente” da organização. Segundo o documento, a organização pode se encontrar sem fundos já em meados de julho, com um total de \$1,57 bilhão de pagamentos pendentes, sem citar as nações devedoras.

A iniciativa da gestão Trump não é inédita, dá continuidade a discursos e políticas que têm desestabilizado a institucionalidade da ordem liberal internacional e afastado os EUA do papel que outrora exerceram, como hegemonia dominante e uma das maiores lideranças a

---

<sup>16</sup> Organização das Nações Unidas (ONU). Committee on Contributions — Current assessment year. Disponível em: <https://www.un.org/en/ga/contributions/current.shtml>



Mas afinal, qual o projeto das extremas direitas para o internacional? Buscam tão somente o desmantelamento das instituições e valores, sem que neste vácuo com nada se preencha? A guerra tarifária imposta pelos EUA em 2025 serve de exemplo de análise. Por meio do documento “Ficha informativa: Presidente Donald J. Trump declara emergência nacional para aumentar nossa vantagem competitiva, proteger nossa soberania e fortalecer nossa segurança nacional e econômica” (*Fact Sheet: President Donald J. Trump Declares National Emergency to Increase our Competitive Edge, Protect our Sovereignty, and Strengthen our National and Economic Security*), publicado pela Casa Branca em 2 de abril, os EUA criaram o que seria uma guerra comercial que perduraria todo o ano de 2025. Primeiro, o documento estabelece um diagnóstico da conjuntura comercial dos Estados Unidos: A falta de reciprocidade nas relações comerciais, em detrimento de manipulações da moeda e taxas abusivas de outras nações, levou a um cenário de déficits e deterioração do setor manufatureiro, debilitando redes de abastecimento e criando uma dependência de adversários estrangeiros. O resultado é descrito como um cenário de emergência nacional, para o qual o presidente recorreu ao Ato Internacional de Poderes Econômicos de Emergência de 1977 para estabelecer taxa a todos os países, com base mínima da ordem de 10%.

Como principal justificativa, uma suposta instrumentalização dos ordenamentos econômicos internacionais para tirar vantagem dos Estados Unidos e ferir a sua soberania. A China, em especial, maior competidor comercial americano no mundo, sofreu as taxas mais intensas, chegando a 145% em meados de maio, ao que correspondeu com taxas semelhantes. Segundo apontam Bastos e Leite (2025), a medida tem fundamento econômico e securitário. Por um lado, há o esforço de reequilibrar os fluxos comerciais internacionais, promovendo a retomada de vantagens comparativas, para a revitalização da indústria fabril estadunidense, reduzida ao longo das últimas décadas, e aumentar a arrecadação do tesouro nacional. Por outro, há um arcabouço securitário. Sendo o país responsável pela emissão da moeda internacional, recorrer a força financeira e bancária para alcançar seus interesses de política externa mostra-se em muitos casos mais vantajoso do que o recurso às armas, porém este artifício depende de uma economia suficientemente forte. Não obstante, o setor militar depende de cadeias de fornecimento de insumos e um setor manufatureiro robusto e diversificado para ter a capacidade de lidar com ameaças de ordem militar (China e Rússia, especialmente), sentido inverso ao que o país vem enfrentando.

Neste ínterim, pode-se afirmar que Trump operou no sentido de tensionamento das regras do sistema, visando relações de benefício unilateral, cuja legitimação interna foi buscada

por meio do excepcionalismo e do ataque às instituições e valores da ordem liberal. Mais uma vez, as instituições foram associadas à perda de soberania e os valores democrático-liberais a um subterfúgio demagógico para impor uma agenda de proteção ao globalismo e à perda de valores patriotas. Se, no primeiro momento, esta possa parecer uma tendência ao isolacionismo, esta se apresenta como uma leitura equivocada. Conforme Orellana e Michelsen discutem, os novos movimentos da extrema direita possuem um projeto lastreado sobre os princípios de

liberdade de comercializar, negociar ou envolver-se em conflitos sem as limitações injustas impostas pelas normas liberais internacionais, às quais se referem como “globalistas” [...]. As declarações de Donald Trump não sugerem o corte de ligações internacionais, mas sim um modo transacional de relações internacionais que rejeita normas baseadas em direitos e abraça a diferença de poder como uma lógica de envolvimento (Orellana, Michelsen, 2019, p.33).

No afã de associar valores humanos universais com desvios ideológicos e a defesa de criminosos, os movimentos de extrema direita buscam um deslocamento conceitual, a partir do qual pretende-se negar a humanidade como categoria social e política, para mensurar valor e direitos a partir de filiações geográficas nacionais. Disto Orellana e Michelsen identificam o que apelidam de “axioma da cultura de nascimento”, conceituação intercambiável com o nacionalismo nativista. De modo análogo, vincular as organizações internacionais a uma espécie de força interventora externa, despótica em essência e defensora de interesses terceiros em princípio, busca desestabilizar uma confiança e comprometimento que representam a pedra angular de manutenção da ordem. Dos três princípios que estruturam a ordem liberal, resta somente a integração econômica, e esta passa a ser vista essencialmente sob a ótica do protecionismo.

Os movimentos da extrema direita buscam, portanto, não o isolamento, mas um estado de trocas desregulado, um internacionalismo reacionário e puramente transacional, cujas regras não são institucionalmente definidas, mas segundo uma distribuição desigual de capacidades que denota o retorno das balanças de poder e uma maior instabilidade do sistema. Sua base assenta-se em um nacionalismo não imperialista e expansivo, como aquele presenciado até a segunda metade do século XX, mas defensivo, considerando a própria arquitetura que ajudou a criar uma ameaça à sua perpetuação, uma cama de Procusto na qual residem novos conflitos que têm na identidade um o seu principal combustível.

### 3.6 Saturação neoliberal, crise de legitimidade e esperança autoritária

A ascensão, em escala global, de movimentos enquadrados no espectro da extrema direita, lastreia-se na ocupação dos vácuos de poder deixados pela inabilidade do *establishment* em lidar com as demandas populares. Uma vez que estes movimentos têm surgido em um mesmo momento histórico, partilhando aspectos ideológicos e formas semelhantes de apelo ao público, defendo aqui duas perspectivas: primeiramente, não se tratam de movimentos isolados que, reservadas suas particularidades, por coincidência, seguiram percursos suficientemente próximos para culminar em um ideário, diretrizes políticas e apelos às massas modulados pela construção narrativa de inimigos internos e externos (estrangeiros, negros, o feminismo, a comunidade LGBT, as instituições internacionais, dentre tantos outros) tão intimamente próximos que permitem identificá-los como categoria de análise. Pelo contrário, formam uma malha social, uma rede imbricada de influência mútua, em maior ou menor grau, com o intercâmbio de símbolos, modelos e projetos para a formatação do Estado e do sistema internacional.

Em segundo lugar, se existe essa partilha, e os modelos demonstram-se eficientes o bastante para reproduzir força política em culturas e cenários distintos, significa que partilham condições estruturais semelhantes, as quais são responsáveis por insatisfações intercambiáveis, ao menos em sua essência, de modo que os mesmos arquétipos tornam-se capazes de gerar respostas programáticas. Mas, afinal, quais seriam essas condições, responsáveis por interconectar de forma tão ampla os diferentes povos, organizações sociais e miríades culturais em uma mesma panaceia de descontentamentos? A resposta está no modelo de produção de valor, globalmente disseminado, e no padrão específico que se configurou a partir da segunda metade do século passado.

Conforme Marx (2014) descreveu, a partir do monopólio da propriedade sob o modelo privado e das relações de dominação marcadas pela expropriação da mais-valia, em detrimento do domínio desigual sobre os meios de produção, demarcando assim a separação de classes, o modelo de produção capitalista não somente se mostrou uma vertente eficiente à maior acumulação de renda, como também um modelo marcado pela capacidade plástica de se reformular de acordo com as necessidades impostas à sua perpetuação, fazendo até mesmo das crises de larga escala menos como marcos do seu esgotamento do que como marcos da passagem para novos estágios, contando com dispositivos mais sofisticados das condições de acumulação. O conflito,

A segunda metade do século XX, após os impactos deixados pela Segunda Guerra Mundial, foi marcada por um processo concomitante de institucionalização e redução das barreiras econômicas no intercâmbio entre as nações. Em 1944, a partir dos Acordos de Bretton Woods, articulou-se a criação do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), idealizados como espaços técnicos de regulação e suporte a relações econômicas multilaterais mais profundas, que pudessem retomar o desenvolvimento econômico global. Na década de 1990, a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), focada na integração econômica por meio da queda de barreiras ao comércio, após os choques do petróleo e esgotamento do Estado de bem-estar social, listava-se entre os sinais de adentramento na era neoliberal, marcada pela criação de cadeias globais de valor e pela desassociação entre capital produtivo e financeiro (Eichengreen, 2012). Ao longo do seu desenvolvimento histórico, de modo paradoxal, por vezes, o conflito não serviu como barreira, mas como força motriz do capitalismo no estabelecimento de novas formas de gestão das relações sociais.

Na análise de Furtado (1961), desde sua gênese, no contexto colonial, a ordem capitalista só foi capaz de se universalizar como estrutura central de modulação da sociedade graças a uma estrutura de poder sustentada por relações de coerção e imposição imperialista, fazendo do emprego da força o meio necessário à integração das colônias à nova lógica competitiva, notadamente em termos desiguais de troca, essenciais à manutenção da sua histórica condição subalterna. Complementarmente, a apropriação da riqueza proveniente dessas assimetrias serviu de base a um processo de super exploração na divisão internacional do trabalho, responsável pelo engendramento da distribuição estanque de riqueza e poder encontrada na atual conjuntura, resultando na já conhecida divisão entre os chamados primeiro e terceiro mundo, processo esse que favoreceu a estruturação e fortalecimento do modelo eurocêntrico de Estado, permitindo tanto o seu ganho de musculatura institucional quanto a legitimação no exercício de suas funções político-jurídico-administrativas.

Há uma relação mutuamente benéfica no emprego da violência, através do qual o capital se apropria do poder de coerção do Estado para impor novas condições às relações econômicas, ao passo que este depende dos ganhos provenientes para manter legitimidade, como figura garantidora de estabilidade e prosperidade diante de seu território e população, e desenvolver sua estrutura institucional (Alliez, Lazzarato, 2021). Além disso, conflito e guerra têm operado de modo paradoxal como forças propulsoras do ganho de pujança econômica e da inovação científico-tecnológica. Diversos recursos que hoje permeiam a vivência civil, nos meios de

transporte, logística e comunicação, como o GPS e a própria internet, resultaram de esforços do âmbito militar, atualmente constituindo base integral das relações comerciais. Não obstante, a operação militar se tornou um *business*, por meio da criação de um amplo complexo industrial militar que movimenta diversificados setores de tecnologia, empresas de segurança privada e até mesmo o ramo do entretenimento, influenciando os referenciais simbólicos do público acerca da relação amigo/inimigo (Stahl, 2009). Desta forma, guerra, moeda e Estado constituem a estrutura fundante do capitalismo moderno, por meio de uma relação simbiótica lastreada na monopolização da propriedade privada, por parte do mercado, e do uso legítimo da força, pela figura do Estado (Alliez, Lazzarato, 2021).

A instrumentalização da violência e do conflito, todavia, não se resume somente a um aparato destinado aos interesses expansivos do capital, serve também à imposição das suas contradições internas e ao combate de processos contestatórios que têm surgido, em especial, na sua modalidade neoliberal.

Como princípio central, o capitalismo se orienta segundo uma perpétua busca pela otimização, almejando maximização irrestrita dos retornos segundo artifícios como incremento da produtividade/tempo, redução dos custos e dos erros operacionais (Foucault, 2014). Notadamente, este processo demandou amplo esforço para a conjugação das massas às novas lógicas produtivas, promovendo aderência comportamental de encontro aos acréscimos de mais-valia pretendidos.

De encontro a estes fins, empregou-se amplamente o que a teoria foucaultiana define como dispositivo: uma combinação heterogênea de arcabouços institucionais, conjuntos de regras, códigos jurídicos, discursos e medicalizações, modelos arquitetônicos, em outras palavras, um nexo de recursos tangíveis e intangíveis que se articulam em uma rede de significados responsáveis por constranger o indivíduo às específicas formas legitimadas de existir no corpo social (Foucault, 2021).

A arquitetura panóptica proposta por Jeremy Bentham (2012), que fundou um novo modelo de controle social cuja eficácia se baseava na junção do isolamento com a constante percepção de vigilância, promovendo assim um jogo mental de autocontrole contra impulsos infracionais, passou a ser empregada em uma multiplicidade de espaços sociais, incluindo fábricas, hospitais e colégios, por meio da regulação corpo-objeto. A partir disso, os indivíduos passaram a ser esquadrihados nos micro detalhes de suas ações, tendo nas dimensões da força,

da intensidade e do tempo empregado na produção, as métricas reguladoras para alcançar o estado ótimo da produção (Foucault, 2014).

A doutrina é clara: os corpos precisam ser vigiados e formatados, para que precisão e tempo sejam ordens inversamente proporcionais, somadas à dosagem adequada da força para que se extingam desperdícios. Somado a esse processo, criam-se rankings comparativos que permitem identificar aqueles mais aderentes, aos quais são garantidas bonificações, e os desviantes, punidos tanto pela pressão resultante da desqualificação diante dos demais quanto pelas punições recebidas.

A extensão dos controles pretendidos chegou até mesmo à dimensão pulsional dos indivíduos, fazendo do aparato sexual também um objeto de intervenção e regulação. Isto porque o emprego da energia deveria ser voltado, na maior proporção possível, à máquina produtiva, restando às condutas íntimas quase que tão somente a reprodução, para alimentar as linhas de produção. Incorporar as massas de maneira funcional a esta engenharia, todavia, apresenta um processo complexo e multiescalar, para o qual Foucault (1988) descreve o surgimento de processos de psiquiatralização, que têm por função criar certo estado de paranoia com relação à exploração dos prazeres, por meio da criação de alegorias pervertidas, como a criança masturbadora, o casal malthusiano e a mulher histérica. Reich (1988) explorou profundamente o resultado destas intervenções pela figura da família desde a tenra infância, favorecendo a neutralização das faculdades críticas, paralisando as pulsões revolucionárias e a livre expressão do pensamento, tendo como resultado a formação de indivíduos cuja capacidade de rebelião foi constrangida pela catatonia submissa, fator essencial à estabilização de um sistema lastreado na normalização das desigualdades. A estrutura busca ser totalizante, buscando promover dimensões da vida

cada vez mais condicionadas: a vida em família, a vida militar, no trabalho, na escola, no hospital, na prisão etc. Desenha-se aí uma economia biopolítica da vida equipada, com instâncias produtoras de um “superpoder” que renova, tanto em intensidade como em extensão, o modelo disciplinar inscrito na estrutura do Estado (Alliez, Lazzarato, 2021, p. 58).

A partir do processo de neoliberalização, decorrente dos choques do petróleo na década de 1970 e do esgotamento do modelo interventor do Estado de bem-estar social, contudo, abordagens mais sofisticadas passaram a ser empregadas. Fundamentada em uma percepção clara e contínua de vigilância, a maquinaria panóptica descrita por Foucault tem fundamento ortopédico, baseado em um domínio que se sustenta na cooptação física e pelo medo da

punição. Uma vez que o uso puro de força coercitiva pode ser mais útil à resistência que aos fins pretendidos de submissão, a era neoliberal propõe uma inversão qualitativa que substitui a coação negativa por estímulos psicopolíticos de ordem positiva, que buscam designar ao próprio sujeito o papel de vigia e algoz.

Ainda inserido do campo do dispositivo de Foucault, emprega-se grande esforço na construção narrativa, como forma de convencimento das benesses reservadas àqueles dispostos ao emprego do sacrifício individual, cânone que passa a ser elemento norteador na lógica para o sucesso. Isto porque questões de ordem estrutural, relacionadas à geometria assimétrica de distribuição de poder econômico, representação política e paridade social, passam a ser relegadas como justificativas simplórias por parte de páreas improdutivos, que supostamente desejam viver às custas do trabalho dos demais.

Desta forma, o sistema rígido de regras se flexibiliza. As rotinas dão lugar à lógica de gamificação e o operário se torna o *homo ludens* (Han, 2014), de modo que campanhas internas ensinam a ideia não de funcionários cumprindo um contrato em troca da sua força de trabalho, mas de colaboradores apaixonados por suas empresas e que, guiados pelo *ownership*, estão determinados a empregar todos os esforços necessários para promover o crescimento. Complementarmente, sistemas de metas e premiações por alto desempenho operam subjetivamente, induzindo a exploração auto infringida. Barreiras sistêmicas a condições mais equânimes dão lugar à lógica do empreendedorismo e da meritocracia, fazendo do “sujeito desempenho” o único responsável pelos seus sucessos e fracassos, sob o mantra inspiracional e auto coercitivo do “trabalhe enquanto eles dormem” (Han, 2015).

A dimensão oculta deste processo está em uma chave inversamente proporcional entre a desarticulação das classes trabalhadoras e novas configurações de poder das classes dominantes. Se, por um lado, as populações continuaram restritas aos seus limites territoriais, por outro, uma nova classe capitalista global em ascensão tem sido capaz, por meio de extensiva implementação de políticas neoliberais e de pressões lobistas, de alterar o padrão da correlação de forças e projetar sua influência sobre recursos, governos, instituições, a mídia e a indústria cultural (Robinson, 2019b), impulsionando uma profunda transferência de renda para grupos monopolísticos.

Como resultado, um gradativo processo de pauperização das massas tem levado a 43% de todos os ativos financeiros globais detidos nas mãos do 1% mais rico da população mundial, segundo aponta o relatório Desigualdades S.A, publicado em 2024 pela Oxfam. O estudo revela

ainda que as cinco maiores empresas do mundo acumulam capital maior do que o PIB unido de todas as economias da África, América Latina e Caribe, mais de 90 países em total. Ao longo da pandemia de COVID-19, período marcado pelo derretimento de muitas moedas e deterioração econômica, com fortes ondas de desemprego e lascivos impactos nas cadeias produtivas globais, os dados apresentam uma unilateralidade das perdas, reservada somente à classe trabalhadora. Entre 2020 e 2023, o relatório aponta ainda que o montante da fortuna total de todos os bilionários no mundo, avaliado em 3,3 trilhões de dólares, registrou alta de 34%. Se considerados somente os 5 homens mais ricos do mundo, o salto foi de 114%, dobrando suas riquezas.

Inversa e concomitantemente, o Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2021 da ONU aponta que, em 2020, ano inicial da pandemia, de 119 a 124 milhões de pessoas sucumbiram à pobreza, o número de indivíduos afetados pela fome aumentou de 83 para 132 milhões e aproximadamente 255 milhões de empregos foram perdidos. Em 2023, segundo aponta o documento da Oxfam, 4,8 bilhões de pessoas encontravam-se mais pobres que em 2019. Complementarmente, em 2024, os dados do Banco Mundial<sup>18</sup> indicavam 712 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, definida em US\$ 2,15 por dia. Tomando como exemplo o caso brasileiro, considerando o dólar a uma taxa média de R\$5,60, a métrica induz o entendimento de que pessoas com rendimentos a partir de R\$12,00 por dia, ou seja, R\$361,20 por mês, não estão em situação de miséria. Para elemento de comparação, em abril de 2024, o valor da cesta básica na cidade de São Paulo estava avaliado em R\$822,84.

Os dados evidenciam como, embora o trabalho tenha recrudescido em intensidade e geração de valor, no aprofundamento das novas técnicas de exploração do capital neoliberal transnacional, há uma arquitetura que eficientemente erode as bases econômicas em nível global, coibindo as populações a condições de crescente debilidade dos níveis gerais de vida.

Tomando a sistematização de Robinson (2019b), as principais estratégias para materializar essa captura de poder podem ser resumidas em **1.** Pressão sobre os países pela formação de economias baseadas em dívida, vinculando Estados a um sistema especulativo de juros; **2.** Fomento de medidas de austeridade, suplantando o papel regulador/interventor do Estado para a promoção de mecanismos de distribuição de renda; **3.** Aumento da especulação financeira, aprofundando a distância entre capital produtivo e fictício; e **4.** Investimento no setor

---

<sup>18</sup> Poverty, Prosperity, and Planet Report: Pathways Out of the Polycrisis. World Bank Group. Estados Unidos da América, 2024. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/publication/poverty-prosperity-and-planet>.

tecnológico automativo, como inteligência artificial e robótica, incrementando retornos de produtividade por meio da substituição da mão de obra humana.

Neste contexto, a interpretação da guerra adquire novas camadas de profundidade, relacionando-se com os processos de acumulação de forma dual: o capital como instrumento para a guerra, e a guerra como instrumento do capital. Quanto ao primeiro, Alliez e Lazzarato (2021) propõem uma reinterpretação da máxima clausewitziana, assumindo não a guerra como extensão da política, mas o neoliberalismo como “a continuação da guerra por outros meios”. Nesse ínterim, medidas como o bloqueio de crédito e de commodities, de embargo comercial e de desvalorização da moeda, competição desleal e enfraquecimento de setores produtivos, debilitação da máquina estatal, imposição da escassez e da miséria podem ser assumidos como elementos desestabilizadores que personificam a lógica do conflito. A utilização dos meios econômicos como estratégia de guerra não é novidade, Sun Tzu (2006) já previa a supressão da economia inimiga como subterfúgio para a vitória. A diferença está no fato de que, conquanto este previa o emprego do estratagema como uma ferramenta de utilização pontual, restrita ao contexto de guerra declarada contra um inimigo específico, no mundo globalizado neoliberal, sua aplicabilidade se universalizou como regra operativa do sistema.

Para trabalhar a guerra como instrumento do capital, todavia, primeiro é preciso compreender que o processo histórico acima descrito, na genealogia de dispositivos bio e psicopolíticos de controle, na estruturação e mobilização de forças socioinstitucionais, significa assumir a relação capital/guerra como sintaxe: um núcleo endógeno de forças normativas e valores vinculantes que estruturam o corpo das instituições, o pensamento e o *modus operandi* dos indivíduos, articulando padrões de subjetivação (que serão elemento central nos conflitos da era neoliberal) e modelos civilizacionais. Em outras palavras, o capital possui agência na modulação das organizações e na promoção de dadas governamentalidades, ou seja, na indução e reificação de formas específicas de interpretação e legitimação do mundo.

À medida que produz renda, o sistema também induz destruição, por meio da exploração acentuada das massas e da degradação progressiva das suas condições materiais. Por um lado, o pacto de estabilidade financeira apregoa políticas de austeridade em busca da reordenação fiscal, por outro, o pacto de segurança, na sua luta contra ameaças à configuração do sistema, suprime resistências e ameaça a lógica democrática (Alliez, Lazzarato, 2021). Com relação a isso, de modo cada vez mais acentuado, o apoderamento destas governamentalidades tem sido campo fértil de operação de grupos de extrema direita que, diante de debilidades crescentes do

sistema, ocupam vácuos de poder deixados pelas crises de legitimidade do establishment político. Embora sua abordagem populista pregue o retorno da prosperidade de outrora, sua *práxis* recorre à radicalização, por meio da tentativa de emprego da lógica de guerras civis contra inimigos internos nos quais se erige o estilema de responsabilidade pela decadência do coletivo, servindo menos à promoção do desenvolvimento que à manutenção das condições de acumulação.

## **4 SEXO, SUBJETIVIDADES E CONCEPÇÕES DE AMEAÇA**

Conforme discutido no capítulo anterior, os movimentos das novas extremas direitas globais possuem um caráter profundamente identitário, e uma visão específica para a composição social que buscam estabelecer, assim como para o sistema internacional. O que se torna necessário investigar, a partir disto, é quais estratégias, mecanismos de construção narrativas e por meio de quais processos cognitivos são capazes de se apropriar as insatisfações coletivas e instrumentalizá-las em consonância com a consecução dos seus interesses.

### **4.1 Para além da materialidade: (In)segurança ontológica e os processos de estabilização social**

Valendo-se das bases teórico-analíticas estabelecidas por Cox (1981), há em todo indivíduo uma capacidade limitada de agência, cuja extensão é delimitada pelas constrições estabelecidas a partir da estrutura institucional, dos hábitos, valores e expectativas do meio no qual está inserido. Isto porque toda formação social, a fim de garantir condições mínimas de estabilidade para seu adequado funcionamento, demanda um arcabouço normativo para regular as condutas individuais segundo um sistema de direitos e deveres, legalidade e infração. Este, todavia, não se trata de um estilema perpétuo, mas do resultado pontual de uma combinação particular de uma tríplice estrutura, formada por estruturas de pensamento, condições materiais e formações institucionais.

Comprometido em firmar as bases de uma teoria crítica que, em oposição às teorias de resolução de problemas, não assuma a conjuntura a partir da qual é criada como uma condição imanente, mas como um arcabouço conjuntural específico e, portanto, mutável, Cox utiliza a imbricação dessas três variáveis, em um espaço-tempo particular, para interpretar as características cambiáveis desta que considera uma estrutura histórica, este arranjo peculiar que não determina mecanicamente, porém que exerce forte influência e modelamento nos pensamentos e condutas do sujeito. Sua premissa, portanto, se sustenta na ideia de que a maneira como uma sociedade está estruturada, sua forma política, arranjos institucionais, valores basilares e códigos de conduta não se tratam de uma condição reificada de leis inquestionáveis da natureza que, coligadas à essência da vida, determinam uma invariável condição de distribuição do poder e da ordem, contra a qual seria ilógica qualquer contestação, mas de uma

configuração específica que busca, por meio de diferentes composições destas variáveis, manter-se como uma ordem vigente legitimada.

Uma vez que ações não são medidas autônomas, desarticuladas de preceitos ideacionais, mas são, em realidade, precedidas por estes, responsáveis por fornecer as relações interpretativas acerca da realidade (Reich, 2019), as estruturas de pensamento adquirem um papel preponderante de análise, pois é no campo da subjetividade que se criam as relações íntimas de identidade, os preceitos acerca do certo e errado, o teor da inserção individual para com a sociedade e o papel desta no campo mais amplo da comunidade internacional.

Cox as divide entre significados intersubjetivos, que podem ser compreendidos como noções partilhadas da realidade que, introjetadas, operam imperceptivelmente na perpetuação naturalizada de hábitos e comportamentos que cumpram as expectativas do meio, como determinadas formas de decoro em espaços específicos, e a adequação ao regime de limites e obrigações legais, e imagens coletivas da ordem social. Estas exercem o papel de força legitimadora dos arranjos que conformam a ordem coletiva, criando uma estrutura ideacional a partir da qual as hierarquias, a forma de distribuição e exercício do poder, o modelo político, os conceitos de justiça e bem público, assim como as regras que estruturam a vivência cotidiana adquirem legitimidade e, uma vez coletivamente aceitas e reproduzidas, tendem a relativa estabilidade.

No cerne do objeto analisado, um arranjo social complexo que se estrutura em uma relação de codeterminação entre o espaço simbólico que o institui e as forças de modelamento que este exerce sobre ele, trata-se da mesma discussão proposta por Buzan (1983) acerca do conceito de Estado, que não deve se limitar à dimensão institucional weberiana de monopólio do emprego da força, e tampouco à perspectiva realista de unidades soberanas homogêneas, cujos desarranjos internos são desprezíveis, e que atuam de forma auto interessada para a sua preservação territorial. Assumindo estrutura histórica e Estado como elementos intercambiáveis, nos quais ambos os intelectuais buscam compreender como se formulam diferentes arranjos sociais, e como estes se valem de diferentes componentes, tangíveis e intangíveis, para angariar legitimidade e se manter inalterados, Buzan postula uma estrutura semelhante à de Cox, modelada no nexo entre a base física do Estado, sua expressão institucional e a ideia de Estado.

Todo Estado denota uma dimensão territorial e uma população que o componham, da mesma forma como se fazem necessárias instituições a executar os papéis administrativos vitais

à sua coesa perpetuação. Outras formas de agrupamento social, no entanto, como uma comunidade agrícola ou um círculo familiar podem, da mesma forma, corresponder satisfatoriamente a essas características. Ministérios, a tripartição de poderes, repartições públicas e delegacias, embora representem o Estado, são meramente extensões físicas representativas da sua vontade, mas não o personificam. O elemento distintivo, portanto, jaz sobre uma dimensão metafísica, cuja substância é formada por um imaginário coletivamente partilhado por meio do qual o Estado se aviva, cujos principais lastros Buzan identifica como a ideia do Estado e ideologias organizadoras.

Em suma, pode-se resumi-los como o cosmos identitário e ideológico que constitui a liga do tecido social, os elementos intersubjetivos partilhados que fornecem a um dado povo a sensação de pertencimento e da partilha de uma identidade comum. Portanto, embora o Estado, ou a estrutura social descrita por Cox, seja uma unidade de referência por excelência, devido sua concentração das funções de gestão da coletividade, seu núcleo duro, que lhe fornece coesão e legitimidade, está nas ideias de identidade e nação, que lhe fornecem base de sustentação. Por esta razão, embora o proselitismo de massas busque mascarar-lo, é elemento fundante da orquestração social que vem sendo desempenhada pelos movimentos de extrema direita, no intento de radicalização política, isolamento e nativismo.

Ideias são, por natureza, matérias vivas cuja forma e conteúdo está suscetível a influências tanto internas quanto externas. Sua apreensão torna-se estratégica uma vez que suas diretrizes definem os arranjos de poder legitimados na coletividade, mas também porque a sua manipulação é responsável pela emulação das percepções acerca de segurança e ameaça, nas quais habita um forte potencial mobilizador.

Para compreender esta questão, é preciso recorrer à Teoria de Gestão do Terror (TMT, na sigla em inglês). Segundo o que foi postulado por Solomon, Greenberg e Pyszczynski (1991), três habilidades cognitivas marcam o ser humano como espécie distintiva: a capacidade de conceitualizar a realidade em termos de causalidade, a capacidade probabilística decorrente de prever eventos futuros, e a capacidade de autorreflexão senciante. O resultado destes elementos combinados, é uma percepção a respeito da efemeridade existencial do indivíduo, podendo prever uma pletora de possíveis tragédias que ponham fim à sua vida, o que acarreta inevitavelmente em uma apreensão existencial profunda. Para superar as forças paralisantes do terror irrefreável da morte, o indivíduo necessita ser amparado por uma estrutura que lhe confira estabilidade e previsibilidade, papel este que passa a ser executado pela cultura, em resposta ao problema físico da morte e da sua tragédia imagética. Desta forma,

Os humanos vivem uma concepção simbólica partilhada do universo, que é culturalmente criada e mantida, considerada uma representação absoluta da realidade por membros individuais da cultura. Estas cosmovisões culturais conferem ao mundo significado, ordem, estabilidade e permanência e, ao fazê-lo, aquiescem a ansiedade que resulta de viver num universo aterrorizante e em grande parte incontrolável, no qual a morte é a única certeza. Em essência, desde o nascimento, a construção culturalmente orientada da realidade nos insere em um mundo simbólico de significado que nos eleva acima da mera existência animal (ibidem, 1991, p. 96, tradução própria<sup>19</sup>).

Em sua análise acerca das pulsões que comandam o subconsciente humano, Freud (2011) já demonstrara a necessidade de associação a uma cultura, cuja adesão invariavelmente contradiz os impulsos naturais, como mecanismo de autopreservação. Segundo a teoria freudiana, os indivíduos são imanentemente guiados por um princípio circunscrito de prazer, orientado segundo as satisfações das necessidades e pulsões primárias, o que inevitavelmente incorre em contradição com a mesma busca por satisfações de terceiros. Por esta razão, uma junção de parcelas conscientes e inconscientes da mente, representadas pelo ego e superego, respectivamente, assumem a função de exercer um princípio de realidade, na supressão dos desejos particulares para corresponder às expectativas do meio. Este processo só é possível graças ao que se conceitualizou o “medo da perda do amor”, um estado de anomia e desassociação social no qual o sujeito se enxerga desvencilhado de instituições e forças que lhe ajudem na missão de garantir sua sobrevivência.

Portanto, mais do que um ser social, o ser humano se conjectura como um ser cultural, matriz que lhe fornece uma cosmovisão que promove respostas acerca de quem é, significado, ordem e previsibilidade. A efetividade deste arcabouço ideacional é medida por Solomon et al. através do conceito de autoestima, composto por 1. a fé na cosmovisão cultural e aceitação da sua validade e 2. a percepção de adesão aos padrões estabelecidos pela cultura, tornando-se participante ativo de uma concepção significativa da realidade.

Desta forma, a autoestima pode ser compreendida como um vínculo subjetivo por meio do qual, através de uma coesão simbólica ligada às sensações coletivamente construídas de significado, valor e pertencimento, orquestradoras de uma estrutura ideacional-comportamental

---

<sup>19</sup> “Human beings live in a meaningful, symbolic conception of the universe that is culturally created and maintained, and which is regarded as an absolute representation of reality by individual members of the culture. These cultural worldviews imbue the world with meaning, order, stability, and permanence, thereby assuaging the anxiety that results from living in a frightening and largely uncontrollable universe in which death is the only certainty. In essence, from birth onward, the culturally oriented construction of reality immerses us in a symbolic world of meaning that elevates us above mere animal existence.”

vinculante de padrões de conduta que regem a vida cotidiana, engendra-se um processo apaziguador dos anseios existenciais, capaz de solapar uma condição hobbesiana imanente de ininterrupta e iminente ameaça à vida.

Conforme este universo simbólico fornece as respostas acerca da substância do corpo social, compreendida por meio da identidade e dos preceitos que sustentam os valores e a forma de inserção dos indivíduos no mundo, delegando a maneira como devem interagir com ele, há uma fundamentação de cunho ontológico que, inserida neste contexto de risco existencial, serve como lastro para fundamentar uma percepção de segurança, que tem validade menos no campo material que no simbólico, o que pode alcançar maior prevalência, justamente devido à sustentação de toda a estrutura histórica a partir deste laço identitário.

A partir disso, a segurança passa a ser interpretada para além do seu referencial clássico em questões exclusivamente belicoso-materiais, assentadas academicamente no contexto de destruição das duas grandes guerras e na necessidade de assegurar territorialmente os Estados (Buzan, Hansen; 2012), e assume uma função alegórica mais profunda, de defesa da identidade. Wolfers (1951) definira segurança como a “ausência de ameaças a valores adquiridos”, ao que Baldwin (1997) atualizou como a busca pela máxima redução de ameaças a valores adquiridos, uma vez que a ausência plena de qualquer possível disjunção pode ser alcançada somente em um cenário idílico. O ponto é que esta abordagem se configura como uma análise que foca menos em elementos estruturais tangíveis que nas relações simbólicas a eles subjacentes. Valores adquiridos referem-se justamente ao universo simbólico pulsante, à cosmovisão partilhada que edifica as vigas de sustentação sobre as quais se projetam os arranjos institucionais e relações políticas, a discriminação entre aliados e inimigos a partir de valores que balizam uma visão específica de mundo. Para além da segurança física, portanto, existe uma segurança ontológica, sobre a qual se sustenta.

Mitzen traduziu a segurança ontológica como “a condição que se verifica quando um indivíduo tem expectativas confiantes, mesmo que probabilísticas, sobre as relações meios/fins que governam a sua vida social. Munido da segurança ontológica, o indivíduo saberá como agir e, portanto, como ser ele mesmo” (Mitzen, 2006, p. 345, tradução própria<sup>20</sup>). A segurança ontológica, isto posto, pode ser assumida como um processo de promoção de um espaço cognitivo estável, que busca proteger não o corpo, mas as identidades, o arcabouço psíquico

---

<sup>20</sup> “Ontological security, in contrast, is the condition that obtains when an individual has confident expectations, even if probabilistic, about the means ends relationships that govern her social life. Armed with ontological security, the individual will know how to act and therefore how to be herself.”

que fornece ao indivíduo seu padrão de inserção no mundo. O mecanismo central pelo qual isto ocorre é apontado por Mitzen como a rotineirização, uma padronização de situações, atitudes esperadas e resultados previsíveis, que induz a compressão da atividade cognitiva por meio de relações mecânicas de causalidade, consequentemente inferindo em uma redução da apreensão existencial.

Este fenômeno foi descrito por Simmel (1903) como o caráter *blasé* da vida moderna. Diante da complexidade das grandes metrópoles, tomadas pela lógica de um espírito contábil utilitarista, de relações probabilísticas objetivas de potencialidades e ganhos, comparações, cálculos, determinações numéricas e metrificações da vida, somados à densidade de fenômenos, o indivíduo se torna incapaz de corresponder a todos os estímulos com a energia adequada, gerando padrões de ações mecanizadas e a redução da capacidade empática, originada como um mecanismo de proteção psicológica.

Há de se lembrar, todavia, que as sociedades conformam um complexo amálgama de subgrupos, inseridos em diferentes contextos históricos e circunscritos em distintas matrizes de valor, embora haja elementos basilares que lhes permitem partilhar uma identidade nacional mais ampla. Isto significa um espaço contestatório no qual não há consenso amplo, ao que a oferta de cosmovisões culturais alternativas pode gerar insegurança ontológica, em outras palavras, um processo de desestabilização das concepções valorativas que fundamentam a percepção existencial do indivíduo. A partir da condução estratégica desta insegurança, movimentos de extrema direita têm sido capazes de capitanear apoio popular, na promoção de ideias radicalizadas nas quais se erige a promessa de retorno à estabilidade simbólica.

#### **4.2 A performatividade do gênero/sexo e seu papel instrumental aos pânicos morais**

Em 2023, durante o *Bálványos Summer Free University and Student Camp*, evento nacionalista anual dedicado à comunidade húngara que vive na Romênia, Viktor Órban, primeiro da Hungria, resumiu os “valores ocidentais” em migração, LGBTQ e guerra, configurando um cenário perigoso de decadência que não deve ser seguido. Nos seus termos,

as constituições liberais não descrevem um mundo de apego, mas de desapego; e não procuram afirmar algo, mas rejeitar algo – em nome da liberdade individual. A nossa Constituição, no entanto, afirma que o lugar onde os nossos filhos viverão é a nossa pátria. Afirma as nossas identidades como homens e mulheres, porque é isso que chamamos de família. Também afirma as nossas fronteiras, porque é assim que podemos dizer com quem queremos viver. Quando em 2011 criámos a nova Constituição – uma Constituição húngara,

nacional, cristã, diferente de outras constituições europeias – não tomamos uma má decisão. Na verdade, digamos que não tomámos uma má decisão, mas antes tomamos a decisão certa; porque desde então temos sido assolados pela crise migratória, que claramente não pode ser tratada numa base liberal. E depois temos uma ofensiva LGBTQ, de gênero, que só pode ser repelida com base na comunidade e na proteção das crianças. [...] A União Europeia rejeita a herança cristã, está a gerir a substituição da população através da migração e está a travar uma ofensiva LGBTQ contra nações europeias amigas da família. Há poucos dias assistimos à queda da Lituânia, que tinha uma lei de proteção infantil realmente excelente, notável e excelente, que utilizámos como ponto de partida para construir a nossa. E vejo que, sob grande pressão, os lituanos retiraram e anularam as leis de proteção às crianças que tinham adoptado em 2012. “Temo os gregos, mesmo quando trazem presentes...” É aqui que a amizade americana leva, queridos amigos! (Órban, 2023, tradução própria<sup>21</sup>).

Ao longo do discurso, sua oratória apresentou a visão de uma Europa decadente, econômica e moralmente, avançando em valores que não mais representam os povos do continente. Em contraste, reforçou a necessidade do retorno às raízes nacionais, da valorização da indústria e de medidas protetivas à economia do Estado, do resgate da herança histórica húngara e da identidade nacional, a partir do abandono dos valores liberais. Partilhando de uma perspectiva moral semelhante, Giorgia Meloni, primeira-ministra italiana, tem seus pronunciamentos públicos, há anos, marcados por duras críticas aos rumos da modernidade e ao que descreve como uma ofensiva contra os verdadeiros interesses das mulheres. Durante o XIII Congresso Mundial da Família, em 2019, afirmou que

em relação a este congresso, eles disseram todo tipo de coisas. Disseram que somos atrasados, que somos perdedores, que somos constrangedores, que somos obscurantistas [não esclarecidos]. Disseram que é um escândalo para quem quer defender a família natural baseada no casamento, para quem quer aumentar a natalidade, para quem quer valorizar a vida humana, para quem quer apoiar a liberdade educativa, para quem quer dizer “Não!” à ideologia de gênero. [...] Mas acima de tudo digo que não somos nós os constrangedores. Constrangedores são aqueles que apoiam práticas como o “útero de aluguel”, o

---

<sup>21</sup> “Liberal constitutions do not describe a world of attachment, but of detachment; and they do not seek to affirm something, but to reject something – in the name of individual freedom. Our Constitution, however, affirms the place where our children will live as being our homeland. It affirms our identities as men and women, because that is what we call family. It also affirms our borders, because that is how we can say who we want to live with. When in 2011 we created the new Constitution – a Hungarian, national, Christian constitution, different from other European constitutions – we did not make a bad decision. Indeed, let us say that we did not make a bad decision, but rather made the right one; because since then we have been beset by the migration crisis, which clearly cannot be dealt with on a liberal basis. And then we have an LGBTQ, gender offensive, which it turns out can only be repelled on the basis of the community and child protection. [...] The European Union rejects Christian heritage, it is managing population replacement through migration, and it is waging an LGBTQ offensive against family-friendly European nations. Just a few days ago we saw the fall of Lithuania, which had a really fine, remarkable, great child protection law, which we used as a starting point when constructing ours. And I see that, under great pressure, the Lithuanians have withdrawn and annulled the child protection laws that they had adopted back in 2012. ‘I fear the Greeks, even when they bring gifts...’ This is where American friendship leads, Dear Friends!”

aborto no nono mês e a tentativa de retardar o desenvolvimento de crianças de 11 anos com medicamentos (referindo-se ao uso de hormônios por crianças transexuais). Isso é constrangedor! (Meloni, 2019, tradução<sup>22</sup> e grifo próprios).

Ambos os exemplos são sintomáticos de uma questão frequentemente mobilizada pelos movimentos de extrema direita, e que exerce papel fulcral na sua construção identitária. A composição narrativa e seu cenário de aporte são relevantes para a análise. Ambas são figuras de autoridade, lideranças de suas respectivas nações, falando ao povo a partir de um palanque, Órban em uma universidade e Meloni em um comício político em praça pública na Espanha, em apoio ao Vox, no que se propõem servir como uma crítica e orientação, na denúncia do que apontam como riscos que circundam a sociedade e nos caminhos que acreditam que devam ser seguidos para preservá-la. Na semântica construída, há um binarismo evidente: Nacionalismo, fé, família natural baseada no casamento entre homem e mulher, valores, defesa das fronteiras e da identidade, proteção das crianças e defesa da liberdade educativa são contrapostos com “uma ofensiva LGBTQ”, a “ideologia de gênero”, o “útero de aluguel”, o aborto ao fim da gestação e a ameaça à saúde das crianças. No tom retórico, o termo ameaça é justamente o componente que define a forma da abordagem.

Aqui, encontra-se o choque de duas construções epistêmicas que sugerem acepções conflitantes da realidade: Se, por um lado, o movimento feminista e as pautas de diversidade, lastreadas em movimentos acadêmicos e sociais históricos, apontam estruturas seculares de dominação reificadas sobre concepções socioculturalmente construídas, cujo intuito é a garantia da operacionalidade de relações estruturais de opressão embasadas na economia sexual binária, movimentos conservadores e, em especial, aqueles enquadrados na extrema direita, têm capitaneado esta pauta como um dos alicerces da sua cosmologia identitária. Alegam um intento de corrupção de valores e transgressão das identidades, em geral relacionando tais pautas a uma minoria ruidosa que busca se impor à maioria, na busca de ruptura com a moral, em um projeto de poder que tem como inimigos a estrutura familiar tradicional, os papéis sociais de gênero e a infância.

As extremas direitas partilham, portanto, uma concepção comteana de verdade pura, alicerçada no modelo familiar patriarcal e nas concepções valorativas que perduram ao longo

---

<sup>22</sup> “They have called us all sorts of things: backward, losers, embarrassing, obscurantist. They said it is a scandal for those who want to defend the natural family based on marriage, for those who want to increase the birth rate, for those who want to value human life, for those who want to support educational freedom, for those who want to say ‘No’ to gender ideology. [...] But above all, I want to say that we are not the embarrassing ones. It is embarrassing those who support practices such as surrogacy, abortion in the ninth month, and the attempt to medically block the development of 11-year-old children (referring to the use of hormonal treatments for transgender minors). This is what is truly embarrassing!”

dos séculos como uma força motriz, um núcleo duro de estruturação do *ethos* e do *demos*, uma composição imanente que se encontra contestada. Esta mesma contestação, por outro, tem caráter epistêmico crítico, e busca desvelar como uma interpretação naturalizada de componentes da estrutura social não reflete, de fato, elementos constitutivos de uma estrutura organicista do indivíduo coletivo da qual é impossível escapar, mas uma arquitetura de poder capaz de operar com mínimo esforço em decorrência da sua presença incógnita.

Uma vez que o litígio se encontra centrado nas questões que envolvem a economia sexual e as atribuições sociais do gênero, assim como identidades que fogem à matriz normativa heterossexual, compete compreender, mais a fundo, as nuances do debate e porque o projeto de transformação social promovido há décadas por feministas e LGBTs é assumido como de tamanha periculosidade.

O movimento feminista surge a partir de uma premissa de dominação: A estrutura social se edifica a partir de uma economia sexual, o que significa que diferentes papéis e atributos são designados a partir das repartições binárias homem/mulher. Estas não são equânimes, uma vez que assumem o papel natural de submissão feminina, na imagem de “sexo frágil”, e da supremacia masculina em detrimento da sua natureza “guerreira e dominadora”. Como resultado, há um esquadramento dos espaços e condutas sociais, designando aqueles que podem ou não ser acessados, o que deve ou não ser realizado, o que deve e como deve ser dito, de acordo com essa clivagem sexual. Notadamente, esta induz a uma miríade de relações que conduzem à submissão feminina e à sua perda de autonomia, em termos econômicos, morais, políticos, culturais e sexuais. Neste ínterim, em suas diferentes fazes e vertentes, o feminismo surge como proposta emancipadora, em uma tentativa de conceitualização crítica que dispõe em voga caracterizações essencialistas e diferenciações binárias, propondo a própria classificação dos campos masculino e feminino como uma construção performática, através da introdução do conceito de gênero.

Aqui, dispõem-se diferentes elementos que necessitam ser trabalhados separadamente para compreender, por um lado, o papel estabilizador que visões tradicionais exercem sobre a (in)segurança ontológica, como forças promotoras de sentido e nexos causais; por outro, como essas acepções, assumidas acriticamente, instauram padrões de dominação/submissão que pré-condicionam sistemas basilares de crenças inflexíveis e, portanto, mais suscetíveis ao autoritarismo; e, terceiramente, como, decorrentemente desta característica cognitiva, movimentos emancipatórios não são assumidos a partir de um ponto de vista democrático de igualdade legal, mas como ameaça a ser securitizada.

O elemento central deste debate jaz sobre as relações de dominação. Foucault (2006) identifica que, nas relações de poder e dominação, há um perpétuo efeito dual, que gera como subproduto de toda e qualquer sujeição imposta a potencialidade de resistência. Isto significa que há uma relação inversamente proporcional entre forças de repressão e forças de resistência, que representam, respectivamente, os interesses de dominadores e dominados, e que o processo de dominação jamais pode encontrar um estado de equilíbrio perfeito e estabilidade, pois estará continuamente instituído sobre uma disputa que lhe torna contingente e reversível. Portanto, a todo regime de dominação, interessa investir em mecanismos que sejam menos explícitos no que se refere ao possível reconhecimento das relações desiguais empregadas e na violência que as sustenta, como forma de atenuar a relação de disputa necessária à perpetuação da dominação. No que interessa a dominação masculina, embora não negue a existência de casos inúmero de violência, Bourdieu (2012) identifica, no panorama geral da sociedade, uma arquitetura de poder que permite supremacia da ideia da superioridade masculina essencialmente baseada não em relações agressivas e autoritárias, impostas pelo emprego indiscriminado da força, mas pela construção de subjetividades que operam no campo da percepção e dos processos cognitivos que condicionam valores e práticas, com base em uma economia sexual binária, para fazer do masculino uma referência normativa, ou seja, o referencial a partir do qual se estruturam os elementos sociais.

Embora não haja dimorfismo sexual<sup>23</sup> nos seres humanos, a diferença anatômica dos órgãos reprodutivos foi historicamente apreendida como justificativa para as diferenciações socialmente construídas entre os gêneros. A diferenciação física realizada a partir da genitália foi utilizada para delegar uma economia sexual, ou seja, uma distinção das funções e deveres sociais, dos espaços e comportamentos esperados de cada indivíduo, tendo por critério de discriminação a diferenciação sexual binária entre masculino e feminino. Bourdieu cita como escritos médicos da Idade Média retratavam a vagina como um “falo invertido”, assentando uma série de binarismos positivos e negativos, o “direito” e o “avesso”, nos quais a figura do masculino assume a postura de referencial de todas as coisas. Neste sentido, Simone de Beauvoir (2008) exemplifica como a mulher costumava ser assumida como “um homem incompleto” e, portanto, um elemento acessório, cuja definição não se sustentava em sua essência, mas sempre em relação ao masculino e em sentido negativo, na ausência daquilo que o define. A mulher, portanto, é encontrada onde se constata a ausência.

---

<sup>23</sup> Termo da biologia que se refere às diferenças morfológicas entre macho e fêmea de uma mesma espécie, para além dos órgãos reprodutores.

Embora a genitália se apresente como um atributo puramente físico, uma vez que o corpo serve como referência das propriedades imanentes humanas, ou seja, daquilo que é natural, estabeleceu-se uma relação direta de derivação de características cognitivas e comportamentais, também assentadas em uma concepção biológica a partir da diferenciação sexual.

Neste ínterim, Bourdieu identifica um processo coletivo de socialização do biológico e de biologização do social, que incide nos corpos e mentes para inverter relações de causa e efeito, e engendrar uma construção social naturalizada dos “gêneros como *habitus* sexuais”. Em outros termos, uma construção social simbólica, a partir da apreensão de atributos físicos, passa a estabelecer uma diferenciação social dual, com base na concepção binária da economia sexual, em termos econômicos, comportamentais e cognitivos: Conquanto o homem é retratado como figura ativa, dotada de razão e força, destinada aos espaços públicos e à política, associado às funções de proteger e prover, mulheres passam a ser assumidas como figuras passivas, da esfera privada, submissas, destinadas à gestação e ao trato da família, à delicadeza e ao afeto. Cabe aos homens o ambiente exterior, oficial, institucional e do direito; do seco, do alto, superior; dos atos de violência e imposição, do homicídio e da guerra. Cabe à mulher, contrariamente, o ambiente doméstico, privado e escondido; as roupas que cobrem e protegem o corpo, as condutas que resguardam a sua moral; o úmido, baixo, aquele que se curva e submete; as atividades humildes que carecem de racionalidade, a jardinagem, o trato dos alimentos, a costura, o fútil. Mesmo as relações sexuais são um campo de reforço da supremacia masculina, construída sobre a divisão masculino ativo e feminino passivo, que cria, organiza, expressa e dirige o desejo. O masculino através da posse e dominação, conquanto o feminino se converte em desejo da submissão, uma subordinação que se traduz em reconhecimento da dominação erotizada, cujo exemplo está no fingimento do orgasmo feminismo, pois o seu prazer se invisibiliza diante da necessidade da realização masculina. Segundo Bourdieu,

o paradoxo está no fato de que são as diferenças visíveis entre o corpo feminino e o corpo masculino que, sendo percebidas e construídas segundo os esquemas práticos da visão androcêntrica, tornam-se o penhor mais perfeitamente indiscutível de significações e valores que estão de acordo com os princípios desta visão: *não é o falo (ou a falta de) que é o fundamento dessa visão de mundo, e sim é essa visão de mundo que, estando organizada segundo a divisão em gêneros relacionais, masculino e feminino, pode instituir o falo, constituído em símbolo da virilidade, de ponto de honra caracteristicamente masculino; e instituir a diferença entre os corpos biológicos em fundamentos objetivos da diferença entre os sexos, no sentido de gêneros construídos como duas essências sociais hierarquizadas*. Longe de as necessidades da reprodução biológica determinarem a organização simbólica da divisão social do trabalho e, progressivamente, de toda a ordem natural e social, é uma construção arbitrária do biológico, e particularmente do corpo, masculino e feminino, de

seus usos e de suas funções, sobretudo na reprodução biológica, que dá um fundamento aparentemente natural à visão androcêntrica da divisão de trabalho sexual e da divisão sexual do trabalho e, a partir daí, de todo o cosmos. A força particular da sociodicéia masculina lhe vem do fato de ela acumular e condensar duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada (Bourdieu, 2012, p.33, grifo próprio).

A dominação, portanto, se expressa de maneira simbólica. Apreende atributos físicos para gerar interpretações sociais que, trajadas de neutralidade, retornam aos corpos na forma de políticas e condutas normativas assimétricas, que desembocam na sujeição e objetificação do feminino. A força simbólica, contudo, é apontada por Bourdieu como aquela que exercida sobre os corpos sem a necessidade de qualquer coação física, como um macaco mecânico que, empreendendo o menor esforço possível, é capaz de desencadear grandes efeitos. A resposta é apontada através do campo de atuação do simbolismo, que circunscreve a esfera cognoscente e se infiltra nas atmosferas mais profundas da subjetividade. Por meio do trabalho de inculcação e incorporação realizado por estas concepções reificantes daquilo que pertence naturalmente ao homem e à mulher, Bourdieu identifica na construção social binária a formação de esquemas de percepção e avaliação e a formação de disposições favoráveis à visão masculina do social.

“Reconhecimento” é o termo empregado por ele quando dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produto da própria relação de dominação, ou seja, quando os pensamentos e percepções que formulam estão estruturadas em conformidade com as estruturas de dominação que lhes é imposta, pois são elas mesmas que fornecem os signos através dos quais se forma a ótica da realidade. Não trata de um reconhecimento consciente, mas de uma reprodução induzida e desapercibida, por parte dos dominados, de arquétipos e percepções que reproduzem o seu status de dominação.

Atua induzindo, de forma subjetiva, vieses de interpretação, conjuntos de normas e condutas que, assumidas como naturais, constituem um *habitus*, formas espontâneas de comportamento e pensamento social que incorporam e reproduzem as relações de poder do masculino, através das sensações que provocam vergonha, humilhação, timidez, ansiedade, culpa, amor, admiração e respeito.

Estes representam um trabalho de construção prática, que define e impõe uma relação diferencial dos usos legítimos do corpo, sobretudo em termos sexuais, e que busca excluir do universo factível todos os elementos atribuídos, de forma essencialista e excludente, ao outro gênero, para subsidiar as imagens socialmente edificantes do homem viril e da mulher feminina. Não surpreendentemente, as relações homossexuais são assumidas como elemento maculoso, pois rompem com as fronteiras binárias da economia sexual, em termos sexuais, ideacionais,

estéticos e comportamentais. O que seria o homem que, numa relação sexual, assume o local de passividade destinado à mulher, senão a maior das contravenções contra a sua vocação natural de dominação? Que disfunção não exerce a figura transexual e, mais recentemente, a androgenia e a drag queen, ao transitar livremente entre os territórios do masculino e do feminino, desfalecendo suas rígidas fronteiras, que determinam os significados sociais e embasam as formas das relações? Desta forma, identidades sexuais e a questão do gênero tornam-se profundamente imbricadas, uma vez que os estigmas que afetam aquelas partem das fundações conceituais que restringem este. O masculino se torna espaço sacralizado, corpo deusificado e imagem imaculada, uma vez que

a primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os habitus: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais. Por conseguinte, a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum, visto como senso prático, dóxico, sobre o sentido das práticas. E as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se veem envolvidos esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica. Por conseguinte, seus atos de conhecimento são, exatamente por isso, atos de reconhecimento prático, de adesão dóxica, crença que não tem que se pensar e se afirmar como tal e que “faz”, de certo modo, a violência simbólica que ela sofre (Bourdieu, 2012, p.45).

Retomando os movimentos atuais da extrema direita, o fato de Meloni ser uma mulher, defendendo publicamente a função reprodutora em oposição a movimento que disputam a tomada de autonomia pela mulher e a capacidade de decisão sobre seu próprio corpo, pode ser assumido como produto desse processo de reconhecimento. Da mesma forma, a denúncia de Órban contra uma “ofensiva LGBTQ” parte de um grupo que ocupou, historicamente, o local de primazia e dominação, e que diante dos avanços de novas configurações de ser e existir, sente as bases da sua identidade ameaçadas.

Recorrendo-se à visão foucaultiana (2006), é possível retratar esse tipo de fenômeno como uma disputa acerca dos efeitos de verdade produzidos a partir das relações saber-poder. A abordagem epistemológica foucaultiana, contrariamente ao positivismo, não assume o conhecimento como uma substância acessível através da observação sistemática de uma realidade distanciada. Pelo contrário, trata da “produção de verdades”, que surgem a partir da articulação de saberes derivados de práticas discursivas e formulações de enunciados. Como

estes são formulados, todavia, não se baseia em um critério de validade descritiva superior da realidade, mas de condições estruturais e institucionais, relações de status e jogos de poder, centros de formulação epistêmicas que permitem creditar a um determinado grupo de fenômenos relevância, e o reconhecimento de verdade a certas interpretações sobre eles lançadas. O que Foucault propõe é uma crítica à construção científica dogmática e supostamente estéril: independentemente de sua validade, todos os saberes possuem valor instrumental, são formulados a partir de referências individuais carregadas por quem os formula, são condicionados pela validação discursiva e, acima de tudo, são produtores de efeitos, o que lhes confere um status de poder.

Por meio deste processo, surge o que Foucault (1978) chama de governamentalidades, o conjunto formado por instituições, procedimentos, análises, reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer uma forma específica de poder, cujo alvo principal é a população, cuja forma maior de saber é a economia política, e cujo instrumento técnico essencial são os dispositivos de segurança. Trata-se de uma forma institucionalizada de exercício do poder, por meio da regulação biopolítica da vida das populações, estabelecendo os anteparos de normalidade, os desvios e suas punições. Portanto, também uma forma de dominação, que se sustenta segundo a instrumentalização de diferentes construções de saber, valendo-se de seus efeitos de validação para legitimar a criminalização de determinadas condutas e a atuação do Estado.

Não por acaso, como demonstram Mitchell e Michael (2019), durante o século XIX, a antropologia buscou investir a diferenciação hierarquizada entre homens e mulheres, negros e brancos, de um caráter científico. Através de análises de craniometria, pensadores como George Morton popularizaram concepções pseudocientíficas que sustentavam, sob o primado da neutralidade, alegações de uma hierarquia inata do desenvolvimento intelectual entre as diferentes etnias humanas, com base na aferição de dimensões cranianas e na proporção de massa cefálica. Com isso, sustentaram a ideia de uma escala que percorria o sentido mulheres negras/homens negros/mulheres brancas/homens brancos, de acordo com seu grau de desenvolvimento, buscando com isso legitimar as estruturas vigentes de dominação.

Portanto, o simbólico, o subjetivo e o discurso são forças articulares que estabelecem constelações de valores, signos interpretativos, status de verdade, institucionalizações e anteparos normativos. São, ainda, e por se erigirem em acepções socialmente estabelecidas, contingentes, o que significa que, mesmo trajando-se sob a prerrogativa da reificação, são suscetíveis à disputa de novas concepções da realidade e relações de forças.

Isto pode ser demonstrado pela gradual evolução, no campo internacional, de debates, da conquista de direitos e de parâmetros institucionais de defesa dos direitos reprodutivos, da

igualdade formal entre os gêneros e, mais recentemente, do consentimento de ainda insuficientes, porém necessárias garantias referentes à diversidade sexual. Já em 1948, na busca pela contenção da barbárie e pela defesa dos direitos individuais e da dignidade humana como pressupostos universais, a Declaração Universal dos Direitos Humanos estabeleceu uma série de artigos que, embora não contem com teor vinculante, serviram como um primeiro esforço institucional internacional amplo para criar um aparato de valores norteadores de proteções individuais.

O artigo primeiro estabelece o princípio fundante do documento, a partir do qual “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos”, ao que se complementam o artigo segundo, que condena todas e quaisquer formas de discriminação, uma vez que “todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos na Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição [...]”, e o terceiro, segundo o qual “todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”. Não obstante, o artigo sétimo determina que “todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei”, o artigo décimo segundo estabelece um princípio moral de inviolabilidade, atestando que “ninguém será sujeito à interferência na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataque à sua honra e reputação [...]”, e o décimo nono zela quanto às liberdades individuais, estabelecendo que “todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão”.

Como se pode notar, embora a relevância e qualidade da Declaração sejam inequívocas, com uma vasta gama de princípios que percorrem setores fundamentais, como a privacidade, a igualdade jurídica, as liberdades individuais e a própria perpetuação da vida, há evidentes limitações no que tange a temática aqui analisada. Somente o artigo segundo faz menção à defesa contra discriminações de teor identitário sexual, sem qualquer menção, ao longo de toda a Declaração, às pautas específicas de gênero e orientação sexual. Além disso, o artigo que de melhor forma aborda o tema da família, décimo sexto, afirma que esta é o “núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado” sem, com isso, explicitar a existência de múltiplos núcleos e concepções familiares, e a busca pela sua igualdade jurídica, perante o Estado, e moral, perante a sociedade. Obviamente, tais premissas poderiam ser alicerçadas por meio da mobilização de outros artigos presentes no documento, que fundamentam de forma clara uma concepção cosmopolita da dignidade humana, em todas as suas manifestações e dimensões, assim como há de se considerar o ainda incipiente cenário destes debates no qual se insere o momento da sua elaboração. Por esta razão, esforços

subsequentes do avanço na institucionalização de direitos foram realizados nas instâncias internacionais.

Em 1979, no âmbito da ONU, foi elaborada a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), um dos principais tratados internacionais focados na construção da igualdade de gênero. Com base na reafirmação do princípio de não-discriminação e da igualdade jurídica perante todos os indivíduos, o documento final buscou reforçar o cenário desigual de discriminação enfrentado globalmente pelas mulheres, e a necessidade de garantia do gozo dos mesmos direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos exercidos pelos homens, considerando que a participação máxima da mulher, em igualdade de condições, é indispensável para o desenvolvimento pleno e completo de um país, o bem-estar do mundo e a causa da paz.

Para tanto, seu primeiro artigo estabelece uma definição clara do que se expressa como “discriminação contra a mulher”: “toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo”. (ONU, 1979).

Complementarmente, nos artigos subsequentes, as nações signatárias comprometeram-se em adequar as suas legislações internas, no sentido da promoção ampla da defesa das mulheres contra quaisquer formas de discriminação, seja no âmbito social ou profissional, e a agir ativamente para mitigá-las e adequadamente responsabilizar os seus perpetradores, assim como a aplicação de todas as medidas necessárias para a suspensão das redes de tráfico sexual. Não obstante, compactuaram em criar mecanismos para viabilizar a participação feminina no exercício do direito ao voto, a sua livre expressão política e articulação em organizações não governamentais, na participação em órgãos governamentais e representação dos seus respectivos países na ordem internacional, assim como na formulação de políticas públicas.

Desde a década de 1970, a ONU passou a realizar as Conferências Mundiais da Mulher, ocorridas nos anos de 1975, 1980, 1985 e 1995, no México, Dinamarca, Quênia e Pequim, respectivamente. A primeira delas, sob o lema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”, inseriu definitivamente a pauta feminina nos fóruns da ONU e a importância do avanço nos debates quanto à discriminação. Como resultado, proclamou aquele como o Ano Internacional da Mulher, lançou o programa da Década das Nações Unidas para a mulher (1976 – 1985) e fundou um Fundo de Contribuições Voluntárias das Nações Unidas para a Década da Mulher, que mais

tarde, em 1985, seria convertido no Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM).

Em 1993, a Conferência Internacional de Direitos Humanos, em Viena, por sua vez, marcou importantes avanços na construção de um regime internacional de direitos humanos. Diante do que havia sido o pronunciamento de supostas hierarquias de direitos, durante o contexto da Guerra Fria, a Declaração de Viena foi pioneira ao afirmar a universalidade indelével, a indivisibilidade e a interdependência dos direitos humanos, em sua dimensão civil, política, econômica, social e cultural. Além disso, foi esta a conferência responsável pela criação do cargo de Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, responsável por centralizar, coordenar e servir como porta-voz, em todo o sistema ONU, das iniciativas inseridas neste âmbito. No que se refere às mulheres, estabeleceu a criação de um Relator Especial sobre Violência Contra Mulheres, para que a organização pudesse acompanhar com maior acurácia os desafios no tema.

Já em 1994, a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, sediada no Cairo, inovou ao estabelecer, no quarto dos princípios que regiam o documento oficial da conferência, afirmando que

promover a igualdade e equidade de gênero e o empoderamento das mulheres, a eliminação de todos os tipos de violência contra mulheres, e garantir a capacidade das mulheres de controlar a sua própria fertilidade, são pedras angulares dos programas referentes à população e desenvolvimento. Os direitos humanos das mulheres e das meninas são uma parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais. A participação plena e igualitária das mulheres nas atividades civis, culturais, na vida econômica, política e social, a nível nacional, regional e níveis internacionais, e a erradicação de todas as formas de discriminação em razão do sexo, são objetivos prioritários da comunidade internacional (ONU, 1994, tradução própria<sup>24</sup>).

Deve-se destacar uma evolução conceitual e terminológica na composição do texto. Além de não se referir somente em igual formal, mas em equidade, a redação do plano de ação já se encontra investida do conceito de gênero, embora ainda não profunda e amplamente definido. Ademais, a Conferência do Cairo avançou na pauta de garantia quanto aos direitos reprodutivos da mulher, sem que com eles fosse abarcada nenhuma forma de julgamento ou coerção e, embora ainda não citasse explicitamente, dedicou uma sessão à família, na qual

---

<sup>24</sup> “Advancing gender equality and equity and the empowerment of women, and the elimination of all kinds of violence against women, and ensuring women's ability to control their own fertility, are cornerstones of population and development related programmes. The human rights of women and the girl child are an inalienable, integral and indivisible part of universal human rights. The full and equal participation of women in civil, cultural, economic, political and social life, at the national, regional and international levels, and the eradication of all forms of discrimination on grounds of sex, are priority objectives of the international community.”

admite a sua multiplicidade de formas na vida social, e a necessidade de estabelecimento de redes de proteção amplas.

Embora ainda menos expressivos, os movimentos de institucionalização de debates, criação de redes de proteção e direitos voltados à diversidade sexual não deixaram de existir. A primeira grande conquista pode ser relacionada à superação da patologização, conforme o processo de desvinculação da homossexualidade ao quadro de doenças mentais da OMS, em 1990, com a publicação do CID-10 (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde). Posteriormente, com a aprovação do CID-11, em 2019, a transexualidade também foi retirada da categorização de transtornos mentais.

Na resolução 17/19, proveniente da décima sétima sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, pela primeira vez tratou-se no órgão, explícita e especificamente daqueles direitos referentes à identidade de gênero e à orientação sexual. Na sua primeira cláusula operativa, incumbiu o Alto Comissário de Direitos Humanos da ONU a realizar um estudo documentando “leis discriminatórias e práticas e atos de violência contra indivíduos com base na sua orientação sexual e identidade de gênero, em todas as regiões do mundo, e como o direito internacional dos direitos humanos pode ser usado para acabar com a violência e violações dos direitos humanos baseadas na orientação sexual e identidade de gênero” (ONU, 2011), e recomenda, complementarmente, a criação de um painel para acompanhamento da questão. Subsequentemente, as resoluções 27/32 e 32/2, de 2014 e 2016, respectivamente, deram seguimento à coleta de dados quanto à violência global baseada em identidade de gênero e orientação sexual, sendo esta última responsável pela contratação, pela primeira vez, de um perito independente nas questões de proteção contra a violência e discriminação de gênero/sexualidade, incumbido de avaliar a implementação de princípios, legislações e parâmetros internacionais de defesa; identificar causas centrais de violência e discriminação; e articular uma cooperação entre Estados membros das Nações Unidas, seus órgãos especializados, programas e fundos de financiamento, organizações da sociedade civil e instituições acadêmicas para a promoção de efetivas na proteção desses segmentos da sociedade internacional.

Não obstante, esforços internacionais surtiram efeito na criação e implementação de esforços tanto em âmbito regional quanto nacional, como reflexo de pressões intra e inter estatais, no âmbito da criação de legislações específicas a esta matéria. Por meio das aplicações 18766/11 e 36030/11, em 2015, a Comissão Europeia de Direitos Humanos condenou a Itália pela ausência de um quadro legal que garantisse reconhecimento específico e proteção às uniões homoafetivas, em violação aos artigos 8 e 12 da sua convenção. Em sentido homônimo, por

meio da Opinião Consultiva 24/17, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), ao retomar a interpretação de que a igualdade emana da unidade individual de cada componente humano, e que qualquer tipo de tratamento que incorra em inferiorização, hostilidade ou privação de direitos fere os princípios ordenadores da ordem internacional, definiu explicitamente que

tendo em conta as obrigações gerais de respeito e garantia estabelecidos no artigo 1.1 da Convenção Americana, os critérios de interpretação estabelecidos no Artigo 29 desta Convenção, as disposições da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, as resoluções da Assembleia Geral da OEA, as normas estabelecidas pelo Tribunal Europeu e as agências das Nações Unidas, o Tribunal determinou que a orientação sexual e a identidade de gênero são categorias protegidas pela Convenção. Consequentemente, a Convenção proíbe qualquer lei, ato ou prática discriminatória com base na orientação sexual ou identidade de gênero de uma pessoa, pois isso seria contrário ao disposto no artigo 1.1 da Convenção Americana (Corte IDH, 2017, tradução própria<sup>25</sup>).

Em sumo, a segunda metade do século XX apresentou importantes avanços na articulação de princípios ordenadores, tratados internacionais, aparatos jurídicos e institucionais investidos da compreensão e defesa tanto de mulheres quanto da comunidade LGBT, partindo da premissa da existência de condições assimétricas estruturais que impedem seu pleno exercícios de direitos e acesso à dignidade, na mesma medida em que outros segmentos da sociedade, notadamente, masculinos, brancos e enquadrados no espectro heteronormativo. Se, por um lado, este movimento pode ser enquadrado na teoria foucaultiana como a expressão dos movimentos de resistência que surgem diante de instrumentos de controle e repressão, aqueles que os instrumentalizam, ou seja, os grupos e classes em posição privilegiada de dominação, não permanecem incógnitos diante do que pode se apresentar como a contestação das estruturas a eles convenientes. Mais uma vez, um discurso promovido por Meloni, em um comício espanhol, em 2023, é representativo:

Veja a ideologia de gênero. Se formos além dos slogans, perceberemos facilmente que o verdadeiro objetivo da ideologia de gênero não é a luta contra a discriminação nem a superação das diferenças entre homens e mulheres. O verdadeiro objetivo, não declarado, mas tragicamente evidente, é o desaparecimento das mulheres e, sobretudo, o fim da maternidade. O indivíduo diferenciado para o qual tende a teoria de gênero não é tão indiferenciado, é masculino. O homem hoje pode ser tudo: pai e mãe numa ampla gama que vai

---

<sup>25</sup> “Based on the above, and bearing in mind the general obligations of respect and guarantee established in Article 1(1) of the American Convention, the interpretation criteria established in Article 29 of this Convention, the stipulations of the Vienna Convention on the Law of Treaties, the resolutions of the OAS General Assembly, the standards established by the European Court and the United Nations agencies, the Court has determined that sexual orientation and gender identity are categories protected by the Convention. Consequently, the Convention prohibits any discriminatory law, act or practice based on a person’s sexual orientation or gender identity,164 as this would be contrary to the provisions of Article 1(1) of the American Convention.”

do feminino ao masculino, enquanto as palavras mais censuradas pelo politicamente correto são mulher e mãe. Por quê? Porque a maternidade tem uma força simbólica extraordinária. No ventre da mãe aprendemos a ser dois. Do amor de mãe descobrimos a abnegação. A mãe é a própria humanidade e por isso defenderemos as mães, porque é o momento delas dentro e fora da família (Meloni, 2023, tradução própria<sup>26</sup>).

Mais uma vez, encontra-se uma construção narrativa marcada por um binarismo maniqueísta, uma contraposição entre a maternidade e a figura feminina, postas em risco existencial, diante do que se chama “ideologia de gênero”, apresentada como uma construção demagógica que, em verdade, Meloni aponta estar em defesa dos interesses masculinos. “Ideologia de gênero”, “ofensiva LGBT”, “ditadura gay”, “mamadeira de piroca”, um projeto de “hipersexualização das crianças”, todos representam signos narrativos que operam na criação de pânicos morais com o intuito de instigar uma percepção de ameaça. Juntos, eles formam um contramovimento, comprometido com a manutenção das estruturas vigentes de poder.

De acordo com a análise de Corredor (2019), movimentos sociais são formados a partir da conjunção de dois fatores, ilustrados na ação coletiva organizada, e em um propósito comum sobre o qual operam. Operam em uma constelação de atores sociais, redes de influência e instituições que se articulam em torno de um propósito comum, que envolve uma relação dialética com as elites e forças dominantes sobre a alteração de determinadas estruturas sociopolíticas que se pretende alterar. A contribuição de Corredor está na defesa de que estas ações coletivamente organizadas não podem ser plenamente compreendidas sem que também sejam considerados os efeitos de oposição que despertam na sociedade, em outros termos, os seus contramovimentos que, analogamente, constituem também movimentos sociais, na defesa de seus interesses próprios, geralmente mais particulares, uma vez que refletem os mecanismos de manutenção do *status quo* e das condições que permitem a esses grupos ocupar uma posição de privilégio. Por meio da disputa entre ambos, é possível compreender com maior acurácia as estratégias e recursos dos quais lançam mão para consagrar seus objetivos.

Segundo ela, quatro elementos condicionam a formação de contramovimentos. Primeiro, a existência de um movimento social que promova a contestação de arranjos de poder

---

<sup>26</sup> “See gender ideology. If we go beyond the slogans, we will easily realize that the true objective of gender ideology is not the fight against discrimination nor the overcoming of differences between men and women. The true objective, undeclared but tragically evident, is the disappearance of women and, above all, the end of motherhood. The differentiated individual towards whom gender theory tends is not so undifferentiated, he is male. A man today can be everything: father and mother in a wide range that goes from feminine to masculine, while the words most censored by political correctness are woman and mother. Why? Because motherhood has an extraordinary symbolic force. In the mother's womb we learn to be two. From a mother's love we discover selflessness. The mother is humanity itself and that is why we will defend mothers, because it is their moment inside and outside the family.”

existentes. Segundo, uma classe ou grupo privilegiado que, diante deste movimento, perceba os seus interessados como ameaçados. Em terceiro lugar, que o movimento social em questão demonstre o potencial, ao menos parcial, de lograr sucesso na sua empreitada por transformações social. Por último, é necessário que os grupos dominantes que se percebem ameaçados possuam capacidade suficiente de articulação e os recursos necessário para constituir uma contramobilização.

Talvez o mais notório contramovimento ao avanço das pautas de gênero e sexualidade ao longo das últimas 3 décadas seja a criação do termo “ideologia de gênero”, iniciativa promovida pela igreja católica, em oposição às pautas de gênero defendidas por grupos feministas nos fóruns internacionais nos anos 1990, em especial a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento do Cairo, em 1994, e a IV Conferência Mundial da Mulher em Pequim, em 1995. Em virtude da tentativa de normatizar e institucionalizar o compromisso, através das resoluções das conferências, para com “a autonomia das mulheres de controlar a própria fertilidade” (ONU, 1994), e da tentativa de criar uma definição formal de gênero a partir de significações socialmente construídas: “gênero refere-se aos papéis e responsabilidades das mulheres e dos homens que são socialmente determinados. O gênero está relacionado com a forma como somos vistos, com a forma como se espera que pensemos e ajamos como mulheres e homens, de acordo com a forma como a sociedade está organizada, e não pelas nossas diferenças biológicas” (ONU, 2025); a igreja católica iniciou uma forte mobilização, em tom de ameaça, pelo combate a novas concepções acerca da família e das categorias masculino/feminino, fazendo especial uso daquilo que passou a chamar “ideologia de gênero” (Junqueira, 2017).

Uma das concepções fundantes do cristianismo repousa sobre a ideia de que Deus criou o homem à sua imagem e, a partir dele e para acompanhá-lo pela eternidade, a mulher. Juntos, formam a união sagrada do matrimônio, que simboliza, através da junção carnal, a generosidade e fecundidade do criador. Desta forma, denota-se uma concepção secular, baseada na cosmologia dogmática cristã, de expectativas inequívocas na distinção complementar entre masculino e feminino.

Identificando, nas pautas introduzidas nos fóruns internacionais da década de 1990, e sabendo do comprometimento, em escala internacional, que elas demandariam quanto ao reconhecimento e respeito às identidades fora do espectro normativo heterossexual, às composições plurais de família e à afirmação de que o gênero é um constructo social com localização geográfica e temporal, caso aprovadas; tanto nessas arenas de debate, quanto externamente a elas, o Vaticano começou a promover intelectuais e obras opostas aos avanços

dos debates sobre diversidade. Dentre elas, em 2006, o Pontifício Conselho para a Família do Vaticano publicou o seu “Léxico: termos ambíguos e discutíveis sobre a vida familiar e questões éticas”, um compêndio de artigos que esclarece a posição da Santa Sé sobre questões relativas à família e à vida.

Nele, um capítulo intitulado “Uma ideologia de gênero: Perigos e escopo”, estabelece uma diferenciação entre o “feminismo igualitário” e o “feminismo de gênero”. O primeiro, aceitável e defendido pela igreja como uma alternativa viável, estaria comprometido com a defesa da igualdade legal e moral entre homens e mulheres, o que se traduziria em tratamento justo e ausência de discriminação. Nesta vertente, haveria respeito às diferenças naturais que separam os dois únicos gêneros existentes, de modo que uma eventual diferença estatística na presença de homens e mulheres em uma determinada atividade, não passaria de um reflexo dessas diferenças inatas. O “feminismo de gênero”, por outro lado, é retratado como uma ideologia radical, que declara guerra contra a natureza, a família e as opções das mulheres. Seu objetivo central, portanto, é retratado como a destruição da sociedade. Segundo o léxico, trata-se de uma leitura neomarxista, que identifica na família, e não nas relações produtivas, a fonte genealógica das opressões que permeiam a sociedade. Portanto, o “feminismo de gênero” estaria comprometido em combater as divisões naturais da relação dual do sexo e as identidades coletivas, promovendo a separação de homens e mulheres dos valores familiares e uma agenda homo/lesbo/bi/transsexual para declarar uma revolução contra falsas estruturas de dominação. Por isso,

As “feministas de gênero” clamam urgentemente pela “desconstrução” dos “papéis socialmente construídos” de homens e mulheres, pois essa socialização, em sua opinião, afeta a mulher de maneira negativa e injusta. É por isso que as “feministas de gênero” insistem na necessidade de “desconstruir” a família, não apenas porque, segundo elas, ela torna a mulher uma escrava, mas também porque condiciona socialmente as crianças a aceitarem a família, o casamento e a maternidade como algo natural. Na mesma linha, as “feministas de gênero” consideram que uma parte essencial de seu programa é a promoção da “livre escolha” em questões relacionadas à reprodução e ao estilo de vida. A “livre escolha na reprodução” é, para elas, a expressão-chave para se referir ao aborto provocado, enquanto “estilo de vida” visa promover a homossexualidade, o lesbianismo e todas as outras formas de sexualidade fora do casamento. A ideologia de gênero é um sistema fechado, com o qual não há possibilidade de diálogo racional. Muitas pessoas desconhecem os perigos dessa nova proposta. Levando em conta a posição central que essa perspectiva conseguiu ocupar na cultura norte-americana, trata-se de um desafio que deve ser enfrentado vigorosamente, a fim de evitar as graves consequências que ela já está produzindo nas sociedades dos países desenvolvidos e que pretende produzir

nos países em desenvolvimento, por meio da chamada “saúde reprodutiva” (Santa Fé, 2006, p.465, tradução própria<sup>27</sup>).

Deste modo, a chamada “ideologia de gênero” pode ser compreendida como um contramovimento retórico, que visa, primeiro, manter inalteradas as condições estruturais vigentes que sustentam uma relação hierárquica das relações de gênero e sexuais; segundo, essencializar e deslegitimar as teorias que buscam novas interpretações acerca da formação do gênero e seus impactos na vida cotidiana; e, por último, frustrar os esforços, locais e internacionais, para garantir fundamentos legais e arcabouços democráticos de proteção a formas alteras de existência. Neste processo, a ideologia de gênero assume um papel de lastro para a criação de pânico morais e reacionarismos políticos, cujos ataques buscam mascarar a hegemonia cultural e o imperialismo cultural dos grupos dominantes, explorar tensões políticas globais e permitir que os novos movimentos da extrema direita se apresenem como guardiões legítimos da voz das mulheres e defensores de influências estrangeiras (Corredor, 2019, p.628).

Mas afinal, por que gênero e sexualidade são campos tão controversos e rodeados de tabu? Conforme discutido, concepções reificadas da divisão sexual do trabalho, baseadas em um processo dual de socialização do biológico e biologização do social conduzem a uma hierarquização reificada e desigual, favorecendo a primazia do masculino como ponto de referência e dominação, gerando um apagamento tão profundo da figura feminina que Beauvoir (2008, p.67, grifo próprio) afirma que “a mulher se determina e se diferencia *em relação ao homem*, e não este em relação a ela; ela é o inessencial diante do essencial”.

A afamada frase de Beauvoir de que “não se nasce mulher, torna-se” não é casual, parte deste não lugar da mulher que, assumida como “homem incompleto”, passa a ser definida a partir da ausência dos atributos que o caracterizam e dos seus antônimos. Com isso, a genitália

---

<sup>27</sup> “The ‘gender feminists’ call urgently for ‘deconstructing’ the ‘socially constructed roles’ of men and women, because this socialization, in their opinion, affects the woman in a negative and unjust way. That is why the ‘gender feminists’ insist on the necessity of ‘deconstructing’ the family, not only because it makes the woman a slave according to them, but because it socially conditions the children into accepting the family, marriage and motherhood as natural. Along the same lines, the ‘gender feminists’ consider that an essential part of their program is the promotion of ‘free choice’ in matters related to reproduction and life style. ‘Free choice in reproduction’ is, for them, the key expression to refer to procured abortion, while ‘lifestyle’ aims to promote homosexuality, lesbianism and all the other forms of sexuality outside marriage. The ideology of gender is a closed system, with which there is no way of reasoning. There are many persons unaware of the dangers of this new proposal. Taking into account the central position that this perspective succeeded in taking in the NorthAmerican culture, it is a challenge that must be vigorously faced in order to avoid the dire consequences that it is already producing in the societies of developed countries and that it aims to produce in the developing ones, by means of the so-called ‘reproductive health’.”

não define, *per se*, os papéis sociais do homem e da mulher, mas é apropriada para conferir embasamento a essa sistemática.

Se Beauvoir ainda trabalhava com o termo “sexo”, embora identifique uma descontinuidade entre as propriedades biológicas e os papéis socialmente atribuídos, questionando a estruturação desigual da sociedade que confere superioridade ao masculinismo, Butler (2018) avança com o debate ao realizar a distinção entre sexo, categoria exclusivamente biológica, através da qual estabelecem-se as diferenciações sexuais dos indivíduos, e gênero, a construção social realizada acerca dos papéis e funções esperados que o sujeito desempenhe. Este, portanto, não é visto como resultado causal do sexo e tampouco partilha da mesma fixidez. Pelo contrário, o gênero é analisado a partir de uma ótica de interpretações múltiplas e não binárias do corpo sexuado, de modo que não é pelo sexo restrito, tornando-se o que Butler chama de um “artifício flutuante”: as percepções de homem e masculino, assim como mulher e feminino, podem incidir tanto sobre um corpo biologicamente masculino quanto feminino, pois

se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (Butler, 2018, p.22).

Em outros termos, Butler realiza uma leitura similar àquela estabelecida por Bourdieu, de que o corpo biológico não se encontra em espaço de sacralizada neutralidade, mas é ele também um efeito, produto de um amplo trabalho de disposições interpretativas, simbólicas e cognitivas, instrumentalizado para dar conotação de “naturalidade e ordem” a concepções binárias que servem de sustento a arquiteturas assimétricas de poder e dominação. Neste contexto, o gênero adquire o papel de sintaxe, é produtor dos sentidos assumidos acerca da realidade, mas é justamente a sua engenhosidade que o afasta do “natural”, pois o gênero, acima de tudo, tem caráter performático.

Para trabalhar esse conceito, Butler recorre à análise foucaultiana da docilização dos corpos, trabalhada em *Vigiar e Punir*. Partindo da estrutura panóptica proposta por Bentham (2019), Foucault identifica o aparelhamento de estruturas de vigilância pelo Estado, na figura dos discursos, códigos jurídicos, dos hospitais, colégios, fábricas e nas concepções arquitetônicas, que serve, diferentemente do exercício do poder estatal executado durante a Idade Média, não ao arbítrio necropolítico sobre quem deve viver ou morrer, mas uma regulação

das formas do como viver, do desenvolvimento de estudos demográficos e do controle amplo das populações, induzindo padrões normativos convenientes à maximização da exploração dos corpos para o desenvolvimento do capital. Neste contexto, corpos dóceis são aqueles suscetíveis a intervenções, que podem ser moldados segundo determinadas concepções e conjuntos de regras, para que se gere efeitos no sentido do seu condicionamento mental e comportamental.

As forças exercidas sobre eles não são literalmente internalizadas, mas incorporadas, o que significa a produção de indivíduos que passam a expressar a ordem vigente no corpo e por meio dele, deixando, gradativamente, de ser um elemento externo, e assumindo o próprio posto de consciência e essência destes corpos. Butler se apropria deste conceito para estabelecer uma relação análoga no que se refere ao gênero: Como construção social normativa, ele atua como produção disciplinar de imagens ideais referentes à concepção dual dos sexos, por meio de uma série de exclusões mútuas que inibem, no campo do masculino, aqueles atributos destinados ao feminino, e vice-versa. Ao longo desse processo, atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, que se manifesta na superfície do corpo através da correspondência aos arquétipos socialmente normalizados. Estes são interpretados por Butler como fabricações manufaturadas, fruto de um discurso decididamente social e público, da regulação coletiva dos simbolismos e do controle da fronteira que diferencia o interno e o externo por meio da pressão imposta pelo gênero, na busca da composição de uma “integridade do indivíduo”, nos termos da estrutura normativa heterossexual e reprodutora.

Seu caráter performático repousa na inexistência de um status ontológico próprio, a construção binária do gênero é traduzida por Butler como efeitos da verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável, a fantasia de uma fantasia, cópia da cópia no intento de justificar as concepções atuais acerca do que significa ser homem ou mulher, que já se deslocaram inúmeras vezes na substância e na forma do longo do curso histórico, com base em uma suposta “imagem original”, uma genealogia sem origem. Para exemplificar essa questão, ela recorre à imagem da travesti (*ibidem*, 2018, p.183), que possui uma aparência externa “feminina”, mas uma essência interna (o corpo), socialmente interpretado como masculino. Ao mesmo tempo, existe uma inversão oposta, através da qual corpo e gênero são coletivamente assumidos como masculinos, ao passo que a essência interna é feminina. Traduzindo, pode-se estabelecer uma relação entre sexo anatômico, identidade de gênero e performance de gênero, elementos transitórios no espaço e no tempo, que performam na medida em que correspondem, contestam, assimilam e embaralham, são interpretados e significados a partir de concepções artificiais que se baseiam em uma ancestralidade original mítica, inventada.

Com este deslocamento de uma posição rígida secular para a fluidez performática do gênero, abrem-se possibilidades para a ressignificação e a recontextualização dos papéis sociais e das estruturas que sustentam. Daí emanam as mais virulentas reações de movimentos conservadores, pois, conceituando gênero

como algo aprendido, adquirido e, para alguns, realizado, as feministas desafiaram modos bem estabelecidos de produção de conhecimento e processos políticos que estavam repletos de “axiomas ‘inquestionáveis’ sobre gênero”, que, de acordo com Mary Hawkesworth (1997, 649), incluem as crenças de que existem dois e apenas dois gêneros, que o gênero é invariante, que os órgãos genitais são os sinais essenciais do gênero, que a dicotomia homem/mulher é natural, que a masculinidade e feminilidade são traços naturais, e que todos os indivíduos devem ser classificados como masculinos ou femininos (Corredor, 2019, p.619, tradução própria<sup>28</sup>).

Nesta reação, não obstante, movimentos conservadores e reacionários, e especialmente as novas extremas direitas, têm posicionado este imbróglio como uma ameaça que se apresenta não somente contra os papéis sociais de gênero, mas toda a concepção de família na qual se embasa seu projeto identitário. Os discursos, em geral, retratam um cenário de cerceamento, projetando uma suposta irreconciliação existencial entre o modelo tradicional, que defendem, e novas pautas de diversidade que, no seu esforço em angariar reconhecimento formal do Estado e proteção social a formas alteras de ser e existir, são retratadas como opressoras e empenhadas na invalidação e extinção de qualquer modelo externo ao seu. Em 2015, por exemplo, a Ministra da Família e dos Assuntos da Juventude da Hungria, Katalin Novák, afirmou que

certos Estados e governos liberais da Europa Ocidental estão a tentar esconder os seus valores de várias formas complicadas em documentos. Isto significa que os documentos da UE e de organismos internacionais, por exemplo os Objetivos de Desenvolvimento das Nações Unidas, contêm passagens que alargam o significado do que constitui uma família... A Hungria apoia as normas de direitos humanos geralmente aceites, mas vamos ter a liberdade de definir a família e as relações entre mulheres e homens da forma como queremos (Novák, 2015, tradução própria<sup>29</sup>).

Meloni, em um tom mais agressivo, questiona

<sup>28</sup> “Conceptualizing gender as something learned, acquired, and to some, performed, feminists challenged well-established modes of knowledge production and political processes that had been replete with ‘unquestionable’ axioms about gender, which according to Mary Hawkesworth (1997, 649), include the beliefs that there are two and only two genders, that gender is invariant, that genitals are the essential signs of gender, that the male/female dichotomy is natural, that masculinity and fem-ininity are natural traits, and that all individuals should be classified as masculine or feminine.”

<sup>29</sup> “Certain Western European liberal states and governments are trying to hide their values in various tricky ways in documents. This means that documents of the EU and of international bodies, for example the UN Development Goals, contain passages that are extending the meaning of what constitutes a family. ... Hungary supports the generally accepted human rights norms—but let us have the liberty to define family and the relationships between women and men in the way we want.”

por que é que nos preocupamos com todo o tipo de discriminação, mas fingimos não ver a maior perseguição contínua de todas – o genocídio dos cristãos em todo o mundo? Por quê? Dê-me respostas para essas perguntas, por favor! Eu poderia fazer muito mais perguntas desse tipo, mas destas, a mais importante é aquela que nos perguntamos hoje, que é: "Por que a família é uma inimiga?" Por que a família é tão assustadora? Existe uma resposta única para todas estas questões: porque define quem somos e porque é a nossa identidade. Por que tudo o que nos define neste momento é inimigo daqueles que gostariam que não tivéssemos mais identidade e fôssemos simplesmente escravos, consumidores perfeitos? Então eles atacam a identidade nacional. Eles atacam a identidade religiosa. Eles atacam a identidade de gênero. Eles atacam a identidade familiar (Meloni, 2019, tradução e grifos próprios<sup>30</sup>).

A restrição ao modelo familiar patriarcal não é casual, especialmente tratando-se de movimentos com feições e ambições autoritárias. Um dos grandes avanços da teoria freudiana (2011b) está na descoberta de que somente uma pequena porção da vida psíquica opera no domínio consciente e racional. Em grande parte, é governada por pulsões subjetivas, chamadas de Id, que buscam a maximização dos prazeres individuais, ao que Freud apelidou princípio de prazer, e por restrições, impostas pelo meio externo na forma de regras sociais de conduta e leis, cujo medo das penalizações decorrentes da infração faz com que sejam introjetadas e operem circunscritas, porém ainda inconscientemente, nas ações individuais, na forma do superego, que pode ser interpretado como a moralidade, e que representa o que Freud chamou princípio de realidade. Há, portanto, uma tensão existencial constante na vida em sociedade, marcada pela contraposição entre os desejos expressos pelo princípio de prazer e as autorregulações estabelecidas pelo princípio de realidade, necessárias para que o indivíduo se mantenha sob a revelia do corpo social. Isto se dá como necessidade existencial, uma vez que, embora restritivo, o meio representa um espaço institucionalizado no qual os deveres são compensados pelo fornecimento de garantias basilares que retiram o indivíduo de um estado pré social, nos moldes descritos pelo estado de natureza hobbesiano. Este processo de sacrifício parcial das satisfações pessoais, que Freud (2011a) denomina como “medo da perda do amor”, não é automático, mas gradual, iniciado nos primeiros anos da tenra infância, e tem na família a estrutura basilar de adaptação responsável pela introdução do sujeito às normativas do meio.

---

<sup>30</sup> “Why is it that we worry about all kinds of discrimination, but turn a blind eye to the greatest ongoing persecution of all – the genocide of Christians around the world? Why? Give me answers to these questions, please! I could ask many more questions of this kind, but of these, the most important is the one we ask ourselves today, which is: "Why is the family an enemy?" Why is family so scary? There is a single answer to all these questions: because it defines who we are and because it is our identity. Why is everything that defines us right now inimical to those who would like us to no longer have an identity and simply be slaves, perfect consumers? So they attack national identity. They attack religious identity. They attack gender identity. They attack family identity.”

Reich (1988), em crítica às limitações da sociologia histórico-dialética de Marx para compreender os motivos da não erupção da revolução do proletariado, mas sim o apoio ao autoritarismo, como no caso da ascensão de Hitler no exato momento de esgotamento econômico em que a teoria previa a tomada de consciência por parte das massas, busca nesses conceitos a complementariedade necessária para compreender os fundamentos psíquicos que operam em contrariedade a processos sociais emancipatórios.

Ora, se a família é a instituição responsável, por excelência, por instaurar as inibições que serão introjetadas pelo indivíduo, em processos subjetivos que condicionarão a sua vida social, ela adquire um papel central para movimentos autoritários. Isto porque a família, no seu modelo patriarcal, moldada em confluência com o seu ideário, assume o papel operativo de Estado autoritário em miniatura: Há uma clara hierarquia de poder, que espelha na figura do pai a autoridade do líder, que é pai da nação, para a qual é responsável por prover e proteger (Stanley, 2018, p. 14). Sua força é inquestionável e seus valores morais são absolutos, o que estabelece o primeiro contato com um modelo de submissa inconteste, com base no princípio da ordem e no emprego da violência. Não por acaso, o complexo de Édipo é estabelecido através da imposição restritiva do pai às satisfações do filho, forçando-o a direcionar seus desejos para elementos da vida social aos quais seu acesso esteja autorizado. Sobre a mãe, por sua vez, repousa o dever de estimular o sentimento nacionalista, pois é caráter imanente da figura materna a fecundidade, assim como a terra natal, e a criação dos laços afetivos. Nela inspiram-se os princípios de proteção e dever, o amor à nação, assim como a família é uma nação em menor escala (Reich, 1988, p. 63).

Se a consciência representa apenas uma pequena parcela da vida psíquica, então há processos terceiros que operam de maneira subjetiva, inconsciente, porém que incidem diretamente sobre a estrutura cognitiva responsável por sustentar as formas de percepção e ação do sujeito em sociedade. Para Reich, uma família que opera de maneira autoritária e restritiva, em especial no que tange a vida sexual (ao que também pode enquadrar a ordem binária do gênero), opera na formação de distúrbios da ordem psíquica tornando a criança

medrosa, tímida, submissa, obediente, "boa" e "dócil", no sentido autoritário das palavras. Ela tem um efeito de paralisação sobre as forças de rebelião do homem, porque qualquer impulso vital é associado ao medo; e como sexo é um assunto proibido, há uma paralisação geral do pensamento e do espírito crítico. Em resumo, o objetivo da moralidade é a criação do indivíduo submisso que se adapta à ordem autoritária, apesar do sofrimento e da humilhação (Reich, 1988, p.45).

Portanto, defende que a disposição ao autoritarismo é produzida através do emprego de inibições morais na substância viva dos impulsos sexuais. Se há um impulso de rebelião, este é

inconscientemente aquiescido em detrimento deste processo de introjeção do controle pulsional compulsório. Neste ínterim, Reich aponta a criação de uma força secundária, que busca, senão nos meios primários aos quais a satisfação recorre, em formas substitutas de atingi-la, tomando como exemplo o caráter libidinoso do militarismo, através do efeito sexual do uniforme e da postura de marcha rítmica e o caráter exibicionista da parada militar, assim como o recurso ao exotismo das mulheres em panfletos das campanhas de alistamento durante o século XX.

A partir disto, vale salientar que a repressão sexual tem caráter dual, incidindo tanto sobre indivíduos heterossexuais, quanto naqueles que se desviam da norma. Sobre os primeiros, na forma da imposição das concepções binárias e performáticas do gênero, fazendo com que a masculinidade não seja apenas uma categoria de atração sexual, para um perpétuo estado da necessidade de provação do merecimento do título, por meio de performances que salientem o caráter de força e dominação daquele que o carrega. Sobre os segundos, por meio da condenação social sob a bandeira do desvio moral e da perversão, múltiplos processos históricos de medicalização, mutismo existencial e emprego do ódio.

Adorno (2019) em seu estudo acerca da personalidade autoritária, também encontra as origens do ódio contra o outro em um arquétipo de experiência conflituosa com a autoridade durante a infância. Filho de pais autoritários e emocionalmente distantes, o indivíduo desenvolve uma ambivalência afetiva, galgando entre o amor que possui pelos pais e a profunda raiva que nutre com relação às suas atitudes repressivas. No processo de gestão pulsional, a criança passa a se identificar com a repressão sofrida, direcionando sua cólera represada na forma de violência legitimada contra grupos externos, identificados com o desvio. Neste processo, o Estado autoritário opera nas camadas inconscientes e assume a imagem do pai autoritário, com cujos objetivos repressivos o sujeito, filho repreendido, se identifica.

Em resumo, as concepções seculares de gênero aqui trabalhadas, baseadas na economia sexual dual, passaram a exercer um papel semântico na sociedade, forças basilares de significação que promovem, de forma mecânica e automatizada, papéis sociais, formas de conduta, padrões estéticos e cognitivos, ou seja, pilares de ordem que operam no sentido do aquiescimento da ansiedade existencial e promoção de estabilidade ontológica, uma vez que fornecem, de modo claro e restritivo, a quais arquétipos o indivíduo deve corresponder e quais papéis deve assumir no meio social.

Por esta razão, a dominação simbólica, no contexto das extremas direitas, ao inviabilizar uma coexistência com modelos alteros de existência social e familiar, representa uma inversão do potencial revolucionário descrito por Foucault nas relações de poder e dominação, uma tentativa de contrarrevolução, aquela que se impõe contra a revolução dos dominados,

posicionando a eles como uma “minoría autoritária que quer se impor à maioria”, e fazendo com que muitas mulheres, LGBTs e afins, aqueles que incorporaram as normas e construções narrativas, também apoiem projetos conservadores. Não por acaso, em anos recentes, tem ressurgido, com certa frequência, mulheres que defendem e expressam, especialmente nas redes sociais, a necessidade de retorno do papel submisso da mulher perante o homem, para “restabelecer a ordem natural”. No Parlamento Europeu, por exemplo, desde 2011, com o avanço de partidos radicais, como a AfD, vem ganhando força o discurso de resistência contra o “controle totalitário do pensamento” de uma esquerda *mainstream* que coloca em risco os princípios da família, estrutura fundante das nações (Kemper, 2016).

Consequentemente, o retrato dos movimentos feminista e LGBT estabelecido pelo Vaticano forneceu uma alegoria que não se limitou aos espaço da sua fé, mas que se disseminou e foi apreendida por vastos grupos conservadores e reacionário ao redor do mundo, tomando as “propostas aberrantes que atacam diretamente os valores da família, do matrimônio e da feminilidade” como uma forte ameaça existencial, que tem servido de lastro para o estabelecimento de questionamento à legitimidade dos valores democráticos, para a defesa de medidas restritivas e persecutórias e para o que se direciona à formação de novas modalidades de guerra, assentadas não em uma ameaça material ao território, mas identitária, voltada à suposta ruptura de um projeto civilizacional.

#### **4.3 A securitização do intangível: bases imateriais da estabilidade civilizacional**

No campo das relações internacionais, historicamente, talvez a área de segurança seja a que recebeu maior enfoque político, acadêmico e financeiro. Isto porque, uma vez que a disciplina das RI surgiu, formalmente, no pós Segunda-Guerra, nos Estados Unidos, sua conjuntura de nascimento não se apresentava dentre as mais favoráveis: Cenário de reconstrução europeia após os danos do maior conflito da história moderna, sucedido por décadas que representariam uma forte polarização político-ideológica-militar, catalizada pelo advento dos armamentos nucleares e pelo horizonte, não improvável, do que poderia se apresentar uma guerra final, em detrimento dos cenários propostos pela doutrina MAD (*Mutual Assured Destruction*).

Como consequência direta deste cenário, segurança, na sua gênese acadêmica, sob a alcunha do campo de Estudos Estratégicos, passou a ser associada à manutenção existencial dos Estados, focando no que Buzan e Hansen (2012) estabelecem como os cinco princípios centrais das bases epistemológicas do período: As políticas das grandes potências, capacidades

tecnológicas, eventos canônicos, dinâmicas internas dos debates acadêmicos e processos de institucionalização.

A primeira refere-se, essencialmente, à distribuição de capacidades, à personalidade política dos Estados e suas disposições para a segurança. Em outros termos, quais Estados possuem maiores recursos de poder? Morgenthau (1985) os define como a capacidade de um Estado de controlar ou influenciar as ações de outros Estados, direta ou indiretamente, por meios materiais ou psicológicos. Estes podem ser traduzidos geograficamente, segundo uma posição geopolítica estratégica, que possa estabelecer o domínio sobre rotas essenciais de comércio e acesso ao mar, por exemplo, ou mesmo a existência de recursos naturais necessários ao desenvolvimento e autonomia econômica; o nível de desenvolvimento industrial e militar, o que fornece ao Estado capacidades de pressão financeira e bélica; composição demográfica e moral nacional, uma vez que países com maior volume de população jovem, e engajada em méritos nacionais, se traduz em maiores fileiras dispostas ao combate; e, por último, a disposição do governo para a segurança e sua qualidade diplomática, ponto nevrálgico para definir a disposição para o conflito ou a tomada de decisões pacíficas em busca do estabelecimento de pontos de intermediação. Além disso, este pilar de análise preocupa-se com as relações de amizade e inimizade entre Estados, pois são elas, muitas vezes, as definidoras de políticas de alianças e da formação de um cenário de vulnerabilidade diante de uma organização coesa de nações com interesses opostos.

Em segundo lugar, os avanços tecnológicos exerceram papel fundamental na disposição das dinâmicas securitárias ao longo da segunda metade do século XX, assim como ainda o exercem nos dias atuais. Se a concepção de Clausewitz (2017) definia um cenário de guerra direta, na qual duas forças opostas concentravam seus exércitos para se digladiar frontalmente em campo de batalha, isto se deve às capacidades tecnológicas de seu tempo. Durante a Guerra Fria, cada novo avanço significativa a primazia que poderia ser definitiva na sobreposição dos modelos civilizacionais, capitalista e comunista, que se projetavam como universalizantes e mutuamente excludentes. Deste modo, tanto a anuência da bomba atômica, quando também foi adquirida pela URSS, em 1949, definiu a impossibilidade de um conflito direto com os Estados Unidos durante o período, quanto o surgimento de mísseis balísticos intercontinentais, armas táticas de destruição em massa, drones e, mais recentemente, mecanismos de inteligência artificial, dentre tantos outros recursos, estabeleceram novos paradigmas de exercício da guerra e traçaram novas trajetórias para os conflitos, permitindo seu planejamento e execução à distância, a partir de espaços sacralizados de emprego mecanizado da violência (Chamayou, 2015).

Em terceiro lugar, estão os eventos canônicos, aqueles imprevistos, capazes de estabelecer novas regras e diretrizes para o tabuleiro geopolítico, redefinir padrões de interação entre os Estados e políticas de alianças, novas ou já vigentes. Neste sentido, a crise dos mísseis, de 1962, representou o limiar do que poderia ter sido um dos maiores pontos de inflexão da Guerra Fria, uma vez que a eclosão de um conflito direto, em tamanha proximidade dos Estados Unidos, poderia ter redefinido completamente o cenário internacional. Em quarto e quinto lugar, trata-se da institucionalização acadêmica do campo de estudos securitários, assumindo posição de primazia na definição dos paradigmas epistemológicos que viriam a lastrear as políticas do mundo polarizado. Através de avanços acadêmicos e da participação de alguns dos seus expoentes na administração dos governos, conceitos como destruição mútua assegurada, inverno nuclear, dissuasão nuclear, modelos preditivos de ação na incumbência de um ataque nuclear real, todos foram responsáveis por estabelecer os parâmetros de tomada de decisão durante o período.

Desta forma, Buzan e Hansen apontam quatro lastros centrais que direcionam os constructos epistemológicos, e que definiram a visão da época acerca da segurança. Primeiramente, diante da iminência de novos conflitos, em escala e potencial jamais visto, imperou uma visão realista clássica que posicionou o Estado como referencial por excelência, afinal, se é ele a macro instituição capaz de fornecer os parâmetros necessários à sobrevivência das populações, torna-se o fronte primordial a ser defendido. Consequentemente, o segundo elemento norteador está no foco em ameaças externas, que podem coibir o campo de ação ou colocar em voga a existência do Estado. Em terceiro lugar, inserida neste cenário, a segurança passou a focar totalmente questões de cunho militar. Embora, por volta da década de 1980, passasse a assumir uma flexibilização, que também compreendesse elementos político e econômicos, estariam sujeitos à influência que exerciam nas capacidades militares de defesa, o que manteve o estado atomizado do conceito de segurança (Krause, Williams, 1997). Por fim, a ameaça não é assumida como um estado contingencial e/ou intermitente, para um perpétuo estado de vigilância, em decorrência do caráter anárquico do sistema e da disposição dos Estados para o conflito. embora houvesse outros campos de análise, aquele que alcançou maior primazia foi o dos chamados Estudos Estratégicos, centrados no que se pode chamar questões de segurança.

Em razão deste cenário, “segurança” surgiu, em suas primeiras décadas acadêmicas, como um conceito sinônimo à proteção material do Estado, mas esta acepção é demasiado limitada para o complexo amálgama de atores, modalidades de conflito e elementos, tangíveis e intangíveis, que influenciam não somente a atuação e o status do Estado, mas da sociedade

com o compõe de forma holística. Está presente nos discursos cotidianos, em noticiários e comícios políticos, despertando perturbações emocionais da ordem do medo, da insegurança e da vulnerabilidade. Quando enunciada, é capaz de mobilizar forças políticas, econômicas e militares, alterar as rotinas que definem a vida cotidiana e voltar todos os escrutínios para o elemento no qual se localiza a ameaça (Williams, 2008), ou seja, serve de subterfúgio para a legitimação do emprego da violência para a manutenção de um certo *status quo*, contra quaisquer indivíduos, grupos ou instituições que a ele representem quaisquer riscos (Baldwin, 1997).

Disto, é possível esboçar alguns elementos teóricos acerca dos papéis sociais exercidos pela segurança. Primeiro, exerce um papel que a posiciona como necessidade vital, ao redor da qual se estabelecem enunciados e concepções teóricas, edificadas sobre estruturais duais de diferenciação e significação entre o estado de coisas que pretende preservar e as forças externas que o ameaçam. Disto emanam relações de identidade, referenciais acerca do que é seguro e do que é estranho e potencialmente danoso, relações de patriotismo e disposições de conflito àquilo que lhe é externo. Em segundo lugar, assume o local de objeto de análise: Como deve ser mantida? Quais os elementos de insegurança? O que lhe ameaça e como pode ser freado? Desemboca em arquétipos que buscam responder a essas questões e estabelecer padrões de reação diante da ameaça. Por último, e conseqüentemente, a segurança torna-se uma gênese produtora de efeitos, pois estabelece padrões de percepção e análise, referenciais sobre o que representa a ameaça e o que está sendo ameaçado, assim como os mecanismos legitimados para a sua proteção, sempre lastreada sobre a máxima da sobrevivência, pois a segurança sempre caminha ao lado de uma concepção de risco existencial.

Assim como as concepções seculares quanto ao sistema binário dos sexos e a matriz patriarcal heterocentrada apresentam limitações, que revelam estruturas ocultas de poder e dominação, a conceituação clássica de segurança, igualmente, demanda uma análise crítica para desvelar suas estruturas operativas e possibilitar novos projetos. Ora, se o Estado retrata a figura primordial que estrutura as configurações tradicionais de segurança, é nele que se deve investir. *Per se*, esta macro instituição denota uma grande complexidade, à qual já foram dedicadas conceituações inúmeras, mas aquela oferecida por Buzan (2016) é proveitosa para os objetivos deste estudo. Ele dota o Estado de uma “falta de coerência antropomórfica”, afinal, até que ponto sua existência está realmente ameaçada? Diferentemente de um indivíduo que, ao perder um membro, corre significativo risco de vida, ao perder uma porção do seu território, como a França perdera Alsácia e Lorena, durante as guerras franco-prussianas, por exemplo, não havia um discurso sobre o iminente colapso e desaparecimento do Estado francês. A partir disso,

Buzan sugere que, muito além das suas propriedades territoriais, o que se denota Estado trata, em verdade, de uma concepção simbólica, metafísica.

Para tanto, conceitualiza o Estado como a junção entre três componentes, expressos na sua base material, nas instituições que o compõem e em uma “ideia de Estado”. O primeiro desses componentes faz referência tanto às propriedades geográficas e demográficas, como extensão territorial, relevo, distribuição de recursos naturais estratégicos e densidade populacional, quanto econômicas, no que tange a malha industrial, domínio científico-tecnológico e capacidades produtivas. Trata-se, portanto, da visão tradicional, que essencializa o Estado no seu domínio territorial. As instituições, por sua vez, podem ser interpretadas como formas específicas de modelar e perpetuar a ordem. Refletem a relação de poder vigente e buscam estabelecer relações normativas, responsáveis pela criação e regulação de um ordenamento específico do comportamento coletivo, como códigos jurídicos, regimes políticos, padrões morais e o preditivo punitivo que será empregado mediante o intercurso de eventuais violações.

Com relação à ideia de Estado, cabe especial atenção, pois trata do elemento de maior interesse para esta análise, exercendo um efeito dual. Primeiro, representa noções partilhadas da realidade, operando na naturalização e perpetuação de hábitos e condutas em consonância com as expectativas do meio. Em outros termos, compõe o *habitus*, as relações simbólicas e comportamentais distintivas da sua população, o que permite uma continuidade histórica dos atributos que constituem a sua identidade. Não obstante, serve como força legitimadora dos arranjos que mantêm a ordem coletiva operando de forma específica. Isto significa que a ideia de Estado cria uma estrutura ideacional a partir da qual as hierarquias, a forma de distribuição e exercício do poder, o modelo político, os conceitos de justiça e bem público, assim como as regras que estruturam a vivência cotidiana adquirem força normativa e podem seguir operando.

Disto decorre a conclusão lógica de que o Estado não se configura como entidade independente, mas como produto, um efeito socialmente constituído a partir de valores coletivamente partilhados e legitimados, que tanto denotam a sua forma quanto são responsáveis pela sua perpetuação. Duas consequências conceituais derivam-se disto: Em primeiro lugar, ideias possuem notável maleabilidade, reconfigurando-se no espaço-tempo, de acordo com novas experiências vividas, avanços das bases materiais e psicológicas do meio coletivo. Uma vez que o Estado se apresenta como uma configuração ideacional, consequentemente, sua forma e estrutura não possuem caráter imanente ou universal, mas contingente, suscetível às mesmas variações das ideias que lhe dão sustento, o que faz dele uma estrutura variável e contingente, passível de reconfigurações, em maior ou menor grau, de

acordo com a remodelação dos interesses, forças e ideários da sua população. Em decorrência disto, a segunda consequência conceitual repousa sobre o fato de que, tão relevante para a sobrevivência do Estado quanto a proteção das suas fronteiras, é a preservação deste corolário de ideias, conceitos, premissas e arranjos ideacionais sobre os quais se sustenta.

A partir disto, pode-se expandir o conceito de segurança para além de condições meramente materiais, e a níveis de análise além do paradigma estadocêntrico de uma caixa preta, cujas disjunções e processos internos são irrelevantes. Em 1951, Wolfers, embora tenha tido sua percepção secundarizada pelas necessidades belicosas da Guerra Fria, já definia segurança como a “ausência de ameaças a valores adquiridos”, ao que Baldwin (1997) atualizou como a busca pela máxima redução de ameaças a tais valores (uma vez que a ausência plena de qualquer possível oposição a eles pode ser alcançada somente em um cenário idílico). Em sentido objetivo, a busca pela segurança se refere à defesa contra uma ameaça identificada e definida, em sentido subjetivo, à ansiedade existencial causada pela possibilidade da ameaça. Isto significa que a segurança possui caráter dual, tanto no que lhe confere a necessidade de proteção dos atributos físicos, que englobam o espaço territorial mas não apenas ele, também o corpo institucional e a integridade física dos seus cidadãos, como em igual ou maior relevância uma composição simbólico-identitária que une esses indivíduos sob a autoridade coletivamente reconhecida, em outros termos, a proteção de um modelo civilizacional.

A partir do fim da década de 1980, com arrefecimento das tensões bipolares e a eclosão de novos atores e desafios no âmbito internacional, novas correntes teóricas passaram assumir essa perspectiva e a contestar a revelia do modelo estadocêntrico, na busca pela sua expansão para outros componentes da vida social. A Escola de Copenhage, dentre elas, exerceu influência ao propor um modelo multiescalar e setorial de análise da segurança, defendendo-a não restritivamente em referência tão somente ao Estado, mas como necessidade de instrumento de defesa de agrupamentos humanos diversos e dos seus respectivos valores (Tanno, 2003).

Nesta concepção, a análise estadocêntrica se mostra insuficiente para compreender a complexa rede de fenômenos que permeia o sistema internacional, propondo sua substituição por cinco níveis de análise, referentes às dinâmicas do sistema internacional, subsistemas regionais, unidades estatais, subunidades sociopolíticas, que podem tanto ser componentes administrativos regionais dos Estados quanto organizações independentes e, por último, o nível da segurança individual. Complementarmente, os atributos que podem ferir a segurança destes níveis vão além do teor meramente belicoso, ao que complementam com a análise econômica, analisando relações de troca, condições produtivas e financeiras. Ora, Sun Tzu (2020), escrevendo sobre as relações militares em um período que data de antes de Cristo, já descrevia

o valor estratégico do estrangulamento econômico como recurso de desestabilização do oponente. Alliez e Lazzarato (2021), por sua vez, destacam o papel de políticas coercitivas de austeridade, fome e miséria, manipulação das políticas internacionais de concessão de crédito e sufocamento das capacidades de investimento do desenvolvimento, que incidem não somente sobre o Estado, mas em especial nas parcelas mais vulneráveis das suas populações, como uma nova forma implícita de emprego da lógica de guerra.

Além da questão econômica, somam-se os setores político e societal, no que tange a organização das relações de autoridade, o modelo de exercício do poder e garantia de direitos, assim como a rede de identidades coletivas. Aqui, centram-se as questões centrais abordadas por este trabalho. Como já se denotou, os movimentos de extrema direita buscam erigir modelos políticos centrados em identidades monolíticas, o que incide diretamente sobre a segurança, em termos de expressão, dignidade e, nos casos mais severos, existência daqueles grupos inseridos fora da normativa defendida e que, portanto, são configurados sob a alcunha de ameaça. Por último, abrange-se a questão ambiental, uma pauta de crescente relevância, exemplificada por fóruns e acordos internacionais cuja intensidade vem crescendo desde os anos 1980. Movimentações como a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, 1992), o Protocolo de Kyoto (1997), a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10, 2002), a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20, 2012), o Acordo de Paris (2015), a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam a institucionalização de um reconhecimento global do impacto antrópico sobre desequilíbrios ambientais de larga escala, e como os seus fenômenos adjuntos (desertificações, impacto na oferta global de alimentos, aumento elevado das temperaturas médias anuais, perda de biodiversidade, escassez hídrica etc) incidem diretamente e desigualmente sobre as condições de vida e sobrevivência de populações diversas.

Embora haja um compêndio positivo, no que é permitido considerar novos agentes e componentes de análise, o que justifica novos projetos e mobilizações de forças que possam ser empregados na sua defesa, o efeito adverso deste cenário epistêmico está no surgimento de processos securitários, ou seja, mobilizações extraordinárias de forças que, valendo-se justamente deste novo leque de variantes da vida social, buscam legitimidade à suspensão de processos de controle democrático, em nome do combate a uma ameaça iminente. Buzan, Waeber e Wilde consideram que

A resposta para o que torna algo uma questão de segurança internacional pode

ser encontrado na compreensão político-militar tradicional da segurança. Neste contexto, segurança tem a ver com sobrevivência. É quando uma questão é apresentada como representando uma ameaça existencial a um objeto de referência designado (tradicionalmente, mas não necessariamente, o Estado, incorporando governo, território e sociedade). A natureza especial das ameaças à segurança justifica a utilização de medidas extraordinárias para lidar com elas. A invocação da segurança tem sido a chave para legitimar o uso da força, mas, de um modo mais geral, abriu o caminho para o Estado se mobilizar, ou assumir poderes especiais, para lidar com ameaças existenciais. Tradicionalmente, ao dizer “segurança”, um representante do estado declara uma condição de emergência, reivindicando assim o direito de utilizar quaisquer meios necessários para bloquear um desenvolvimento ameaçador (Buzan et al, 1998, p.21, tradução própria<sup>31</sup>).

Em outros termos, a securitização se apresenta como um processo de politização de um elemento que, habitualmente, não seria inscrito na chave da segurança, mas que, apresentado sob uma ameaça existencial iminente, adquire este status, e a proclamada necessidade de emprego de recursos e forças especiais para a sua proteção. Deste modo, a segurança passa a ser uma sintaxe que leva a política para além das regras habituais do jogo democrático, enquadrando a questão para a qual chama atenção em um local privilegiado, acima da política. A securitização, portanto, trata de uma versão extremada da politização e, conforme defendem os autores, deve ser evitada, pois desestabiliza as medidas de salvaguarda da sociedade, e tende à tratativa radicalizada das matérias da vida social.

Neste ínterim, um processo de securitização depende de dois componentes centrais para que possa lograr sucesso. O primeiro deles é um objeto de referência, visto como existencialmente ameaçado, e cuja perpetuação seja necessária para a sociedade. Este pode estar localizado em qualquer um dos cinco setores componentes da segurança, e estar no centro de um grupo de interesse que tornará visível percepção da sua ameaça, ao que se leva ao segundo elemento, um ator securitizador. A percepção de ameaça não é espontânea, mas socialmente constituída, a partir de atores responsáveis por evidenciar que um determinado objeto se encontra sob ameaça. Isto se dá por meio de um ato discursivo securitário, uma construção simbólica sobre a qual se evoca uma ameaça à segurança e quais os seus perpetradores, estando o seu sucesso condicionado ao grau de adesão do imaginário coletivo ao discurso proposto, e

---

<sup>31</sup> “The answer to what makes something an international security issue can be found in the traditional military-political understanding of security. In this context, security is about survival. It is when an issue is presented as posing an existential threat to a designated referent object (traditionally, but not necessarily, the state, incorporating government, territory, and society). The special nature of security threats justifies the use of extraordinary measures to handle them. The invocation of security has been the key to legitimizing the use of force, but more generally it has opened the way for the state to mobilize, or to take special powers, to handle existential threats. Traditionally, by saying “security,” a state representative declares an emergency condition, thus claiming a right to use whatever means are necessary to block a threatening development”.

esta, em geral, associada ao status de autoridade da figura que enuncia o discurso.

Por conseguinte, tanto o Estado é fruto de uma construção ideacional, quanto as acepções de segurança e ameaça também parte de construções discursivas que se sustentam sobre um imaginário projetado. Conforme Saint-Pierre (2018) elabora, a ameaça não representa o perigo em si, mas o seu prelúdio, não se configura na ação que imputa o dano, mas no anúncio da sua possibilidade. Enquanto o perigo configura uma força externa, a ameaça opera internamente, na atmosfera subjetiva da percepção, em busca da produção de efeitos psíquicos de intimidação, mortalidade e ansiedade. Segundo aponta, a ameaça deve ser interpretada como conceitualmente fundante e operativamente anterior à segurança, pois estipula a percepção a partir da qual uma concepção estratégica autônoma pode definir os meios para garanti-la. Neste sentido, Buzan, Waever e Wilde definem a segurança como uma prática autorreferenciada, a partir da ausência de um crivo universal daquilo que compõe ameaça, mas a existência de uma vasta rede de composições sociais e simbólicas a partir das quais diferentes componentes terão maior ou menor valor, e variadas serão as formas assumidas sob as quais serão interpretados como ameaçados. Logo,

*a definição e os critérios exatos de securitização são constituídos pelo estabelecimento intersubjetivo de uma ameaça existencial com uma saliência suficiente para ter efeitos políticos substanciais. A securitização pode ser estudada diretamente; não precisa de indicadores. A maneira de estudar a securitização é estudar o discurso e as constelações políticas: quando é que um argumento com esta estrutura retórica e semiótica específica atinge efeito suficiente para fazer com que uma audiência tolere violações de regras que de outra forma teriam de ser obedecidas? Se, através de um argumento sobre a prioridade e a urgência de uma ameaça existencial, o ator securitário conseguiu libertar-se dos procedimentos ou regras a que de outra forma estaria vinculado, estamos a assistir a um caso de securitização” (BUZAN et al, 1998, p. 25, tradução e grifo próprios<sup>32</sup>).*

De maneira programática, os movimentos de extrema direita têm se utilizado de uma retórica particularmente inflamada, na busca por esta construção da ideia de ameaça existencial iminente. Se o seu projeto política tem profundas bases identitárias, não é na extensão territorial do Estado que se concentram as suas projeções de ameaça, mas na manutenção de valores tradicionais, na imagem da família tradicional patriarcal, na relação essencialista dual das

---

<sup>32</sup> “the exact definition and criteria of securitization is constituted by the intersubjective establishment of an existential threat with a saliency sufficient to have substantial political effects. Securitization can be studied directly; it does not need indicators. The way to study securitization is to study discourse and political constellations: When does an argument with this particular rhetorical and semiotic structure achieve suficiente effect to make an audience tolerate violations of rules that would otherwise have to be obeyed? If by means of an argument about the priority and urgency of an existential threat the securitizing actor has managed to break free of procedures or rules he or she would otherwise be bound by, we are witnessing a case of securitization.”

funções de gênero e nos arquétipos comportamentais que associam aos preceitos de ordem e estabilidade. Mais uma vez, convém recorrer a Meloni, que deixou evidente uma relação antagônica intransponível:

Ou você diz 'sim' ou diz 'não'. 'Sim' à família natural, 'não' aos lobistas LGBT. 'Sim' à identidade sexual, 'não' à ideologia de gênero. 'Sim' à cultura da vida, 'não' ao abismo da morte, 'sim' à universalidade da cruz, 'não' à violência islâmica". 'Sim' à segurança das fronteiras, 'não' à imigração em massa. 'Sim' ao trabalho de nossos cidadãos, 'não' às grandes finanças internacionais. 'Sim' à soberania dos povos, 'não' aos burocratas de Bruxelas. E 'sim' à nossa civilização e 'não' aos que querem destruí-la (Meloni, 2022, tradução própria<sup>33</sup>).

Aqui, torna-se evidente o tom de ameaça existencial, uma vez que os principais componentes identitários sustentados pela discursividade geral das extremas direitas são representados como alvo de destruição. Não são apresentados caminhos à reconciliação, maneiras pacíficas de encontro de pontos intermediários por meio dos quais seria possível o apaziguamento social, mas somente uma relação dual que estabelece a fronteira entre o “nós” e “eles”, a defesa de Deus, da pátria e da família, ou daqueles que objetivam destruí-los. Não casualmente, estes três elementos constituíram um dos *slogans* do governo Bolsonaro, que fez semelhante denúncia em seu discurso na 74ª Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2019, ao afirmar que

durante as últimas décadas, nos deixamos seduzir, sem perceber, por sistemas ideológicos de pensamento que não buscavam a verdade, mas o poder absoluto. A ideologia se instalou no terreno da cultura, da educação e da mídia, dominando meios de comunicação, universidades e escolas. A ideologia invadiu nossos lares para investir contra a célula mater de qualquer sociedade saudável, a família. Tentam ainda destruir a inocência de nossas crianças, pervertendo até mesmo sua identidade mais básica e elementar, a biológica. O politicamente correto passou a dominar o debate público para expulsar a racionalidade e substituí-la pela manipulação, pela repetição de clichês e pelas palavras de ordem. A ideologia invadiu a própria alma humana para dela expulsar Deus e a dignidade com que Ele nos revestiu. E, com esses métodos, essa ideologia sempre deixou um rastro de morte, ignorância e miséria por onde passou (Bolsonaro, 2019).

Mais uma vez, alguns signos primordiais de construção identitária são mobilizados: Deus, família, infância e a própria capacidade racional da sociedade. Segundo o sugerido, todos se encontram sob a ameaça da ideologia, como comumente os movimentos de extrema direita se referem às proposições críticas de movimentos acadêmicos, sociais e identitários que buscam

---

<sup>33</sup> “Non c’è mediazione possibile: o si dice sì o si dice no. Sì alla famiglia naturale, no alle lobby LGBT. Sì all’identità sessuale, no all’ideologia gender. Sì alla cultura della vita, no all’abisso della morte. Sì all’universalità della Croce, no alla violenza islamista. Sì alle frontiere sicure, no all’immigrazione di massa. Sì al lavoro dei nostri cittadini, no alla grande finanza internazionale. Sì alla sovranità dei popoli, no ai burocrati di Bruxelles. E sì alla nostra civiltà e no a chi la vuole distruggere.”

interrogar o caráter reificado de estruturas seculares de poder e dominação, ao que se subentende não uma válida investigação conceitual, mas uma operação de subversão e manipulação, comprometida em impor a miséria espiritual e debilitar a dignidade. Mais uma vez, o recurso à ideia de morte promove a sensação de urgência imposta pela ameaça.

A efetividade que tais oratórias possuem em despertar comoção pública, comprovada pelo crescimento do apoio eleitoral, e na propagação de sensações de indignação, medo e ojeriza se deve à escolha estratégica dos elementos a serem securitizados. Deixando de lado o debate a respeito da performatividade de gênero e das diferentes possíveis composições da família, esta se apresenta como núcleo de significação, a instituição primordial responsável pela proteção do indivíduo, pela designação dos seus valores morais e pela sua introdução e adaptação à arquitetura social mais ampla. Atacá-la significa, portanto, ameaçar uma matriz identitária, pois é na família que se formam as estruturas que serão responsáveis pela vida psíquica do indivíduo (Reich, 1988). A religião, de maneira análoga, e devido à sua estrutura epistemológica dogmática, estabelece valores de verdade inquestionáveis (Corredor, 2019), responsáveis, ao menos em teoria, pelo ordenamento da vida pública e privada dos indivíduos que a eles adeptos. A infância, em última instância, possui um espectro dual. Ao mesmo tempo que representa o segmento mais vulnerável da população, o que denota a contínua necessidade de sua vigília e cuidado, também simboliza o futuro, aqueles que carregarão os valores da sociedade do amanhã. Diante disto, a escolha estratégica não poderia desembocar senão no estímulo, como será melhor trabalho no capítulo seguinte, a políticas persecutórias, na suspensão de direitos civis e em clivagens sociais que, assentadas na relação que se assume da tipologia amigo/inimigo, ou seja, uma disputa maniqueísta na qual a existência do próprio modelo civilizatório se encontra em questão, buscam o engendramento do monólito, o solapamento de identidades, discursos e políticas desviantes, maculosas.

Em um discurso proferido na 5ª Cúpula Demográfica de Budapeste em setembro de 2023, por exemplo, Órban declarou, em tom de denúncia, que os valores liberais propagados pelo Ocidente representam uma ameaça contra a fé, a família e os valores tradicionais, e que precisam ser combatidos. Após um aceno a Meloni, elogiando a sua vitória no final de 2022 e o retorno de uma liderança italiana patriota, cristã e devota à família, o primeiro-ministro húngaro reforçou a necessidade do estabelecimento da ordem, que o futuro europeu repousa sobre a família e que uma criança necessita de um pai e uma mãe. Na sua concepção, a Europa está sob a liderança de elites progressistas e liberais que, em vez de lidar com questões preciosas ao continente, engaja-se em “besteiras e disparates”, em referência às pautas identitárias e de

avanço de direitos civis. Em oposição, Órban expressa com orgulho o comprometimento do seu governo em assegurar a força de valores tradicionais, visto que, na sua nação,

está consagrado na Constituição que “a Hungria protegerá a instituição do casamento como a união de um homem e uma mulher estabelecida por decisão voluntária, e a família como base para a sobrevivência da nação”. A Constituição também diz que “a mãe será uma mulher, o pai será um homem”. É triste que vivamos num mundo onde tais coisas têm de ser declaradas na Constituição. E, senhoras e senhores deputados, houve também um referendo sobre a proteção das crianças, no qual os húngaros – que vão muito além das linhas partidárias e com o consentimento daqueles que geralmente não apoiam o governo – disseram coletivamente que as nossas crianças devem ser protegidas da propaganda de gênero (Órban, 2023, tradução própria<sup>34</sup>).

Analisando a questão do ponto de vista da segurança, as pautas enquadradas no centro desta arena de disputa representam uma busca pela desestabilização das forças que operam nos arranjos desiguais do *status quo* dominante, buscando a institucionalização de concepções renovadas a respeito dos papéis sociais de gênero e das identidades sexuais, possibilitando existências plurais, avessas ao modelo familiar patriarcal heterocentrado. Buscam, portanto, estabelecer uma nova norma, que opere na naturalização e inclusão de modelos alteros de existência. Assumido que o Estado se apresenta como uma estrutura contingente, cuja perpetuação e substância dependem da hegemonia de um ideário específico, o contramovimento promovido pelas extremas direitas pode ser interpretado como um esforço de governança da (in)segurança ontológica. Como já foi devidamente evidenciado, família, religião e os papéis sociais de gênero, em sua concepção binária essencialista, compõem matrizes de identificação. Logo, ao promover respostas reificadas e, portanto, dogmáticas na sua formam, exercem o papel de estabilizadoras da ansiedade existencial proveniente da concepção de mortalidade, através da designação inquestionada dos valores, formas de pensamento e condutas, dos papéis e funções a serem exercidas na vida social cotidiana. Como são assentadas em sistemas basilares de crença inflexíveis (Mitzen, 2006), toda forma de desvio é automaticamente assumida como ameaça existencial.

Ora, Kinnvall e Mitzen (2020) já estabeleceram que a estabilização ontológica pode ser alcançada por meio do conflito, uma vez que relações de ameaça e oposição, seguindo uma concepção foucaultiana, podem servir de elemento de coesão e identificação social, eu me

---

<sup>34</sup> “It is laid down in the Constitution that ‘Hungary shall protect the institution of marriage as the union of one man and one woman established by voluntary decision, and the family as the basis for the survival of the nation’. The Constitution also says that ‘the mother shall be a woman, the father shall be a man.’ It is sad that we live in a world where such things have to be laid down in the Constitution. Ladies and gentlemen, there was also a referendum on child protection, in which Hungarians — far beyond party lines and with the support of many who do not usually support the government — collectively said that our children must be protected from gender propaganda.”

identifico através da negação dos atributos que vinculo ao outro, me defino a partir da sua exclusão. Se este é o caso, a promoção exacerbada da ideia de que a família está sob ataque, o masculino está sendo submetido à emasculação assim como o feminino corre o risco de extinção, a infância está sendo corrompida e os valores tradicionais deteriorados, estimula-se um profundo estado de ansiedade e insegurança, visto que os principais elementos estabilizadores da vida cotidiana podem, subitamente, deixar de existir. Trata-se de um processo de securitização da subjetividade (Kinnvall, 2013), através do qual uma instabilidade induzida acarreta, na busca pela restituição do poder estabilizador, a uma maior suscetibilidade a políticas persecutórias e ao emprego de forças que, em contexto habitual, não seriam tão facilmente legitimadas.

É necessário destacar que as lideranças das extremas direitas, ao promover este processo, não estão alheias à força desestabilizadora da contestação da arquitetura reificada, pois são também um fruto dela. Se veridicamente acreditam que os movimentos sociais representam uma ameaça existencial iminente ou se a utilizam como subterfúgio demagógico para a mobilização das massas tem relevância irrisória. O ponto central repousa sobre o fato de que estas construções narrativas identitárias, ao longo dos últimos anos, têm alcançado amplitude crescente, rendendo maior representatividade política e a legitimação gradual de políticas radicalizadas que possuem consequências reais sobre aqueles segmentos da sociedade não aderentes à norma almejada. Como se analisa no próximo capítulo, o resultado é a erosão das bases democráticas, por meio da negação da humanidade como categoria universal, condicionando-a à correspondência ao monólito.

## 5 ESTUDO DE CASO: A MOBILIZAÇÃO DISCURSIVA DA AMEAÇA DE GÊNERO/SEXO COMO FOCO DA SECURITIZAÇÃO

Até este ponto, empregou-se uma investigação dedicada ao estabelecimento conceitual dos componentes que podem ser utilizados para definir o fenômeno que vem angariando forças, em escala global, ao longo das últimas duas décadas, definido como as novas extremas direitas. Estabeleceram-se seus componentes ideológicos e por meio de quais dispositivos, discursivos e cognitivos, buscam criar, com base na busca por um identitarismo monolítico, clivagens sociais do tipo amigo/inimigo, por meio do estímulo a percepções de ameaça existencial e deterioração de valores e fontes de identidade e significação expressas na imagem da família, da infância, dos papéis sociais de gênero, baseados e concepções binárias essencialistas. Embora esta incursão tenha se baseado em uma série de exemplos práticos, tomando por base de análise crítica os discursos e projetos publicizados por líderes e partidos das extremas direitas, o presente capítulo se dedica à exploração mais profunda de dois estudos de caso, Brasil e Estados Unidos, buscando demonstrar por meio de quais subterfúgios sua construção social do inimigo foi realizada, e quais as consequências práticas, materializadas em projetos e políticas reais, com impactos que incidem diretamente sobre os direitos e condições de vida daquelas populações enquadradas como desviantes.

### 5.1 Decadência, excepcionalismo e reabilitação: o esforço de resgate da identidade estadunidense

Seguindo a indumentária populista da qual se aproveitam os movimentos das extremas direitas, durante a sua campanha eleitoral para o segundo mandato e, em especial, após a vitória, Trump compôs uma oratória centrada na ideia de ruína da sociedade estadunidense, prestes a sofrer uma forte inflexão, frente ao seu projeto de retomar os valores tradicionais, combater a corrupção e destonar uma suposta hegemonia de ideologias liberais que confundem os papéis de gênero e da família. Em um comício realizado em 19 de janeiro de 2025, antecedendo sua posse para o segundo mandato, ele afirmou que

amanhã ao meio-dia, a cortina se fecha sobre quatro longos anos de declínio americano, e começaremos um novo dia de força e prosperidade, dignidade e orgulho americanos, trazendo tudo de volta. De uma vez por todas, vamos acabar com o reinado de um *establishment* político falido e corrupto em Washington, uma administração falida. Não vamos aguentar mais. Vamos impedir a invasão das nossas fronteiras. Vamos recuperar nossa riqueza. Vamos desbloquear o ouro líquido que está bem debaixo dos nossos pés, ouro líquido. Vamos trazer de volta a lei e a ordem às nossas cidades. Vamos

restaurar o patriotismo em nossas escolas, eliminar ideologias radicais *woke* de esquerda de nossos militares e de nosso governo, e vamos tornar a América grande novamente (Trump, 2025, tradução própria<sup>35</sup>).

Durante o discurso de posse, no dia seguinte, a narrativa se complementou, em tom de denúncia: Por muitos anos, um establishment radical e corrupto extraiu poder e riqueza dos cidadãos, enquanto pilares da sociedade eram deixados em completo abandono. Dentre eles, citou um sistema educacional que ensina os filhos a terem vergonha de si mesmos e a odiar a pátria; políticas governamentais que buscam induzir uma engenharia social de raça e gênero em todos os aspectos da vida pública e privada, sugerindo que criam condições artificiais que desabilitam o valor do mérito; e um sistema político e judiciário opressor, que coíbe a liberdade de expressão e persegue os seus opositores. Nós forjaremos uma sociedade que não vê cor, baseada no mérito.

Diante destes desafios, estabeleceu as prioridades que norteariam o seu governo. Ao que interessa este estudo, primeiro, uma política oficial de restrição do reconhecimento do governo estadunidense à concepção binária dos gêneros masculino e feminino. Depois, o combate às ideologias *woke* e de gênero nas escolas, e a libertação das centenas de indivíduos condenados pela invasão do Capitólio, ocorrida em 6 de janeiro de 2021, em tentativa de frear a posse de Joe Biden, ao que Trump, reiteradas vezes, se referiu como perseguidos políticos. No cerne do ideal político, a partir do combate às ameaças expostas, delegou como principal prioridade a criação de uma nação orgulhosa, próspera e livre, devolvendo-lhe sua fé, riqueza, democracia e liberdade. Recorrendo ao excepcionalismo estadunidense, enfatizou o caráter explorador, construtor, inovador e pioneiro do seu povo, para sustentar que “a ambição é a força vital de uma grande nação. E agora, nossa nação é mais ambiciosa do que qualquer outra. Não há nação como a nossa. [...] A América em breve será maior, mais forte e muito mais excepcional do que nunca.” (Trump, 2025, tradução própria<sup>36</sup>). Neste tom eufórico, declarou a sua posse como o “Dia da Libertação”, aquele que daria início a um novo período de prosperidade e revisão de valores na história americana.

De fato, a administração Trump não tardou em colocar em práticas medidas imediatas,

---

<sup>35</sup> “Tomorrow at noon, the curtain closes on four long years of American decline, and we begin a brand new day of American strength and prosperity, dignity and pride... We will stop the invasion of our borders. We will reclaim our wealth. We will unlock the liquid gold that is right under our feet... We will restore law and order to our cities. We will restore patriotism to our schools, eliminate radical left woke ideologies from our military and our government, and we will make America great again.”

<sup>36</sup> “Ambition is the lifeblood of a great nation and, right now, our nation is more ambitious than any other. There’s no nation like our nation [...]. America will soon be greater, stronger and far more exceptional than ever before.”

a partir do dia da posse, direcionadas contra instrumentos institucionais de proteção e garantia de direitos às pautas de gênero e sexualidade. A ordem executiva 14148, intitulada Rescisões Iniciais de Ordens e Ações Executivas Prejudiciais (*Initial Rescissions of Harmful Executive Orders and Actions*), afirmou que as políticas de diversidade, equidade e inclusão foram responsáveis por substituir o trabalho árduo, o mérito e a igualdade por uma “divisiva e perigosa hierarquia preferencial”, ao que considerou necessário, para restaurar as instituições, a economia e o potencial do povo estadunidense, revogar um vasto grupo de ordens executivas promovidas pela administração, por serem consideradas demasiado danosas e permissivas. Ao todo, 78 ordens referentes a medidas de garantia e preservação de direitos e identidades, de diversos segmentos sociais, foram revogadas. Dentre elas, a ordem 13988, Prevenindo e Combatendo Discriminação com Base em Identidade de gênero e Orientação Sexual (*Preventing and Combating Discrimination on the Basis of Gender Identity or Sexual Orientation*), que assumia as múltiplas formas de exercício da opressão e a necessidade de arcabouços institucionais específicos para as matérias de gênero e sexualidade, criminalizando, desde a infância, qualquer forma de discriminação ou impedimento de acesso à educação, saúde, espaços públicos ou político em detrimento destas características, e determinando que todas as agências governamentais revisassem e adequassem suas políticas, em conformidade com a dignidade de todos os indivíduos. Além dela, a ordem 14004, Habilitando Todos os Americanos Qualificados para Servir o seu País em Uniforme (*Enabling All Qualified Americans to Serve Their Country in Uniform*), que institucionalizou o serviço militar para pessoas transgênero, salvaguardando-as de quaisquer discriminações em detrimento da sua identidade; e as ordens 14020 e 14021, Estabelecimento do Conselho de Políticas de Gênero da Casa Branca (*Establishment of the White House Gender Policy Council*) e Garantindo um Ambiente Educacional Livre de Discriminação Baseada em Sexo, Incluindo Orientação Sexual ou Identidade de Gênero (*Guaranteeing an Educational Environment Free From Discrimination on the Basis of Sex, Including Sexual Orientation or Gender Identity*) que, respectivamente, estabeleceram um conselho responsável por definir e coordenar ações governamentais comprometidas com a promoção da igual e equidade dos indivíduos de acordo com suas características e necessidades particulares, com programas dedicados à garantia da diversidade e inclusão, combate à discriminação assédio e exclusão de elementos de saúde, trabalho e desenvolvimento, dentre outras; e o estabelecimento de políticas e formas de acompanhamento para a garantia de espaços educacionais livres de qualquer forma de discriminação baseada em identidade de gênero ou orientação sexual, de modo que todas as crianças possam ter livre acesso às condições necessárias para o seu pleno desenvolvimento

cultural e intelectual, também foram revogadas.

Não obstante, a segunda administração Trump definiu as suas próprias diretrizes para estas questões. Por meio da ordem 14168, *Defendendo as Mulheres do Extremismo da Ideologia de Gênero e Restaurando a Verdade Biológica para o Governo Federal* (*Defending Women from Gender Ideology Extremism and Restoring Biological Truth to the Federal Government*), sugere que a negação da verdade biológica tem sido empregada, de forma coercitiva, para que homens se passem por mulheres para ter acessos a espaços como vestiários e abusá-las. A partir disto, define a ideologia de gênero como um recurso para depravar a mulher da sua dignidade, segurança e bem-estar. Como resposta, a ordem se diz comprometida com os direitos da mulher e o comprometimento científico, razão pela qual estabelece que o governo dos Estados Unidos reconhece somente os sexos masculino e feminino, a partir da “classificação biológica imutável de um indivíduo. ‘Sexo’ não é um sinônimo e não inclui qualquer conceito de ‘identidade de gênero’” (Casa Branca, 2025, tradução própria<sup>37</sup>). Complementarmente, a ordem 14173, *Encerrando Discriminações Ilegais e Restaurando Oportunidades Baseadas no Mérito* (*Ending Illegal Discrimination and Restoring Merit-Based Opportunity*), embora reconheça a importância histórica de políticas voltadas à igualdades com relação a critérios como raça, religião, sexo e origem nacional, afirma que, ao longo dos últimos anos, passaram a ser subvertidas sob a orientação das políticas de diversidade, equidade e inclusão (DEI), desencadeando perigosas preferências em empresas, instituições de ensino e até mesmo no setor financeiro, com base em raça e sexo, que violam os direitos civis e promovem discriminação e desigualdade. Segundo o texto insinua, tais políticas, ao negar, desacreditar e desmobilizar valores americanos tradicionais, produzem o efeito de desestabilização da unidade nacional, em nome de um “sistema de despojos ilegal, corrosivo e pernicioso baseado na identidade” (Casa Branca, 2025, tradução própria<sup>38</sup>), o que acaba por ameaçar a segurança de homens, mulheres e crianças por todo o país, ao reduzir o valor do mérito individual, da aptidão, do trabalho árduo e da determinação. Como resposta, a ordem estabelece que todos os órgãos do governo que encerrem quais critérios que promovem, de qualquer ângulo, algum tipo de “preferencialidade” com base em critérios de identidade, e que combatam políticas de DEI promovidas pelo setor privado.

Mais especificamente com relação a estas, a ordem 14151, *Encerrando Programas e*

---

<sup>37</sup> “‘Sex’ shall refer to an individual’s immutable biological classification as either male or female. ‘Sex’ is not a synonym for and does not include the concept of ‘gender identity’”.

<sup>38</sup> “Invalidating the true and biological category of ‘woman’ improperly transforms laws and policies designed to protect sex-based opportunities into laws and policies that undermine them, replacing longstanding, cherished legal rights and values with an identity-based, inchoate social concept.”

Preferências Governamentais Radicais e Inúteis de DEI (*Ending Radical And Wasteful Government DEI Programs And Preferencing*), as retrata como programas discriminatórios vergonhosos, ilegais e imorais, em oposição aos princípios da nova administração, que determinam que cada indivíduo deve ser tratado em pé de igualdade. Para tanto, delega ao diretor do Gabinete de Gestão Orçamentária a incumbência de coordenar, em todos os órgãos do governo, sob quaisquer nomenclaturas que assumam, todas as políticas de DEI.

Como resultado direto, segundo apontado pela Associated Press, mais de vinte e seis mil imagens e documentos foram removidos somente pelo Pentágono, classificadas como associação a questões de identidade, gênero, sexualidade, diversidade e inclusão. Até mesmo documentos e fotografias sobre o Enola Gay, avião responsável por bombardear Hiroshima com a bomba nuclear, ao fim da Segunda Guerra Mundial, foram censurados, devido à presença da palavra “gay”, atribuída ao avião pelo seu piloto, o Coronel Paul Tibbets Júnior, em homenagem à sua mãe, Enola Gay Tibbets.

Não obstante, os efeitos também se estenderam ao setor privado. Sob pressão do governo que, segundo a imprensa internacional, enviou cartas diretas, pressionando empresas europeias a abandonar suas políticas internas de DEI, grandes marcas internacionais, dos mais variados setores, como Disney, Goldman Sachs, Deloitte, Accenture, Google, Meta, Amazon, McDonald’s, Walmart, Ford, Victoria’s Secret e Harley-Davidson como gradualmente anunciaram sua adesão ao movimento.

Especial atenção deve ser dada à Meta que, sob a prerrogativa de “permitir maior liberdade de expressão e reduzir restrições”, não somente abandonou suas políticas internas como redesenhou as regras de moderação de conteúdo, permitindo o aumento do radicalismo político. Segundo denúncia realizada no início de 2025 pelo The Intercept, que teve acesso a documentos internos da empresa, associações, até então consideradas como ofensivas e, portanto, infrações que deveriam ter sua publicação restringida pelas equipes de verificação, passaram a ser aceitas como forma de diversidade de ideias. Dentre os exemplos citados, tornam-se permitidas associações de grupos a excrementos e criminalidade, assim como insultos morais quanto à identidade de gênero e orientação sexual, como “gays são pecadores” e “pessoas trans são imorais” (The Intercept, 2025). No seu site oficial, a Meta defende as novas diretrizes como uma ação positiva em favor da liberdade de expressão, e que a descontinuação do seu programa de checagem de fatos, anunciada também em 2025, era importante no sentido de permitir a expressão de “diferentes pontos de vista e opiniões”, referindo-se à atuação da ferramenta como um instrumento de censura.

Em um comício realizado em comemoração aos 100 primeiros dias do governo, Trump

demonstrou orgulho nas iniciativas, comemorando-as como sinônimo de avanço social:

Acabei com todas as besteiras ilegais que chamam de diversidade, equidade e inclusão, em todo o governo federal e no setor privado. E tornei como política oficial do governo dos Estados Unidos a existência de apenas dois gêneros, masculino e feminino. E uma muito fácil, essa foi a mais fácil que eu tive, proibi os homens de competirem no esporte feminino. Eles sempre dizem que é uma questão 80/20. Não, penso em uma questão de 97/3. Também proibi com orgulho o uso de bloqueadores de puberdade e outros produtos químicos e cirúrgicos... Certo? Todas estas mutilações da nossa juventude. Proibi tudo, assinei ordens executivas para abolir a teoria racial crítica e a insanidade transgênero de nossas escolas e de nossos militares. Dispensamos os representantes *woke* em nossas academias militares, temos ótimas pessoas administrando nossas academias militares agora [...] (Trump, 2025, tradução própria<sup>39</sup>).

Nesta matéria, a ordem 14201, Mantendo os Homens Fora de Esportes Femininos (*Keeping Men Out of Women's Sports*), assumindo atletas trans como homens disfarçados, e que isto coloca em risco os direitos de igual competição, a integridade física e a privacidade de atletas cisgênero (em mais uma alusão à ideia de homens invadindo vestiários para abusar de mulheres), determinou o corte de financiamento a qualquer programa educacional que permita a participação de atletas transsexuais competindo na categoria do gênero com o qual se identificam, determinando, inclusive, a proibição da entrada desses indivíduos em vestiários diferentes daqueles de seu sexo biológico. No dia em que assinou a ordem, Trump declarou que

Já era hora. [...] Nos últimos anos, a esquerda radical empreendeu uma campanha total para apagar o próprio conceito de sexo biológico e substituí-lo por uma ideologia militante transgênero. Você já ouviu falar um pouco sobre isso, não é? Só um pouquinho. Alguém concorda com eles? [...] Com minha ação esta tarde, estamos avisando todas as escolas que recebem dinheiro dos contribuintes de que se você permitir que homens assumam o controle de times esportivos femininos ou invadam seus vestiários, você será investigado por violações do Título IX e arriscará seu financiamento federal. Não haverá financiamento federal. Portanto, isto acabará efetivamente com o ataque às atletas femininas nas escolas públicas de ensino fundamental e médio e em praticamente todas as faculdades e universidades dos EUA. [...] O Comitê Olímpico Internacional está lá e ele (Marco Rubio, secretário de Estado) vai deixar tão claro quanto qualquer um pode deixar, que a América rejeita categoricamente a loucura transgênero. Queremos que mudem tudo que tem a ver com as Olimpíadas e tem a ver com esse assunto absolutamente ridículo sobre o qual temos que falar. Se você voltasse 10 ou 15 anos atrás e

---

<sup>39</sup> “I ended all of the lawless so-called diversity, equity, and inclusion bullshit, all across the entire federal government and the private sector. And I made it the official policy of the United States government that there are only two genders, male and female. And a really easy one, this was the easiest one I had, I banned men from competing in women's sports. They always say that's an 80/20 issue. No, I think about a 97/3 issue. I also proudly banned the use of puberty blockers and other chemical and surgical... Right? All these mutilations of our minor youth. I banned it all, I signed executive orders to abolish critical race theory and transgender insanity from our schools, and from our military. We fired the woke boards of visitors at our military academies, we have great people running our military academies now [...]”

ouvisse isso, você diria: "Que diabos eles estão falando?" Isso não é possível (Trump, 2025, tradução própria<sup>40</sup>).

Complementarmente, a ordem 14183, Priorizando Excelência e Prontidão Militar (*Prioritizing Military Excellence and Readiness*), estabelece que as forças armadas possuem como intuito central “proteger o povo americano e a nossa pátria como a força de combate mais letal e eficaz do mundo. O sucesso nesta missão existencial requer um foco singular no desenvolvimento do *ethos* guerreiro necessário, e a busca pela excelência militar não pode ser diluída para acomodar agendas políticas ou outras ideologias prejudiciais à coesão da unidade.” (Casa Branca, 2025, tradução própria<sup>41</sup>). A partir disso, situa que as linhas militares, ao longo dos últimos anos, foram infectadas com uma ideologia de gênero radical, para satisfazer os desejos de ativistas avessos aos requisitos físicos e mentais do serviço militar. Neste contexto, associa indivíduos transsexuais a doentes mentais, deste modo, não satisfazendo os rigorosos critérios da corporação, pois “para além das intervenções médicas hormonais e cirúrgicas envolvidas, a adoção de uma identidade de gênero inconsistente com o sexo de um indivíduo entra em conflito com o compromisso de um soldado com um estilo de vida honrado, verdadeiro e disciplinado, mesmo na vida pessoal. A afirmação de um homem de que é uma mulher, e a sua exigência de que outros honrem esta falsidade, não é consistente com a humildade e abnegação exigidas de um militar.” (*libidem*, 2025, tradução própria<sup>42</sup>).

Ainda sobre a pauta de indivíduos transexuais, que tem alcançado grande visibilidade e dedicação durante o segundo governo Trump, a ordem 14187, Protegendo as Crianças de Mutilações Químicas e Cirúrgicas (*Protecting Children From Chemical and Surgical*

---

<sup>40</sup> “It’s about time. In recent years, radical leftists have waged an all-out campaign to erase the very concept of biological sex and replace it with a militant transgender ideology. With my action this afternoon, we’re putting every school receiving taxpayer dollars on notice that if you let men take over women’s sports teams or invade your locker rooms, you will be investigated for Title IX violations and risk your federal funding. There will be no federal funding. This will effectively end the attack on female athletes in public K-12 schools and virtually all colleges and universities across the United States. The International Olympic Committee is here, and he (Marco Rubio) is going to make it as clear as anyone can that America categorically rejects transgender lunacy. We want them to change everything having to do with the Olympics and having to do with this absolutely ridiculous subject that we even have to talk about. If you went back 10 or 15 years and heard this, you would say, ‘What the hell are they talking about? This can’t be possible.’”

<sup>41</sup> “to protect the American people and our homeland as the world’s most lethal and effective fighting force. Success in this existential mission requires a singular focus on developing the requisite warrior ethos, and the pursuit of military excellence cannot be diluted to accommodate political agendas or other ideologies harmful to unit cohesion.”

<sup>42</sup> “Beyond the hormonal and surgical medical interventions involved, adoption of a gender identity inconsistent with an individual’s sex conflicts with a soldier’s commitment to an honorable, truthful, and disciplined lifestyle, even in one’s personal life. A man’s assertion that he is a woman, and his requirement that others honor this falsehood, is not consistent with the humility and selflessness required of a service member.”

*Mutilation*), descreve um cenário de manipulação das identidades infantis, que afetará toda sua vida, uma vez que

os profissionais médicos estão mutilando e esterilizando um número crescente de crianças impressionáveis sob a alegação radical e falsa de que os adultos podem mudar o sexo de uma criança através de uma série de intervenções médicas irreversíveis. Esta tendência perigosa será uma mancha na história da nossa nação e deve acabar. Inúmeras crianças rapidamente se arrependem de terem sido mutiladas e começam a compreender a terrível tragédia de que nunca serão capazes de conceber os seus próprios filhos ou nutri-los através da amamentação (Casa Branca, 2025, tradução própria<sup>43</sup>).

Por esta razão, comprometida com o futuro das crianças, a ordem interrompe qualquer forma de financiamento, acesso ou assistência, por parte do governo, a procedimentos de transição de gênero e, em verdade, estabelece o seu comprometimento em combater o que denomina como um trágico processo de esterilização, em uma clara alusão tanto à pressão ideacional exercida pelos papéis sociais de gênero, quanto à função reprodutiva esperada de todos os indivíduos.

De todas as direções, pelo que se pode evidenciar, houve políticas por parte da administração Trump comprometidas tanto em induzir a concepção de desvio, por meio do emprego alegórico da perturbação das ordens biológicas e valorativas, da castração infantil, do esquecimento das funções reprodutivas, da emasculação do homem e da desintegração do modelo familiar; quanto na tentativa de imposição de um mutismo existencial. Foucault (1999) define esse processo como uma mobilização dos dispositivos sociais de controle, em outros termos, dos códigos morais e jurídicos, das instituições, dos costumes, das práticas médicas e discursos, da composição tangível e intangível da sociedade para deslegitimar e silenciar existências não convenientes à ordem vigente. Mais uma vez, resgata-se a concepção de que as ideias são forças promotoras de modelos cognitivos, predisposições interpretativas e comportamentais que modelam os arranjos epistemológicos, expandindo ou estreitando fronteiras do pensamento, de acordo o status de legitimidade e o grau de abertura oferecido à pluralidade de ideias, pois nelas repousa tanto uma potência emancipatória quanto a capacidade de cercear as disposições revolucionárias do indivíduo (Reich, 1988). Por esta razão, se o

---

<sup>43</sup> “Across the country today, medical professionals are maiming and sterilizing a growing number of impressionable children under the radical and false claim that adults can change a child’s sex through a series of irreversible medical interventions. This dangerous trend will be a stain on our Nation’s history, and it must end.

Countless children soon regret that they have been mutilated and begin to grasp the horrifying tragedy that they will never be able to conceive children of their own or nurture their children through breastfeeding.”

projeto do monólito busca estabelecer um modelo basilar rígido de crenças, e as crianças são assumidas como perigosamente sugestionáveis, é necessário restringir seu acesso às imagens, às falas, aos rostos e às ideias que podem conduzir ao desvio. Por isso, medidas de revisionismo histórico e de censura bibliográfica também se uniram ao compêndio de iniciativas do governo em busca da homogeneização identitária.

Segundo a ordem 14190, *Acabando com a Doutrinação Radical na Escolaridade K-12 (Ending Radical Indoctrination in K-12 Schooling)*, o povo americano conta com o sistema educacional como basilar para promover sentimentos patrióticos e os valores que os sustentam. Em outros termos, a escola, assim como as universidades, representa local sacralizado, responsável por formar os cidadãos que carregarão o futuro da nação. Sua instrumentalização ideológica, o que o documento sugere estar havendo há alguns anos, para suplantando a autoridade parental, põe em risco este futuro, fazendo necessárias medidas urgentes para a sua preservação. Segundo ele,

os pais testemunharam escolas doutrinarem os seus filhos em ideologias radicais e antiamericanas, ao mesmo tempo que bloqueiam deliberadamente a supervisão parental. Tal ambiente funciona como uma câmara de eco, na qual os estudantes são forçados a aceitar estas ideologias sem questionamento ou exame crítico. Em muitos casos, crianças inocentes são obrigadas a adotar identidades como vítimas ou opressores apenas com base na cor da sua pele e outras características imutáveis. Noutros casos, homens e mulheres jovens são levados a questionar se nasceram no corpo errado e se devem ver os seus pais e a sua realidade como inimigos a quem culpar. Estas práticas não só corroem o pensamento crítico, mas também semeiam divisão, confusão e desconfiança, que minam os próprios fundamentos da identidade pessoal e da unidade familiar (Casa Branca, 2025, tradução própria<sup>44</sup>).

Nesta visão, políticas identitárias não promovem um sistema valorativo de equidades, na medida em que os indivíduos sejam aceitos e respeitados a partir da dimensão das suas diferenças, mas uma institucionalização da discriminação. Se há um tratamento diferencial, muitas vezes sustentado sobre necessidades específicas ou pela reparação de condições estruturais históricas de segregação, este é assumido, a partir do seu marcador racial/sexual/de gênero, como o perpetrador de uma violência simbólica invertida, processo pelo qual o

---

<sup>44</sup> “In recent years, however, parents have witnessed schools indoctrinate their children in radical, anti-American ideologies while deliberately blocking parental oversight. Such an environment operates as an echo chamber, in which students are forced to accept these ideologies without question or critical examination. In many cases, innocent children are compelled to adopt identities as either victims or oppressors solely based on their skin color and other immutable characteristics. In other instances, young men and women are made to question whether they were born in the wrong body and whether to view their parents and their reality as enemies to be blamed. These practices not only erode critical thinking but also sow division, confusion, and distrust, which undermine the very foundations of personal identity and family unity.”

indivíduo minoritário passa a ser enquadrado como opressor. Traduzindo essa relação como “discriminação de equidade ideológica”, a ordem em questão identifica nas políticas afirmativas uma forma de emprego de preferencialidade a segmentos sociais específicos, em vez de assumi-los puramente como indivíduos. Estes são pressupostos como ahistóricos, desgarrados das estruturas sociais de dominação e sujeitos às mesmas dinâmicas, partindo de uma concepção idílica de perseguição ilibada das normas sociais, sem que existam questões referentes à homofobia, racismo, misoginia, xenofobia, dentre tantos outros.

Por isso, torna-se imperativo afastar os jovens destes debates maculosos, para estreitar suas percepções de mundo segundo aquelas lógicas reificantes convenientes à manutenção das relações de poder e identidade do monólito. Não ocasionalmente, a ordem estabeleceu um prazo de 90 dias para a criação de uma “estratégia anti-doutrinação” e, neste período, iniciativas foram tomadas no sentido de censura e controle da livre circulação de ideias. Após a proclamação da ordem, o Departamento de Defesa Education Activity (DoDEA), instaurou um processo de revisão acadêmica e bibliográfica nas suas escolas, destinadas a alunos primários e secundários filhos de funcionários do Departamento de Defesa. Segundo análise realizada pela União Americana pelas Liberdades Cíveis (ACLU), cerca de 555 livros e 41 disciplinas foram removidos para “revisão”, por se relacionarem a debates envolvendo raça, identidade, gênero e afins. Da mesma forma, em abril de 2025, o Secretário de Defesa, Pete Hegseth, determinou a retirada de 381 livros da biblioteca da Academia Naval, por envolverem temáticas como o holocausto, feminismo e diversidade, sob a alcunha da necessidade de “limpeza ideológica”.

Em consonância, a ordem executiva 14253, intitulada Restaurando a Verdade e a Sanidade à História Americana (*Restoring Truth and Sanity to American History*), busca instaurar um revisionismo histórico a partir de um revisionismo induzido. Estabelece a necessidade de revisão dos conteúdos apresentados em museus e institutos nacionais, dentre eles o Smithsonian, um dos maiores complexos de museus do mundo, por considerar o seu conteúdo, que expressa as relações históricas de opressão e racismo no país, uma concepção ideológica distorcida, que propaga cisões na unidade nacional e um ataque ao legado de liberdade, direitos individuais e felicidade humana dos Estados Unidos.

Ao que se tratou até este ponto, torna-se evidente o projeto de securitização das questões de gênero e sexualidade que, desviantes da matriz heteronormativa pretendida, exercem o papel de desestabilização de atributos sociais tidos como universais e inquestionáveis. No comício em comemoração aos cem dias de governo, afirmou que

estamos aqui esta noite no coração da nossa nação para celebrar os primeiros 100 dias de maior sucesso de qualquer administração na história do nosso país.

E isso está de acordo com muitas, muitas pessoas. Este é o melhor, dizem eles, o início de 100 dias de qualquer presidente na história e todos estão dizendo isso. Acabamos de começar. Você nem viu nada ainda. Está tudo começando. E semana após semana estamos acabando com a imigração ilegal. Estamos recuperando nossos empregos e protegendo nossos grandes trabalhadores automotivos americanos e todos os nossos trabalhadores. Francamente, estamos protegendo todos os nossos trabalhadores. Estamos restaurando o Estado de Direito, que foi meio que jogado fora com esse maluco que tínhamos (*em referência ao presidente anterior, Joe Biden*). [...] estamos acabando com o pesadelo da inflação, o pior que provavelmente já tivemos na história do nosso país, expulsando a loucura *woke* e a insanidade transgênero do nosso governo. Estamos impedindo a doutrinação dos nossos filhos, cortando milhares de milhões de dólares em desperdício, fraude e abuso. E acima de tudo, estamos salvando o sonho americano. Estamos tornando a América grande novamente e isso também está acontecendo rápido (Trump, 2025, tradução e grifo próprios<sup>45</sup>).

Mais tarde, na Comissão da Casa Branca para a Liberdade Religiosa, apresentou seu combate à diversidade e as medidas restritivas que impôs como aquelas responsáveis por tonar o país um exemplo internacional, retirando-o da decadência:

A América foi fundada na fé, como sabemos, e já o digo há muito tempo, e quando a fé enfraquece, o nosso país parece ficar mais fraco. Quando a fé fica mais forte como está agora, estamos passando por um período muito bom, depois de alguns anos difíceis, coisas boas acontecem para o nosso país. É incrível como parece funcionar dessa maneira. E sob a administração Trump, estamos a defender os nossos direitos e a restaurar a nossa identidade como nação sob Deus. Somos uma nação sob Deus e sempre seremos. [...] Como Presidente, defenderei sempre a gloriosa herança da nossa nação e protegeremos os princípios judaico-cristãos da nossa fundação e iremos protegê-los com vigor. Temos que trazer de volta a religião à América, trazê-la de volta mais forte do que nunca, para que o nosso país se torne cada vez mais forte. Nosso país é agora a nação mais atraente<sup>46</sup> do mundo. Há um ano, nosso país estava morto. E eu digo, há um ano nosso país estava morto. Tivemos líderes de todo o mundo que falaram comigo e disseram: “Seu país está em apuros”. E acabei de sair do Oriente Médio, rei da Arábia Saudita, Catar, Emirados Árabes Unidos, muitos dos grandes países. Depois estive com os chefes da OTAN, as nações da OTAN, todos eles. Todos disseram essencialmente a mesma coisa: “Há um ano o seu país estava morto e agora

<sup>45</sup> “And we're here tonight in the heartland of our nation to celebrate the most successful first 100 days of any administration in the history of our country. And that's according to many, many people. This is the best, they say, 100 day start of any President in history and everyone is saying it. We've just gotten started. You haven't even seen anything yet. It's all just kicking in. And week by week we're ending illegal immigration. We're taking back our jobs and protecting our great American auto workers and all of our workers, frankly, we're protecting all of our workers. We're restoring the rule of law, which was sort of out the window with this crazy guy we had [...]. We're ending the inflation nightmare, the worst that we've had probably in the history of our country getting woke lunacy and transgender insanity the hell out of our government. We're stopping the indoctrination of our children slashing billions and billions of dollars of waste, fraud and abuse. And above all, we're saving the American dream. We're making America great again and it's happening fast too.”

<sup>46</sup> Na fala original, Trump emprega a expressão “*hottest country in the world*”, que pode ser traduzida de muitas formas e que, em especial, possui a conotação sexual de algo sexy, atraente. Não é a primeira vez que o presidente imprime esse tom ao se referir aos seus projetos e supostas conquistas.

você tem o país mais atraente do mundo" (Trump, 2025, tradução própria<sup>47</sup>).

Debruçando-se sobre a construção semântica de Trump, é possível evidenciar a forma como cria, explícita e implicitamente, jogos de palavras, construções de sentido e o emprego dos superlativos de modo a sempre induzir uma contradição de extremos. Ao se referir ao seu governo, tanto o tom quanto os termos empregados sempre denotam sentido positivo e saudosista: grande, lindo, bem-sucedido, sexy, orgulhoso, racional, o melhor, exemplar, liberdade (*big, beautiful, successfull, hottest, strongest, proud, freedom of speech*). Para se referir àqueles sobre quais busca retratar a figura do inimigo e da ameaça, por outro lado, utiliza sempre termos pejorativos, que buscam despertar medo e apreensão, desconfiança e insegurança: Insanidade, loucura, *woke*, ideologia (no sentido de irracionalidade e manipulação), prejudicial, ilegal, radical, extremismo, discriminação, desonra, indisciplina, autoritário, loucura e mentira.

Curiosamente, no cerne desta dicotomia, encontra-se um contínuo discurso a favor da liberdade de expressão, símbolo retórico histórico dos Estados Unidos. Esta, todavia, se apresenta como uma liberdade regulada, que condiciona o ator, a forma e o conteúdo do discurso. Quando aqueles historicamente dominados decidem falar, tornam-se automaticamente agentes de perturbação social, ingerência dos valores e da família, cujo discurso é interpretado como uma imposição radicalizada de uma minoria ruidosa. Como as medidas aqui citadas sugerem, cada vez mais, sob os projetos das extremas direitas internacionais, a liberdade passa a ser como um pássaro enjaulado, belo ao se ouvir cantar, cuja potência se encontra estrangida, limitada.

## 5.2 Projeções simbólicas da ameaça sexual no Brasil

No que se refere ao governo brasileiro, não expressa grandes novidades. Pelo contrário, pode transpassar a falsa ideia de ser um movimento demasiadamente mais “contido”, devido a

---

<sup>47</sup> “But America was founded on faith, as we know, and I've been saying it for a long time. And when faith gets weaker, our country seems to get weaker. When faith gets stronger, as it is right now, we're having a very good period of time. After some rough years, good things happen for our country. It's amazing the way it seems to work that way. And under the Trump administration, we're defending our rights and restoring our identity as a nation under God. We are one nation under God, and we always will be [...]. As President, I will always defend our Nation's glorious heritage, and we will protect the Judeo-Christian principles of our founding, and we will protect them with vigor. We have to bring back religion in America, bring it back stronger than ever before, as our country grows stronger and stronger. Our country is now the hottest nation anywhere in the world. One year ago, our country was dead. And I say it, ‘One year ago, our country was dead.’ We had leaders from all over the world that talk to me. They say, ‘Your country is in trouble.’ And I just left the Middle East—King of Saudi Arabia, Qatar, U.A.E., a lot of the big countries—and I was with the heads of NATO—the NATO nations: All of them—everyone said essentially the same thing, that ‘A year ago, your country was dead, and now you have the hottest country anywhere in the world.’”.

sua incapacidade prática de institucionalização de políticas persecutórias, à visão daquelas empregadas pelo governo Trump. A primeira administração Trump, todavia, como já exemplificado no primeiro capítulo, serviu de forte inspiração para o modelo, a oratória, o tom, o conteúdo e as estratégias empregadas pelo bolsonarismo para mobilização das massas. Partilhando a figura de Steve Bannon como planejador de campanha, Bolsonaro também recorreu às redes sociais como sua principal plataforma de contato com o público, optando pelo WhatsApp, plataforma mais popular de comunicação no Brasil (enquanto Trump focou seus esforços no antigo Twitter), como estratégia para burlar os meios tradicionais de comunicação e contestação, podendo, com isso, estabelecer uma relação afetiva de proximidade, e a ideia tácita de legitimidade quanto às ameaças que descreveu (Cesarino, 2020).

Assim como Trump, Bolsonaro, em seu discurso de posse, se projetou como única saída viável a um Brasil tomado pela corrupção política e decadência moral, pela perda dos valores e a fragilização do papel da instituição familiar:

Não podemos deixar que ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros. Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerce da nossa sociedade. E convido a todos para iniciarmos um movimento nesse sentido. Podemos, eu, você e as nossas famílias, todos juntos, reestabelecer padrões éticos e morais que transformarão nosso Brasil. A corrupção, os privilégios e as vantagens precisam acabar. Os favores politizados, partidarizados devem ficar no passado, para que o Governo e a economia sirvam de verdade a toda a Nação. Tudo o que propusemos e tudo o que faremos a partir de agora tem um propósito comum e inegociável: os interesses dos brasileiros em primeiro lugar. [...] Temos o grande desafio de enfrentar os efeitos da crise econômica, do desemprego recorde, da ideologização de nossas crianças, do desvirtuamento dos direitos humanos e da desconstrução da família (Bolsonaro, 2019).

As semelhanças retóricas são inegáveis. Assim como Trump declarou sua data de posse o “Dia da Libertação”, Bolsonaro estabeleceu sua ascensão à presidência, em seu discurso, como um ponto de inflexão que dava início à libertação nacional do domínio do socialismo, da inversão de valores, do gigantismo estatal e do “politicamente correto”, em referência às pautas sociais e identitárias. Na sessão solene de posse no congresso nacional, complementou solicitando a

cada um dos congressistas para me ajudarem na missão de restaurar e de reerguer nossa pátria, libertando-a, definitivamente, do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica. Temos, diante de nós, uma oportunidade única de reconstruir o nosso país e de resgatar a esperança dos nossos compatriotas. Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas (Bolsonaro, 2019).

De modo intercambiável, traduziu, como um de seus principais *slogans*, o *Make America Great Again* em “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, deixando nítida sua concepção moral alicerçada em valores tradicionais e na ideia essencialista binária dos papéis sociais de gênero, o que deu base aos principais signos que seu governo mobilizou em sua tentativa de securitização das pautas identitárias.

De modo geral, três elementos centrais podem ser descritos como os mais representativos dos simbolismos criados pela narrativa bolsonarista, como forma de instigar pânicos morais e tentar induzir a necessidade de resgate dos valores tradicionais: A ideologia de gênero, a inversão da universalidade dos direitos humanos e, por último, a construção da figura do “cidadão de bem”.

Durante duas décadas, entre 1990 e 2010, Bolsonaro se manteve como uma figura pouco conhecida no *mainstream* político nacional, como um deputado pouco expressivo, cujas pautas se mantinham restritas a questões relacionadas aos interesses da classe militar e à segurança pública. A partir de 2011, no entanto, sua aproximação com a ala evangélica, que lhe rendeu fortes e influentes cabos eleitorais, como o pastor Silas Malafaia, um dos mais ativos e influentes líderes religiosos do país à época, e Edir Macedo, proprietário da Rede Record, conjecturou um ponto de inflexão na constituição do seu discurso (Nicolau, 2018, p. 70). Mais diversificados, os temas abordados passaram a explorar o campo comportamental e a hastear a bandeira pela defesa dos valores e da “família tradicional”, o que desembocou no foco em questões de gênero e sexualidade.

Conforme já abordado em capítulo anterior, a “ideologia de gênero” surgiu a partir dos anos 1990, como um contramovimento promovido pelo Vaticano, em oposição aos conceitos e pautas sugeridas, sobretudo, na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento do Cairo, em 1994, e na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, em 1995. Articulados sobre a institucionalização do conceito de gênero como uma constituição social, localizada geográfica e temporalmente, do corpo sexuado, os movimentos feministas participantes buscavam dar visibilidade às estruturas de poder que operam de forma oculta, em detrimento da reificação dos papéis sociais de gênero e, a partir disso, abrir caminhos para projetos mais profundos de emancipação da condição feminina na sociedade. Diante disto, o Vaticano impulsionou a ideia de “ideologia de gênero” como um projeto político comprometido com a ruína da instituição familiar e dos valores tradicionais.

Ao longo de toda a sua trajetória presidencial, e mesmo após deixar o Palácio da Alvorada, Bolsonaro fez forte mobilização do conceito, utilizando-o para associar questões relacionadas à identidade de gênero e diversidade sexual à hipersexualização das crianças e

pedofilia. A inovação está no fato de que, especialmente no período da campanha eleitoral, em que houve forte apelo aos grupos em redes sociais para a propagação de *fake news*, duas novas simbologias se juntaram à ideologia de gênero: A “mamadeira de piroca” e o chamado “kit gay”.

A primeira faz menção a uma notícia falsa, amplamente divulgada em correntes de mensagens do WhatsApp, como um dos itens que comporiam o “kit gay”. Tratava-se de uma imagem de mamadeira com o bico em formato fálico, em uma narrativa que afirmava a sua distribuição em escolas da rede pública de ensino a mando do Partido dos Trabalhadores (PT), sigla do principal concorrente de Bolsonaro nas eleições presidenciais, Fernando Haddad. Embora a informação tenha sido desmentida, gerou forte comoção pública, servindo de sustento à associação entre movimentos sociais, especialmente feminista, que em muitos momentos foi referido como “feminazi”, e LGBT.

Com relação ao chamado “kit gay”, há uma periodização mais complexa. Em 2009, como vertente educacional do programa Brasil Sem Homofobia (lançado em 2004), iniciou-se, por encomenda da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e com apoio de setores governamentais e de ONGs especializadas, o desenvolvimento de um projeto pedagógico voltado à inclusão de minorias e ao combate à discriminação nas escolas, sob a alcunha de Escola Sem Homofobia (Maracci, 2019). O intuito do projeto era a criação de um conjunto de materiais formado por um caderno de orientação ao educador (“Caderno Escola Sem Homofobia”); seis boletins voltados aos estudantes; um cartaz de divulgação do projeto; cartas de apresentação/orientação da iniciativa aos gestores e educadores; e, por último, três vídeos educativos para discussão guiada em sala de aula (Romancini, 2018).

O projeto reconhecia a função social da sala de aula para além de um valor instrumental de transferência mecanizada de conhecimento, mas como polo de socialização e criação de padrões de sociabilidade; portanto, uma força potencial na formação de novas gerações instruídas quanto aos efeitos danosos da naturalização da homofobia e da violência de gênero. O material objetivava dar à luz um conteúdo crítico, contendo debates e reflexões, deslocamentos e novas percepções, visando a desconstrução de estruturas reificadas de subalternização, estigmatização e violência, contanto com o aval e recomendação da UNESCO e do Conselho Federal de Psicologia. Sua condenação pública, no entanto, ganhou anuência a partir de novembro de 2010, quando Bolsonaro e um grupo de deputados da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) apresentaram, na tribuna da Câmara, o material de um Programa de Redução de Danos entre usuários de drogas injetáveis, destinado a travestis e transexuais, alegando, de forma ultrajada, tratar-se das cartilhas do Escola Sem Homofobia.

As alegações de que o conteúdo buscava subverter a infância, ensinando crianças de até 10 anos a ter relações sexuais, e estimular a homossexualidade, além da suposta proteção que o programa procuraria fornecer ao fomento da pedofilia, fez com que fosse pejorativamente apelidado de “kit gay”, uma ameaça que gerou forte clamor popular e rápida disseminação nas redes e noticiários do país (Romancini, 2018). Em maio do ano seguinte, Bolsonaro criou o “Informativo do Kit Gay”, através do qual distorcia informações e recrudesceu suas críticas aos movimentos progressistas. Este processo, ocorrido na mesma época do escândalo do então Ministro Chefe da Casa Civil, Antônio Palocci, serviu para que a ala conservadora barganhasse com o governo Dilma a não convocação do ministro para depoimento em troca do veto do programa, o que deu início a um processo de descontinuidade do Executivo em relação às pautas humanitárias (Maracci, 2019).

O tema retornou com ainda maior intensidade durante o período eleitoral de 2018, no qual o movimento bolsonarista, por meio de intensa mobilização midiática nas redes sociais, passou a divulgar informações falsas, imagens alteradas e/ou sem relação com o Escola Sem Homofobia e alertas de que o candidato da oposição, Fernando Haddad, apelidado então de “pai do kit gay”, planejava fechar igrejas e ensinar a homossexualidade e a promiscuidade nas escolas. Em entrevista para o Jornal Nacional, em agosto, Bolsonaro voltou a citar o “kit gay” como um risco existencial à infância, família e valores tradicionais, e apresentou (embora fosse proibida a exibição de material gráfico) o livro *Aparelho Sexual e Cia* como um exemplo do conteúdo impróprio destinado aos jovens. O livro, traduzido para 10 idiomas e transformado em exposição em Paris, no entanto, não aborda a homossexualidade, e tampouco integrou qualquer projeto do Ministério da Educação, o que não o impediu de servir como materialização simbólica da ameaça. Três anos após a eleição, em uma das rotineiras *lives* que realizava na plataforma *YouTube*, para manter contato com seu público, Bolsonaro retomou o tema, afirmando que

nós sempre fomos contra a erotização de crianças em sala de aula, aquele tal de kit gay - descoberto em 2010 - não tem cabimento colocar na sala de aula. Se aparecer alguma coisa esquisita na sua escolha, você manda para a gente e vamos para cima de quem mandou. A sala de aula é lugar para você aprender física, química, biologia... não é para você ver certas coisas que seus pais não concordam (Bolsonaro, 2021).

Em segundo lugar, há um embate frontal aos direitos humanos. Quando falava em resgatar o país da criminalidade, Bolsonaro sempre associou os índices a uma suposta defesa dos direitos humanos de criminosos, como quando sugeriu, em uma *live* de maio de 2022, que protegem pedófilos:

Tinha uma ministra, com um site escrito "humaniza redes". Relativiza-se a pedofilia. Resumindo o que tá lá nesse site, traduzindo o que tá lá: se você encontrar um adulto fazendo sexo com uma criança, você não deve levá-lo à delegacia, tem que levá-lo ao hospital e se ele tiver sofrendo de transtorno, ele tem que ser internado e não encarcerado. É a relativização da pedofilia (Bolsonaro, 2022).

De forma mais contundente, quando ainda era deputado federal, em uma sessão da Câmara dos Deputados, em setembro de 2015, durante uma sessão da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, afirmou que

temos uma porcaria de uma constituição onde se refere a direitos humanos. Não há pena de morte aqui. O cara não teme nada. Na prisão perpétua, o canalha nem precisa trabalhar, fica sugando o Estado no tempo que está detido. Enquanto tiver essa ideia de “ah, mataram sessenta mil”, eu quero que mate uns duzentos mil vagabundos. Eu estou preocupado com os inocentes que morrem, e não com os marginais. [...] São da paz... Tá de brincadeira? Soltar pombinha lá na praia de Copacabana, abraçar a Lagoa Rodrigo de Freitas, como uma maneira de protestar contra a violência? Você só pode matar o vagabundo em uma situação: de tanto rir da palhaçada que vocês fazem nesse momento *(em referência à crítica realizada por deputados defensores dos direitos humanos com relação à violência e abuso de poder policial, e a necessidade de garantia de direitos básicos a todos os indivíduos)*. [...] Se um dia eu tiver o poder, não vai ter um centavo para ONG, não vai ter um centavo para qualquer órgão relacionado a direitos humanos, vocês vão trabalhar e deixar de viver em cima da desgraça que vive o policial militar e o policial civil (Bolsonaro, 2015, grifo próprio).

Por meio de discursos exaltados baseados nesta associação, Bolsonaro primeira desloca a categoria humana para fora do eixo de universalidade, induzindo a percepção de que direitos precisam ser regulados segundo o cumprimento das leis e, até mesmo, atributos morais da sociedade. Em segundo lugar, buscar associar os seus defensores e, consequentemente, movimentos identitários, em especial feministas e LGBT, que se baseiam nessa pauta na tentativa de construir arcabouços institucionais, legais e jurídicos para a sua proteção, à proteção da criminalidade. Com isso, implicitamente, cria nestes grupos a associação ao perigo, aquilo que ameaça e pode atacar a qualquer momento.

Por último, está a construção simbólico imagética do cidadão de bem. Este se apresenta como a antonímia da ameaça, a construção retro utópica daquele que representa o projeto em construção, a figura do homem viril, comprometido com os valores tradicionais, a família e, acima de tudo, com seu papel patriótico. Segundo aponta Kalil (2018), o termo adquiriu sua gênese como forma terminológica de demarcação da visão maniqueísta binária que se formava no país em torno da polarização política acentuada. Sua aplicação buscava estabelecer um conjunto de condutas, formas de reivindicação política, um grupo de temas e pautas particulares consideradas legítimas. Assim, a imagem do “cidadão de bem” serviu como elemento agregador

de identidades a uma agenda que buscava estabelecer uma fronteira intransponível entre projetos opostos de sociedade, fornecendo aos adeptos do bolsonarismo uma auto percepção legitimadora, posicionando-os discursivamente como aqueles comprometidos com o resgate da pátria, conquanto, na imagem dos movimentos sociais e dos identitarismos, designava o inimigo “comunista”, “petista” ou “de esquerda”, comprometido com a corrupção e bandidos, com a deformação da família e a perda da infância. Como é simbolicamente responsabilizado pelo resgate da nação, o cidadão de bem possui, ainda, uma feição violenta tacitamente legitimada, pois a sua violência é empregada para a contenção das ameaças existenciais ao modelo civilizacional que se pretende reafirmar. Logo,

a vingança do macho se realiza sob a forma da exaltação da violência, presente na reencenada “dancinha da arma” (em que o presidente e seus seguidores simulam atirar) e na proposta de liberação do acesso às armas, assim como na celebração da brutalidade letal (condecorando policiais acusados de assassinato, defendendo a legalização das milícias, justificando chacinas, propondo a exclusão da ilicitude de execuções extrajudiciais, elogiando torturadores como heróis nacionais, ameaçando eliminar fisicamente esquerdistas). A virilidade teatralizada na campanha e no governo de Bolsonaro [...], nesse aspecto, seria posta de volta em seu lugar “original e eterno”, reafirmando a supremacia do macho, a superioridade da família tradicional, a regência exclusiva dos valores ditos verdadeiros, essenciais, naturais [...] (Soares, 2020, p. 42).

Em uma live realizada em 2022, Bolsonaro ainda sustentava essa ideia dicotômica, afirmando que

o lado de lá falou que vai botar os militares, os pastores e padres nos seus devidos lugares. O lado de lá fecharam templos, fecharam igrejas, o lado de cá não. O lado de cá fala com o coração que defende Deus, Pátria e família. O lado de lá vai falar que defende a ideologia de gênero (Bolsonaro, 2022).

Outras falas servem de exemplo a essa demarcação dual. Durante seu discurso na 76ª Assembleia Geral da ONU, Bolsonaro reforçou que “o Brasil tem um presidente que acredita em Deus, respeita a Constituição e seus militares, valoriza a família e deve lealdade a seu povo. Isso é muito, é uma sólida base, se levarmos em conta que estávamos à beira do socialismo. [...] Temos a família tradicional como fundamento da civilização” (Bolsonaro, 2021). No ano seguinte, em um encontro com a comunidade brasileira em Orlando, sua fala se mostrou ainda mais clara e contundente:

Entendo, em muitos países está havendo uma luta do bem contra o mal. Nós temos algo muito importante para defender: temos princípios, temos uma tradição e temos uma liberdade. Nós somos contra o aborto, contra a ideologia de gênero, contra a legalização das drogas; defendemos a família, a propriedade privada, a liberdade do armamento. Somos pessoas normais. Podemos até viver sem oxigênio, mas jamais sem liberdade. É com esse espírito, que ao longo de 28 anos, lutei dentro do Parlamento, e há 3 anos, à frente do Executivo Federal (Bolsonaro, 2022).

Portanto, assim como no governo Trump, há uma nítida busca pela construção da percepção de ameaça sobre signos identitários supostamente corrompidos. As medidas efetivamente implementadas pelo governo, todavia, tiveram pouca extensão prática e permaneceram, em sua maioria, restritas ao campo discursivo. Aquelas às quais é possível fazer menção são a Medida Provisória nº 870, posteriormente configurada na lei nº 13.844, que retirou a população LGBT das diretrizes de direitos humanos do governo, e uma posterior censura, por meio da proibição de financiamentos da Agência Nacional de Cinema (Ancine), a produções audiovisuais que abordassem questões de gênero e sexualidade. Além disso, o então deputado federal Jean Wyllys, à época único LGBT assumido no Congresso, foi forçado a se exilar fora do país, devido ameaças de morte e a ausência de medidas protetivas por parte da Câmara. Portanto, inseridas no contexto atual, há igualmente medidas que buscam invisibilizar a diversidade e promover formas monolíticas de vivência.

A ausência, no caso brasileiro, de uma variedade tão vasta e de medidas tão contundentes quanto aquelas implementadas pelo governo estadunidense, conforme será apresentado na próxima sessão, não deve ser interpretado como representativo de uma menor relevância atribuída às questões identitárias inscritas nas pautas de gênero e sexualidade. Signos como o “cidadão de bem”, a “mamadeira de piroca”, o “kit gay” e a força relação lógica induzida entre homossexualidade e pedofilia exercem a função de despertar pânicos morais e desestabilizar os instrumentos sociais de aquiescimento da ansiedade existencial. São subterfúgios discursivos performáticos, que intentam a construção do imaginário do inimigo perverso, desprovido de valores morais e limites, afinal, que humanidade se encontraria no pedófilo? Assim, buscam deslocar feministas, LGBTs e todos os segmentos enquadrados nesse grupo de ameaça de um status de humanidade e direitos. Como Bolsonaro citou em diversos momentos ao longo do seu governo, em ataque às garantias universais e valores liberais, “direitos humanos para humanos direitos”, uma inversão do silogismo para induzir à interpretação de que determinados direitos devem ser condicionados a um crivo moral prévio.

Se esses esforços não se converteram em políticas concretas mais amplas, há duas explicações. Primeiro, a falta de capacidade de articulação entre os diferentes setores do governo e a sociedade, suficientemente coesos e imbuídos do discurso securitário para justificar a supressão dos mecanismos democráticos de salvaguarda. Não houvesse um viés autoritário, não haveria sido orquestrado o plano de golpe de Estado, falho, sob a alcunha “Punhal Verde e Amarelo”, que previa o assassinato do presidente Luis Inácio Lula da Silva e seu vice, Geraldo Alckmin, assim como do ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes. Em segundo lugar, uma capacidade de resistência, por parte das instituições e de segmentos da

sociedade, às pressões exercidas pelo governo em impor medidas arbitrárias à constituição e aos valores democráticos nela expostos, assentados na universalidade de direitos. Isto, todavia, não denota um estado inalienável da democracia brasileira, uma vez que o bolsonarismo pôde se instaurar como movimento político amplo, cujos representantes se perpetuam nas casas legislativa e executiva, dando continuidade a projetos conservadores e reacionários.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, inexistente um termo que traduza com a mesma efetividade os ideais de um modelo sociopolítico almejado tão bem quanto “democracia”. Seja através de uma perspectiva minimalista, que demanda somente a existência de um sistema eleitoral competitivo, ou de uma maximalista, que a ela associa os meios-fim necessários para alcançar valores como igualdade, justiça, segurança, bem-estar e desenvolvimento, não há hoje um só movimento que conteste abertamente a democracia como modelo ideal de governança e exercício do poder.

Pelo contrário, desde a virada do século, com cada vez maior frequência e ensejo, políticas discriminatórias e persecutórias são bradadas como vias de defesa da democracia. Fronteiras são reforçadas, distanciamentos físicos e ideológicos estabelecidos, ameaças são percebidas, relações seculares de dominação resgatadas e papéis sociais essencialistas reforçados, tendo como pano de fundo a garantia do espaço democrático.

Por mais paradoxal que possa soar, esta conduta incongruente representa o cerne da operacionalidade orquestrada pelos movimentos de extrema direita, sob prerrogativas identitárias e neologismos conceituais, como o etnopluralismo da *nouvelle droite* francesa, que buscam dar ares de legitimidade ao que, em substância, pode ser identificado como novas formas de radicalismo político, em resposta aos anseios de populações que padecem gradativamente diante de condições estruturais precarizadas do sistema internacional.

Respeitadas as respectivas dimensões, assim como no início do século passado, um cenário de pauperização econômica potencializa anseios e enfatiza sensações de vulnerabilidade. Se, nos anos 1950, o modelo familiar americano médio era representado por um único homem provedor da família, por exemplo, capaz de sustentar todas as necessidades econômicas somente a partir do seu emprego, hoje custos de moradia, alimentação, empréstimos estudantis e saúde básica inflam um orçamento que não corresponde aos retornos oferecidos pelo mercado de trabalho. Em maior ou menor medida, a depender do espaço geográfico de referência, o neoliberalismo foi responsável por uma desregulamentação econômica que, concomitantemente, rescindiu em grande parte o papel interventor e assistencialista do Estado, ao passo que promoveu uma larga financeirização e concentração de renda. Some-se a isso o processo de globalização, por meio do qual a contração espaço-temporal permitiu uma interconexão em intensidade e velocidade jamais experienciadas, com constante tráfego de indivíduos, mercadorias, serviços, símbolos culturais e influências políticas, e tem-se um solo fértil para cultivar percepções de ameaça e os bodes expiatórios a serem responsabilizados pelas mazelas cotidianas.

Embora o trabalho de Mudde (2019) seja proveitoso como um esforço inicial de construção analítica e taxonômica dos novos radicalismos de direita, carece de elementos primordiais no que tange a visão ideológica e os instrumentos políticos empregados por estes movimentos. Não se pode negar, de fato, um forte caráter ufanista, acompanhado de concepções monopolistas, em termos ideológicos e étnico-culturais, da construção do território-nação. Da mesma maneira, a indumentária populista estabelece o modo dicotômico-maniqueísta de abordagem discursiva para com a população, por meio da qual reparte-se o corpo social entre os inimigos públicos, associados à degradação moral e ao arrefecimento dos valores, à corrupção e ao *establishment*; e o líder carismático, único verdadeiramente conhecedor e comprometido com os anseios coletivos, cujos asseclas representam o resgate dos valores, a envergadura moral e o restabelecimento da ordem. Todo este arranjo, claro, está imbuído de um teor autoritário, que não reconhece formas alteras de pensar e existir como atores igualmente legítimos do jogo político, mas como elementos maculosos que devem ser combatidos.

Parece errático, todavia, reconhecer a perpetuação de um espaço democrático diante da negação de seu aspecto “liberal”, como sugere com relação à direita radical. A tripartição de poderes, a universalidade de direitos e a instituição de um Estado de Direito, ou seja, um conjunto regulamentar de normas jurídicas à qual todos são igualmente submetidos, responsável por regular as condutas sociais, constituem elementos matrizes da própria arquitetura democrática. De qualquer forma, independentemente da nomenclatura empregada: neofascismo, neopopulismo, novas direitas, neopatriotismo ou, como se optou por empregar nesta pesquisa, extremas direitas internacionais, todas abordam um mesmo fenômeno, complexo e diverso, que tem colocado em voga princípios fundamentais do espaço democrático em nível internacional.

Conforme Adorno (2020) analisa, contrariamente aos movimentos radicais do século passado, que lastreavam sua força narrativa em impérios que seriam erigidos para perdurar por séculos, em um horizonte temporal direcionado para o futuro; agora, parte-se de uma prerrogativa diametralmente oposta. No presente, é estabelecida uma radiografia de decadência, em termos econômicos, políticos e, principalmente, morais e identitários. Ao abordar elementos como a crise da masculinidade, a perda de amor pela pátria, o arrefecimento da potência da instituição familiar e a desorientação do papel do homem na sociedade, grandes líderes como Donald Trump, Jair Bolsonaro, Viktor Orbán e Giorgia Meloni exacerbam o fundamento identitário dos seus projetos. Logo, torna-se necessário resgatar no passado os hábitos e valores perdidos.

Com isso, recorre-se a uma construção arcadiana de um passado idílico, ilibado, ainda

intocado pela influência daqueles agentes e corolários identificados como forças corruptivas. Buscam a descrição narrativa de uma moral una, baseada, geralmente, em valores judaico-cristãos, na composição binária dos sexo masculino-feminino e nos respectivos papéis sociais que devem exercer. Com isso, estabelecem uma potência identitária, uma concepção inspiradora que pouca ou nenhuma filiação tem com um passado real, mas que representa os fins almejados pelo movimento e que opera como narrativa legitimadora.

Mas, afinal, em quais corpos e ideias repousam estas supostas ameaças? No campo internacional, o multilateralismo, o multiculturalismo e a governança supraestatal, que outrora representaram a pedra angular dos avanços rumo a uma sociedade internacional menos conflituosa, mais integrada e cooperativa, passam a ser assumidos como um complô de elites liberais, orientadas pelo marxismo cultural, para promover uma agenda multiculturalista que teria por objetivo debilitar as culturas e identidades locais, combalir a soberania e impor relações de troca desfavoráveis, para extorquir os recursos e a riqueza de seus povos. As relações interestatais, neste íterim, ficam restritas a um internacionalismo transacional, restrito às relações comerciais convenientes, reguladas mais pelas relações desiguais de poder e influência que pela tutela de regimes.

Mais perigoso que este é o inimigo interno. Como Araújo (2017) bem destacou, há uma percepção de ameaça existencial, não em termos material, como em uma guerra de trincheiras pela disputa de recursos e territórios, mas pelo “espírito do Ocidente”, por cosmovisões e valores fundantes de um modelo específico e restrito de sociabilidade. Diante disto, movimentos sociais, o feminismo, a teoria *queer* e direitos reprodutivos e sexuais, assim como pautas raciais e de reparação histórica, ao contestar narrativas seculares responsáveis pela reificação de relações assimétricas de dominação, passam a ser associadas a movimentos corrosivos de subversão da “ordem natural”.

O segredo da efetividade da coadunação das massas e dos seus afetos na defesa de discursos coléricos e políticas persecutórias radicalizadas contra essas figuras está na sua apreensão pelo campo securitário. Contrariamente às concepções clássicas, influenciadas pelo contexto acadêmico do pós-guerra, no qual imperavam as necessidades de defesa física do Estado, visto como unidade monolítica de relações internas desprezíveis, há uma condição metafísica da segurança que precede e, por vezes, até mesmo se opõe às necessidades materiais.

A capacidade de agência dos indivíduos está condicionada à sua inserção em um espaço cognitivo estável, capaz de fornecer-lhes padrões de conduta e processos de juízo automatizados, repostas programáticas aos estímulos do ambiente, de modo a reduzir o esforço intelectual necessário à vivência cotidiana e aquiescer a ansiedade proveniente da

autopercepção de mortalidade. Ao exercer essa função, a cultura adquire um status de normatividade, fornecendo respostas identitárias quanto a quem o indivíduo é e quais papéis deve exercer no meio em que está inserido, formando um regime basilar de crenças que edifica as visões que estruturam o padrão de inserção do sujeito no mundo.

A estratégia das extremas direitas internacionais está em exacerbar o desalojamento dessa segurança identitárias, através da criação de simbolismos e signos de ameaça, como a “ideologia de gênero”, a “cultura *woke*”, a “mamadeira de piroca”, o “kit gay” e o “desaparecimento da família”, criando a ideia de ameaças existenciais iminentes. Como a ameaça opera no campo subjetivo, produzindo efeitos de ansiedade e dissuasão, emergindo a ansiedade da mortalidade ao nível consciente, o resultado é a criação de pânicos morais e de um reacionarismo que, diante da percepção de iminência, predispõe a defesa de medidas radicalizadas.

Em termos práticos, pode-se analisar esse como um processo de securitização das subjetividades, fazendo da constante mobilização de signos de ameaça a força motriz do apoio a políticas persecutórias, em regime de exceção, como forma de salvaguardar o objeto de referência: os valores tradicionais, o amor à pátria, as crianças, a família, a nação.

Ao longo desta trajetória, gradativamente, presencia-se uma alteração qualitativa no pensamento político. Formas de alteridade passam a ser associadas ao desvio legal, à depravação moral e à perda das raízes identitárias, sendo retratadas como elementos maculosos a serem combatidos. Com isso, atomizam-se os componentes ideológicos, étnicos e identitários do corpo social, homogeneízam-se os discursos e condutas, reduz-se a pluralidade e a tolerância à diversidade de ideias. Primo Levi, judeu italiano que sobreviveu ao holocausto, afirma que há muitas formas de se retornar aos regimes autoritários,

não apenas através do terror da intimidação policial, mas negando e distorcendo informações, minando os sistemas de justiça, paralisando o sistema educacional e espalhando de inúmeras maneiras sutis uma nostalgia por um mundo onde reinava a ordem, e onde a segurança de poucos privilegiados depende do trabalho forçado e do silêncio forçado de muitos. (Levi, 1974, tradução própria<sup>48</sup>)

Desta forma, embora se mantenha um proselitismo discursivo do véu democrático, por meio da manutenção operativa das instituições, não garante necessariamente que sua substância

---

<sup>48</sup> “not necessarily by the terror of police intimidation, but also by denying or distorting information, polluting justice, paralyzing schools, spreading in many subtle ways nostalgia for a world in which order reigned supreme, and in which the security of the privileged few rested on forced labor and the silence of the many.”

esteja intacta. À medida que toda e qualquer forma de alteridade passa a ser associada ao desvio errático e à necessidade de reforma, comprometem-se os valores fundamentais do modelo democrático, como institucionalização da oposição ordenada de ideias. O que se aprende a partir da análise das extremas direitas internacionais é que, atualmente, novas e mais sofisticadas formas de tolher o véu democrático estão sendo colocadas em prática no tabuleiro geopolítico, fazendo da defesa da liberdade de pensar e existir uma necessidade imperiosa, porém cada dia mais desafiadora.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodore. **Aspectos do novo radicalismo de direita**. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

ADORNO, Theodor W. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

AGÊNCIA BRASIL. **Presidente Jair Bolsonaro discursa na Assembleia Geral da ONU**. Agência Brasil, 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-09/presidente-jair-bolsonaro-discursa-na-assembleia-geral-da-onu>. Acesso em: 10 fev. 2025.

ALBERTA, Tim. **Trump's Culture War**. Politico Magazine, 27 set. 2017. Disponível em: <https://www.politico.com/magazine/story/2017/09/27/trump-culture-war-215653/>. Acesso em: 15 out. 2025.

ALBUQUERQUE MARANHÃO, Eduardo Meinberg de; COELHO, Fernanda Marina Feitosa; DIAS, Tainah Biela. **"Fake news acima de tudo, fake news acima de todos": Bolsonaro e o "kit gay", "ideologia de gênero" e o "fim da família tradicional"**. *Correlativo*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 65–90, dez. 2018.

ALCARO, Riccardo. **The Liberal Order and its Contestations**. A Conceptual Framework. *The International Spectator*, v. 53, n. 1, p. 1–10, 2018.

ALEXANDER, Bryant Keith. **Queer/quare theory: worldmaking and methodologies**. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Ed.). *The SAGE Handbook of Qualitative Research: Fifth Edition*. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2025. p. 491-568.

ALLIEZ, Éric; LAZZARATO, Maurizio. **Guerras e capital**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

AMANPOUR, Christiane. **Interview with Marine Le Pen**. CNN Transcripts, 1 fev. 2017. Disponível em: <https://transcripts.cnn.com/show/ampr/date/2017-02-01/segment/01>. Acesso em: 22 nov. 2025.

AMERICAN CIVIL LIBERTIES UNION (ACLU). **The Trump Administration is banning books on military bases. We sued**. ACLU, 6 jun. 2025. Disponível em: <https://www.aclu.org/news/free-speech/the-trump-administration-is-banning-books-on-military-bases-we-sued>. Acesso em: 5 jan. 2026.

AMERICAN RHETORIC. **Speech by Giorgia Meloni at the World Congress of Families**. American Rhetoric, 2019. Disponível em: <https://www.americanrhetoric.com/speeches/giorgiameloneworldcongressoffamilies13.htm>. Acesso em: 10 fev. 2025.

ARAÚJO, Ernesto Henrique Fraga. **Trump e o Ocidente**. *Cadernos de Política Exterior*, v.3, n.6, p. 323-358, dez. 2017. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/CADERNOS-DO-IPRI-N-6.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2025.

BALDWIN, David A. **The concept of security**. *Review of International Studies*, Cambridge, v. 23, n. 1, p. 5–26, jan. 1997.

BBC NEWS BRASIL. **Artigo sobre remoção de conteúdos e controvérsias envolvendo políticas de diversidade nos Estados Unidos**. BBC News Brasil, 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cz7vw3exrj1o>. Acesso em: 10 dez. 2025.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

BENADUSI, Lorenzo. **The enemy of the new man: homosexuality ins fascist italy**. Wisconsin: University Of Wisconsin Press, 2012.

BENTHAM, Jeremy. **Panóptico**. 2. ed. São Paulo: Autêntica, 2019.

BESSI, Alessandro; FERRARA, Emilio. **Social bots distort the 2016 U.S. presidential election online discussion**. *First Monday*, Califórnia, v. 21, n. 11, p. 1–14, nov. 2016.

BIROLI, Flávia. **A “ideologia de gênero” e as ameaças à democracia**. *Blog da Boitempo*, São Paulo, jun. 2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/06/26/a-ideologia-de-genero-e-as-ameacas-a-democracia/>. Acesso em: 7 mar. 2021.

BOITO JUNIOR, A. **Por que classificar o bolsonarismo como neofascista?** *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 111-119, mar. 2020.

BOLSONARO, Jair. **BOLSONARO esculacha falsos defensores de direitos humanos** [vídeo]. YouTube, 18 set. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1TkZPqHJhlE>. Acesso em: 5 fev. 2026.

BUCHANAN, Patrick J. **1992 Republican National Convention Address**. *American Rhetoric*, 17 ago. 1992. Disponível em: <https://www.americanrhetoric.com/speeches/patrickbuchanan1992rnc.htm>. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Declaração à imprensa do Presidente da República Jair Bolsonaro após assinatura de ato**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/jair-messias-bolsonaro-2019-2022/declaracao-a-imprensa-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-apos-assinatura-de-ato>. Acesso em: 18 dez. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Declaração à imprensa do Presidente da República Jair Bolsonaro durante conferência de imprensa com o Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/jair-messias-bolsonaro-2019-2022/declaracao-a-imprensa-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-conferencia-de-imprensa-com-o-presidente-dos-estados-unidos-donald-trump>. Acesso em: 12 jan. 2026.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso do Presidente da República Jair Bolsonaro durante a sessão plenária do Fórum Econômico Mundial, Davos, Suíça, 22 de janeiro de 2019**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/jair-messias-bolsonaro-2019-2022/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-a-sessao-plenaria-do-forum-economico-mundial-davos-suica-22-de-janeiro-de-2019>. Acesso em: 15 jan. 2026.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso do Presidente da República Jair Bolsonaro durante a reunião com a Sociedade de Fomento Fabril do Chile (SOFOFA).** 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/jair-messias-bolsonaro-2019-2022/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-a-reuniao-com-a-sociedade-de-fomento-fabril-do-chile-sofofa>. Acesso em: 5 jan. 2026.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso do Presidente da República Jair Bolsonaro durante cerimônia de posse no Congresso Nacional, Brasília, 1º de janeiro de 2019.** 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/jair-messias-bolsonaro-2019-2022/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional-brasilia-1-de-janeiro-de-2019>. Acesso em: 25 jan. 2026.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso do Presidente da República Jair Bolsonaro durante cerimônia de recebimento da faixa presidencial, Brasília, 1º de janeiro de 2019.** 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/jair-messias-bolsonaro-2019-2022/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial-brasilia-1-de-janeiro-de-2019>. Acesso em: 18 jan. 2026.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso do Presidente Jair Bolsonaro na abertura da 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova York, 24 de setembro de 2019.** 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/jair-messias-bolsonaro-2019-2022/discurso-do-presidente-jair-bolsonaro-na-abertura-da-74-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-york-24-de-setembro-de-2019>. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso do Presidente da República Jair Bolsonaro na abertura da 76ª Assembleia Geral da ONU.** 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/jair-messias-bolsonaro-2019-2022/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-76deg-assembleia-geral-da-onu>. Acesso em: 18 out. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso do Presidente da República Jair Bolsonaro na Conferência US-Brazil Connect Summit 2020.** 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/jair-messias-bolsonaro-2019-2022/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-conferencia-us-brazil-connect-summit-2020>. Acesso em: 5 nov. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso do Presidente da República Jair Bolsonaro no encontro com a comunidade brasileira de Raanana, Tel Aviv, Israel.** 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/jair-messias-bolsonaro-2019-2022/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-no-encontro-com-a-comunidade-brasileira-de-raanana-tel-aviv-israel>.

bolsonaro-no-encontro-com-comunidade-brasileira-de-raanana-tel-aviv-israel. Acesso em: 3 dez. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso do Presidente da República Jair Bolsonaro no encontro com a comunidade brasileira em Orlando, EUA**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/jair-messias-bolsonaro-2019-2022/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-no-encontro-com-a-comunidade-brasileira-em-orlando-eua>. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Palavras do Presidente da República Jair Bolsonaro na cerimônia de oferenda floral, Tel Aviv, Israel**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/jair-messias-bolsonaro-2019-2022/palavras-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-cerimonia-de-oferenda-floral-tel-aviv-israel>. Acesso em: 10 dez. 2025.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judit. **Quem tem medo do gênero?** São Paulo: Boitempo Editorial, 2024.

BUZAN, Barry. **People, States & Fear: an agenda for international security studies in the post-Cold War era**. Colchester: ECPR Press, 2016.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A evolução dos estudos de segurança internacional**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: a new framework for analysis**. London: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CAMPOS, Rodrigo Duque Estrada. **The International Turn in Far-Right Studies: a critical assessment**. Millennium: Journal of International Studies, [S.L.], v. 51, n. 3, p. 892-919, jul. 2023. SAGE Publications.

CASARÕES, Guilherme; FARIAS, Déborah. **Brazilian foreign policy under Jair Bolsonaro: far-right populism and the rejection of the liberal international order**. *Cambridge Review of International Affairs*, Cambridge, v. 35, n. 5, p. 1–23, 2021. DOI: 10.1080/09557571.2021.1981248.

CENTRO PRIMO LEVI. **The Eternal Tendency Toward Fascism**. Primo Levi Center, [s. d.]. Disponível em: <https://primolevicenter.org/printed-matter/the-eternal-tendency-toward-fascism/>. Acesso em: 14 nov. 2025.

CESARINO, Leticia. **Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil**. *Internet & Sociedade*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 91–120, fev. 2020.

CESARINO, L. **Identidade e representação no bolsonarismo**. *Revista de Antropologia*, [s.l.], v. 62, n. 3, p. 530-557, 19 dez. 2019.

CHADE, Jamil. **Trump só convidou líderes da extrema direita mundial para posse**. UOL Notícias, 12 jan. 2025. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2025/01/12/jamil-trump-so-convidou-lideres-da-extrema-direita-mundial-para-posse.htm>. Acesso em: 01 dez. 2025.

CHAMAYOU, Grégoire. **Teoria do drone**. 1. ed. São Paulo: Cosac & Naify, 2015.

CHASE, Susan E. **Narrative inquiry: toward theoretical and methodological maturity**. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Ed.). *The SAGE Handbook of Qualitative Research: Fifth Edition*. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2025. p. 946-970.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da guerra**. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

CNN BRASIL. **Mussolini foi um bom político? Situações polêmicas de Giorgia Meloni**. CNN Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/mussolini-foi-um-bom-politico-e-outras-situacoes-polemicas-de-giorgia-meloni/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

COHEN, Roger. **Trump, Populism and the Elites**. The New York Times, 13 fev. 2025. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2025/02/13/opinion/trump-populism-elites.html>. Acesso em: 12 dez. 2025.

CORREDOR, Elizabeth S. “Unpacking ‘Gender Ideology’ and the Global Right’s Antigender Countermovement.” *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 44, n. 3, 2019, p. 613–638.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Opinião Consultiva OC-24/17**. Corte IDH, 2017. Disponível em: [https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea\\_24\\_ing.pdf](https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_24_ing.pdf). Acesso em: 10 fev. 2025.

DAHL, Robert A. **Polyarchy: participation and opposition**. New Haven: Yale University Press, 1971.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando**. 1. ed. São Paulo: Rocco Digital, 2010.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **Introduction: The discipline and practice of qualitative research**. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Ed.). *The SAGE Handbook of Qualitative Research: Fifth Edition*. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2025. p. 29-71.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (org.). **The SAGE handbook of qualitative research**. 5. ed. London: SAGE Publications, 2018.

DERVIŞ, Kemal; CONROY, Caroline. **Steve Bannon’s Alt-Right International**. Project Syndicate, 22 nov. 2018. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/steve-bannon-european-nationalists-by-kemal-dervis-and-caroline-conroy-2018-11>. Acesso em: 25 out. 2025.

EURONEWS. **Brazil's Bolsonaro backs Trump wall and derides immigrants.** Euronews, 2019. Disponível em: <https://www.euronews.com/2019/03/19/brazils-bolsonaro-backs-trump-wall-derides-immigrants-ahead-of-meeting>. Acesso em: 10 fev. 2025.

EURONEWS. **Italy politics: Meloni, the newsmaker.** Euronews, 2022. Disponível em: <https://www.euronews.com/2022/10/22/italy-politics-meloni-newsmaker>. Acesso em: 10 fev. 2025.

FAIRCLOUGH, Norman. *Language and power*. New York: Longman, 1989.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAUSTO-STERLING, Anne. **Society writes biology / biology constructs gender.** *Daedalus*, Cambridge, v. 116, n. 4, p. 61–76, out. 1987.

FINCHELSTEIN, Federico. **Populism without borders.** Notes on a global history. *Constellations*, [S.L.], v. 26, n. 3, p. 418-429, set. 2019.

FINCHELSTEIN, Federico. **Truth, mythology and the fascist unconscious.** *Constellations*, Berlin, v. 23, n. 2, p. 223–235, jul. 2016.

FINCHELSTEIN, Federico. **The wannabe fascists: a guide to understanding the greatest threat to democracy.** Oakland: University Of California Press, 2024.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber.** 13. ed. São Paulo: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização.** 1. ed. São Paulo: Penguin; Companhia das Letras, 2011a.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos.** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011b.

G1. **Avanço do Chega em Portugal fortalece direita radical.** G1, 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2026/01/19/por-que-avanco-do-chega-na-eleicao-de-portugal-e-trunfo-da-direita-radical-mesmo-com-pouca-chance-de-vitoria.ghtml>. Acesso em: 10 fev. 2025.

G1. **EUA deixam oficialmente o Acordo de Paris.** G1, 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2026/01/27/eua-deixam-oficialmente-acordo-de-paris.ghtml>. Acesso em: 10 fev. 2025.

HABERMAN, Maggie; BARBARO, Michael. **Donald Trump Says Transgender People Should Use the Bathroom They Want**. The New York Times, 21 abr. 2016. Disponível em: <https://archive.nytimes.com/www.nytimes.com/politics/first-draft/2016/04/21/donald-trump-says-transgender-people-should-use-the-bathroom-they-want/>. Acesso em: 20 out. 2025.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados**: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 5, p. 7–41, 1995.

HERMANSSON, Patrik; LAWRENCE, David; MULHALL, Joe; MURDOCH, Simon. **The international alt-right: fascism for the 21st century?**. Abingdon: Routledge, 2020.

HOLY SEE. **Catechism of the Catholic Church**. New York: Doubleday, 1995.

HOLY SEE. **Lexicon**: ambiguous and debatable terms regarding family life and ethical questions. Human Life International, Vatican, 2006.

HOOGE, Liesbet; LENZ, Tobias; MARKS, Gary. **Contested world order**: The delegitimation of international governance. *The Review of International Organizations*, v.14, p.731-743, 2019.

IKENBERRY, G. John. **The end of liberal international order?** *International Affairs*, London, v. 94, n. 1, p. 7–23, jan. 2018.

KALIL, Isabela Oliveira (org.). **Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro**. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2018.

KINNVALL, Catarina. **Ontological insecurities and postcolonial imaginaries**: the emotional appeal of populism. *Humanity & Society*, v. 42, n. 4, p. 523–543, nov. 2018.

KRASNER, Stephen D. **Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais**. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 20, n. 42, p. 93–110, jun. 2012.

KRICKEL-CHOI, N. C. **The concept of anxiety in ontological security studies**. *International Studies Review*, Oxford, v. 24, n. 3, p. 1–17, set. 2022. DOI: viac013.

KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael. **Critical security studies: concepts and cases**. London; New York: Routledge, 1997.

LACQUE-LABARTHE, P; NANCY, J. **O mito nazista**. São Paulo: Iluminuras, 2002.  
MARACCI, João Gabriel. **Reflexões sobre verdade e política**: mapeando controvérsias do kit gay. 2019. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

MITZEN, Jennifer. **Ontological security in world politics**. *European Journal of International Relations*, London, v. 12, n. 3, p. 341–370, set. 2006.

MORGENTHAU, Hans J. **Politics among nations: the struggle for power and peace**. [dados incompletos], 1985.

MUDE, Cass. **The far right today**. Cambridge: Polity Press, 2019.

NELSON, L. J. et al. **General and personal mortality salience and nationalistic bias**. *Personality and Social Psychology Bulletin*, v. 23, n. 8, p. 884–892, ago. 1997.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NYE, Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais**. São Paulo: Editora Gente, 2009.

OHCHR. **Vienna Declaration and Programme of Action**. United Nations, 1993. Disponível em: <https://www.ohchr.org/sites/default/files/vienna.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.

ONU MULHERES. **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)**. ONU Mulheres, 1979. Disponível em: [https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao\\_cedaw1.pdf](https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw1.pdf). Acesso em: 10 fev. 2025.

ORBÁN, Viktor. **Speech by Prime Minister Viktor Orbán at the opening of the CPAC Hungary conference**. About Hungary, 19 maio 2022. Disponível em: <https://abouthungary.hu/speeches-and-remarks/speech-by-prime-minister-viktor-orban-at-the-opening-of-the-cpac-hungary-conference>. Acesso em: 08 nov. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. ONU, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 10 fev. 2025.

PEW RESEARCH CENTER. **What Trump supporters believe and expect**. Pew Research Center, 13 nov. 2024. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/short-reads/2024/11/13/what-trump-supporters-believe-and-expect/>. Acesso em: 05 dez. 2025.

PILKINGTON, Ed. **Trump's war on 'woke': how the president plans to dismantle DEI**. The Guardian, 2 fev. 2025. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2025/feb/02/trump-woke-dei-culture-wars>. Acesso em: 15 dez. 2025.

PODER360. **Disney segue mais de 10 empresas e abandona política de diversidade**. Poder360, 2025. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-internacional/disney-segue-mais-de-10-empresas-e-abandona-politica-de-diversidade/>. Acesso em: 15 dez. 2025.

PODER360. **Pentágono remove conteúdos sobre diversidade após diretriz federal**. Poder360, 7 mar. 2025. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-internacional/pentagono-remove-conteudo-de-diversidade-online-seguindo-ordem-de-trump/>. Acesso em: 15 nov. 2025.

PODER360. **Trump pressiona empresas europeias sobre programas de diversidade**. Poder360, 2025. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-internacional/trump-pressiona-empresas-europeias-sobre-programas-de-diversidade/>. Acesso em: 20 jan. 2026.

POPPER, Karl R. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 2005.

PRZEWORSKI, Adam. **Who decides what is democratic?** *Journal of Democracy*, Baltimore, v. 35, n. 3, p. 5–16, jul. 2024.

REICH, Wilhelm. **Psicologia de massas do fascismo**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

REUTERS. **UN chief Guterres warns of imminent financial collapse.** Reuters, 2026. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/un-chief-guterres-warns-imminent-financial-collapse-2026-01-30/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

REV. **Salute to America celebration: transcript.** 2025. Disponível em: <https://www.rev.com/transcripts/salute-to-america-celebration>. Acesso em: 3 dez. 2025.

REV. **Trump 100 days rally: transcript.** 2025. Disponível em: <https://www.rev.com/transcripts/trump-100-days-rally>. Acesso em: 25 nov. 2025.

REV. **Trump executive orders 2-18-25: transcript.** 2025. Disponível em: <https://www.rev.com/transcripts/trump-executive-orders-2-18-25>. Acesso em: 12 nov. 2025.

REV. **Trump rally ahead of inauguration: transcript.** 2025. Disponível em: <https://www.rev.com/transcripts/trump-rally-ahead-of-inaguration>. Acesso em: 10 out. 2025.

REV. **Trump signs executive orders in the Oval Office: transcript.** 2025. Disponível em: <https://www.rev.com/transcripts/trump-signs-executive-orders-in-the-oval-office>. Acesso em: 18 out. 2025.

REV. **Trump signs order on girls sports: transcript.** 2025. Disponível em: <https://www.rev.com/transcripts/trump-signs-order-on-girls-sports>. Acesso em: 2 nov. 2025.

REV. **White House Religious Liberty Commission: transcript.** 2025. Disponível em: <https://www.rev.com/transcripts/white-house-religious-liberty-commission>. Acesso em: 15 dez. 2025.

ROBINSON, William I.. **Global Capitalist Crisis and Twenty-First Century Fascism: beyond the trump hype.** Science & Society, [S.L.], v. 83, n. 2, p. 155-183, abr. 2019. Guilford Publications.

ROMANCINI, Richard. **Do "kit gay" ao "monitor da doutrinação": a reação conservadora no brasil.** Contracampo. Niterói, p. 1-22. nov. 2018.

SAINT-PIERRE, Héctor; VITELLI, Marina Gisela (org.). **Dicionário de segurança e defesa.** São Paulo: Imprensa Oficial; Ed. Unesp, 2018.

SALGADO, Daniel. **Livro citado por Bolsonaro não foi distribuído em escolas.** *O Globo*, Rio de Janeiro, 30 ago. 2018, p. 5. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/548109/noticia.html?sequence=1&isAllo wed=y>. Acesso em: 11 fev. 2025.

SANAHUJA, José Antonio; LÓPEZ BURIAN, Camilo. **Las “nuevas derechas” y la ultraderecha neopatriota: conceptos, teoría y debates en el cruce de ideología y globalización.** In: SANAHUJA, José Antonio; STEFANONI, Pablo (orgs.). *Extremas derechas y democracia: perspectivas iberoamericanas*. Madrid: Fundación Carolina, 2023. p. 13–36.

SANAHUJA, José Antonio; LÓPEZ BURIAN, Camilo. **Internacionalismo reaccionario y nuevas derechas neopatriotas latinoamericanas.** *Conjuntura Austral*, Porto Alegre, v. 11, n. 55, p. 22–34, set. 2020.

SAUKKO, Paula. **Methodologies for cultural and social studies in an age of new technologies.** In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Ed.). *The SAGE Handbook*

of Qualitative Research: Fifth Edition. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2025. p. 466-490.

SCHMITT, Carl. **O conceito do político: teoria do partisan**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

SCHWANDT, Thomas A.; GATES, Emily F. **Case study methodology**. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Ed.). *The SAGE Handbook of Qualitative Research: Fifth Edition*. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2025. p. 600-630.

SOARES, Luiz Eduardo. **Dentro da noite feroz: o fascismo no brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2022

Solomon, S., Greenberg, J., Pyszczynski, T. (1991) **A Terror Management Theory of Social Behavior**. In: Zanna, M. (Ed.). *Advances in Experimental Social Psychology*. New York: Academic Press, 1991, Vol. 24, pp. 93–159.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo**. 1. ed. Porto Alegre: L&PM, 2018.

STANLEY, Jason. **Donald Trump and the Politics of Fascism**. *Foreign Policy*, 2 nov. 2019. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2019/11/02/donald-trump-fascist-nazi-right-wing/>. Acesso em: 18 nov. 2025.

STEPHENS, Bret. **Trump's Empty Culture Wars**. *The New York Times*, 27 set. 2017. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/09/27/opinion/trumps-empty-culture-wars.html?searchResultPosition=1>. Acesso em: 05 nov. 2025.

SUN TZU. **A arte da guerra**. 1. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2020.

TAMAGNE, Florence. **A history of homosexuality in Europe**. Paris: Algora Publishing, 2006.

TANNO, Grace. **A contribuição da Escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional**. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 47–80, jan./jun. 2003.

THE GUARDIAN. **One in three Europeans now votes anti-establishment**. *The Guardian*, 2023. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2023/sep/21/revealed-one-in-three-europeans-now-votes-anti-establishment>. Acesso em: 10 fev. 2025.

TIBURI, M. **Sexo: democracia ou autoritarismo**. democracia ou autoritarismo. 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/sexo-democracia-ou-autoritarismo/>. Acesso em: 10 maio 2024.

TRIBUNAL EUROPEU DE DIREITOS HUMANOS. **Convenção Europeia de Direitos Humanos**. ECHR, 1950. Disponível em: [https://www.echr.coe.int/documents/d/echr/Convention\\_POR](https://www.echr.coe.int/documents/d/echr/Convention_POR). Acesso em: 10 fev. 2025.

UNITED STATES. THE WHITE HOUSE. **Defending women from gender ideology extremism and restoring biological truth to the federal government**. 2025. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/01/defending-women-from-gender-ideology-extremism-and-restoring-biological-truth-to-the-federal-government/>. Acesso em: 3 dez. 2025.

UNITED STATES. THE WHITE HOUSE. **Ending illegal discrimination and restoring merit-based opportunity**. 2025. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/presidential->

actions/2025/01/ending-illegal-discrimination-and-restoring-merit-based-opportunity/. Acesso em: 2 nov. 2025.

UNITED STATES. THE WHITE HOUSE. **Ending radical and wasteful government DEI programs and preferencing**. 2025. Disponível em:

<https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/01/ending-radical-and-wasteful-government-dei-programs-and-preferencing/>. Acesso em: 12 nov. 2025.

UNITED STATES. THE WHITE HOUSE. **Ending radical indoctrination in K–12 schooling**. 2025. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/01/ending-radical-indoctrination-in-k-12-schooling/>.

Acesso em: 25 nov. 2025.

UNITED STATES. EXECUTIVE OFFICE OF THE PRESIDENT. **Executive Order 14187: Protecting children from chemical and surgical mutilation**. 2025. Disponível em:

<https://www.presidency.ucsb.edu/documents/executive-order-14187-protecting-children-from-chemical-and-surgical-mutilation>. Acesso em: 10 jan. 2026.

UNITED STATES. THE WHITE HOUSE. **Prioritizing military excellence and readiness**.

2025. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/01/prioritizing-military-excellence-and-readiness/>. Acesso em: 18 out. 2025.

UNITED STATES. THE WHITE HOUSE. **Restoring truth and sanity to American history**. 2025. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/03/restoring-truth-and-sanity-to-american-history/>.

Acesso em: 10 out. 2025.

UNITED STATES. GENERAL SERVICES ADMINISTRATION. **Termination of DEI policies and directives at U.S. General Services Administration (GSA) in accordance with executive orders**. 2025. Disponível em: <https://www.gsa.gov/directives-library/termination-of-dei-policies-and-directives-at-us-general-services-administration-gsa-in-accordance-with-executive-orders>.

Acesso em: 15 dez. 2025.

UOL. **EUA: remoção de conteúdo de diversidade envolve até o nome “Enola Gay”**. UOL, 10 mar. 2025. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2025/03/10/enola-gay-remocao-de-conteudo-de-diversidade-eua.htm>.

Acesso em: 3 dez. 2025.

UOL. **Direita venceu 27 das 63 eleições gerais no mundo em 2024**. UOL Notícias, 2025.

Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2025/01/12/direita-venceu-27-das-63-eleicoes-gerais-no-mundo-em-2024-esquerda-leva-25.htm>. Acesso em: 10 fev. 2025.

VIEIRA, Marco Antonio. **(Re-)imagining the “self” of ontological security**. *Millennium*, London, v. 46, n. 2, p. 142–164, fev. 2018.

WHITE HOUSE. **Remarks by President Trump at the 74th United Nations General Assembly**. The White House, 2019. Disponível em:

<https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/remarks-president-trump-74th-session-united-nations-general-assembly/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

WHITE HOUSE. **The Inaugural Address**. The White House, 2017. Disponível em:

<https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/the-inaugural-address/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

WILHELM, R. **Psicologia de massas do fascismo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

WILLIAMS, Paul D. *Security studies: an introduction*. New York: Routledge, 2008.

WOLFERS, Arnold. **National security as an ambiguous symbol**. *Political Science Quarterly*, New York, v. 67, n. 4, p. 481–502, dez. 1951.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Special address by Javier Milei at Davos 2025**. World Economic Forum, 2025. Disponível em: <https://www.weforum.org/stories/2025/01/davos-2025-special-address-javier-milei-president-argentina/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

YUGOV; UNIVERSITY OF CAMBRIDGE. **University of Cambridge Pre-US Election Tables: 241107\_1**. [S. l.]: YouGov, 7 nov. 2024. Disponível em: [https://ygo-assets-websites-editorial-emea.yougov.net/documents/UniversityOfCambridge\\_PreUSElection\\_Tables\\_241107\\_1.pdf](https://ygo-assets-websites-editorial-emea.yougov.net/documents/UniversityOfCambridge_PreUSElection_Tables_241107_1.pdf). Acesso em: 10 dez. 2025.